

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM JORNALISMO

MARIANA GALVÃO NORONHA

AS ESPECIFICIDADES DO JORNALISMO INVESTIGATIVO:
UM ESTUDO SOBRE O PROCESSO DE PRODUÇÃO JORNALÍSTICA
INVESTIGATIVA

PONTA GROSSA
2017

MARIANA GALVÃO NORONHA

AS ESPECIFICIDADES DO JORNALISMO INVESTIGATIVO:
UM ESTUDO SOBRE O PROCESSO DE PRODUÇÃO JORNALÍSTICA
INVESTIGATIVA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós
- Graduação em Jornalismo para obtenção do
título de mestre na Universidade Estadual de
Ponta Grossa

Orientadora: Profa. Dra. Paula Melani Rocha

PONTA GROSSA
2017

Ficha Catalográfica
Elaborada pelo Setor de Tratamento da Informação BICEN/UEPG

N852 Noronha, Mariana Galvão
 As especificidades do jornalismo
 investigativo: um estudo sobre o processo
 de produção jornalística investigativa/
 Mariana Galvão Noronha. Ponta Grossa,
 2017.
 210f.

 Dissertação (Mestrado em Jornalismo -
 Área de Concentração: Processos
 Jornalísticos), Universidade Estadual de
 Ponta Grossa.

 Orientadora: Prof^a Dr^a Paula Melani
 Rocha.

 1.Jornalismo. 2.Jornalismo
 investigativo. 3.Processo de produção e
 construção jornalística. 4.Procedimentos e
 técnicas de apuração. I.Rocha, Paula
 Melani. II. Universidade Estadual de
 Ponta Grossa. Mestrado em Jornalismo. III.
 T.

CDD: 070.43

MARIANA GALVÃO NORONHA

AS ESPECIFICIDADES DO JORNALISMO INVESTIGATIVO:
UM ESTUDO SOBRE O PROCESSO DE PRODUÇÃO JORNALÍSTICA
INVESTIGATIVA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós - Graduação em Jornalismo para obtenção do título de mestre na Universidade Estadual de Ponta Grossa, Área de Ciências Sociais Aplicadas.

Ponta Grossa, 13 de março de 2017

Paula Melani Rocha - Orientadora
Doutorado em Ciências Sociais
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Graziela Soares Bianchi
Doutorado em Ciências da Comunicação
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Solano Nascimento
Doutorado em Comunicação
Universidade de Brasília



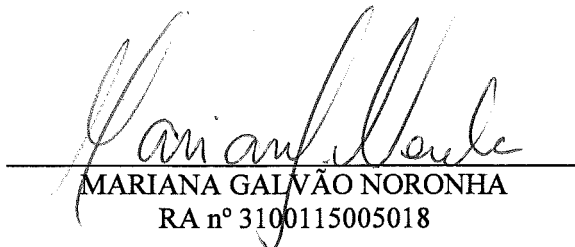
Universidade Estadual de Ponta Grossa
Setor de Ciências Sociais Aplicadas
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Jornalismo

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Declaração de Compromisso Ético com a Originalidade Científico-Intelectual

Eu, MARIANA GALVÃO NORONHA, CPF nº 230.536.888-75, RG nº 33597984-1, responsabilizo-me pela redação do trabalho intitulado “**As especificidades do jornalismo investigativo: um estudo sobre o processo de produção jornalística investigativa**”, atestando que todos os trechos que tenham sido transcritos de outros documentos (publicados ou não), e que não sejam de minha exclusiva autoria, estão citados entre aspas, com a devida indicação de fonte (autor e data) e a página de que foram extraídos (se transcrito literalmente) ou somente indicados fonte e ano (se utilizada a ideia do autor citado), conforme normas e padrões da ABNT vigentes. Declaro, ainda, ter pleno conhecimento de que posso ser responsabilizada legalmente caso infrinja tais disposições.

Ponta Grossa, 13 de março de 2017.


MARIANA GALVÃO NORONHA
RA nº 3100115005018

Dedico a meus pais, Emerson e Mara

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, Paula Melani Rocha, por acreditar nesta pesquisa e pelas fundamentais contribuições;

Aos demais integrantes da banca, Graziela Soares Bianchi e Solano Nascimento, por terem aceitado o convite de avaliar esta dissertação;

Aos jornalistas que aceitaram contribuir com a pesquisa;

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo período como bolsista;

Aos colegas que colaboraram com sugestões, especialmente Camilla Tavares e Gisele Barão;

Aos meus familiares e amigos, especialmente meu companheiro Maurício Campos, que compreenderam as ausências durante o período de pesquisa;

E a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a conclusão deste trabalho.

They say the age of investigative journalism has passed. It hasn't
(Peter Preston)

RESUMO

Esta pesquisa propõe discutir o processo de produção do jornalismo investigativo, com objetivo de verificar especificidades no processo produtivo da reportagem investigativa, que atravessam desde o levantamento da pauta, os procedimentos de apuração e a construção do material final. O estudo parte do pressuposto de que há diferenças entre a produção do jornalismo diário e o jornalismo investigativo, diferenças estas que definem a prática de cada um. Com isso, a pesquisa pretende caracterizar se as especificidades do jornalismo investigativo se constituem como um método do processo de produção da reportagem investigativa, sistematizar os procedimentos de apuração da reportagem investigativa e contribuir para as pesquisas sobre jornalismo investigativo no Brasil. Para isso, este trabalho realizou levantamento bibliográfico sobre o objeto jornalismo investigativo, pesquisa documental, entrevistas com profissionais que atuam nessa área e análise de reportagens investigativas. O referencial teórico fundamenta-se na teoria da construção social, *newsmaking* e conceitos sobre jornalismo investigativo e apuração jornalística. O estudo concluiu que, apesar de similaridade de procedimentos de apuração com o jornalismo factual, o jornalismo investigativo apresenta como principal especificidade a forma como os profissionais se apropriam desses procedimentos. Sob esta perspectiva, a pesquisa se enquadra na Linha 1 - Processos de Produção Jornalística do Programa de Pós Graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa, que contempla projetos de investigação sobre aspectos e situações dos processos de produção jornalística.

Palavras-chave: Jornalismo, jornalismo investigativo, processo de produção e construção jornalística, procedimentos e técnicas de apuração

ABSTRACT

This research proposes to discuss the process of production of investigative journalism, with the objective of verifying specificities in the productive process of the investigative report, which they cross since the survey of the staff, the procedures of calculation and the construction of the final material. The study assumes that there are differences between the production of daily journalism and investigative journalism, differences that define the practice of each one. With this, the research intends to characterize if the specificities of the investigative journalism constitute as a method of the process of production of investigative reporting, to systematize the investigative investigative reporting procedures and to contribute to the research on investigative journalism in Brazil. For that point, this work carried out a bibliographical survey on the investigative journalism object, interviews with professionals who work in this area and analysis of investigative reports. The theoretical framework is based on the theory of social construction, newsmaking and concepts about investigative journalism. The study concluded that, despite the similarity of investigative journalism procedures, investigative journalism presents the main specificity of how professionals appropriate these procedures. From this perspective, the research falls under Line 1 - Journalistic Production Processes of the Postgraduate Program in Journalism of the Ponta Grossa State University, which includes research projects on aspects and situations of journalistic production processes

Keywords: Journalism, investigative journalism, journalistic production and construction process, investigation procedures and techniques

LISTA DE ELEMENTOS GRÁFICOS

GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Produções jornalísticas	58
Gráfico 2 -	Etapas processo de produção no jornalismo investigativo	59
Gráfico 3 -	Movimento pendular na produção do jornalismo investigativo	60
Gráfico 4 -	Pauta no processo de produção do jornalismo investigativo ..	62

TABELAS

Tabela 1 -	Classificação das fontes por categoria	86
Tabela 2 -	Classificação das fontes por grupo	87
Tabela 3 -	Classificação das fontes por categoria	92
Tabela 4 -	Classificação das fontes por grupo	92
Tabela 5 -	Classificação das fontes por categoria	102
Tabela 6 -	Classificação das fontes por grupo	102
Tabela 7 -	Classificação das fontes por categoria	109
Tabela 8 -	Classificação das fontes por grupo	109
Tabela 9 -	Classificação das fontes por categoria	117
Tabela 10 -	Classificação das fontes por grupo	117
Tabela 11 -	Classificação das fontes por categoria	124
Tabela 12 -	Classificação das fontes por grupo	124
Tabela 13 -	Classificação das fontes por categoria	129
Tabela 14 -	Classificação das fontes por grupo	129

QUADROS

Quadro 1 -	Fontes 'Os pastores do Congresso'	88
Quadro 2 -	Fontes 'A fogueira está armada pra nós'	93
Quadro 3 -	Fontes 'Bastidores do poder'	103
Quadro 4 -	Fontes 'Favela S.A.'	110
Quadro 5 -	Fontes 'Diários secretos'	118
Quadro 6 -	Fontes 'Infância à deriva'	125
Quadro 7 -	Fontes 'Império das Cinzas'	131

FIGURAS

Figura 1 -	Recorte reportagem ‘Pastores do Congresso’	85
Figura 2 -	Recorte reportagem ‘A Fogueira está armada pra nós’	90
Figura 3 -	Recorte reportagem ‘A Fogueira está armada pra nós’	91
Figura 4 -	Recorte reportagem ‘Bastidores do poder’	99
Figura 5 -	Recorte reportagem ‘Bastidores do poder’	101
Figura 6 -	Recorte reportagem ‘Favela S.A.’	105
Figura 7 -	Recorte reportagem ‘Favela S.A.’	107
Figura 8 -	Recorte reportagem ‘Favela S.A.’	108
Figura 8 -	Recorte reportagem ‘Império das Cinzas’	129

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1 – O JORNALISMO INVESTIGATIVO.....	20
1.1 O JORNALISMO INVESTIGATIVO – DEFINIÇÕES E CONCEITOS	20
1.2 JORNALISMO INVESTIGATIVO E MARCOS NA HISTÓRIA.....	31
1.3 O JORNALISMO INVESTIGATIVO NO BRASIL	38
CAPÍTULO 2 - A REPORTAGEM JORNALÍSTICA E O PROCESSO DE PRODUÇÃO	41
2.1 O JORNALISMO E A PRODUÇÃO DA REPORTAGEM	41
2.2 A CONSTRUÇÃO SOCIAL E A PRODUÇÃO JORNALÍSTICA.....	48
2.3 PRODUÇÃO JORNALÍSTICA: NOTÍCIA, REPORTAGEM E REPORTAGEM INVESTIGATIVA.....	56
CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA.....	66
3.1 O JORNALISMO COMO OBJETO DE PESQUISA	66
3.2 ABORDAGEM METODOLÓGICA PARA ESTUDAR O JORNALISMO INVESTIGATIVO.....	69
3.3 CORPUS DA PESQUISA – QUEM SÃO OS PROFISSIONAIS ENTREVISTADOS.....	77
CAPÍTULO 4 – ANÁLISE: JORNALISMO INVESTIGATIVO NA PRÁTICA	80
4.1 AS ESPECIFICIDADES DO JORNALISMO INVESTIGATIVO PELA ÓTICA DOS PROFISSIONAIS	80
4.2 A REPORTAGEM INVESTIGATIVA E O PROCESSO PRODUTIVO PELA PERSPECTIVA DO REPÓRTER.....	85
4.2.1 Andrea Dip.....	85

4.2.2	Angelina Nunes	100
4.2.3	Kátia Brembati	116
4.2.4	Mauri Konig	124
CONSIDERAÇÕES FINAIS		136
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		142
APÊNDICES		147
ANEXOS		151

INTRODUÇÃO

Em 1972, o Jornalismo Investigativo vivia um de seus marcos históricos, com a publicação da primeira reportagem da série sobre o caso Watergate, investigação de dois anos publicada no *The Washington Post* pelos jornalistas Bob Woodward e Carl Bernstein, que culminou com a renúncia do então presidente americano Richard Nixon. 45 anos mais tarde, o jornalismo investigativo segue trazendo à tona questões antes encobertas, mesmo diante do cenário atual do jornalismo mundial, com corte nas redações, queda de investimento de tempo e dinheiro em grandes reportagens e perseguições a jornalistas.

Muitos jornais, inclusive brasileiros, reduziram suas equipes e o tempo de dedicação delas a determinadas investigações. Entretanto, o jornalismo investigativo não é apenas uma prática de décadas passadas. A história da reportagem investigativa contada no filme *Spotlight*, por exemplo, ganhador de Oscar¹ em 2016, é recente. O filme retrata uma investigação real do jornal *Boston Globe* (Boston, EUA), que revelou uma série de abusos sexuais cometidos por padres. A investigação foi realizada por uma equipe de quatro jornalistas, em 2001. A editoria *Spotlight*, seção do jornal *Boston Globe* especializada em jornalismo investigativo, não só existe até hoje, como teve a equipe ampliada, de quatro para sete jornalistas².

Em artigo publicado no jornal britânico *The Guardian*, intitulado *Eles dizem que a era do jornalismo investigado passou. Não passou* - (PRESTON, 2016, tradução nossa.)³, Peter Preston questiona se o jornalismo investigativo estaria morto. Ele responde ao questionamento mencionando reportagens produzidas recentemente em diversos veículos, como o *The Guardian*, *Times*, *Sunday Times*, *Telegraph* e *Mail*.

Muito além dos enclaves confortáveis da Fleet Street, Manhattan e DC, outras investigações - muitas vezes montadas por alianças digitais que atravessam fronteiras - revelaram a corrupção do Cazaquistão, as rotas de lavagem de dinheiro da Rússia e as formas sutis da evasão fiscal da Suíça. Jornalistas balcânicos correm o risco de prisão ou pior, mês após mês. Os jornalistas da América do Sul correm o risco de uma morte sangrenta. A Internet não parou as investigações: acrescentou Vice, Vox e uma série de sites de escavação de sujeira para a lista. Os cães de guarda nunca foram tão numerosos, ou tão tecnicamente treinados para a luta (PRESTON, 2016, tradução nossa.)⁴

¹ Oscar é o mais importante prêmio do cinema mundial, entregue anualmente pela Academia de Artes e Ciências Cinematográficas, em reconhecimento à excelência de profissionais da indústria cinematográfica, premiando em diversas categorias, como melhor filme, dentre outras.

² <http://www.bostonglobe.com/news/special-reports/investigations/reporters-bios> (pesquisa em fev/2017)

³ They say the age of investigative journalism has passed. It hasn't

⁴ Far beyond the snug enclaves of Fleet Street, Manhattan and DC, other investigations – often mounted by cross-border alliances of the digitally engaged – lay bare Kazakhstan's corruption, Russia's money-laundering routes and Switzerland's blinkered ways of tax evasion. Balkan journalists risk prison or worse, month after

Sob essa perspectiva, a pesquisa “As especificidades do Jornalismo Investigativo - um estudo sobre o processo de produção jornalística investigativa”, desenvolvida junto ao Programa de Pós-graduação (PPG) em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), tem como objeto de estudo o jornalismo investigativo e o processo de produção da reportagem investigativa. A questão que a pesquisa busca responder é: “Quais procedimentos caracterizam o processo de produção da reportagem investigativa?”

O objetivo central é verificar especificidades no processo produtivo da reportagem investigativa, que atravessam desde o levantamento da pauta, os procedimentos de apuração e a construção do material final. O estudo parte do pressuposto de que há diferenças entre a produção do jornalismo diário e o jornalismo investigativo, diferenças estas que definem a prática de cada um. Como objetivos específicos buscou-se: 1. caracterizar se as especificidades do jornalismo investigativo se constituem como um método do processo de produção da reportagem investigativa, utilizado pelos profissionais; 2. sistematizar os procedimentos de apuração da reportagem investigativa, tendo como referência os conceitos e marcos na história do jornalismo investigativo; 3. contribuir para as pesquisas sobre jornalismo investigativo no Brasil.

É válido ressaltar que o método de apuração em discussão não é defendido como um método científico, pois entende este último como um conceito acompanhado de pelo menos uma fundamentação teórica (MENDRAS, 1975), que reúne um conjunto de regras básicas para apreender um objeto científico com a finalidade de produzir conhecimento. Porém, como será exposto na discussão, há momentos em que a apuração jornalística investigativa utiliza método científico, ao apropriar-se do jornalismo de precisão, mais tarde conhecido como Reportagem com Auxílio de Computador (RAC), que de acordo com a definição de Meyer (1973, 1991), faz uso de métodos científicos das investigações sociais e psicossociais, sobretudo do campo das ciências sociais, para coletar e analisar dados.

O estudo se justifica pela relevância que o jornalismo investigativo desempenha no desenvolvimento das sociedades, denunciando corrupções e ilegalidades cometidas tanto por instâncias públicas quanto privadas. Também por caracterizar-se como o jornalismo de interesse público no sentido mais genuíno e promover transformações sociais e cobranças de implantação e fiscalização de políticas públicas. Em um jornalismo em transformação no modelo pós-industrial, compreender melhor o jornalismo investigativo e o espaço que ocupa

month. South America's journalists risk a bloody death. The internet hasn't stopped investigations: it has added Vice, Vox and an array of dirt-digging sites to the roster. The watchdogs have never been so numerous, or so technically trained for the fight (PRESTON, 2016).

neste contexto é fundamental para o entendimento das novas configurações do exercício do jornalismo.

A pesquisa se justifica ainda pelo fortalecimento da reportagem investigativa no desenvolvimento do jornalismo em todo o mundo, mesmo diante de um cenário de demissões em muitos jornais. Conforme levantamento do Portal Comunique-se⁵, estima-se que mais de 500 profissionais da imprensa foram demitidos em 2016, entre eles a Folha de São Paulo, Portal IG, Record TV, entre outros veículos. O Portal Comunique-se⁶ também apurou que, em 2016, 11 veículos de comunicação encerraram as atividades ou deixaram de circular na versão impressa.

Entretanto, existem veículos que ainda apostam no investimento em produção investigativa. No Brasil, com a organização da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI), têm-se aumentado a produção de reportagens investigativas e constituição de núcleos investigativos. A ABRAJI foi criada em 2002 por um grupo de jornalistas, com o objetivo de trocar informações e dicas sobre reportagem, especialmente a investigativa. A Associação não possui fins lucrativos ou posicionamentos partidários, sendo mantida pelos próprios jornalistas.

Sua atuação inclui ainda a promoção do conhecimento, com a organização de congressos, seminários e oficinas, além de editar livros sobre o assunto, estimular a “troca de experiências entre profissionais do jornalismo e atuar a favor do direito de acesso a informações públicas, coordenando uma coalizão de entidades” (ABRAJI⁷). A Associação entende o Jornalismo Investigativo como sinônimo de uma prática jornalística responsável, com informações bem apuradas, que abordem de maneira extensiva determinado assunto. O surgimento da ABRAJI foi inspirado em iniciativas semelhantes fora do Brasil, como IRE (Investigative Reporters & Editors), dos Estados Unidos, ou o Centro de Periodismo de Investigación, de profissionais mexicanos. Até 2010, a ABRAJI já contava com dois mil sócios e mais de quatro mil jornalistas treinados em seus cursos, seminários e oficinas.

A produção da reportagem investigativa tem sido a aposta de veículos da Rede Globo, da Rede Record, do jornal O Povo, entre outros, que atuam com núcleos de jornalismo investigativo. Nessa lista entra também a RedeTV!, que ingressou no Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos, em Washington (EUA), como única emissora brasileira a integrar o grupo mundial da investigação *Panama Papers*. Em dezembro de

⁵ <http://portal.comunique-se.com.br/mais-de-500-profissionais-da-imprensa-foram-demitidos-em-2016/>

⁶ <http://portal.comunique-se.com.br/balanco-de-2016-ao-menos-11-veiculos-de-comunicacao-foram-encerrados-no-brasil/>

⁷ <http://www.abraji.org.br/?id=78>

2016, o grupo RBS lançou o Grupo de Investigação (GDI), composto por nove repórteres e um editor, todos com experiência em investigação, mas cada um com habilidade em diferentes áreas, como infiltração jornalística, crimes do colarinho branco, desvios no serviço público, temas das áreas policial e política e bancos de dados. A iniciativa sustentou-se “[...] na crença de que a investigação jornalística é essencial para a democracia e para a transformação da sociedade” (GRUPO RBS, 2016⁸).

O jornalismo investigativo é fundamental para a sociedade, especialmente em uma era em que as desinformações circulam em larga escala pelas redes sociais. O Grupo RBS tem tradição de décadas em reportagem investigativa e, agora, com a criação do GDI, reafirma em mais um grande passo seu propósito de informar para transformar positivamente a sociedade. [...] Poucas redações no mundo investem em um grupo de repórteres focado em investigações. Reportagens desse tipo exigem tempo: algumas levam meses para serem concluídas. Em compensação, são o tipo de jornalismo que tem mais poder de transformar, na sociedade, aquilo que está errado. Ao criar este time, as redações estão dando contribuição ainda maior à comunidade onde atuam (GRUPO RBS, 2016).

Ao mesmo tempo, este cenário de transformação do jornalismo deu brecha para o surgimento de sites independentes com escopo em jornalismo investigativo, como a Agência Pública, site de jornalismo investigativo independente lançado em 2011. No ano passado, a Pública deu início a um mapeamento das iniciativas de jornalismo independente no Brasil, nascidas sem qualquer conexão com grandes grupos de mídia, políticos, organizações ou empresas. Em constante atualização, o Mapa do Jornalismo Independente⁹ já registrou 79 iniciativas selecionadas pela própria Agência Pública e outras 133 indicadas por leitores. Dessas mais de 200 iniciativas de jornalismo independente, nem 2% chegam a ter “jornalismo investigativo” ou “reportagem investigativa”, em sua descrição. Entretanto, no mapa estão, por exemplo, a Volt Data Lab, uma agência dedicada a produzir reportagens e investigações a partir de dados; o Marco Zero Conteúdo, com reportagens aprofundadas e investigativas, com temas de interesse público; e o Jornal Já, que há 30 anos traz reportagens especiais e investigativas sobre a região da grande Porto Alegre.

A organização de grupos com foco em produção investigativa justifica ainda a necessidade em compreender melhor o jornalismo investigativo, suas especificidades e saberes envolvidos em sua prática. Em 2013, dez veículos independentes da América Latina se uniram para criar uma rede de apoio, fundando o grupo ALiados, nome dado à aliança de meios independentes latino-americanos. A Agência Pública é a representante do Brasil nesse grupo.

⁸<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/gdi/noticia/2016/12/rbs-lanca-grupo-de-investigacao-8573996.html>

⁹<http://apublica.org/mapa-do-jornalismo/index.html#> (pesquisa em fev/2017)

Entre outras iniciativas está a Repórteres Árabes para o Jornalismo Investigativo (ARIJ), fundada em 2005. A ARIJ representa hoje a principal organização de mídia na região de Amã dedicada em promover a investigação jornalística nas redações árabes, com a proposta de “apoiar o jornalismo profissional independente, através do financiamento de projetos de jornalismo em profundidade e oferecendo formação e coaching de mídia” (ARIJ)¹⁰. A atuação da ARIJ ocorre em uma região onde a prática investigativa ainda é recente, nos países Jordânia, Síria, Líbano, Egito, Iraque, Bahrein, Palestina, Iêmen e Tunísia. A equipe fixa é composta por 12 membros, incluindo editores, especialistas em vídeo e social media, pesquisa e checagem. A ARIJ ainda trabalha com um conselho com seis diretores. Outra iniciativa é o Centro para Cobertura Investigativa na Bósnia-Herzegovina¹¹, formado em 2004. Trata-se de um centro de investigação sem fins lucrativos, que reporta problemas na Bósnia-Herzegovina, especialmente sobre corrupção e crime organizado. A sede é em Sarajevo, mas a cobertura contempla toda a região dos Balcãs. A equipe é composta por 10 jornalistas, um assistente e um fotógrafo.

Existem ainda iniciativas globais que fomentam a prática investigativa e reúnem profissionais da área, como a Rede Global de Jornalismo Investigativo (GIJN)¹² e a Investigative Reporters and Editors (IRE)¹³. A GIJN é uma associação internacional de organizações sem fins lucrativos que promovem e produzem o jornalismo investigativo. Foi criada em 2003, durante a segunda Conferência Global de Jornalismo Investigativo, em Copenhague. Hoje contempla 138 organizações, com membros em 62 países. A IRE foi criada em 1975, como um fórum no qual jornalistas do mundo todo podem se ajudar na obtenção de informações, com o objetivo de melhorar a qualidade da produção jornalística investigativa. Também oferece programas de treinamento, como de Reportagem com Auxílio de Computador (RAC).

O Centro para Reportagem Investigativa (CIR)¹⁴ foi fundado em 1977, em Oakland (EUA), pelos jornalistas Lowell Bergman, Dan Noyes and David Weir. Em 1978 e 1979, o CIR já começa a se destacar com produção jornalística investigativa, com reportagens sobre o Partido Panteras Negras e o uso de pesticidas na alimentação dos americanos, por exemplo. A missão do CIR é engajar o público através do jornalismo investigativo, com uma narrativa inovadora, tendo como objetivo melhorar a vida das pessoas e proteger a

¹⁰ <http://en.arij.net/site-message/>

¹¹ <https://www.cin.ba/en/about/>

¹² <http://gijn.org/about/about-us/>

¹³ <https://www.ire.org/about/>

¹⁴ <https://www.revealnews.org/our-history/>

democracia. O *Center for Investigative Reporting* é respeitado nacionalmente por produzir com base nos mais altos padrões jornalísticos e pela abordagem investigativa de suas produções. Atualmente, a equipe do CIR é composta por 53 profissionais, incluindo repórteres, editores, analistas de dados e funções técnicas para edição de áudio e vídeo.

Diante da complexidade, para apreender o objeto proposto nesta dissertação, a metodologia de pesquisa escolhida aponta os procedimentos técnicos que se mostram mais adequados, dentro do estudo e abordagem qualitativa. Os objetivos e técnicas centrais da pesquisa convocam uma abordagem essencialmente qualitativa, para observar o processo de produção da reportagem investigativa, a partir de pesquisa e revisão bibliográfica, entrevistas semiestruturadas e análise de reportagens.

Para alcançar os objetivos desta investigação, o estudo envolve a participação de jornalistas profissionais que atuam ou atuaram na prática da reportagem investigativa. A pesquisa contempla entrevista com os jornalistas Andrea Dip, Angelina Nunes, José Maschio, José Roberto Toledo, Kátia Brembatti e Mauri König¹⁵. A entrevista com estes profissionais e análise de suas produções visa contribuir com a diferenciação entre a produção da reportagem factual e a reportagem investigativa. Para isso, a pesquisa traz também alguns conceitos do jornalismo e sua produção.

A pesquisa se enquadra na Linha 1 do Programa - Processos de Produção Jornalística, que contempla projetos de investigação dos processos de produção jornalística, envolvendo seleção de pauta, apuração, consulta a fontes, rotinas produtivas, veículos, público alvo e demais dispositivos de articulação editorial, próprios e específicos de organizações profissionais da área (sejam empresariais ou de grupos com demandas emergentes)¹⁶.

Este trabalho está dividido em quatro capítulos, sendo o primeiro deles dedicado a conceituação do jornalismo investigativo e seu desenvolvimento ao longo da história. A revisão bibliográfica dos conceitos e definições do jornalismo investigativo é fundamental para compreensão dessa prática e das técnicas e procedimentos que diferem a produção investigativa da cobertura jornalística factual.

Na sequência, a pesquisa aborda sobre a reportagem jornalística e o processo de produção, trabalhando o é que esse conceito e como se dá a produção da reportagem investigativa, desde a sugestão da pauta até a construção e publicação do material final. O

¹⁵ As entrevistas com os profissionais foram aprovadas pelo Comitê de Ética da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

¹⁶ <http://pitangui.uepg.br/prospesp/ppgjor/linhas.php>

capítulo também relaciona a produção da reportagem investigativa com a teoria da construção social e do *newsmaking*.

O terceiro capítulo discute a metodologia de pesquisa do trabalho, com detalhamento da abordagem metodológica utilizada, do protocolo de pesquisa adotado para esta investigação científica e o corpus da análise, com descrição dos jornalistas, veículos e reportagens analisadas.

O último capítulo traz a análise da pesquisa a partir de entrevistas com jornalistas que produziram reportagens investigativas e de algumas reportagens selecionadas à luz do referencial teórico, na tentativa de encontrar respostas para a questão que deu origem a este estudo. O trabalho encerra com as considerações finais, as referências bibliográficas e os anexos e apêndices, que incluem o questionário das entrevistas realizadas, bem como as reportagens analisadas.

CAPÍTULO 1 - O JORNALISMO INVESTIGATIVO

A conceituação de jornalismo investigativo não é consenso no meio científico e na própria cultura profissional. Muitos autores defendem que toda prática jornalística é investigativa. Ainda que toda produção jornalística presuma algum nível de investigação, esta pesquisa parte do pressuposto de que o jornalismo investigativo possui especificidades no processo de produção que guardam características próprias.

1.1 O JORNALISMO INVESTIGATIVO – DEFINIÇÕES E CONCEITOS

Diversos autores já discutiram a conceituação do jornalismo investigativo. Na concepção de Lopes e Proença (2003), a atuação do jornalismo investigativo ocorre no sentido de reconstruir acontecimentos importantes, promover reformas, expor injustiças, desmascarar fraudes e divulgar informações ocultadas pelos poderes públicos. Para os autores, enquanto o jornalista que realiza a produção diária atua mais como um transmissor da notícia, sendo o produtor do texto dentro de uma determinada estrutura, o jornalista investigador seria o criador e investigador da informação.

O jornalista investigador é quem provoca a informação, é quem dá os passos necessários para a obtenção dos dados que necessita para completa-la, aquele que busca, compara, não é um mero receptor da informação. É aquele que se adianta aos acontecimentos. Não espera que os fatos se produzam; ele os desencadeia ou os para com sua investigação, dependendo dos fatos e do que tratam (LOPES; PROENÇA, 2003, p. 15).

Como os autores mencionam, considerar a atuação do repórter é fundamental, permitindo que a reportagem investigativa apresente um maior volume de informações, revelando algo até então desconhecido com um tom denunciativo, em comparação com o que é noticiado na produção jornalística factual. Contudo, nem toda reportagem pode-se dizer que caracteriza uma reportagem investigativa.

Com estas características, a reportagem investigativa exige mais tempo e profundidade “que o trabalho de relatar notícias sob pressão do fechamento” (REYES, 1999, p.6). Isso quer dizer que o tempo, um dos elementos principais na teoria da construção social e produção do jornalismo, que determina a rotina, é um diferencial na reportagem investigativa. O elemento tempo é um diferencial que se caracteriza tanto na produção da investigativa quanto da reportagem.

Mas o tempo não é o único elemento em questão. Para alcançar esse nível de profundidade das informações, não se pode afirmar que os procedimentos de apuração das

reportagens investigativas sejam os mesmos adotados por qualquer reportagem. Isso porque dependendo da pauta, os procedimentos de produção podem exigir a busca e análise de documentos, cruzamento de informações, consulta a diferentes fontes (pessoas ou referências), conferência da integridade das informações e fontes, além da checagem dos dados e da legitimidade das fontes. Embora parte dos procedimentos possa ser apropriada na produção da notícia ou mesmo de uma reportagem não investigativa, um dos diferenciais da reportagem investigativa é a maneira como o/a repórter articula e explora esses procedimentos. Enquanto o/a jornalista na cobertura factual se contenta com a primeira fonte, na produção da reportagem investigativa busca-se pela fonte da fonte. As fontes oficiais ou primárias não são suficientes para esgotar a investigação. Há uma exploração maior de fontes de informação, tanto primárias quanto secundárias, humanas ou não.

Outro delimitador frequente nos dois processos de produção refere-se ao jogo de versões. A cobertura diária, no formato notícia, estruturada na pirâmide invertida, fundamenta-se basicamente em duas versões opostas para apreender o fato. Normalmente é sustentada pelas informações oriundas de fontes (seres humanos) testemunhais, oficiais, institucional, referenciais, empresarial e/ou especialista. Em via de regra, o conteúdo é trabalhado sob o alicerce de duas versões, conhecidas no campo jornalístico como os “dois lados”.

Já a reportagem investigativa exige uma disciplina para explorar múltiplas versões, confrontar e cruzar as informações na tentativa de reconstituir o acontecimento, sua trajetória e causas¹⁷. Há assim uma construção do percurso da apuração mais complexo, composto por vários caminhos que instrumentalizam e cruzam os procedimentos de apuração. Enquanto na notícia trava-se um caminho mais linear. O processo de apuração se dá por etapas diferentes da reportagem investigativa. Sequeira (2005) cita Lage ao falar dessa distinção, diferenciando o repórter de atualidade do repórter investigativo, na busca das fontes originárias.

(...) enquanto o primeiro é definido como um profissional dependendo das fontes e sem acesso às “fontes das fontes”, ou seja, aquele profissional sem acesso aos documentos primários dos quais se origina a notícia, o repórter investigativo caracteriza-se, primordialmente, por ser o profissional que busca os documentos originais (SEQUEIRA, 2005, p. 24).

¹⁷No processo de apuração deve-se ter claro a distinção entre versão e opinião, ambas utilizadas, porém com funções distintas. Ao buscar relatar o acontecimento, procura-se ouvir versões diferentes do fato, quanto maior a pluralidade de fontes, melhor a apreensão do ocorrido. Opiniões não auxiliam o jornalista a se aproximar do ocorrido, mas sim entender a absorção do mesmo e sua contextualização.

O jornalismo investigativo resulta em reportagens de “mais fôlego”, que exigem do jornalista uma maior dedicação no levantamento de dados, entrevistas, observação direta, bem como na checagem e na recheagem das informações, demandando mais tempo no processo de produção, com objetivo também de conferir a precisão dos dados e informações. A pesquisadora Quesada (1987 apud SEQUEIRA 2005, p.74) defende que a diferenciação do jornalismo de atualidade e o jornalismo investigativo não está no formato do texto ou na apresentação gráfica do material, mas está justamente no processo de trabalho do profissional, mais especificamente, as estratégias que ele usa para a apuração do material. Ou seja, o processo de trabalho no jornalismo investigativo é peculiar.

O simples fato de um texto jornalístico conter cifras, estatísticas, porcentagens econômicas, documentação e declarações não o define como jornalismo investigativo, já que todas essas informações podem ser obtidas de uma fonte oficial, extraída de documentação ou entregue em forma de press-release. “Só no momento em que o repórter passa a utilizar técnicas e estratégias que não fazem parte das rotinas dos trabalhos jornalísticos de atualidade a reportagem se transforma em reportagem investigativa” (SEQUEIRA, 2005, p.74).

Kovach e Rosenstiel (2004) defendem que o processo de seleção e edição desenvolvido na rotina jornalística em busca da “verdade” é uma coisa que não surge sozinha, mas depende de técnicas e métodos, caracterizando um método de trabalho. Nesse sentido, o jornalismo investigativo pode ser definido como a busca da verdade oculta (LOPES & PROENÇA, 2003) e para isso demanda de um processo de apuração e investigação guiados e amparados por uma sistematização de procedimentos metodológicos. De acordo com Rocha (2015), entende-se por apuração os procedimentos necessários e adotados na busca do levantamento de informações, dados, documentos, entrevistas, pesquisa, consulta a fontes e como pontua Pereira Junior (2006), também a recheagem do material apurado, todo esse esforço em busca de uma melhor apreensão do acontecimento. Assim, vislumbra-se que a apuração não ocorre apenas na fase inicial do processo de produção jornalística, mas que ela também perpassa pela construção e edição do texto.

Embora nem toda reportagem seja classificada como investigativa, o texto investigativo, em via de regra, caracteriza-se como uma reportagem. O que significa que deve trazer uma contextualização da informação descortinando seu caráter único e revelando o fenômeno no qual está abarcado, deve também travar necessariamente um diálogo articulando as dimensões singular, particular e universal (GENRO FILHO, 1987) que envolvem o tema.

O jornalismo investigativo não reporta o simples acontecimento do fato, vai além de informar os dados, deve sim contextualizá-los, interpretá-los e conectá-los a outras

variáveis (ROCHA; SILVA, 2014). É o que Soliani (2008) diz quando uma boa cobertura sobre orçamento do Estado e políticas sociais transpõe a ideia de apenas seguir o dinheiro:

É preciso estabelecer comparações históricas para saber o comportamento dos gastos ao longo do tempo; usar parâmetros internacionais (“benchmarks”) para avaliar a eficiência dos projetos específicos; recorrer a estudos sobre a evolução dos indicadores sociais do país, a pesquisas que avaliam programas específicos do governo e a especialistas para saber se os resultados dos programas justificam as despesas. É preciso ainda consultar ONGs (organizações não-governamentais) que acompanham a execução ou estão diretamente envolvidas em projetos do Estado e, não menos importante, conversar com os próprios supostos beneficiários dos programas (SOLIANI, 2008, p.157).

Nesse sentido, a ideia de Soliani (2008) coincide com a do pesquisador britânico Ralph Negrine, que embora não esteja preocupado em definir jornalismo investigativo, de acordo com Nascimento (2010), ele agrega ao diferenciar a apuração jornalística ativa da passiva. A ativa, para pesquisador, é aquela em que o jornalista “revela e reúne pedaços de informações, criando entre elas ligações, até então desconhecidas” (NASCIMENTO, 2010, p.16). Já a apuração passiva é quando a informação chega até o jornalista, por exemplo, o vazamento de informação por alguma autoridade (NASCIMENTO, 2010).

No jornalismo investigativo, o objetivo da produção jornalística seria conseguir “chegar à essência das coisas, tentar responder os porquês que provocam uma situação prejudicial à coletividade ou ao interesse público. [...] O jornalismo de investigação tem objetivos concretos que transcendem a informação diária, cuja produção fica velha em 24 horas” (LOPES; PROENÇA, 2003, p. 14)

Pensar o jornalismo investigativo como uma prática específica entre outras do jornalismo não é algo inovador. A Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI) compartilha dessa concepção, assim como os autores brasileiros Nascimento (2010), Sequeira (2003), Lopes e Proença (2003), Dines (1986), Chaparro (1994), Lages (2001), além dos autores internacionais. Em consonância com Sequeira (2005), o jornalismo investigativo se diferencia porque demanda de métodos de pesquisa e estratégias operacionais. No jornalismo investigativo a informação é algo susceptível de ser “trabalhado mais a fundo, de ser documentado, ampliado, verificado, contextualizado, indagado e investigado sob todos os ângulos” (LOPES & PROENÇA, 2003, p. 10). O pesquisador Lage (2001 apud SEQUEIRA, 2005, p.24) define que o jornalismo investigativo é aquele que realmente pratica a investigação, dedica tempo e esforço atrás da informação. Seria um “guardião da sociedade”.

Somado a isso, as transformações pelas quais o jornalismo passou entre os séculos XX e XXI, impulsionadas pelas mudanças sociais e tecnológicas, desenvolveram

procedimentos de apuração mais sofisticados, mais dependentes de um trabalho em equipe e, muitas vezes, multidisciplinar. Isso demanda um processo de produção guiado por outra variável de tempo/espaço. A prática do jornalismo investigativo tornou-se mais complexa com a internet e a globalização, o que corresponde a ultrapassar os limites do simples monitoramento das ações do governo (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003). Para os autores essa prática exige um esforço maior no processo de apuração e um conhecimento mais significativo sobre o assunto (ROCHA; SILVA, 2014). Nessa mesma linha de raciocínio, o argentino Silvio Waisbord, ao estudar o jornalismo investigativo na América do Sul, mostra que este tipo de jornalismo busca apontar as irregularidades que envolvem não apenas o governo, mas também outras autoridades (NASCIMENTO, 2010). “É por isso o que pesquisador usa a expressão ‘*watchdog journalism*’, algo como um ‘jornalismo cão de guarda’” (NASCIMENTO, 2010, p.14).

Rosenstiel e Kovach (2003) identificam três formas de reportagem investigativa. São elas: reportagem investigativa original, reportagem investigativa interpretativa e reportagem sobre investigação. A primeira caracteriza-se pela atuação dos repórteres na descoberta dos dados e informações até então não revelados. Esse tipo, segundo os autores, normalmente culmina em investigações públicas oficiais sobre o que foi noticiado. A segunda forma, reportagem investigativa interpretativa, é a que Nascimento (2010) agrupa junto com o primeiro tipo ao colocar as duas como resultado da habilidade do trabalho de investigação do repórter. Essa forma refere-se ao trabalho do repórter ao buscar um especialista que analise as informações, de forma que ele possa cruzar os dados e encontrar irregularidades. É mérito da atuação e reflexão do repórter em olhar cautelosamente para os dados sob um novo viés até então não revelado. A terceira forma, sobre investigação, corresponde no acompanhamento por parte do repórter nas investigações oficiais em andamento, seja da polícia federal, promotoria ou agências governamentais. São processos em andamento.

Para Nascimento (2010), essa última forma não constitui jornalismo investigativo, pois diferente das anteriores, não foi o repórter quem descobriu as irregularidades. O autor reitera seu posicionamento justificando a própria nomenclatura dessa categoria que diferente das outras não é reportagem investigativa e sim reportagem sobre investigações. Outro contraponto apresentado pelo autor ao analisar a prática do jornalismo investigativos em três revistas brasileiras (Veja, IstoÉ, Época) é o aumento de 400% de produções de reportagens sobre investigação em comparação com reportagens investigativas nos anos de 2002 e 1994. “Em números absolutos, as reportagens sobre investigações passaram de duas, em 1989,

para três, em 1994, e cinco em 1998. Em 2002, chegaram a 25, e em 2006 foram 23” (NASCIMENTO, 2010, p.75).

Outro aspecto peculiar das reportagens investigativas a se considerar é o efeito gerado pela publicação, seja na agenda pública ou política. Normalmente há repercussão da cobertura na opinião pública propiciando o debate público. Uma equipe de pesquisadores americanos analisou justamente esses efeitos da influência de uma reportagem investigativa na construção da agenda pública e classificaram os resultados em três categorias (Nascimento, 2010):

Os primeiros são os que eles chamam de resultados deliberativos, quando são criadas comissões ou realizadas audiências para discussão do problema apontado. Os segundos são os resultados individualizados, quando as consequências são sanções, demissões, rebaixamentos ou outros tipos de punições individuais. Os terceiros são os resultados substanciais, que envolvem regulamentação, legislação e mudanças administrativas. São os mais importantes pois implicam alterações efetivas que podem mexer com sistemas e evitar que casos iguais ou semelhantes aos denunciados pelas reportagens se repitam (NASCIMENTO, 2010, p.56).

Outra característica do jornalismo investigativo tem relação com os temas das reportagens, que normalmente trazem irregularidades política-administrativas, corrupção de governos e políticos, no Brasil principalmente, há poucas denúncias de crimes envolvendo grupos empresariais ou mesmo denúncias contra os direitos humanos (NASCIMENTO, 2010).

Para Sequeira (2005), as técnicas usadas pelo jornalismo investigativo em geral são parecidas com as do jornalismo diário, no entanto apresentam alterações de alguns métodos de acordo com a circunstância. “O que diferencia o jornalismo investigativo dos demais setores da atividade são as circunstâncias, normalmente mais complexas, dos fatos, sua extensão noticiosa e o tempo de duração que, necessariamente, deve ser maior, embora quase sempre exercido sob pressão” (FORTES, 2005, p.30). O jornalista aponta ainda como parte da metodologia de investigação o uso das fontes, entrevistas, levantamento de dados e documentação, mas define uma sequência em etapas do processo de investigação jornalística, já que o jornalismo investigativo depende do cruzamento das informações obtidas por meio de todas essas estratégias.

Uma boa investigação é demorada e, normalmente, recheada de documentos, dados, estatísticas, legislações e códigos de onde se tira o extrato necessário para a notícia. Muitas vezes, não é de uma fonte ou de um documento que se obtém a informação, mas do cruzamento de vários deles. Os dados estatísticos devem ser lidos com cuidado, pois escondem tratamentos técnicos e avaliações que passam despercebidos pelos leigos (FORTES, 2005, p.31).

O relato da jornalista Daniela Arbex (2012) sobre sua investigação do Caso Koji (uma empreiteira de Juiz de Fora - MG) mostra bem a importância de cruzar as informações obtidas por meio dessa metodologia de apuração para garantir o material final mais confiável. A pauta chegou até ela em abril de 2008, numa conversa informal com um motorista de táxi. Quando o taxista comenta sobre o andamento da política em Juiz de Fora, afirmando que até vereador é dono de construtora, ela se interessa em levantar a história. “Nunca tinha ouvido falar sobre a Koji e nem que a tal empresa pudesse pertencer a um dos políticos mais influentes da região: Vicente de Paula Oliveira, presidente da Câmara Municipal há 20 anos no poder” (ARBEX, 2012, p. 171).

Numa pesquisa exploratória, Arbex identifica o nome da empreiteira em licitações da Prefeitura de Juiz de Fora. Os Atos do Governo, documento oficial, indicavam que a empresa havia ganho licitações em todas as secretarias municipais entre os anos de 2005 e 2008, mesmo período em que o referido vereador estava à frente da Câmara Municipal. Apesar da conexão imediata, a jornalista reconhece que a informação era muito frágil para a divulgação em reportagem. A partir disso, inicia-se um longo processo de verificação de documentos e confirmação do esquema de forma incontestável. Nesse processo, a primeira medida tomada pela jornalista na investigação foi procurar provas na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, em busca dos sócios da construtora, uma consulta que pode ser realizada por qualquer cidadão, pois trata-se de informações públicas (ARBEX, 2012).

Com o nome de sete sócios em mãos, a autora parte para o Ministério do Trabalho, onde descobre que os sócios tinham baixa qualificação profissional, ocupando cargos como auxiliares e vigilantes. Apesar de identificar quem seriam os ‘laranjas’ no esquema, a apuração ainda não havia identificado o elo entre o vereador e a construtora. Foi numa consulta à Justiça do Trabalho que a jornalista encontrou um processo trabalhista contra o vereador, que nomeou no processo uma mulher como sua representante. O nome em questão era da funcionária que ocupava tanto o cargo de secretária executiva na presidência da Câmara Municipal como também secretária executiva da empreiteira Koji. A partir daí, com outras consultas e acesso a novos documentos, todos eles públicos, a jornalista consegue provar a ligação existente entre o vereador, sua construtora e as licitações ganhas na Prefeitura. Foi somente com todo esse material em mãos que a jornalista saiu a campo, para enfim entrevistar os envolvidos no esquema (ARBEX, 2012).

A conversa, inicialmente amistosa, foi ficando tensa, na medida em que Vicentão foi percebendo a qualidade das provas que tínhamos em mãos. Num dos momentos mais delicados, o fotógrafo Fernando Priamo conseguiu flagrar o instante em que

Vicentão apontou o dedo indicador para nós, simulando uma arma. Ameaça clara, flagrada por Priamo num competente trabalho de equipe (ARBEX, 2012, p.174).

O relato reforça como a documentação é crucial no jornalismo investigativo, principalmente quando são utilizadas fontes *off the record*. Esse levantamento documental dos antecedentes do fato em questão serão a base da estratégia do restante do processo de apuração, permitindo conhecer a totalidade da história, suas implicações e que tipo de abordagem terá a reportagem.

(...) o levantamento documental em torno do tema que está sendo investigado é uma das etapas mais importantes do processo de construção de uma reportagem investigativa. Tornar públicos fatos que grupos desejam esconder da sociedade exige necessariamente do repórter um conhecimento profundo sobre eles, que só um trabalho documental exaustivo e preciso poderá fornecer (SEQUEIRA, 2005, p. 92).

Com o levantamento de todo material que encontra sobre o tema abordado para a produção de uma reportagem investigativa, outro processo importante no jornalismo investigativo é a checagem das informações, mesmo que elas não pareçam imprecisas ou inconsistentes. “Faz parte do bom jornalismo, sobretudo quando se trata de notícia sensível, abortar uma reportagem, por mais doloroso que seja, se ela tem falhas ou incongruências apresentadas na apuração” (FORTES, 2005, p.34).

Outro procedimento relevante na apuração jornalística investigativa é não se perder no acúmulo de informações e saber filtrar as que realmente correspondem à pauta investigada e não se perder no processo de investigação. De acordo com um levantamento do *Investigative Reporters and Editors* (IRE) (apud FORTES, 2005), a quantidade de informações dobra a cada cinco anos, desde o final de década de 1990. “Esse quadro obrigou os jornalistas, sobretudo aqueles ligados à atividade investigativa, a criar métodos capazes de garantir uma seleção correta das informações, além de instrumentos racionais de avaliação, análise e comunicação” (FORTES, 2005, p.28).

Em 2014, o Centro Europeu de Jornalismo lançou a versão em português do *Verification Handbook*, voltado especialmente para jornalista que usam informações de usuários das redes sociais para pautar as reportagens. As primeiras recomendações orientam o jornalista a: criar e desenvolver fontes humanas, entrar em contato com as pessoas, falar pessoalmente com elas, ficar cético quando alguma coisa parecer “boa demais para ser verdade”, consultar fontes confiáveis, familiarizar-se com métodos de busca e pesquisa e comunicar-se e trabalhar em cooperação com outros profissionais. “A verificação é a base do jornalismo, mas também ilustra a dificuldade da profissão e a necessidade de manter altos

padrões, já que o caminho até a verificação pode variar de acordo com cada fato” (MANUAL ..., 2014, s/p).

A importância de uma metodologia de investigação e de checagem das informações é identificada na reportagem da revista *Rolling Stones* versão americana, publicada em novembro de 2014, com o relato de um caso de estupro coletivo no campus da Universidade de Virginia, intitulada “Um estupro no Campus”. Após a publicação da reportagem, que teve um processo investigativo de seis meses, questionamentos do jornal americano Washington Post colocavam em dúvida a confiabilidade da história relatada pela fonte principal da reportagem. Ao perceber o equívoco do material publicado, a própria revista repudiou a reportagem e solicitou que uma equipe da Universidade de Columbia de jornalismo identificasse as falhas de apuração no processo. No relatório final dessa investigação, foram identificados os problemas:

O repúdio, pela Rolling Stone, da principal narrativa em “Um Estupro no Campus”, é uma história de fracasso jornalístico que poderia ter sido evitado. O fracasso abrangeu reportagem, edição, supervisão editorial e checagem de fatos. A revista deixou de lado ou racionalizou como desnecessárias práticas de reportagem que, se tivessem sido efetuadas, provavelmente teriam levado os editores da revista a reconsiderar a publicação da narrativa de Jackie de forma tão destacada, ou mesmo a decidir não publicá-la. A matéria publicada disfarçava as falhas na reportagem da revista usando pseudônimos e deixando de divulgar de onde haviam partido importantes informações (NOGUEIRA, 2015, s/p).

A investigação dessa equipe sobre o que deu errado na apuração da reportagem indicava que o problema não foi a falta de recursos ou pessoal, já que a revista conta com um setor de checagem das informações, que chegou a indicar algumas lacunas no material levantado pela repórter.

O problema foi a metodologia, agravado por um ambiente onde vários jornalistas com décadas de experiência coletiva deixaram de expor e debater problemas com sua reportagem ou de atentar para os questionamentos que receberam de uma colega encarregada da checagem (NOGUEIRA, 2015, s/p).

Na apuração jornalística, é importante checar todas as informações obtidas, questionando as fontes sobre quais são as origens das informações que estão sendo repassadas, mesmo quando são especialistas, testemunhas ou qualquer outra classificação. E em reportagens investigativas, em que normalmente a fonte pede para não ser identificada, confirmar a informação antes de publicar é um dever do jornalista, pois as pautas tratam de denúncias.

Repórteres precisam fazer essa pergunta às fontes; editores precisam fazê-la aos repórteres. Repórteres, editores, produtores e defensores dos direitos humanos precisam fazer a pergunta em terceira pessoa sobre fontes que não podem ser

questionadas diretamente: como eles sabem disso? (...) Nosso trabalho não é reproduzir o que as fontes dizem e o material que elas oferecem, e sim questioná-las, triangular o que elas oferecem com outras fontes confiáveis e verificar o que é verdade, eliminando do nosso trabalho (antes de publicar, mapear ou transmitir) o que é falso ou não foi adequadamente verificado (MANUAL ..., 2014, s/p)

No jornalismo investigativo, a estratégia de triangular as informações durante o processo de produção deve ser um procedimento corriqueiro e necessário. Há pouca teoria abordando especificamente as técnicas de apuração do jornalismo investigativo, que exigem uma integração entre diferentes técnicas para garantir um levantamento complexo e inequívoco do tema pautado, por isso a necessidade de se levantar exemplos práticos de abordagens investigativas para identificar os métodos utilizados e sua eficiência. As duas reportagens seguem a tendência de temas do jornalismo investigativo, pautadas em atos ilícitos, denúncias, crimes, violações de direitos/cidadania.

São temas que exigem mais investigação, um procedimento diferenciado, tanto na busca de informações e dados sobre o acontecimento quanto no esforço de aferir a precisão do material levantado. O caminho metodológico do jornalismo investigativo é seguir os dados, cruzá-los e interpretá-los. As fontes, primárias ou secundárias, são usadas apenas como uma das técnicas e não a única, para confirmação das informações levantadas em bancos de dados ou documentos oficiais. O jornalismo factual costuma limitar-se às informações e dados repassados pelas fontes, em geral oficiais ou especialistas. Entretanto, devido às temáticas, obscuridade e complexidade dos assuntos pautados nas reportagens investigativas, a apuração que não esgota o acontecimento e suas interconexões com outras instâncias como política, econômica, policial ou social e que não cruza as informações obtidas, pode ficar rasa e até mesmo incompleta. E a publicização da informação incorreta causa um dano irreparável aos envolvidos e à sociedade.

Conforme os dois casos retratados, o processo de investigação tem início com a comprovação do fato. Uma conversa durante uma corrida de táxi foi o que pautou toda a sequência de reportagens investigativas do Caso Koji. A primeira ação da jornalista foi verificar a veracidade da situação, se realmente havia ligação entre um vereador da cidade com uma empreiteira vencedora de diversas licitações da Prefeitura de Juiz de Fora. Somente encontrar essa relação em documentos não era suficiente para trazer o caso à tona.

O processo de investigação envolveu levantamento de dados e acesso a documentos públicos, que comprovavam de forma inegável os fatos, para somente após isso entrar em contato com as fontes. A primeira reportagem da série só foi publicada depois que, com a

triangulação das técnicas de apuração, o jornal possuía total confiança nas informações que seriam apresentadas ao leitor

Os dois casos mostram a necessidade de uma disciplina no processo de produção na investigação jornalística para as reportagens investigativas. Foi a sequência desses procedimentos que garantiu à série de reportagens do Caso Koji a credibilidade com que foi reconhecida mais tarde, com prêmio de jornalismo. O material jornalístico, inclusive, embasou investigações do Ministério Público para apurar as irregularidades expostas nas reportagens. Já o segundo caso, aponta erros jornalísticos em decorrência da não utilização de procedimentos rigorosos no processo de produção, sobretudo de apuração e checagem das informações. O exemplo evidencia como o processo de produção jornalística não envolve apenas ações do repórter, mas também de editores.

A obra *A investigação a partir de histórias. Um manual para jornalistas investigativo* publicado em 2013 pela UNESCO traz os métodos e as técnicas do jornalismo investigativo, sem se limitar à busca de informações ou de como encontrá-las, mas por um viés holístico envolvendo todo o processo de produção da reportagem investigativa.

Não pensamos que a questão básica seja como encontrar informações. Ao invés disso, pensamos que a tarefa central é como contar uma história. Isso nos leva à inovação metodológica básica deste manual: Usamos as histórias como o cimento que mantém a coesão entre cada passo do processo investigativo, desde a concepção até a pesquisa, redação, controle de qualidade e publicação. Também nos referimos a essa abordagem como a investigação a partir de histórias, porque começamos formulando a história que esperamos redigir como uma hipótese que será ou verificada ou refutada. Esse é o primeiro passo em um processo integrado (HUNTER et al., 2013, p.4).

Nesse sentido, o ponto inicial é o fato que será narrado, ou seja, a pauta a ser investigada. É a pauta que define o método investigativo. Porém, para os autores todas as pautas partem do pressuposto de uma hipótese para a história, estratégia já utilizada por empresas de consultoria, pelas ciências sociais e pelas investigações policiais. A partir da hipótese são desenhados os seguintes passos a serem seguidos (HUNTER et al., 2013):

- o repórter consegue visualizar as informações que necessita buscar;
- o profissional de edição pode "avaliar mais facilmente a factibilidade, os custos, as recompensas e o avanço" do projeto investigativo;
- já durante o processo de produção, os profissionais envolvidos organizam o material coletado para a redação e começam a construir partes específicas do texto final;
- esse procedimento auxilia no controle e permite uma visão "mais perspicaz sobre o quão bem a história atende a critérios legais e ético";

- o resultado é uma história "que pode ser resumida em algumas poucas frases de impacto – uma história que possa ser promovida, defendida e lembrada" (HUNTER et al., 2013, p.4 e 5).

Percebe-se, assim, que o processo de produção e construção do conteúdo informativo investigativo não caracteriza-se por um movimento linear e sim pendular, mesclando de forma contínua, porém finita, apuração, redação do texto e verificação. É válido mencionar, como os próprios autores colocam, que essas constatações sobre um procedimento metodológico não são embrionárias e sim fruto de estudos e observações práticas por um conjunto de profissionais. Em 1990, a tese de Mark Lee Hunter trouxe uma comparação entre os métodos investigativos franceses e norte-americanos. Posteriormente, durante 12 anos, Hunter trabalhou no Instituto Francês de Imprensa da Universidade de Paris/Panthéon-Assas, e junto com os colegas testou na prática os métodos apontados no manual para jornalistas investigativos (HUNTER et al., 2013).

Juntamente com alguns colegas, entre eles Yves Doz, Luk Van Wassenhove, Ludo Van der Hayden e Kevin Kaiser refletiram sobre as práticas e processos no campo do jornalismo. Em 2001, com o surgimento da Rede Global de Jornalismo Investigativo, motivada por uma rede de membros de diferentes entidades como do Instituto Dinamarquês para a Cobertura Jornalística Auxiliada por Computador e do Repórteres e Editores Investigativos Inc., criou-se um fórum "para o intercâmbio de boas práticas" (HUNTER et al., 2013, p.5). Contudo, como o próprio autor coloca, esse movimento de observar os elementos de investigação a partir das histórias eclodiu em diferentes lugares, como Holanda e Dinamarca.

1.2 JORNALISMO INVESTIGATIVO E MARCOS NA HISTÓRIA

As especificidades que hoje definimos na produção do jornalismo investigativo foram desenhadas e caracterizadas ao longo da história, acompanhando as transformações vividas pelo próprio jornalismo. As diferenças entre os caminhos percorridos durante a produção jornalística de um fato cotidiano e um assunto velado ao público para atender interesses dos que detém algum tipo de poder que perpassa pelas instâncias econômica, política, cultural ou social datam desde o século XIX e ocorreram em consonância com a emergência do novo paradigma do jornalismo, o informativo, em um cenário de transformações, principalmente, nos EUA e Europa.

Assim, a apuração não está na gênese do jornalismo, ela iniciou no modelo industrial, quando o repórter passou a deslocar-se para o local do fato, suscitaram o correspondente e a entrevista em uma imprensa, em especial nos EUA, em ascensão, favorecida pelo comércio, imigração, florescimento de uma nova classe social e crescente urbanização (SCHUDSON, 2010). “[...] a apuração nasce junto com a reportagem e com os correspondentes. A partir de 1880, o jornalismo, sobretudo americano, vive essa transição, troca os editoriais agressivos, voltados principalmente à política, para buscar a imparcialidade” (ROCHA, 2015, p. 5). Os repórteres passaram a ser “atores no drama do mundo dos jornais” (SCHUDSON, 2010, p.80).

Como a notícia era mais ou menos “inventada” nos anos 1830, o repórter foi uma invenção social dos anos de 1880 e de 1890. Os primeiros jornais haviam sido equipes de um homem só: um único indivíduo atuava como impressor, agente de publicidade, editor e repórter. Os “correspondentes”, nos jornais do século XVIII e início do século XIX, eram geralmente viajantes ou amigos do editor em portos estrangeiros, que enviavam correspondências para os periódicos de suas cidades-natal. No curso do século XIX, os editores passaram a confiar menos nessas fontes informais de notícias e mais nos escritores *free-lancers* e repórteres contratados, que eram pagos para escrever (SCHUDSON, 2010, p. 81).

Conteúdo acusando irregularidades aquém da política já povoavam os jornais, ainda nos séculos XVII e XVIII. Em 25 de setembro de 1690, Benjamin Harris denunciou a violência dos índios norte-americanos contra soldados franceses e criticou “a aliança da Grã-Bretanha com os índios” (NASCIMENTO, 2010, p.33), na única edição do jornal americano de Boston *Publick Occurrences*. Em 1721, James Franklin fez uma série de denúncias no jornal americano *New England Courant* contra as autoridades religiosas que cometeram erros em um programa de vacinação contra varíola em Boston, espalhando a doença entre a população (NASCIMENTO, 2010).

Contudo, no século XIX, o jornalismo partidário desenvolvido, normalmente, por uma pessoa defendendo opiniões e pregando conjecturas vai se distanciando dos ideais positivistas latentes na época, não era mais suficiente apenas denunciar, precisava documentar. O jornalismo se constituía no ideário da objetividade, ou pelo menos, buscava desenvolver recursos para controlar a subjetividade ao reportar o fato.

Em relação aos temas obscuros, apenas as técnicas utilizadas para contar os fatos não eram suficientes para revelar interesses submersos, exigia-se o emprego de diferentes estratégias, procedimentos e tempo de investigação. Burgh (2008) mostra que Emile Zola adicionou técnicas de observação, em seus textos no século XIX, para denunciar as condições de vida, pobreza e miséria na França, causadas pela revolução industrial. Esse método de observação cautelosa ficou denominado como *documentary realism* por Keating

(1991), e passou a ser utilizado no jornalismo investigativo na busca da imparcialidade da informação. Charles Booth também utilizou desse método de observação em suas obras *Life and labour of the people of London* publicadas entre 1889 e 1891.

Algumas das técnicas utilizadas hoje são questionáveis pelos códigos de ética do Jornalismo em alguns países e pelas deontologias da profissão. Em 1885, o jornalista W.T. Stead publicou no jornal londrino *Pall Mall Gazette*, *The Violation of Virgin's, The report off our secret commission*, denunciando a prostituição infantil e a venda de meninas em Bordéis de Londres, com a conivência de autoridades e pessoas abastardas. Para fazer as reportagens investigativas W.T. Stead comprou uma menina de 13 anos e apresentou em um bordel de Londres comprovando a veracidade das denúncias na época, ou seja, ele apropriou-se da técnica do “disfarce”. Isso levou W. T. Stead a ser preso sob a acusação de sequestro (Nascimento, 2010). O aspecto positivo da reportagem foi a promoção do debate público, resultando na emenda da Lei Criminal, a qual proibiu o comércio sexual de crianças e elevou a idade do consentimento de 13 para 16 anos (BURGH, 2008).

As mulheres jornalistas também tiveram um papel importante na história do jornalismo investigativo, tendo a técnica do “disfarce” como uma das marcas da participação feminina e do seu legado. Para Kroeger (1994) o que impulsionou o ingresso das mulheres nas redações, no final do século XIX, foi o chamado *stunt girl*, ou jornalismo performático, ou ainda o uso do “disfarce”. “[...] o advento das stunt girls e as amplas seções dedicadas às mulheres criaram o primeiro lugar real para as mulheres como membros regulares das equipes dos jornais e como parte importante do mix editorial” (KROEGER, 1994, P. 127 apud COSTA, 2013, p.8). *Stunt girl* foi uma das primeiras versões do jornalismo participativo e suas representantes mostraram como a mulher era vista como “objeto” e agente de publicidade em escritórios médicos, hospitais e fábricas.

O trabalho geralmente era forte o suficiente [...] para ir da seção de *feature* para as capas, oferecendo às mulheres sua primeira oportunidade coletiva de mostrar aos editores que elas podiam atuar com a mesma inteligência, dedicação e naturalidade altruísta dos homens mais capazes. As *stunt girls* [...] formaram uma rampa humana na qual a geração seguinte de mulheres repórteres se lançou para o jornalismo *mainstream*. Ainda haveria pontos controversos e discriminação por muitos anos, mas pelo menos o caminho havia sido aberto (KROEGER, 1994, p. 127).

Uma das expoentes foi a jornalista Elizabeth Jane Cochran (1864-1922) que assinava com o pseudônimo Nellie Bly. Em uma das suas primeiras reportagens publicadas no jornal *New York World* de Joseph Pulitzer, Bly denunciou as condições desumanas praticadas com as pacientes no manicômio feminino na ilha de Blackwell, onde ela passou

dez dias se fingindo de louca (COSTA, 2013). Nellie Bly influenciou jornalistas da época, como Ada Patterso e Caroline Lockhart e jornais americanos concorrentes a adotar a técnica do “disfarce”, entre estes *San Francisco Examiner*, *St. Louis Republican*’s, *Boston Post*’s. Segundo a historiadora Jean Marie Lutes, a técnica do “disfarce” fez com que as repórteres utilizassem o próprio corpo como um “canal” para conseguirem “transmitir” a informação. No entanto, na época elas foram “menosprezadas” porque o procedimento performático ia na contramão da lógica da objetividade que vigorava na condução do jornalismo (COSTA, 2013).

Como um híbrido de “*soft news*” emocionante e “*hard news*” forte, o *stunt reporting* possibilitou às jornalistas mulheres uma maneira de lucrar com a atenção tão frequentemente focada em seus corpos. Atuando, na prática, como as heroínas sensacionais de suas próprias matérias, elas redefiniram a reportagem e usaram seus corpos não apenas como um meio de adquirir a notícia, mas como a própria fonte dela (LUTES, 2006, p. 14 apud COSTA, 2013, p. 9).

Ainda entre 1842 e 1847, duas jornalistas destacaram-se na cobertura de denúncias: Margaret Fuller, correspondente na Europa do *New Yourk Tribune*, e editora do jornal literário *The Dial*, que escrevia sobre prostituição, doenças mentais e prisões, e sua contemporânea Anne Royal que reportou sobre fraudes federais e roubo de terras indígenas por parte do governo americano nos jornais *WashingtonPaul Pray* e *The Huntress* (SILVEIRINHA, 2007). Embora o número de jornalistas mulheres fosse pequeno nos EUA, a participação aumentava a cada ano. Segundo Chambers, Steiner e Fleming (2004), em 1880 havia 12.308 jornalistas empregados nos EUA e, de acordo com a revista *The Journalist*, em 1886, 500 mulheres trabalhavam com regularidade na parte editorial dos jornais americanos, sendo que em 1888, só nos jornais de Nova Iorque, elas somavam 200 (COSTA, 2013).

Outra demarcação da atuação das mulheres no jornalismo, no mesmo período, corresponde ao *municipal housekeeping*, um movimento de denúncia na imprensa feminina americana de temas que afetavam mulheres e crianças, relacionados à saúde, higiene, emprego, condições de vida e trabalho infantil. “...baseava-se na ideia progressista de que os valores domésticos das mulheres podiam ser estendidos à cidade e que, por isso, seria da responsabilidade delas manter as cidades seguras e limpas, contribuindo assim para o fim da corrupção da vida pública” (SILVEIRINHA, 2007, p.120).

Nesse sentido, na década de 1880, Hellen Campbell destacou-se com uma série de artigos de não ficção *The Problem of the Poor*, apontando problemas sobre os bairros de Nova Iorque, o mercado de trabalho e a situação feminina na revista *Sunday Afternoon*. O

municipal housekeeping está intrinsecamente relacionado a temas sobre miséria, privação e relevância social, e deu visibilidade à situação feminina e infantil que soavam como secundárias no contexto da época. Posteriormente, Hellen Campbell atuou também como *muckrakers* (SILVEIRINHA, 2013).

Os *muckrakers* especializaram-se em denunciar as mazelas oficiais e cobrar reformas em âmbito local, estadual e federal (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003), sendo um dos marcos históricos do jornalismo investigativo. Tratava-se de um estilo de reportagem que priorizava a cobertura de escândalos e defesa de minorias. Ritter (2013) recupera a definição do termo *muckraker*, que surgiu a partir da união da palavra inglesa *muck* (sujeira, esterco, imundície, porcaria) e *raker* (investigador, escarafunhor).

Um *muckraker* é, primeiramente, um repórter ou escritor que investiga e publica relatórios verdadeiros que envolvem uma série de questões sociais, em geral, incluindo o crime e a corrupção e, muitas vezes envolvendo autoridades eleitas, líderes políticos e membros influentes do comércio e da indústria. O termo está intimamente associado com um número de escritores importantes que surgiram entre as décadas de 1890 e de 1930 (REESE, 2010, p.1 apud RITTER, 2013, p. 2).

Ou seja, os *muckrakers* produziram um jornalismo com foco em problemas sociais, tratando nas reportagens denúncias a respeito do processamento de carne, trabalho infantil, indústria farmacêutica e condições trabalhistas na indústria em geral, por exemplo. Essas reportagens foram conquistando espaço em revistas com ampla circulação, como *Collier's Weekly*, *Munsey's* e *McClure's*, conforme relata Reese (2010, p.1 apud RITTER, 2013, p. 2)

Outro marco importante no desenvolvimento do jornalismo investigativo é a reportagem emblemática de Ida Tarbell, de 1904, *The History of Standard Oil Co*¹⁸, publicada na revista americana *McClure's Magazine*, em 19 partes. A investigação de Tarbell revelou as práticas ilícitas das empresas de petróleo do então rico empresário John Rockefeller. A apuração incluiu consulta a documentos e legislaturas de diversos estados americanos bem como processos envolvendo investigação por parte do Congresso dos Estados Unidos sob a *Standard Oil Company* que operava nas estradas de ferro, refinarias e linhas de tubulação do país, referentes ao período de 1870 a 1900. Entrevistou pessoas de grandes centros do petróleo e consultou funcionários da indústria petrolífera que ainda estavam vivos para ajudá-la na leitura dos documentos dos anos anteriores. O trabalho minucioso, disciplinar e metódico de Ida Tarbell, conhecida na redação como “um dos garotos”, influenciou outros jornalistas da época na prática da investigação de temas submersos e comprometedores. Ela trilhou uma geração de jornalistas, os quais adotaram a

¹⁸ <http://www.pagetutor.com/standard/>

investigação meticulosa, consulta a documentos e expuseram o poder corrupto nacional e local, envolvendo abusos de trabalho infantil, oligopólio do petróleo e sua relação com a ferrovia.

Ainda nos EUA, outro fato de destaque que marca a história do jornalismo investigativo é uma alteração no Prêmio Pulitzer, o reconhecimento jornalístico mais importante nos Estados Unidos. O prêmio de 1964 vinha com o reconhecimento formal dessa nova era vivida pelo jornalismo, com a criação da categoria Reportagem Investigativa.

Executivos dos jornais de todo o país que administravam o Pulitzer sob os auspícios da Universidade de Columbia haviam criado essa nova categoria para substituir uma antiga, que, segundo eles, não precisava mais ser reconhecida – a chamada Reportagem Local. Davam assim maior ênfase ao papel da imprensa como um setor ativo, reformista, denunciador. Assim fazendo, o *establishment* jornalístico americano outorgava seu aval a um tipo de trabalho feito, com maior frequência em anos recentes, por uma nova geração de jornalistas (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003, p 170).

Os registros sobre o desenvolvimento do jornalismo investigativo contemplam especialmente a sua prática nos Estados Unidos, mas é possível que outros exemplos tenham ficado de fora, por conta da escassa bibliografia incluindo a prática em outras partes do mundo. A grande referência na história do jornalismo investigativo fica por conta da cobertura do *Washington Post* do escândalo que ficou conhecido como *Watergate*, em junho de 1972. Os repórteres Bob Woodward e Carl Bernstein produziram uma série de reportagens revelando as ligações do governo americano com a invasão do comitê do Partido Democrata. Todo o processo de apuração foi detalhado pelos repórteres no livro *Todos os Homens do Presidente*.

A versão oficial sobre a invasão, dada pelo Comitê de Reeleição do Presidente (CRP) Richard Nixon foi comprada pela grande maioria dos jornais da época. De acordo com essa versão, os cinco arrombadores presos estariam envolvidos em um movimento anti-Fidel Castro e investigavam a possibilidade de o governo de Cuba ter contribuído com o Partido Democrata (NASCIMENTO, 2007). Woodward e Bernstein foram os responsáveis por descobrir e divulgar que o próprio CRP estava envolvido no arrombamento, sendo que os arrombadores já haviam trabalhado para a agência norte-americana de inteligência, a CIA. O trabalho de investigação dos repórteres contou com o auxílio de uma importante fonte, apelidada como *Deep Throat* (Garganta profunda). A identidade dessa fonte foi mantida em segredo por 30 anos e somente em 2005 foi revelada. Em um artigo publicado na revista *Vanity Fair*, escrito pela família desse personagem, a identidade de um agente americano, que ocupava o segundo cargo mais importante do FBI quando ocorreu o *Watergate*, foi

revelada. Mark Felt foi o agente que contribuiu com as investigações de Woodward e Bernstein, confirmando informações que eles já haviam levantado com outras fontes. No dia seguinte a esta publicação, Woodward publicou no *Washington Post* um artigo¹⁹ revelando detalhes de sua relação com o agente.

Já na década de 1970, o jornalista americano Philip Meyer ao defender o Jornalismo de Precisão, referia-se à aplicação de métodos científicos das ciências sociais para levantar e analisar dados, em movimento contrário ao *New Journalism*, que foi impulsionado a partir da década de 1960.

O jornalismo de precisão foi uma forma de expandir o arsenal de ferramentas do repórter para tornar temas antes inacessíveis, ou parcialmente acessíveis, em objeto de exame minucioso. Foi especialmente eficiente para dar voz à minoria e grupos dissidentes que estavam lutando para se verem representados (MEYER, 1973, p. 62).

Antes mesmo de Philip Meyer utilizar dados na reportagem sobre as manifestações em Detroit para mostrar que os participantes não eram pessoas de baixa escolaridade da região sul, em 1952, a TV americana CBS usou de análise de dados para prever o resultado das eleições presidenciais. Iniciava uma nova forma de fazer jornalismo, na década de 1960, jornalistas, sobretudo dos Estados Unidos, passaram a visitar bases de dados públicos com métodos científicos para fiscalizar o poder de forma independente. Denominado de *Jornalismo de interesse público*, os defensores das técnicas baseadas no auxílio do computador (RAC) procuram revelar tendências, contrariar o senso comum e desnudar injustiças perpetradas por autoridades e corporações. O que Meyer e os primeiros adeptos viam no uso dessas técnicas, emprestadas das ciências sociais, era um caminho que permitiria ao jornalismo estar mais próximo da verdade.

Trata-se, na verdade, de uma abordagem jornalística específica frente aos acontecimentos, embasada numa tradição positivista, segundo a qual os jornalistas devem se preocupar em coletar evidências sobre os fatos seguindo protocolos claros e reprodutíveis, emprestados das ciências sociais, para revelar a verdade sobre um determinado acontecimento ou fato social (TRÄSEL, 2014, p. 99)

Schudson (2010) destaca que essa fase do jornalismo investigativo, especialmente nos anos 1960 e 1970, estabeleceu importantes mudanças nas empresas de comunicação, entre elas, a criação de equipes de repórteres investigativos em muitos diários dos Estados Unidos.

¹⁹https://www.washingtonpost.com/politics/how-mark-felt-became-deep-throat/2012/06/04/gJQA1pARIV_story.html?utm_term=.bac42020c1c3 (acesso em fev/2017)

Em fevereiro de 1967, o *Newsday* estabeleceu uma equipe de três repórteres, um editor e um secretário-investigador, exclusivamente para dar seguimento a trabalhos investigativos. A equipe tinha seu próprio escritório e arquivos. Ela produzia três grandes reportagens por ano, cada uma circulando no jornal por mais de 5 dias. O *Boston Globe* inaugurou, em 1970, sua equipe “de destaque”, nos moldes do grupo *Newsday*. A investigação no New York Times, de acordo com o correspondente de Washington, Robert Semple, partiu, no final dos anos 1960, de uma base “faça como puder”, para uma “proposta *full time*”. O *Cleveland Plain-Dealer* manteve uma equipe de 1974 a 1977, mas abandonou-a em seguida por considerá-la muito cara. O *Chicago Tribune* estabeleceu sua força-tarefa investigativa em 1968, que ainda tem sua identidade própria, escritório e missão. (SCHUDSON, 2010, p. 221).

Além destes, existem inúmeros outros casos que permeiam a história e desenvolvimento do jornalismo investigativo. A atuação desses profissionais contribuiu para a constituição do que hoje conhecemos como jornalismo investigativo e no incremento de estratégias e procedimentos no processo de produção da reportagem investigativa, na busca de cercar o fato, seus antecedentes e contextualização. Estes jornalistas pioneiros e pioneiras em utilizar procedimentos para reportar temas de relevância social, corrupção, maus tratos e desrespeitos aos direitos dos cidadãos, coincidem em um processo de produção que demanda mais tempo e triangulação das informações. Em um período em que emergia o paradigma do jornalismo informativo, associado à busca da objetividade e veracidade influenciado pelos métodos científicos da época, esses primeiros registros da prática investigativa mostram jornalistas que buscaram se aproximar dos fatos e trazer informações até então desconhecidas por parte do público, as quais constituíam os alicerces políticos, econômicos e sociais da sociedade da época.

1.3 O JORNALISMO INVESTIGATIVO NO BRASIL

Da mesma forma que em outros países, a bibliografia não define o momento exato do surgimento do jornalismo investigativo no Brasil. No entanto, conforme aponta Nascimento (2007), alguns exemplos de reportagens carregando elementos cruciais do jornalismo investigativo foram produzidas durante o século XX. Como no Jornal da Manhã (RJ), com a publicação de uma matéria que acusava o ex-presidente Epitácio Pessoa pelo beneficiamento de exportadores de açúcar em troca de uma joia para sua esposa, no ano de 1923. O jornalista Mário Rodrigues, que assinou o texto, respondeu a processos pela publicação, que tornou o caso conhecido como “O Caso do Colar” (SODRÉ, 1999, p. 361 apud NASCIMENTO, 2007, p. 48).

Outro representante das primeiras práticas investigativas no Brasil é a revista O Cruzeiro, criada em 1928, publicando durante as décadas seguintes diversas reportagens

com problemas sociais, escândalos políticos e comportamento. Mesmo diante de outros exemplos isolados, o jornalismo investigativo no Brasil ganha força apenas após a redemocratização do país, já que durante o período de 20 anos do golpe militar de 1964, “se sucederam no poder militares que com uso de censura, intimidação, violência e até assassinatos tentaram impedir a publicação de reportagens contrárias ao regime ditatorial imposto”, num processo muito semelhante ao de outros países da América do Sul (NASCIMENTO, 2007, p. 49).

Ainda que diante dessa repressão, a história do jornalismo no período da ditadura militar traz alguns exemplos de prática investigativa, como pode ser confirmado pelas edições do Prêmio Esso entre os anos de 1964 e 1984, premiando reportagens com denúncias exclusivas. Foi durante os anos de 1966 a 1976 que circulou a revista Realidade, reconhecida pela qualidade de suas produções jornalísticas. Mas é somente com a redemocratização do Brasil que o jornalismo investigativo ganha corpo no país.

No Brasil, o *boom* da investigação jornalística teve que esperar o fim da ditadura militar (1964-1985) para acontecer. Durante os 21 anos de rodízio de generais no Palácio do Planalto, a imprensa brasileira ficou, em maior e menor escala, sufocada pela censura e pela força da repressão. Viviam, aqui e ali, de iniciativas pontuais. Com a redemocratização do país, em 1985, os jornalistas começaram a respirar, a fugir do noticiário oficial e, finalmente, a buscar a melhor notícia – aquela que está escondida (FORTES, 2005, p.10)

Conforme aponta Nascimento (2007), a produção desse crescente jornalismo investigativo no Brasil pós ditadura militar acaba tendo relação direta com o período em que os militares estavam no comando do país. Se por um lado, a divulgação pela imprensa de denúncias sobre o governo na década de 1980 contribuíram para uma imagem negativa da democracia, por outro, foi este mesmo jornalismo investigativo o responsável por revelar os abusos do período.

[...] revelar torturas e execuções praticadas por militares, ajudando a colocar o rótulo de funesto no regime autoritário que comandou o país entre 1964 e 1985. A ascensão do jornalismo investigativo na América do Sul é inseparável de um clima de busca pela verdade sobre os abusos e assassinatos cometidos pelas ditaduras militares (WAISNBORD, 2000, P.189 apud NASCIMENTO 2007, P. 51).

Da mesma forma que o caso Watergate marcou o desenvolvimento do jornalismo investigativo nos Estados Unidos, foi a cobertura das revelações envolvendo o presidente Fernando Collor de Mello, no final da década de 1980. Nas primeiras eleições diretas para a Presidência da República após o golpe de 64, Fernando Collor de Melo derrotou o sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva, em 1989. Logo no início de seu governo, reportagens já questionavam a legalidade das relações que o presidente mantinha com empreiteiras e

agências de publicidade. Entretanto, foi em maio de 1992, quando seu irmão Pedro Collor deu uma entrevista à Revista Veja, sucessora da Realidade, revelando o envolvimento do presidente com corrupção e drogas, que o jornalismo investigativo brasileiro teve seu principal marco.

Durante o governo Collor, essa ascendência simbólica tornou-se fato e alimentou uma geração inteira de jornalistas, a maioria com menos de trinta anos de idade e pouco de profissão. Essa geração, de onde saíram tanto embustes como profissionais brilhantes, deu cara e tamanho ao conceito de jornalismo investigativo no país, ao ponto de proclamá-lo, sem fazê-lo formalmente, como um tipo de especialização dentro da profissão (FORTES, 2005, p. 21).

Depois disso, o jornalismo investigativo no Brasil foi se fortalecendo, com a criação de núcleos investigativos em diversos veículos, até as iniciativas mais recentes, como a Agência Pública e o Grupo de Investigação, criado pelo grupo RBS no final de 2016. Além disso, também foram surgindo novos prêmios jornalísticos de reconhecimento a essas produções, como o Prêmio Esso, que reconhece estas produções desde 1955, e o Prêmio Tim Lopes de Jornalismo Investigativo, criado em 2003.

CAPÍTULO 2 - A REPORTAGEM JORNALÍSTICA E O PROCESSO DE PRODUÇÃO

O jornalismo investigativo se materializa através da reportagem investigativa, um estilo de produção que tem diferenças da notícia factual cotidiana. A reportagem é uma invenção do final do século XIX (SCHUDSON, 2010), mas o desenvolvimento do jornalismo ao longo dos séculos XVII e XVIII foi determinante para o surgimento da reportagem com as características que hoje conhecemos.

2.1 O JORNALISMO E A PRODUÇÃO DA REPORTAGEM

Na Europa do século XVII, em meio às revoluções pelas quais a sociedade passava, havia matéria-prima informativa suficiente para sustentar o surgimento dos primeiros jornais “eminentemente jornalísticos”, que ficaram conhecidos posteriormente como gazetas (SOUSA, 2008, p.75). “Esses primeiros jornais, ou gazetas, na sua essência, correspondem a uma evolução do conceito de “livro noticioso” para uma publicação mais frequente, muito menos volumosa, de menor custo e com notícias mais actuais” (SOUSA, 2008, p. 75).

Para o autor, o marco histórico do surgimento das gazetas se deu em 1604, com o lançamento de *La Gazette Français*, sendo o modelo rapidamente imitado em diversos outros países da Europa. Esse formato de publicação apresentava características jornalísticas como: periodicidade definida; texto simples para compreensão do público; menção a fontes; narrativa cronológica; além da publicação de notícias do dia anterior, remetendo a noção de atualidade. “O aparecimento das gazetas permite afirmar que o jornalismo noticioso é uma invenção europeia dos séculos XVI e XVII, com raízes remotas na antiguidade clássica e antecedentes imediatos na Idade Média e no Renascimento” (SOUSA, p. 75, 2008).

Entretanto, se enquanto para Sousa (2008, p.80) esses primeiros modelos de jornalismo francês não traziam apenas conteúdo jornalístico, incluindo também notícias “orientadas” para defesas de determinadas causas, textos argumentativos, persuasivos e opinativos, figurando mais como propaganda e imprensa partidária, para outros autores a produção desse período nem se configurava como jornalismo. Já no final do século XVII é possível identificar a ocorrência de dois modelos de jornalismo: o inglês e o francês.

O primeiro consagra a liberdade de imprensa; o segundo, impõe o controlo sobre a imprensa. O primeiro propõe o paradigma em que se fundará o jornalismo ocidental contemporâneo (Modelo Ocidental de Jornalismo); o segundo alicerça a forma de fazer jornalismo em ditadura (Modelo Autoritário de Jornalismo, influenciando também os modelos Socialista e Desenvolvimentista de jornalismo).

No entanto, o jornalismo, em ambos os modelos (britânico e francês), alimentar-se-á, essencialmente, de notícias (SOUSA, p. 81, 2008).

No modelo de jornalismo desenvolvido na França a produção jornalística estava submetida aos interesses absolutistas. Várias leis foram promulgadas pelos governos instituindo a censura prévia nas publicações, proibindo a divulgação de determinados conteúdos. Também nessa época na França o Estado financiava algumas gazetas para atuarem a seu serviço, com redatores leais ao governo, que recebiam instruções sobre o que redigir e como redigir (SOUSA, 2008).

Na Inglaterra, por outro lado, o contexto histórico era de embate entre os defensores do absolutismo e do parlamentarismo, resultando em diversos confrontos civis. Em 1689 é aprovada a Declaração de Direitos, que estabelecia tolerância política e religiosa, tendo o Parlamento como sede.

Por isso, enquanto na maioria dos países europeus o absolutismo régio imperava, favorecendo um apertado controlo da imprensa, na Inglaterra a revolta contra o absolutismo régio e pelo parlamentarismo, sobretudo após o triunfo da Revolução Gloriosa de 1688, propiciava uma acolhedora atmosfera de liberdade de pensamento e expressão bem como de confronto político (SOUSA, 2008, p. 84).

Apesar disso, a Inglaterra também enfrentou períodos de censura e controle da imprensa até chegar ao modelo de jornalismo que contribuiu para fundar os valores do jornalismo ocidental e a sua prática profissional, como: 1. Liberdades formais, fundamentados em princípios como a liberdade de expressão e de imprensa; e 2. Sistema jornalístico alicerçado em jornais de vários tipos, como noticiosos, generalistas ou especializados (SOUSA, 2008).

Diferentemente dessa concepção histórica de que o jornalismo foi inventado com o surgimento dos primeiros jornais na Europa durante o século XVII, Chalaby (2004) defende que o jornalismo é uma invenção do século XIX, porque tanto a profissão do jornalista como o discurso jornalístico seriam um produto da emergência, de um campo especializado e autónomo de produção discursiva, o campo jornalístico.

O jornalismo é, não só uma descoberta do século XIX mas também uma invenção anglo-americana. Foi nos Estados Unidos, e em menor grau na Inglaterra, que foram inventadas as práticas e as estratégias que caracterizam o jornalismo. É também nestes países que a imprensa industrializada depressa se tornou um campo autónomo de produção discursiva. Outros países, como a França, importaram e adaptaram progressivamente os métodos do jornalismo anglo-americano (CHALABY, s/p, 2004).

De acordo com o autor, algumas características indicam que os jornalistas americanos e ingleses foram os responsáveis pelo conceito moderno de notícia. Um dos

pontos levantados é que os jornais anglo-americanos continham mais notícias e informações que os jornais franceses do mesmo período, além de terem desenvolvido melhores técnicas de apuração das informações. Somado a isso, foi também o jornalismo anglo-americano responsável pelo desenvolvimento de práticas discursivas próprias, como a entrevista e a reportagem (CHALABY, 2004).

O surgimento dessas práticas discursivas próprias teve relação direta com o desenvolvimento do jornalismo nos Estados Unidos. Em 1890, a maioria dos principais jornais dos EUA eram descendentes diretos da *penny press*: o Sun, o Herald, o Tribune e o Times (SCHUDSON, 2010). Os dois maiores jornais eram o *World*, inaugurado em 1859 e retomado em 1883 por Joseph Pulitzer, e o *Journal*, lançado pelo irmão de Pulitzer em 1882, mas que alcançou sucesso nas mãos de William Randolph Hearst, que o comprou em 1895.

Esses dois jornais eram nitidamente distintos dos outros, representavam o que os contemporâneos geralmente se referiam como “o novo jornalismo”. Os jornais estabelecidos consideravam sua concorrência e estilo profundamente perturbadores, e escreveram sobre eles com a mesma aversão moral com que a sua própria chegada ao jornalismo nova-iorquino havia sido cumprimentada, cinquenta anos antes. Enquanto os repórteres aderiam concomitantemente aos ideais da factualidade e do entretenimento ao redigir a notícia, alguns dos jornais para os quais trabalhavam elegiam identidades que enfatizavam vigorosamente um ideal ou outro. (SCHUDSON, 2010, p. 107)

Se por um lado, o *World* e o *Journal* seguiram o caminho do entretenimento, atendendo a uma ideal literário, o *Times* seguiu pelo caminho da factualidade, atendendo o ideal da informação. De acordo com Schudson, esse ideal informativo no jornalismo tem relação com “justiça, objetividade e a um escrupuloso desapego” (SCHUDSON, 2010, p. 109), de forma que estes periódicos tendiam a ser vistos como mais confiáveis e fidedignos que os jornais que atendiam ao ideal literário.

Enquanto o *World* se estabelecia com a prática do jornalismo de entretenimento, literário, ficando mais conhecido como “imprensa marrom” e “sensacionalista”, o *New York Times* dava início a seu período de ascensão, apostando no jornalismo como informação e usando esta característica para conquistar o público. Esse processo teve início em 1896, quando Adolfo Ochs adquiriu o jornal, fracassado e desmoralizado à época. Ele foi o responsável por inaugurar uma publicação diária de compradores de outras regiões, além de divulgar transações imobiliárias, expandir a reportagem financeira e inaugurar uma análise semanal de notícias financeiras (SCHUDSON, 2010). Com estas mudanças, o *Times* rapidamente se estabeleceu como “a bíblia dos negócios”. O periódico contava com um maior volume de notícias financeiras e também de publicidade financeira, por isso tinha a classe alta como público.

O *Times* também assumia um tom político diferente de seus concorrentes, assumindo um posicionamento mais conservador, o que aumentava sua popularidade entre o público mais endinheirado. Foi apenas dois meses após Ochs assumir que o *Times* adotou o famoso lema “Toda notícia que se deve publicar”. “O *slogan* do *Times*, assim como a sua declaração geral sobre a política, enfatizava tanto a respeitabilidade quanto a precisão” (SCHUDSON, 2010, p. 133).

Parte da estratégia do periódico, além de trabalhar com a informação de uma maneira mais objetiva que os concorrentes literários, era apostar na propaganda do jornalismo que praticava. Schudson (2010) destaca inúmeros exemplos de momentos em que o *Times* publicava em seus editoriais ataques sutis aos concorrentes, como “Este [jornal] não mancha a toalha do café da manhã”. Em um artigo de 1897, o editor “atacava os jornais que inflava as notícias, publicavam assuntos privados, divulgavam literatura obscena e se mostravam pouco confiáveis” (SCHUDSON, 2010, p. 134). Outro exemplo no trecho do artigo “Novo jornalismo e o vício”:

A imprensa deste país hoje engajada numa luta temerosa, uns contra os outros. De um lado estão os jornais respeitáveis, que representam a honestidade e a verdade e, de outro, o que se chama de novo jornalismo, mas que, na realidade, é tão velho quanto o próprio pecado (FAUNCE apud SCHUDSON, 2010, p. 135)

Quando o *Times* baixa seu preço de três para um centavo, em outubro de 1898, sua circulação cresce no período de um ano, passando de 25 mil para 75 mil, crescendo constantemente nos anos seguintes, chegando a 343 mil, em 1920. A queda do preço contribuiu para tornar disponível para mais leitores um jornal de alto nível e conservador (SCHUDSON, 2010).

O ideal informativo contempla um gênero textual com normas e valores discursivos próprios, como neutralidade e objetividade, com estratégias para diferenciar discursivamente de textos literários ou mesmo políticos. Chalaby (2004) defende que foi nos Estados Unidos, e na Inglaterra em menor proporção, que as práticas e estratégias que hoje caracterizam o jornalismo foram inventadas. Também foram nesses países onde a imprensa industrializada evoluiu para um campo autônomo de produção discursiva, tendo esses métodos importados e adaptados na França posteriormente.

Ou seja, a atual concepção de jornalismo e o desenvolvimento de práticas discursivas próprias, como a reportagem e a entrevista, seriam resultado da prática de jornalistas americanos. No século XIX, os jornais anglo-americanos apresentavam mais notícias e informações que os veículos contemporâneos na França, além de melhores

métodos na recolha das informações. Enquanto o jornalismo francês ainda misturava a informação com opinião nos textos, os veículos nos Estados Unidos passaram a dar mais atenção para a necessidade do público por uma informação mais objetiva, neutra e aprofundada (CHALABY 2004). Esses métodos anglo-americanos foram importados e adequados pelos jornalistas da França e outros países.

Essa conclusão se deve a alguns fatores na produção jornalística durante o século XIX nos Estados Unidos, na Inglaterra e na França. Entre as principais questões apontadas por Chalaby (2004) estão a quantidade de notícias e informação publicadas nos jornais anglo-americanos, em comparação com os veículos franceses do mesmo período e a melhor estrutura e organização para apuração das informações. Além disso, aponta as características da produção jornalística da época, mencionadas abaixo.

Nos jornais americanos e britânicos, a informação era mais abundante, contando com mais notícias e páginas que os periódicos franceses da mesma época. Também no jornalismo anglo-americano, a informação era mais frequente e mais atualizada, contando os diários com melhor apuração das informações do que os contemporâneos franceses. Consequentemente, a informação acabava sendo mais exata nos diários americanos e britânicos, especialmente porque os jornalistas franceses tinham por hábito interpretar e reescrever as informações de acordo com a política adotada pela direção do jornal.

Por possuírem mais recursos que os diários franceses para investir em correspondentes em zonas remotas, a informação nos jornais anglo-americanos era mais internacional. Chalaby (2004) aponta que até durante a Primeira Guerra Mundial, poucos jornais franceses contavam com correspondentes. Se por um lado os repórteres e correspondentes franceses tinham o hábito de comentar as informações que publicavam, misturando fatos com opiniões pessoais, a informação era mais factual nos exemplares dos Estados Unidos e Inglaterra.

Como último fator que alterou o fluxo e a qualidade da informação na imprensa francesa, Chalaby (2004) aponta que a imprensa francesa passou por um período de corrupção, até a Segunda Guerra Mundial, de forma que as informações nos jornais anglo-americanos eram mais credíveis. “Na Terceira República (1870-1940) os jornais mais proeminentes, tais como *Le Temps* e o *Figaro*, e mesmo a agência de notícias Havas, aceitaram o suborno de políticos, financeiros e governos estrangeiros” (KITSIKIS, 1968; BELLANGER et al., 1972: 249-50, 501-9 apud CHALABY, 2004, p. 31).

No que se refere a quantidade da informação, os exemplares publicados nos Estados Unidos e Inglaterra tinham mais páginas, de forma que podiam dedicar mais espaço

às notícias. No período de 1860 e final de 1890, os jornais franceses chegavam ao máximo de quatro páginas. Por outro lado, na mesma época, os jornais ingleses *Daily Telegraph*, *The Times* ou *The Standard*, por exemplo, já circulavam com oito páginas, e ocasionalmente com 10, 12 e até 16 páginas.

Mas, mais do que uma produção com número de páginas significativamente maior, foi também iniciativa dos jornais anglo-americanos a organização de um sistema para recolha de informação, apuração, com redes de correspondentes, inclusive.

O aumento da competição nos seus respectivos mercados forçou os jornais de Nova York e Londres a proporcionar aos leitores uma melhor cobertura dos acontecimentos. Os diários possuíam duas maneiras de recolher informação: através dos seus próprios repórteres e de correspondentes especiais ou permanentes, e através das agências de notícias. (CHALABY, 2004, p. 32).

Foi na segunda metade do século XIX que o jornalismo anglo-americano viu ganhar força a figura do correspondente especial, especialmente o de guerra. A Guerra Civil Americana está entre os primeiros conflitos históricos a serem cobertos extensamente pela imprensa, tendo o *New York Herald* investido no envio de 63 correspondentes, enquanto o *New York Times* e o *Tribune* enviaram ao menos 20 correspondentes cada um (STEPHENS, 1988 apud CHALABY, 2004). Enquanto isso, nenhum jornal francês teve correspondente de guerra até 1870.

Outro ponto que contribuiu para o desenvolvimento da profissão de repórter nos Estados Unidos e na Inglaterra foi a conquista do direito dos jornalistas a um assento no Congresso e no Parlamento, ainda no início do século XIX. O *Morning Chronicle*, no final do século XVIII, foi o primeiro jornal londrino a contar com um grupo de repórteres atuantes no Parlamento. Em 1830, aproximadamente 60 repórteres tinham assento na galeria, sendo que esse número aumentou para 105 por volta de 1870 (GRANT, 1871 apud CHALABY, 2004). Além dessa função de repórter parlamentar, haviam ainda repórteres designados para acompanhar especialmente os casos nos tribunais em Londres. Segundo Stephens (1988 apud CHALABY, 2004) para um jornal britânico ser competitivo em meados do século XIX, ele tinha que investir em equipes de repórteres parlamentares, repórteres de tribunal, correspondentes nas províncias e nas maiores capitais europeias, além de ter um grupo de editorialistas. Nesse sentido, o jornal deixava de ser uma produção artesanal realizada apenas por um ou dois editores e passava a ser composto por uma equipe com funções distintas.

Nos Estados Unidos não foi diferente. Ao ser entendida como uma prática discursiva centrada nos fatos, a reportagem desenvolveu-se rapidamente nos Estados Unidos

a partir de 1820. Nas décadas que se seguiram, a reportagem na Inglaterra e na América ganhou desenvolvimento na cobertura das áreas do esporte, da sociedade e relações comerciais (CHALABY, 2004). Enquanto isso, o termo inglês “*reporter*” só passou a ser usado para designar esse profissional também na França por volta de 1870. Durante muitos anos, os repórteres eram vistos como uma classe mais baixa no jornalismo.

Uma primeira definição, datada de 1836, retratava o repórter como “o tipo de jornalista inglês, espécie de secretário que considerava ser seu dever tomar notas sobre o decorrer dos acontecimentos” e que possuía o hábito estranho de “considerar os factos como factos”; isto é, reportar os factos sem os comentar (Faucher, 1836: 684). Quatro décadas mais tarde, a definição de “repórter”, segundo a edição de 1869 do dicionário Larousse ainda possuía conotação negativa. Os repórteres eram representados como estando continuamente à procura de notícias, perguntando coisas e tomando notas sobre “crianças queimadas, violência conjugal e desastres” (Voyenne, 1985: 149). (CHALABY, 2004, p.34).

Enquanto os jornalistas franceses não estavam muito preocupados com as notícias e em relatar os fatos o mais próximo da verdade possível, sem opiniões, os jornais americanos e britânicos se configuravam, antes de tudo, como organizações noticiosas, em 1880. “Apesar de poder dizer-se que as notícias sempre existiram (Stephens, 1988), nunca antes do aparecimento dos jornais anglo-americanos o conceito de notícia adquirira tal domínio como um tipo de texto” (CHALABY, 2004, p. 36). Nessa perspectiva, Chalaby (2004) aponta ainda que os jornais anglo-americanos não afetaram apenas no desenvolvimento de recursos de apuração da informação nos níveis, local, nacional e internacional, mas que também foram os responsáveis por inventar práticas discursivas para reportar essa informação, práticas discursivas essas que estavam centradas no fato.

A emergência dos correspondentes, do repórter, das próprias agências de notícias bem como da entrevista e da ida a campo para levantar as informações correlatas ao fato, ao longo do século XIX, caracterizaram a produção jornalística como um “processo” realizado por diferentes atores desempenhando funções distintas na materialização do jornal: repórteres para cobrir parlamento, tribunal, esporte, sociedade, entre outros, além dos editorialistas e do dono do veículo. O jornal deixa de ser um produto laborioso resultante comumente dos esforços e ideais de um proprietário apenas. O crescimento do tamanho do impresso e do conteúdo noticioso também impulsionaram esse cenário de transformação do jornalismo, associados ao novo perfil dos jornais enquanto negócio. Em um contexto influenciado pelo positivismo e pela ciência, o jornalismo investe em estratégias de apuração para se aproximar da “veracidade” dos fatos e demarcar seu lugar em uma sociedade aflorante.

2.2 A CONSTRUÇÃO SOCIAL E A PRODUÇÃO JORNALÍSTICA

Para compreender a produção da reportagem investigativa, é preciso ainda compreender o processo de produção jornalística como um processo em busca de construir a imagem que temos da realidade. Essa construção ocorre vinculada à cultura profissional, a organização dentro das redações e as rotinas produtivas. Todas estas questões são discutidas com as teorias da construção social e *newsmaking*, que apesar desta primar pela produção da notícia, ambas discussões permitem traçar um paralelo para o entendimento da produção da reportagem investigativa, que também é perpassada pela cultura profissional, interação social e rotinas produtivas específicas. Nesse sentido, o presente estudo concebe a reportagem investigativa como fruto de um processo de produção pela perspectiva do construtivismo social, visto como um processo de construção dialético entre subjetividade e objetividade, permeado por interações sociais.

Para entender a teoria do *newsmaking* é preciso antes olhar para as transformações no estudo do jornalismo, estudo que constituiu um campo científico com longas tradições (TRAQUINA, 2001). As pesquisas sobre o jornalismo se fazem importantes porque oferecem subsídios para a compreensão de como determinadas questões são enquadradas e oferecidas ao público (KOSICKI, 1993). O marco histórico no estudo do jornalismo, na década de 1950, foi a publicação de um artigo na revista científica *Journalism Quarterly*, em que David Manning White discutia o conceito de *gatekeeper*. Essa teoria aponta que o processo de produção da notícia é resultado de uma série de escolhas, de um fluxo de informações que passam por *gates*. White conclui que o processo de seleção é subjetivo, dependente dos juízos de valor do profissional, com base em sua experiência e atitudes. Ela “analisa as notícias apenas a partir de quem as produz: o jornalista. (...) É uma teoria que privilegia uma abordagem micro-sociológica, ao nível do indivíduo” (TRAQUINA, 2001, p. 27). Entretanto, em um estudo de 1956, Gieber concluiu que o fator predominante não era a avaliação pessoal do jornalista, mas o peso da estrutura burocrática da organização. Gieber defendia, inclusive, que as notícias só poderiam ser entendidas se houvesse uma compreensão das forças sociais que influenciam sua produção.

Mas é somente em 1955 que a abordagem de Warren Breed traz uma perspectiva mais sociológica do jornalismo, com a teoria organizacional, considerando os constrangimentos organizacionais que fazem parte do fazer jornalístico. Ou seja, a teoria organizacional trata de uma perspectiva que considera o âmbito da organização jornalística no processo de produção da notícia. “Breed insere o jornalista no seu contexto mais imediato, o da organização para a qual trabalha, e sublinha a importância dos

constrangimentos organizacionais sobre a atividade profissional do jornalista” (TRAQUINA, 2001, p.32). Nessa teoria, o foco não está na cultura profissional, mas sim na importância de uma cultura organizacional. Breed (1995) aponta seis fatores que culminam no conformismo do profissional com a organização da empresa: Autoridade institucional e sanções; sentimentos de obrigação e de estima para com os superiores; aspirações de mobilidade; ausência de grupos de lealdade em conflito; prazer da atividade; e notícias como valor. Ao longo da história do estudo sobre jornalismo, outras pesquisas também demonstraram a importância da organização jornalística na prática profissional.

Num estudo sobre 35 correspondentes em Washington, Dan Nimmo (1964) escreve que 75% indicaram existir uma “influência da organização, mas de maneira indireta”. Segundo Nimmo, dois desses controles indiretos são a utilização que é feita da notícia e o tipo de atribuição ou de tarefa consignada. Leo Bogart (1968) escreve no seu estudo sobre o jornalista correspondente no estrangeiro que “não é um homem só, mas um homem de uma organização”. Outro acadêmico, Walter Gieber (1965), defende a posição de que os jornalistas sabem que são empregados de uma burocracia produtora de notícias, e que respondem, nas suas comunicações, à estrutura social e às pressões da sala de redação (TRAQUINA, 2001, p.43).

O que todos esses estudos têm em comum é o fato de inserirem a notícia como resultado de um processo de interação social que ocorre dentro da organização empresarial. Isso significa que, na teoria organizacional, o trabalho do profissional na produção jornalística é influenciado pelos meios dispostos pela organização, como, por exemplo, o fator econômico. Além disso, algumas pesquisas da teoria organizacional no jornalismo indicam variáveis que podem interferir no funcionamento da empresa, como o papel do diretor dentro da organização e o tamanho da empresa, que interferem diretamente no grau de especialização dos jornalistas, na dinâmica comunicacional interna e no grau de autonomia dos profissionais.

Nos trinta anos seguintes, foi principalmente o fluxo de informações em nível internacional que constituiu os estudos em jornalismo. Numa reflexão sobre a estrutura das notícias, em 1965, Galtung e Ruge levantam a primeira reflexão sobre o conceito de valor-notícia, usado pelos jornalistas na seleção dos acontecimentos, sendo este um dos importantes aspectos do trabalho jornalístico. De acordo com Traquina (2001), o final dos anos 1960 marca o início de uma nova fase nos estudos do jornalismo na comunidade acadêmica, influenciados tanto pelo reconhecimento do crescente papel ocupado pelos meios de comunicação, mas também pela televisão na sociedade. “A riqueza da explosão dos estudos sobre jornalismo não se mede só pela quantidade de trabalhos publicados, mas também por novas preocupações e perspectivas” (TRAQUINA, 2001, p. 24).

É partir da teoria organizacional que os estudos do jornalismo desviam o foco de suas preocupações do nível individual do profissional e visam compreender também o nível organizacional e da comunidade jornalística.

Na nova fase de investigação, a relação entre o jornalismo e a sociedade conquista uma dimensão central: o estudo do jornalismo debruça-se sobre as implicações políticas e sociais da atividade jornalística, o papel social das notícias, e a capacidade do quarto poder em corresponder às enormes expectativas em si depositadas pela própria teoria democrática (TRAQUINA, 2001, p.25)

O avanço dos estudos em jornalismo ao longo das décadas não só aponta para a influência da organização na prática jornalística, mas também passam a analisar os próprios profissionais, como a estrutura de valores e composição sociológica, e também a ver o jornalismo como uma profissão. É somente na década de 1970 que a investigação acadêmica se debruça sobre o jornalismo e as notícias como construção social da realidade. "A pesquisa dos anos 70 constitui um momento de viragem (...) e põe em causa diretamente a própria ideologia jornalística e a sua teoria das notícias como espelho da realidade" (TRAQUINA, 2001, p. 27).

Na década de 70, são as inovações tecnológicas que contribuem diretamente para o avanço dos estudos em jornalismo. Por exemplo, Traquina (2001) aponta que os estudos etnográficos contribuíram triplamente para a compreensão do jornalismo.

Em primeiro lugar, o estudo de jornalismo permitiu ver a importância da dimensão transorganizacional no processo de produção das notícias, ou seja, todo o ambiente de trabalho informal entre os jornalistas e a conexão cultural que provém de se ser um membro de uma comunidade profissional. Em segundo lugar, permitiu reconhecer que as rotinas constituem um elemento crucial nos processos de produção nas notícias (...). Em terceiro lugar, serve como corretivo às teorias instrumentalistas (...) que tem contribuído de forma significativa para a crescente onda de críticas dos media e do jornalismo (TRAQUINA, 2001, p. 29 e 30).

O avanço dos estudos aponta que compreender o jornalismo e porque as notícias são como são, seria mais complexo que a explicação fornecida pela teoria do *gatekeeper*. "Seria errôneo sugerir que o estudo do jornalismo, desenvolvido ao longo do século XX, fornece uma resposta cabal ou mesmo satisfatória" do porque as notícias são como são (TRAQUINA, 2001, p. 32). Hoje, várias teorias tentam responder a questão, mas não se excluem mutuamente.

Na produção jornalística, a rotina seria um fator determinante, porque o "conhecimento de formas rotineiras de processar diferentes tipos de estórias noticiosas permite aos repórteres trabalhar com maior eficácia" (TRAQUINA, 2001, p. 73). O *newsmaking* é a teoria que tem ajudado a identificar, sistematizar e explicar a produção da

notícia, partindo do princípio de que as publicações jornalísticas são resultado de um processo complexo de interações que acontecem nos ambientes das redações.

Nos estudos sobre jornalismo, o *newsmaking* é o que busca compreender o fenômeno jornalístico para além de seu conteúdo, considerando questões de âmbito organizacional (onde as notícias são produzidas), de atuação e interação dos jornalistas nessa estrutura (cultura profissional), compreendendo as notícias como um processo de construção social da realidade. Os estudos orientados pelo *newsmaking* consideram que a notícia é resultado de um processo de construção perpassado pela negociação de diferentes fatores, influenciados ainda pelos determinantes tempo e espaço. A socióloga americana Gaye Tuchman é uma das autoras que se propôs a investigar a rotina jornalística, com um estudo etnográfico, que resultou na pesquisa “A produção da notícia: estudos sobre a construção da realidade”. Tuchman (1983) analisa as rotinas produtivas sob o ponto de vista sociológico e percebe a presença de aspectos importantes que atuam na maneira como as notícias são produzidas: a rotina produtiva, seleção dos assuntos ofertados na agenda das mídias, organização estrutural da empresa jornalística, interação com as fontes, fator tempo e enquadramento.

A prática jornalística é, na verdade, um conjunto de procedimentos e rituais para a manutenção da objetividade do profissional (TUCHMAN, 1983). A autora defende a visão de que a notícia registra a realidade social, mas também é um produto dela. Ou seja, o *newsmaking* vê a notícia como uma construção, refutando a teoria do espelho, em que a notícia seria um reflexo da realidade. O *newsmaking* orienta-se para a produção e os produtores da notícia, ao estudar a influência da rotina, que engloba questões como os constrangimentos organizacionais, condições orçamentárias, distribuição da rede noticiosa, na representação dos acontecimentos. Isso significa que a notícia é resultado dos diversos fatores envolvidos no processo: a ação pessoal, social, ideológica, cultural, do meio físico, histórica (SOUZA, 1999). O *newsmaking* é a relação entre a cultura profissional e a cultura organizacional. “[...] O trabalho informativo está incorporado de maneira reflexiva no contexto de sua produção e apresentação. Se baseia em sua estrutura política e, ao mesmo tempo, a reproduz, da mesma forma como se baseia e reproduz o trabalho informativo²⁰” (TUCHMAN, 1983, p. 205 – tradução nossa).

²⁰ el trabajo informativo está empotrado de manera reflexiva en el contexto de su producción y presentación. Se basa en la estructura política y, a la vez, la reproduce, del mismo modo que se basa y reproduce la organización del trabajo informativo.

Berger e Luckman (1966) discutem o papel do jornal como uma das referências que os indivíduos têm do mundo real, dando como exemplo o jornal *New York Times*, que “reafirma as mais amplas coordenadas da realidade individual. Do boletim meteorológico até os anúncios de ‘precisa-se’, tudo lhe assegura de que está, de fato, no mundo mais real possível” (BERGER; LUCKMANN, 1966, p. 199). Ou seja, o jornal é visto com o papel de um dos elementos que ajudam os indivíduos a reconhecer o que é a realidade, mas com uma importância menor do que a atribuída às rotinas cotidianas (MEDITSCH, 2010). Mais do que isso, os meios de comunicação são os responsáveis por organizar as interpretações da realidade.

[...] essas instituições desempenham um papel-chave na orientação moderna de sentido ou, melhor, na comunicação de sentido. São intermediadoras entre a experiência coletiva e a individual, oferecendo interpretações típicas para problemas definidos como típicos. Tudo o que as outras instituições produzem em matéria de interpretações da realidade e de valores, os meios de comunicação selecionam, organizam (empacotam), transformam, na maioria das vezes no curso desse processo, e decidem sobre a forma de sua difusão” (BERGER; LUCKMANN, 1995, p.68)

Esse processo de seleção e organização das informações faz parte de uma cultura profissional partilhada pelos jornalistas, uma forma de ver, que extrapola os limites das organizações e dos territórios, uma cultura baseada no domínio três saberes: saber de narração, saber de reconhecimento e saber de procedimento (TRAQUINA, 2005). O saber de narração refere-se à capacidade de traduzir os acontecimentos em texto, abrangendo linguagem jornalística, as técnicas do lead e da pirâmide invertida. Já o saber de reconhecimento seria a capacidade de reconhecer quais acontecimentos possuem valor como notícia, algo como o “faro jornalístico”. Por fim, o saber de procedimento são os conhecimentos necessários que orientam o agir na recolha de dados para a confecção das notícias.

Alsina (1993) destaca que o processo de produção da notícia é uma tarefa organizada, que se realiza dentro de uma instituição que tem suas próprias regras de produção. Ele cita a relação das principais operações na produção jornalística dentro de uma estrutura organizada.

a) Seleção e preparação de redes ou canais para acesso direto aos acontecimentos ou informações referentes ao acontecimento; b) Controle de relevância dos acontecimentos, portanto, a seleção do mesmo; c) Controle de valores de verdade dos enunciados selecionados sobre o acontecimento e subsequente seleção com base em um cálculo de valores de verdade (não necessariamente para ser respeitada, especialmente para ter em conta); d) Hierarquização pela distribuição de espaço ou tempo, ou competência comunicativa entre os acontecimentos selecionados, com base na mesma

comparação em termos de relevância com as expectativas do emissor, o público, ou ambos; e) Preparação das comunicações finais sobre os acontecimentos seleccionados, possivelmente através de; f) contextualização (em relação a outros eventos); g) explicações ou interpretações; h) discussão valores de verdade; i) Avaliação (atribuindo valores positivos ou negativos para os acontecimentos, referente aos critérios sobre o emitente, o público ou ambos)²¹. (ROSITI, 1985 apud ALSINA 1993, p. 85 – tradução nossa).

Tuchman (1983) defende que a rede informativa impõe uma ordem ao mundo, determinando uma hierarquia entre os repórteres e definindo o que é ou não notícia. Outro ponto relevante para os estudos de *newsmaking* é o fator tempo nas produções noticiosas. É importante destacar que a pressão do tempo no jornalismo é um dos pontos que especifica a área, juntamente com várias outras marcas, como a periodicidade, a atualidade e até mesmo o tipo de cobertura que as empresas jornalísticas fazem dos acontecimentos do mundo social.

Wolf (1999) é um dos autores que discute outro importante conceito para a teoria de *newsmaking*. Trata-se dos critérios de noticiabilidade. O autor oferece a ideia de que as notícias são classificáveis em um grupo de situações que atendem as necessidades do profissionalismo, dos jornalistas e também a estruturação do veículo no qual estas notícias são produzidas. A noticiabilidade é constituída pelo conjunto de requisitos que se exigem dos acontecimentos – do ponto de vista da estrutura do trabalho nos órgãos de informação e do ponto de vista do profissionalismo dos jornalistas – para adquirirem existência pública de notícias. Tudo o que não corresponde a esses requisitos é “excluído”, por não se adequar às rotinas produtivas (WOLF, 1999, p. 190).

Mais do que a aplicação de critérios pré-definidos, os critérios de noticiabilidade são resultado de negociações editoriais que acabam por excluir algumas notícias e hierarquizar outras. Os critérios de noticiabilidade são elementos usados por jornalistas para decidir o que deve ou não ser publicado e são negociados pelos agentes do processo produtivo (pauteiro, repórter, editor, revisor, etc.), revelando o grau de autonomia relativa dos jornalistas, outro ponto importante no estudo de Tuchman (1983). Para a autora, todo o

²¹a) Selección y preparación de redes o canales para el acceso directo a los acontecimientos o a informaciones relativas a los acontecimientos; b) Control de relevancia de los acontecimientos aprehendidos, por tanto selección del mismo; c) Control de los valores de verdad de las enunciaciones seleccionadas sobre acontecimientos y ulterior selección sobre la base de un cálculo de valores de verdad (no necesariamente orientada a respetarla, sobre todo orientado a tenerla en cuenta); d) Jerarquización mediante la distribución del espacio o del tiempo, o de la competencia comunicativa entre los acontecimientos seleccionados, sobre la base de una misma comparación en términos de relevância respecto a las expectativas del emisor, del público o de ambos; e) Preparación de las comunicaciones finales sobre acontecimientos seleccionados, eventualmente mediante; f) contextualización (relación con otros acontecimientos); g) explicaciones o interpretaciones; h) discusión de valores de verdad; i) valoración (asignándoles valores positivos o negativos a los acontecimientos seleccionados, respecto a criterios del emisor, del público o de ambos)

processo de elaboração da notícia atua para que o produto final seja de determinada maneira. “Assim, além da decisão do jornalista sobre quem ouvir e como escrever a notícia, há a organização jornalística que lhe dá condição de apurar os fatos e a oferta de informações dos sujeitos envolvidos naquilo que se interessa retratar” (ANJOS, 2015, p.28).

Tuchman também cria uma categorização das notícias em cinco tipos: duras, leves, súbitas, em desenvolvimento e em sequência (TUCHMAN, 1983, p. 64). A distinção entre elas não é perfeitamente clara nem mesmo para os profissionais. As duras são acontecimentos considerados noticiáveis e analisáveis, tidos como importantes para manter as pessoas informadas; são as questões importantes, em geral factuais, mas que se tornam obsoletas rapidamente. As leves são relatos interessantes que relatam a “fraqueza” dos homens por causa de sua banalidade. O relato de notícias leves não precisa ser factual e poucos se referem a acontecimentos imprevistos. As súbitas aparecem repentinamente e devem ser processadas com rapidez. Também há as em desenvolvimento e as em sequência, que são uma série de relatos sobre o mesmo tema, baseado em acontecimentos que estão ocorrendo durante um período.

Basicamente toda a produção informativa é reduzida a dois processos: a seleção e classificação. Se trata de selecionar a informação e determinar a importância de cada uma das informações estabelecendo uma hierarquização das mesmas. Não há dúvida de que a seleção da informação é socialmente uma operação mais problemática do que a hierarquia informativa²² (ALSINA, 1993, p.102 – tradução nossa)

A tipificação das notícias tem referência com a classificação das características mais relevantes do acontecimento. Essa distinção se faz fundamental para a solução das tarefas práticas da rotina jornalística e foi pensada com base no trabalho diário na produção de notícias (TUCHMAN, 1983). Ou seja, o trabalho de Tuchman leva a conclusão de que os jornalistas trabalham sob a tirania do fator tempo. Diante da imprevisibilidade dos acontecimentos noticiáveis, que podem surgir em qualquer parte e a qualquer momento, os jornais organizam-se de forma a impor ordem no tempo e no espaço. A autora mostra como a empresa jornalística trabalha rotinizando a produção. Dominar essa rotina permitiria aos profissionais trabalhar com mais eficácia. Como aponta Vizeu, Tuchman concebe as rotinas como

²²Basicamente toda la producción informativa se reduce a dos procesos: el de selección y el de jerarquización. Se trata de seleccionar la información y de determinar la importancia de cada una de las informaciones estableciendo una jerarquización de las mismas. Qué duda cabe que la selección de la información es socialmente una operación más problemática que la jerarquización informativa

[...]operações cotidianas de reconstruir a realidade como notícia e, ao mesmo tempo, como materialização dos processos institucionais nos quais tem lugar a produção da notícia. Tuchman mostra que a notícia não pode ser caracterizada como uma imagem deformada da realidade, mas como um marco que constrói diariamente o mundo social. (VIZEU, 2008, p. 231)

Lippmann (2008) defende que há complexidade na participação do jornalismo na construção da realidade, já que o processo não passa apenas por uma relação interna entre a subjetividade do jornalista e a objetividade do mundo, mas também por sobre a interferência de processos anteriores e exteriores a construção da realidade (MEDITSCH, 2010). O autor afirma que se a reportagem se tratasse apenas de uma recuperação de fatos óbvios, a função do jornalista seria de um mero funcionário. “Mas, uma vez que, no que diz respeito à maioria dos grandes tópicos de notícias, os fatos não são simples e nem tão óbvios, mas sujeitos à escolha e opinião, é natural que cada um queira fazer sua própria seleção de fatos para serem impressos nos jornais” (LIPPMANN, 2008, p. 168).

Traquina (1999b) descreve a distribuição da rede notícia pelos veículos, na tentativa de ordenar o tempo: a) por área geográfica, ao enviar correspondentes e delegações a outros territórios; b) por especialização organizacional, ao escalar sentinelas em instituições, como Senado, Câmara, Palácio do Planalto; c) e por especialização temática, com a manutenção das editorias, cadernos e suplementos.

A teoria do *newsmaking* pressupõe que as notícias são como são porque a rotina de produção assim determina. Neste processo está incluso a seleção dos acontecimentos, reconhecendo entre eles quais podem ser notícia, ou seja, a noticiabilidade; a angulação do material, elaborando formas de relatar os assuntos; os valores notícias que atravessam todo o processo de produção bem como atores sociais e fontes; e a organização do conteúdo, tanto temporal quanto espacialmente, de forma que os acontecimentos noticiáveis sejam trabalhados de forma organizada. As regras e a rotina no processo de produção jornalística se fazem necessárias diante da imprevisibilidade dos acontecimentos. Dentre as práticas na produção da notícia aparecem os conceitos de noticiabilidade; a sistematização do trabalho, com divisões como pauta, reportagem e edição; e os valores-notícia.

Mas, mais do que o simples resultado de uma seleção, a produção jornalística também é construção de um produto que sofre a interferência de diversos fatores.

A noção de rotinas informativas não se associa, neste caso, com a simplificação do mero proceder de portas que abrem e fecham, sendo que estende seu âmbito de compreensão a noção de *construção*. Neste sentido, construir a notícia infere a existência de processos dinâmicos, incluindo as rotinas de informação, envolvendo

os espaços de negociação e conflito em torno de valorações jornalísticas²³ (ARRUETA, 2010, p. 44 – tradução nossa).

Da mesma forma acontece com a produção da reportagem investigativa, que também tem os fatores tempo e espaço atravessados em seu processo, mas não são limitantes como na produção do jornalismo diário. Conforme aponta Wolf:

Estas características de fundo podem ser explicadas pelas modalidades de produção da informação: o conjunto de fatores que determinam a noticiabilidade dos acontecimentos pode realizar a cobertura jornalística diária, mas dificulta o aprofundamento e compreensão de muitos aspectos significativos sobre os fatos apresentados como notícias²⁴ (WOLF, 1987, p. 219 apud ARRUETA, 2010, p. 45 – tradução nossa)

A teoria do *newsmaking* também tem uma relação com a produção da reportagem investigativa ao discutir a função do jornalismo perante o público. Gomis (1991 apud ARRUETA 2010) destaca que o jornalismo é o responsável por interpretar a realidade social para que o público possa entendê-la, adaptar-se a ela e modificá-la. Para o autor, o jornalismo pode se considerar um método de interpretação da realidade, porque a interpretação do jornalismo permitiria decifrar e compreender a realidade das coisas que se sucedem no mundo. Esse ponto vem ao encontro das definições de reportagem e reportagem investigativa, especialmente, que preveem uma cobertura aprofundada, contextualizando o fato para além do acontecimento factual, da cobertura diária. No próximo tópico, a pesquisa traz as discussões correlacionando produção da notícia, da reportagem e da reportagem investigativa.

2.3 PRODUÇÃO JORNALÍSTICA: NOTÍCIA, REPORTAGEM E REPORTAGEM INVESTIGATIVA

Conforme apontado por diversos autores, a produção jornalística²⁵ possui uma rotina, uma maneira de fazer, seja ela a produção da notícia, da reportagem ou da reportagem investigativa. Nesta pesquisa, a produção jornalística é entendida como

²³La noción de rutinas informativas no se asocia, en este caso, con simplificaciones vinculadas a un mero proceder de puertas que abren y se cierran, sino que extiende su campo de comprensión a la noción de *construcción*. En tal sentido, construir la noticia infiere la existencia de procesos dinámicos, entre los que se incluyen las rutinas informativas, que implican espacios de negociación y conflicto en torno a valoraciones periodística

²⁴ Estas características de fondo pueden explicarse por las modalidades productivas de la información: el conjunto de factores que determina la noticiabilidad de los acontecimientos permite realizar cotidianamente la cobertura informativa, pero obstaculiza la profundización y la comprensión de muchos aspectos significativos en los hechos presentados como noticias

²⁵ Outros formatos jornalísticos, como entrevista ou perfil, também exigem uma rotina jornalística, mas não são mencionadas nesta discussão por não dialogar com o objeto estudado.

resultado de um processo de construção, faz parte da realidade. Entretanto, estas produções apresentam algumas diferenças em seu processo.

Enquanto mensagem articulada no bojo do processo de comunicação jornalística, a notícia segue as fórmulas de construção que redundam na simplificação do relato em torno dos seus componentes *o que, quem, quando, como, onde e por quê*, distribuídos de três maneiras distintas, conforme se opte pela técnica da pirâmide invertida, da pirâmide normal ou da pirâmide mista [...]. Seu papel é informar e orientar de maneira rápida, clara, precisa, exata e objetiva. Em virtude disso, essa prática é muitas vezes criticada como superficial, incompleta (LIMA, 1995, p. 23 e 24)

Por outro lado, a reportagem, na concepção de Lima (1995), surge visando atender a uma necessidade de ampliação dos fatos, ampliação do relato simples, trazendo uma dimensão contextual. De acordo com o autor, a reportagem se estrutura nos anos 1920, atrelada a criação de revistas semanais de informação geral e de uma nova categoria de prática da informação jornalística, o jornalismo interpretativo. Essa categoria busca não permitir que a audiência fica desprovida de informações suficientes para compreender os acontecimentos em sua totalidade, as causas e origens de um fato, mas também suas consequências.

[...] as linhas de *tempo* e *espaço* se enriquecem: enquanto a notícia fixa o *aqui*, o *já*, o *acontecer*, a reportagem determina um *sentido* desse aqui num circuito mais amplo, reconstitui o *já* no *antes* e no *depois*, deixa os limites do acontecer para *um estar acontecendo* atemporal, ou menos presente (MEDINA e LEANDRO, 1988, p.22 apud LIMA, 1995, p.25 – grifos originais).

Sob essa perspectiva, a produção da reportagem traz como elementos de acordo com Lima (1995): o contexto do fato, para dar uma visão ampla do acontecimento; os antecedentes, para resgatar as origens da questão; suporte especializado, com entrevistas com especialistas ou testemunhas, por exemplo; projeção, buscando inferir as consequências possíveis e alcance no futuro; e o perfil, que seria a humanização da reportagem. Dessa forma, a reportagem garante, diferente da notícia, uma “abordagem multiangular, para uma compreensão da realidade que ultrapassa o enfoque linear, ganhando contornos sistêmicos no esforço de estabelecer relações entre as causas e consequências de um problema” (LIMA, 1995, p. 26).

Para Sodré e Ferrari (1986), que entendem a reportagem como uma narrativa em extensão da notícia, essa produção deve apresentar como característica a predominância da forma narrativa, uma humanização do relato, um texto de natureza impressionista e objetividade dos fatos narrados. Os autores ressaltam que, dependendo do assunto, algumas

dessas características podem aparecer com mais destaque, mas sempre será indispensável a presença da narrativa, ou não será reportagem.

Ao discutir a produção jornalística, Lippmann (2009) destaca a necessidade de uma equipe, investimento de tempo e espaço diferenciados para a cobertura de determinados assuntos.

[...] havia necessidade de uma equipe de investigadores, uma boa quantidade de tempo, e muitos volumes grossos de impressos. É impossível supor que qualquer jornal diário pudesse normalmente considerar a realização das "Pesquisas de Pittsburg", ou até mesmo os "Relatórios das Igrejas sobre o aço" como uma de suas funções. A notícia que exija descobrir tantos problemas está além dos recursos da imprensa diária (LIPPMANN, 2009, p. 296).

Ainda que toda produção possa contar uma etapa de investigação em seu processo produtivo, o jornalismo investigativo é conceitualmente distinto da investigação jornalística. A investigação jornalística é um termo geral, que pode ser usado coloquialmente durante qualquer procedimento de produção. No dicionário Aurélio²⁶, o termo investigação consta com os significados: 1. Ato ou efeito de investigar; busca, pesquisa. 2. Indagação minuciosa; indagação, inquirição. Por outro lado, o jornalismo investigativo abarca uma série de especificidades como da pauta, triangulação dos procedimentos de apuração, metodologias de investigação e um conjunto de interações que atuam na produção e construção da reportagem investigativa, que traz uma ampliação do fato para além da notícia e da reportagem.

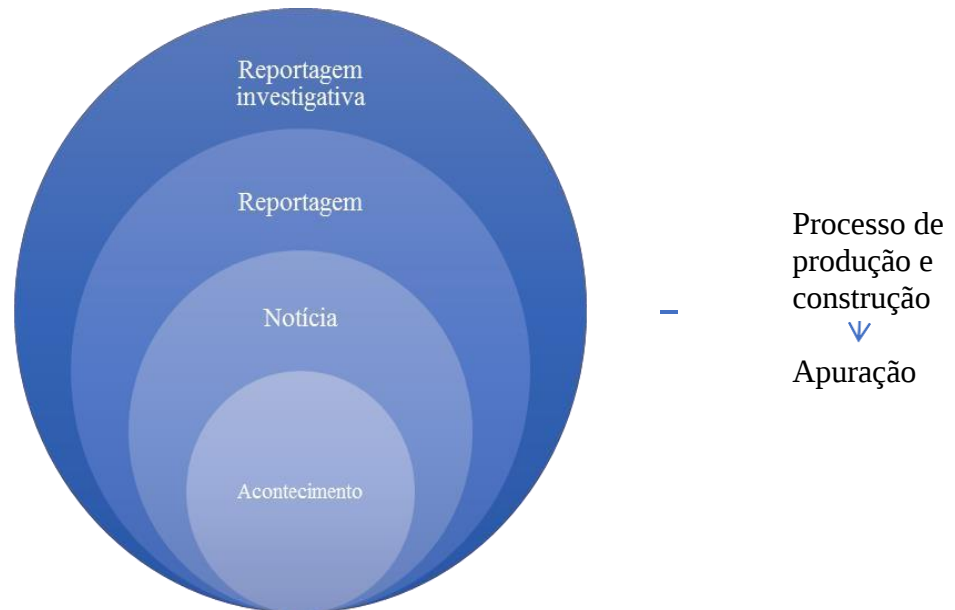
O resultado de um processo de produção de jornalismo investigativo será a reportagem investigativa, que traz uma ampliação do fato para além da notícia e da reportagem. Esta ampliação é resultado dos esforços realizados durante o processo de produção do conteúdo, o qual envolve desde a seleção da pauta, passando pela produção e construção do texto até a publicização, todo este movimento é permeado pela apuração ou investigação jornalística.

A ampliação do fato, caracterizada pela contextualização, seus antecedentes e pessoas envolvidas, é proporcional ao volume de informações e dados levantados via consultas a fontes (humanas ou não), observação, pesquisa, entrevistas feitas tanto com pessoas como também entrevistas realizadas com os próprios dados encontrados. Em via de

²⁶ <https://contas.tcu.gov.br/dicionario/home.asp>

regra, esses procedimentos redirecionam nova apuração. Todo esse processo é perpassado pela checagem das informações coletadas

Gráfico 1. Produções jornalísticas



Fonte: da autora

Enquanto na cobertura da notícia existe, em geral, grande dependência de informações e materiais cedidos por outros, como governo, polícia ou empresas, por exemplo, na cobertura de jornalismo investigativo, a produção depende de materiais recolhidos ou até mesmo gerados pela iniciativa do repórter. Conforme a avaliação de Hunter et al. (2013), na reportagem investigativa, o elemento “o que” não é apenas um evento, trata-se de um fenômeno com causas e consequências.

No manual desenvolvido pela Unesco para jornalistas investigativos (2013, p.9) Hunter faz algumas distinções entre o jornalismo investigativo e o que chama de jornalismo convencional, nas etapas de pesquisa, relação com as fontes e resultado, conforme o quadro:

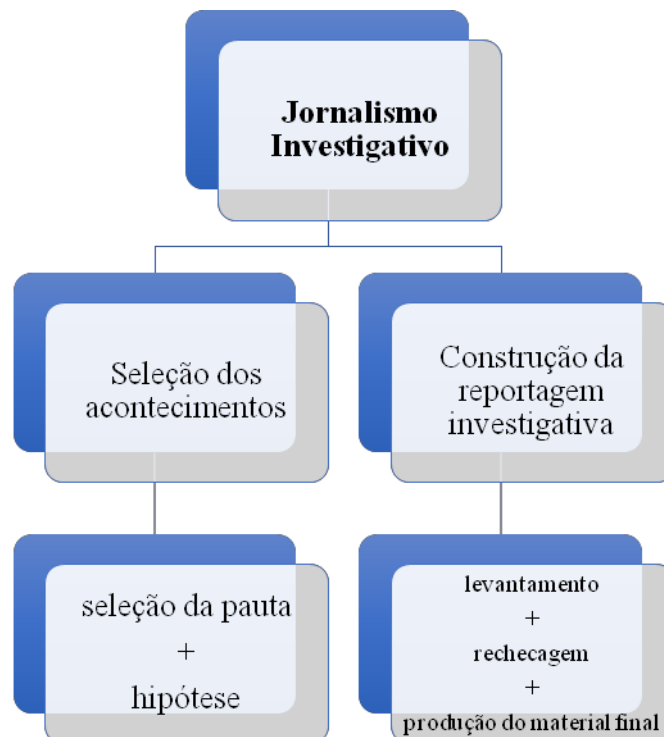
JORNALISMO CONVENCIONAL	JORNALISMO INVESTIGATIVO
PESQUISA	
A pesquisa é completada com rapidez. Não se faz uma pesquisa adicional uma vez que a história esteja completa.	A pesquisa continua até que a história esteja confirmada, e pode continuar após sua publicação.

As declarações das fontes podem substituir a documentação.	A reportagem requer uma documentação capaz de apoiar ou negar as informações das fontes.
RELAÇÃO DE FONTES	
O (a) repórter deve aceitar a versão oficial da história, ainda que ele ou ela possa contrastá-la com comentários ou afirmações de outras fontes.	O (a) repórter pode desafiar ou negar explicitamente a versão oficial de uma história, com base nas informações de fontes independentes.
RESULTADOS	
A produção não requer um engajamento pessoal por parte do (a) repórter.	Sem um engajamento pessoal do (a) repórter, a história nunca será completada.
Erros podem ser cometidos pelo (a) repórter, mas eles são inevitáveis e, normalmente, não têm muita importância.	Os erros expõe o (a) repórter a sanções formais e informais, e podem destruir a credibilidade do (a) repórter e do(s) meio(s) de comunicação.

Fonte: HUNTER et al, 2013, p.9

O processo de produção da notícia no jornalismo factual é definido pela seleção dos acontecimentos, a apuração dos fatos e a construção da notícia. No jornalismo investigativo, esse processo é mais complexo, composto pela seleção da pauta + hipótese + levantamento das informações + checagem + produção do texto.

Gráfico 2. Etapas no processo de produção no jornalismo investigativo

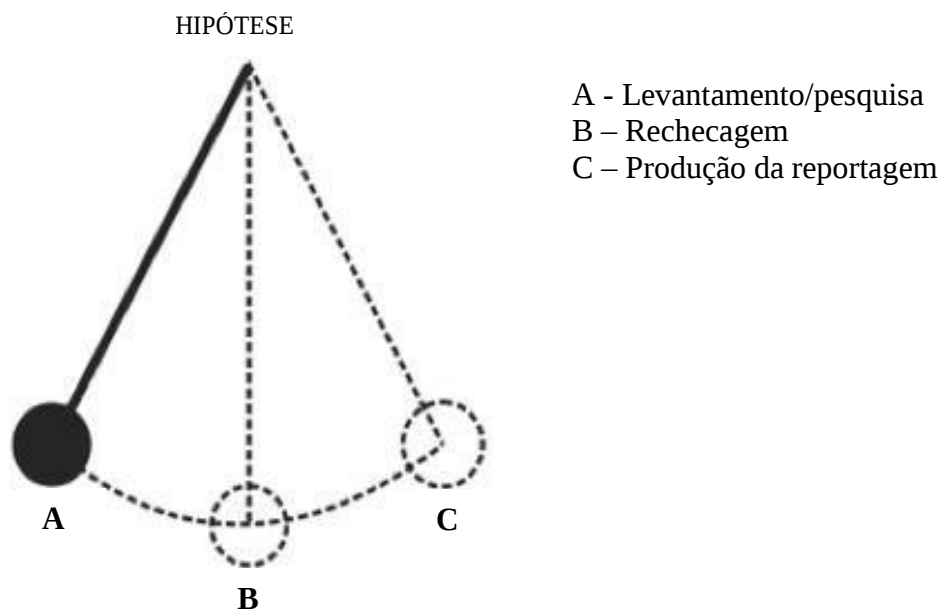


Fonte: da autora

Além de um processo mais complexo, a produção no jornalismo investigativo também apresenta outra divergência do jornalismo factual: não é um processo linear. No processo de produção do jornalismo convencional, os procedimentos seguem uma ordem linear, passando pela seleção dos acontecimentos, a apuração dos fatos em seguida e a construção do texto, nessa sequência, aqui usualmente se avança para a próxima etapa após finalizar a anterior.

Já no jornalismo investigativo, não existe uma sequência cronológica dos procedimentos, as etapas anteriores podem ser retomadas conforme o andamento do processo. Entende-se aqui esse movimento como um movimento pendular entre as etapas de apuração, em que a etapa de investigação posterior solicita retornar à anterior para cruzar e checar as informações obtidas, o que pode levar a novas arestas a serem investigadas, migrando para uma nova etapa de apuração, que por sua vez também pode solicitar um movimento para a etapa anterior, e esse movimento pode ocorrer até mesmo na etapa de construção da reportagem.

Gráfico 3. Movimento pendular na produção do jornalismo investigativo



Fonte: da autora

Durante palestra realizada no 10º Congresso de Jornalismo Investigativo da Abraji²⁷, a jornalista Daniela Arbex descreveu como foi o processo de investigação da reportagem Cova 312, que deu origem ao livro de mesmo nome, lançado em 2015. Em sua fala, foi identificado em vários momentos como esse processo não é linear. “Ao me deparar com determinadas informações, a investigação começava novamente, com uma nova hipótese, com um novo caminho a ser seguido” (ARBEX, 2015). Assim cada etapa percorrida pode levar o repórter a nova investigação, não a partir do ponto inicial, pois acumulou dados, mas abrindo novas arestas a serem investigadas e desenhando o próximo movimento de apuração. O retorno à etapa anterior é para confirmar os dados obtidos bem como descartar os que não procedem, seria o procedimento de triangulação mencionado por Hunter (2013).

Esse processo também deixar claro as atribuições da pauta na escolha dos procedimentos de apuração que serão adotados durante todo o processo de produção da reportagem investigativa. O processo de produção do jornalismo investigativo é atravessado de forma diferente pelos fatores tempo e espaço. A investigação que resultou no livro, inclusive, trata-se da descoberta de fatos novos a respeito de uma série de reportagens produzidas por Arbex em 2002, publicadas no jornal *Tribuna de Minas*.

Quando da publicação das reportagens no impresso mineiro, Arbex revela o destino de Milton Soares de Castro, único civil a participar da guerrilha do Caparaó, uma tentativa de levante contra a ditadura militar. Preso com outros companheiros em 1º de abril de 1967 na Penitenciária de Linhares (MG), Castro apareceu morto em 28 de abril, com a versão oficial de suicídio. Foi com a série de reportagens publicadas na *Tribuna de Minas* que seu corpo foi encontrado, no cemitério municipal da cidade, enterrado como desconhecido. Entretanto, somente com a continuidade da investigação, que resultou no livro, é que a jornalista conseguiu documentos que desmentiam a versão oficial de suicídio. Em entrevista a um portal de notícias²⁸ ela revela sobre os dois momentos do processo de investigação e como haviam ficado questões a serem esclarecidas.

Naquela época [2002], avancei até a localização da sepultura, o que foi uma grande descoberta. Usaram até o nome de um sargento que já tinha dado baixa do Exército para enterrar o corpo. Falo sempre que essa história tinha terminado no jornal, mas não dentro de mim. Faltava coisa para ser contada. Como ele morreu? A versão do suicídio era contestada por todo mundo. Precisava de uma prova forte. Foi nessa nova investigação que cheguei à prova fundamental do assassinato, a

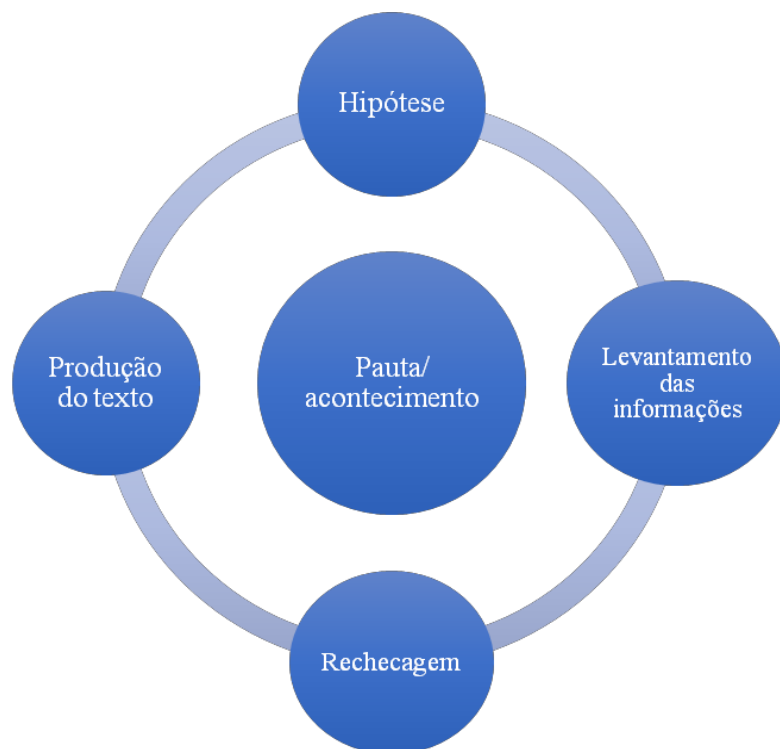
²⁷ Realizado de 2 a 4 de julho de 2015, na Universidade Anhembi Morumbi, em São Paulo (SP)

²⁸ <http://observatoriodaimprensa.com.br/caderno-da-cidadania/reporter-desmente-suposto-suicidio-do-guerrilheiro/>

foto da necropsia do Milton. Consegui localizar os peritos e provar o assassinato dele. (ARBEX, 2016, s/p)

O processo da jornalista mostra dois aspectos importantes do jornalismo investigativo: o primeiro deles é sobre o caminho não linear que a apuração percorre no jornalismo investigativo, já que novas descobertas podem alterar o caminho da reportagem investigativa em qualquer momento; além disso, o relato ainda revela na prática sobre as limitações impostas no processo de cada produção jornalística. As descobertas reveladas na reportagem dificilmente teriam sido apuradas dentro do processo de produção da notícia, justamente pela questão do fator tempo e espaço, que não permitiram levantar e checar todas as informações como na série de reportagens. Da mesma forma, as reportagens investigativas também não esgotaram o assunto completamente e algumas informações só puderam ser levantadas e confirmadas com uma nova investigação, contato com fontes e documentos, ampliando o alcance das informações acerca de um acontecimento. Além disso, fica perceptível também o papel que pauta/acontecimento apresenta na definição dos caminhos do processo de produção. Todas as etapas são determinadas de acordo com as necessidades que a pauta apresenta.

Gráfico 4. Pauta no processo de produção no jornalismo investigativo



Fonte: da autora

Cada uma das etapas do processo de produção no jornalismo investigativo apresenta também características próprias. A etapa ‘seleção da pauta’ conta com as seguintes características: o fato emerge pela observação do repórter; temas submersos e denunciativos; a pauta define o próximo passo do processo produtivo. Em ‘hipótese’ ocorre: a verificação do fato; pré-apuração; busca por documentos, fontes humanas e banco de dados que corroborem a pauta. Durante a etapa de ‘levantamento das informações’ é quando o jornalista tem contato com as testemunhas; documentos mais detalhados; histórico/antecedentes do fato; contatos com fontes de média importância; observação; uso de tecnologia; reforçar ou derrubar a hipótese; verificar desdobramentos do fato; obter informações precisas e em abundância.

No processo de consulta às fontes na reportagem investigativa, o repórter prima em consultar fontes testemunhais, vítimas, documentos, dados, especialistas, de forma que as oficiais, normalmente, só são confrontadas posteriormente. Por comumente serem denúncias (seja política, econômica ou social), as autoridades (oficiais) são confrontadas, ou por estarem envolvidos ou por serem displicentes no cumprimento da lei e dos direitos do cidadão ou mesmo direitos humanos. No caso da reportagem investigativa, o processo de apuração tem como fontes fulcrais aquelas que dão visibilidade ao que está submerso, ou seja, documentos, testemunhas, dados. Há uma inversão em relação à notícia, ou mesmo reportagem em si, neste quesito da consulta a fontes.

É na etapa da ‘re Checagem’ em que ocorre a revisão do material, para confirmar a veracidade das informações que serão divulgadas. Já na ‘produção do texto’ é o momento de organizar as informações obtidas, transcrever entrevistas e anotações e estruturar o material que será publicado. Em todas as etapas, de acordo com os resultados de cada procedimento, pode haver a necessidade de retomar uma etapa anterior. Se um documento se mostrar inverídico no momento da re Checagem, as informações precisarão ser levantadas novamente e pode até ser que a própria hipótese seja modificada sob essa perspectiva não-linear.

Embora o *newsmaking* traga de forma mais enfática o processo de produção e construção da notícia, primando por uma trajetória linear entre as etapas, trata-se de uma teoria que discute as interações sociais que permeiam esse processo. A reportagem investigativa também pode ser analisada pela perspectiva da construção social, sobretudo quando se pretende delimitar suas especificidades inerentes ao processo produtivo, como é o caso da discussão proposta nesta pesquisa. Nesse sentido, se propõe a observar esse processo não pela perspectiva do seu conjunto de etapas: seleção-produção-construção e publicização. Mas sim, caracterizando a complexidade de cada etapa e as possibilidades de exploração

regidas por outra relação tempo-espço, pelas interações envolvidas (organização jornalística, fontes, jornalistas, público etc), bem como pela articulação entre técnicas e procedimentos de apuração determinando, assim os direcionamentos da condução de todo o processo de produção e construção da reportagem investigativa.

CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA

Partindo da perspectiva de Groth (2011), a pesquisa busca uma metodologia para analisar o jornalismo, considerando suas especificidades e particularidades. Dessa forma, optou-se por aliar um formato de análise com critérios específicos para reportagem investigativa, em diálogo com o resultado de entrevistas com profissionais da área.

3.1 O JORNALISMO COMO OBJETO DE PESQUISA

Na exposição de “O poder cultural desconhecido. Fundamentos da ciência dos jornais”, Otto Groth apresenta um panorama do surgimento da disciplina na Alemanha, defendendo que “novas ciências específicas, nascem, via de regra, das necessidades, da urgência da vida” (GROTH, 2011, p. 29). O autor ainda expõe que a ciência dos jornais precisou então buscar por um espaço entre as ciências já instituídas, buscando até hoje por reconhecimento. Para Groth (2011, p.31), a aceitação da ciência dos jornais se deve às necessidades de saber “despertadas pelo significado da imprensa periódica na sociedade e no Estado e menos às reivindicações de formação da profissão jornalística, e ainda menos aos resultados já obtidos pela pesquisa científica”.

Ou seja, Groth (2011) trata da Ciência dos Jornais para defender que o jornalismo deve ser analisado sob uma perspectiva particular, um olhar ainda não adotado nas metodologias desenvolvidas por outras ciências. Isso porque o jornalismo tem seu próprio objeto de pesquisa, os jornais e as revistas, que apresentam uma complexidade de características e categorias próprias. A Ciência dos Jornais descrita pelo autor é uma iniciativa surgida no fim século XIX na Alemanha, país que apresentou pioneirismo acadêmico no Jornalismo. Groth (2011) defende ainda que uma ciência não se constitui apenas em espaços institucionais, nem apenas com um novo objeto, que pode ser analisado em diferentes áreas.

O primeiro passo para a conquista de um objeto próprio é, como dissemos, o destacamento do seu conteúdo do todo natural e sociocultural, o isolamento de determinadas manifestações iguais ou isoladas – no nosso caso, jornais e revistas – e a sua condensação em um grupo especial (...) Primeiro, cada ciência tem que comprovar, ter um “objeto próprio” que as outras ciências até agora não analisaram e cuja análise as intenções destas ciências também não permitem. Este modo especial de contemplação e elaboração de um objeto nos proporciona um conhecimento específico do objeto, que é ordenado segundo princípios específicos de classificação. Isto quer dizer que este conhecimento tem que ser colocado em um “sistema” e só então a nova ciência está fundada, só então ela pode reivindicar o reconhecimento de sua autonomia (GROTH, 2011 p. 32).

Os jornais também são objetos de pesquisa de outras áreas. Groth (2011) menciona, por exemplo, a história política, que analisa os fatos por meio dos jornais; bem como a história da literatura, que analisa a produção literária nos jornais por uma perspectiva estética; por outro lado, a administração preocupa-se em estudar o jornal como um empreendimento; enquanto a sociologia analisa quais as manifestações sociais em que o surgimento e atuação dos jornais têm participação. Berger (2011) chama atenção para o fato de que os resultados dessas ciências têm uma interpretação pela Ciência dos Jornais, “cujo “essencial”, ou seja, o importante fundamentado, “é exclusivamente a ‘ideia’, a ‘essência’, a ‘natureza’ das obras e o que está ligado a isto. É no essencial que ela tem o seu objeto e seu método próprio. A investigação do essencial gera a ciência da cultura ‘Ciência dos Jornais’” (GROTH 2011apud BERGER, 2011, p. 277).

Oliveira (2014) dá destaque à pesquisa da essência, defendida por Groth, afirmando que “a primeira tarefa da disciplina teórico-sistemática é submeter-se à pesquisa da essência, se quiser enfim ser reconhecida como ciência” (OLIVEIRA, 2014, p.07).

Ao investigar a essência do objeto da Ciência dos Jornais, nós nos deparamos primeiro com a *periodicidade* como a característica manifesta e, portanto, imediatamente saliente e incondicionalmente evidente. Ao infiltrarmo-nos no conteúdo dos objetos, nós reconhecemos as características da *universalidade* e nela contida *atualidade*, e por fim identificamos a qualidade da *publicidade*, que nos dá a direção, o objetivo da obra e com isso nos conduz ao seu sentido (GROTH, 2011, p. 144).

No Brasil, a pesquisa em Jornalismo ganha força a partir dos anos 1950, em decorrência da criação de cursos da área nas universidades – o primeiro foi em 1947, na Faculdade Cásper Libero. Na década de 1960, surgem cursos de jornalismo na Universidade Federal de Juiz de Fora (MG), na Universidade Católica de Pernambuco (CE), na Universidade de São Paulo (USP), na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (RN) – antes Faculdade Eloy de Souza -, na Universidade de Brasília (DF), na Universidade Federal de Goiás (GO), na Universidade Federal do Ceará (CE) e na Universidade Federal do Amazonas (AM), apenas para citar alguns exemplos do mesmo período.

Grandes precursores da área já defendiam o estudo e as pesquisas em jornalismo, nomes como José Marques de Melo, que com apenas 25 anos, em 1968, assumiu a chefia do Departamento de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (USP), recém-criada naquele ano, e Luiz Beltrão, primeiro brasileiro doutor em comunicação, que instituiu em 1960 o primeiro centro de estudos da área da comunicação social no Brasil, o Instituto de Ciências da Informação (Icinform). Com essas transformações, havia integração entre academia e profissionais da área,

despertando o interesse pela investigação e divulgação científica. Além disso, criou-se no mesmo período o primeiro periódico científico da área, a revista Comunicação & Problemas. A partir da década de 80, iniciam também a oferta de cursos de pós-graduação na área de Comunicação, e posteriormente em jornalismo, que estimulam as pesquisas na área, dando início a uma cultura de estudos da comunicação e jornalismo.

Atualmente, também é possível identificar grupos de pesquisa que fomentam as discussões acerca do jornalismo, como o Grupo de Pesquisa em Jornalismo Online (GJOL), criado em 1995 na Universidade Federal da Bahia, que desenvolve pesquisas no campo do Webjornalismo e das Novas Tecnologias de Comunicação. Fortalecendo o campo de pesquisa, em novembro de 2003 houve a criação da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), responsável por reunir pesquisadores da área e incentivar a produção, incluindo a revista científica *Brazilian Journalism Research*.

Iniciativas como estas contribuíram para a legitimação do jornalismo como um campo científico, mas pouco avançou no que se refere ao desenvolvimento de uma metodologia de pesquisa própria. A falta de uma sistematização metodológica nas pesquisas em jornalismo seria uma das questões que compromete a consolidação do jornalismo como área científica (MACHADO; SANT'ANA, 2013).

Groth (2011) defende que os jornais são parte da cultura e o poder que reside nestes não é desconhecido, apesar de nem sempre ser percebido. Da mesma forma, Pontes e Silva (2012, p.50) afirmam que os jornais “são criações humanas, que trazem regras para apreender a realidade, transformando-a”. Numa análise da mídia noticiosa como material de pesquisa, os autores trabalham a partir de dois pressupostos: em primeiro lugar, consideram que podem ser perceptíveis no próprio produto os aspectos do processo de produção dos textos jornalísticos, já que a notícia publicada é resultado de um conjunto de ações. Podem ser ações pessoais, ação organizacional e ação de atores externos, tudo isso inserido em uma cultura profissional específica.

O segundo pressuposto usado por Pontes e Silva (2012, p.51) é o de que a “recepção de notícias vivencia o jornalismo de muitas maneiras diferentes”. Esse pressuposto parte dos conceitos de codificação e decodificação de Stuart Hall, destacando que os receptores dos conteúdos noticiosos assumem diferentes posições a partir das quais se constrói a decodificação. A posição pode ser:

(...) hegemônica-dominante, quando se apropriam do sentido conotado; código-negociado, quando conferem lugar privilegiado às definições dominantes dos acontecimentos, mas aplicadas às suas próprias regras e condições locais; e ainda

quando decodificam as notícias de maneira contrária, dentro de algum referencial alternativo (HALL apud PONTES; SILVA, 2012, p.51).

Tal como Groth defende que os jornais são parte da cultura, Pontes e Silva (2012, p.63) afirmam que “o jornal deve ser visto como campo de disputas políticas, econômicas e, principalmente, culturais”. Porque da mesma forma que grupos são influenciados pelo conteúdo noticioso da mídia, os grupos também se articulam para exercer algum nível de influência na mídia. Como prova disso existem articuladas as assessorias de comunicação, cursos de treinamento para relacionamento de empresários com a imprensa. São as especificidades da produção jornalística que tornam necessário um percurso metodológico sistematizado para analisar cientificamente esse conteúdo, o que Pontes e Silva (2012) definem como um “protocolo metodológico”, para analisar cientificamente o material resultante da produção jornalística.

As particularidades da mídia agenciada pelo jornalismo; a importância de critérios na escolha de veículos como objeto de trabalho; o reconhecimento da carga valorativa das capas, manchetes e chamadas; o recorte temático e de organização proposto pelas editorias; a identificação dos gêneros jornalísticos; o processo discursivo da diagrama/edição; a observação da estrutura interna das matérias; a organização de títulos e chamadas; a presença de boxes; suítes; fotografias; gráficos e tabelas; os tipos e a hierarquia das fontes; a assinatura e as demais marcas da apuração (PONTES; SILVA, 2012, p. 52).

Por não apresentar uma metodologia de pesquisa própria, a pesquisa em jornalismo muitas vezes recorre a métodos e procedimentos de outras áreas. Os estudos que têm a mídia noticiosa como objeto de pesquisa, se nota uma recorrência significativa do uso de métodos apoiados especialmente nos princípios da Análise do Discurso ou Análise de Conteúdo, ainda que apresentem nomenclaturas diferentes ou intenções distintas (PONTES; SILVA, 2012). Os autores ainda apontam que nos estudos dos produtos jornalísticos, há uma predominância de análise da mensagem sobre as outras etapas no processo jornalístico. Eles apontam que essa tendência teria ligação com a pouca tradição de pesquisas na área da recepção e produção jornalística, bem como a conveniência em olhar apenas para a mensagem, o que pode representar mais facilidade de acesso ao objeto, menor custo e tempo de investigação.

3.2 ABORDAGEM METODOLÓGICA PARA ESTUDAR O JORNALISMO INVESTIGATIVO

Em diálogo com essa discussão, a pesquisa se propõe a analisar a produção da reportagem investigativa na tentativa de entender o percurso percorrido pelo repórter, as

técnicas e procedimentos utilizados. A análise do produto permite dialogar com o autor, e vice versa, na tentativa de apreender o seu objeto e alcançar os objetivos da pesquisa. Para isso, também propõe um percurso metodológico tendo a mídia noticiosa como material de pesquisa científica, levando em conta suas especificidades e características. A análise pretende contemplar todo o processo, desde a escolha da pauta, a apuração e produção das informações e a construção do texto investigativo para veiculação.

No delineamento da pesquisa e definição da metodologia mais adequada para cumprir os objetivos levantados, Bauer e Gaskell (2003) apontam quatro dimensões no processo de investigação: princípios de delineamento, geração de dados, análise dos dados e interesses do conhecimento.

Primeiro, há o delineamento da pesquisa de acordo com seus princípios estratégicos, tais como o levantamento por amostragem, a observação participante, os estudos de caso, os experimentos e quase-experimentos. Segundo, há os métodos de coleta de dados, tais como a entrevista, a observação e a busca de documentos. Terceiro, há os tratamentos analíticos dos dados, tais como a análise de conteúdo, a análise retórica, a análise de discurso e a análise estatística. Finalmente, os interesses do conhecimento referem-se a classificação de Habermas sobre o controle, a construção de consenso e a emancipação dos sujeitos do estudo (BAUER; GASKELL, 2003, p. 18).

Dos diferentes princípios de delineamento propostos pelos autores, essa pesquisa optou por realizar a análise com uma amostragem, já que foi realizado um recorte de jornalistas e veículos com núcleos investigativos para entrevista e análise. No que se refere a geração de dados, a pesquisa usará dos recursos coleta e análise de documentos e entrevistas individuais e semiestruturadas com os autores das reportagens, para posteriormente cruzar os resultados desses dois procedimentos à luz do referencial teórico.

Apesar de apresentar uma abordagem mais adequada para esta pesquisa, o estudo qualitativo sofre críticas por conta de suas limitações, pela subjetividade e falta de clareza sobre seus procedimentos.

Tradicionalmente, a pesquisa qualitativa foi considerada apenas no estágio exploratório do processo de pesquisa (pré-desenho), com a finalidade de explorar distinções qualitativas, a fim de se desenvolver mensurações, ou para que se tivesse certa sensibilidade com o campo de pesquisa. Formulações mais recentes consideram a pesquisa qualitativa como igualmente importante depois do levantamento, para guiar a análise dos dados levantados, ou para fundamentar a interpretação com observações mais detalhadas (pós-delineamento) estudo (BAUER; GASKELL, 2003, p. 26)

Segundo Bauer e Gaskell (2003), os críticos também apontam a subjetividade e pessoalidade dos resultados da pesquisa qualitativa, que ofereceria mais perguntas do que respostas, com contribuições lentas e tendenciosas para a ciência. Contudo, Stake (2011)

defende que a subjetividade não representa um entrave, mas sim uma condição essencial para entender a atividade humana. Os erros que podem decorrer são resultado de interpretações contraditórias, porém o pesquisador precisa mostrar a complexidade do objeto, trabalhando com a interpretação. Uma das balizas que se optou para cercar a questão da subjetividade é a leitura de bibliografia com conteúdo conceitual sobre jornalismo investigativo e seus marcos na história, para que as entrevistas e análises estejam pautadas na teoria.

A correlação entre dados coletados se apresenta como a melhor forma de conferir rigor aos métodos qualitativos. Para Laperrière (2012), uma pesquisa sólida vem de “ligações estabelecidas entre nossas interpretações teóricas e nossos dados empíricos” (LAPERRIÈRE, 2012 p. 419). Para garantir cientificidade aos métodos qualitativos, a autora defende a necessidade de comprovação de sua validade interna, externa e a confiabilidade. Aplicar tais critérios significa, basicamente, mostrar que o mesmo procedimento pode ser utilizado em diferentes situações.

Para conseguir identificar quais os procedimentos metodológicos da produção do jornalismo investigativo, essa pesquisa realizará o cruzamento de técnicas. O primeiro deles é a pesquisa bibliográfica e documental. Depois que a pesquisa foi delimitada, pesquisou-se sobre a história e desenvolvimento do jornalismo investigativo ao longo dos anos, mesmo quando ainda não era identificado dessa maneira, partindo de alguns marcos, desde o século XVII. O termo reportagem investigativa é cunhado em 1964, nos EUA, quando o prêmio Pulitzer categoria reportagem foi para o jornal Philadelphia Bulletin, que denunciou por meio de uma série de textos jornalísticos a corrupção de oficiais da corporação policial envolvidos em uma rede de “jogatina” na cidade de Philadelphia (KOVACK; ROSENSTIEL, 2004). Entretanto, não se pode afirmar categoricamente que o termo não tenha sido usado anteriormente em outro país. Como pontua Nascimento (2010), há muita informação sistematizada sobre o conhecimento jornalístico no ocidente, talvez devido à facilidade de entendimento da língua inglesa e à dificuldade de entendimento de outras línguas na busca de encontrar material bibliográfico.

Esse percurso bibliográfico permite identificar não somente a prática do jornalismo investigativo ao longo da história, mas também os marcos em seu desenvolvimento e constituição nas especificidades que hoje permeiam esse processo de produção específico. A principal característica é “[...]o método de apuração, a forma e o conteúdo finais com que a

reportagem se apresenta” (FORTES²⁹, 2005, p.14). A pesquisa bibliográfica permitiu identificar uma característica inerente ao jornalismo investigativo: os temas das reportagens, que normalmente trazem irregularidades político-administrativas, tanto de governo quanto outras autoridades (NASCIMENTO, 2010).

A leitura preliminar do levantamento bibliográfico, citado acima, sobre jornalismo investigativo resultou na concepção da definição conceitual e seus delineamentos utilizados para nortear a pesquisa. Hunter et al (2013, p. 8) defendem que o jornalismo investigativo não corresponde apenas ao “bom e velho jornalismo bem realizado”, não se trata de fazer uma boa cobertura jornalística. Para os autores, há um distanciamento tanto na abordagem do quinto elemento que compõe o lead, o “por que”, que no gênero investigativo torna-se “como”, quanto na forma que as duas práticas focalizam os outros quatro elementos: “quem”, “o que”, “quando” e “onde”.

Os outros elementos são desenvolvidos não apenas em termos de quantidade, mas também em termos de qualidade. O “quem” não é apenas um nome ou um título, e sim uma personalidade, com traços de caráter e um estilo. O “quando” não está presente nas notícias, e é um continuum histórico – uma narrativa. O “que” não é meramente um evento, e sim um fenômeno com causas e consequências. O “onde” não é apenas um endereço, e sim uma ambientação, na qual certas coisas se tornam mais ou menos possíveis. Esses elementos e detalhes dão ao jornalismo investigativo, em sua melhor forma, uma poderosa qualidade estética que reforça o seu impacto emocional. (HUNTER et al 2013, p. 8).

Essa etapa metodológica da pesquisa bibliográfica também auxilia na identificação de alguns marcos dos métodos de investigação, como o uso de técnicas de observação por Emile Zola no século XIX, para denunciar as condições de vida na França em decorrência da revolução industrial (BURGH, 2008), ou o uso dos disfarces pelas *stunt girls*, que impulsionou o ingresso das mulheres nas redações, ao final do século XIX, permitindo que as profissionais se tornassem membros regulares das equipes dos jornais (KROEGER, 1994).

Com esse levantamento, é possível identificar uma disciplina na utilização das técnicas e procedimentos de apuração da reportagem investigativa ao longo da história, como por exemplo nas escolhas e percurso traçado por Ida Tarbell em todo o processo de produção da grande reportagem *The History of Standard Oil Co*, publicado em 19 partes, no ano de 1904 na revista McClure's, com exaustivo e minucioso processo de apuração na consulta a documentos e legislatura de diversos estados americanos, além de processos

²⁹ O autor coloca o jornalismo investigativo como gênero jornalístico, mas esta questão não será aprofundada nesta pesquisa, por não ser seu foco.

investigativos do Congresso americano e inúmeras entrevistas com fontes plurais (testemunha, especialistas, oficiais, oficiosas...).

Também foi através do levantamento bibliográfico que a pesquisa identificou a participação significativa de mulheres na prática do jornalismo investigativo e suas demarcações. A história indica claramente uma contribuição feminina na abordagem de temas pautados em atos ilícitos, denúncias, violações de direitos/cidadania, como nos movimentos *municipal housekeeping*, *stunt girl* ou *muckrakers*, e no uso de estratégias e técnicas empregadas por essas repórteres (SILVEIRINHA, 2007).

Com a pesquisa documental, foi possível levantar outro material importante consultado nessa etapa da pesquisa é o manual para jornalistas investigativos, produzido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, em 2013. O manual ‘Investigação a partir de histórias’ traz definições de jornalismo investigativo, suas diferenciações do jornalismo convencional e ainda um guia de como realizar reportagens investigativas, desde o delineamento da pauta, o levantamento de hipóteses sobre o assunto, a busca e o contato com as fontes e o tratamento final para os dados obtidos.

O levantamento bibliográfico é parte fundamental da pesquisa, porque norteou as etapas metodológicas seguintes dessa investigação científica. Com as informações obtidas nessa fase, foi possível delinear os critérios de análise das reportagens investigativas e também definir o *corpus da pesquisa*, ou seja, o conteúdo noticioso que será analisado, os veículos bem como os profissionais que exercem jornalismo investigativo. Os referenciais teórico-conceituais utilizados são história do jornalismo, processo de produção jornalística – envolvendo notícia, reportagem e reportagem investigativa -, *newsmaking* e jornalismo investigativo. A fundamentação teórica serviu como norte para a elaboração das perguntas que serão aplicadas nas entrevistas semiestruturadas com profissionais que atuam no jornalismo investigativo somado os dados sinalizados na pesquisa exploratória que também ajudaram na elaboração das perguntas.

Para a etapa das entrevistas, foram selecionados os jornalistas Andrea Dip, Angelina Nunes, José Maschio, José Roberto de Toledo, Kátia Brembatti e Mauri Konig. Todos eles são integrantes da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI) e atuam especialmente com as temáticas de política, direitos humanos, segurança pública e meio ambiente. Na pesquisa qualitativa, a entrevista tem três objetivos principais: adquirir informações e interpretações sustentadas pelo sujeito entrevistado; obter uma soma numérica de dados de muitos sujeitos e descobrir sobre algo que não pode ser observado pelo próprio pesquisador (STAKE, 2011). Nessa etapa, também foi usado como apoio um

questionário online na plataforma Google, obtendo seis respostas que contribuíram para a análise e discussão sobre reportagem investigativa e seu processo de produção.

Na análise das reportagens, a pesquisa parte da classificação das fontes seguiu a proposta de Schmitz (2011): categoria, grupo e crédito. Na ‘categoria’, as fontes dividem-se entre primárias e secundárias. São primárias aquelas fontes que estão diretamente envolvidas aos fatos, que fornecem a essência da reportagem. As fontes secundárias são aquelas que contextualizam e complementam as informações que foram apresentadas pelas fontes primárias. Há uma adaptação na classificação das fontes no que se refere à categoria. Devido a complexidade de informações nas reportagens investigativas, foi acrescentada a definição de importância que Pereira Junior (2006) dá aos personagens do acontecimento jornalístico. As fontes primárias foram divididas naquelas que são fulcrais, cuja reportagem não existe sem elas, e as primárias de média importância.

Na classificação ‘grupo’, também segue a divisão de Schmitz (2011). Por fonte oficial, entende-se alguém em função ou cargo público e se pronuncia por órgãos do Estado. Como empresarial, compreende aquela fonte que representa corporação empresarial, seja indústria, comércio ou serviços. Institucional é aquela fonte que responde por uma organização sem fins lucrativos ou grupo social. A fonte popular é aquela que aparece como vítima de determinada situação, que fala por si mesma, diferente da fonte testemunhal, que fala sobre o que viu acontecer com outro. A fonte especializada é aquela que apresenta um saber específico ou reconhecido, geralmente relacionada a alguma profissão ou área de atuação. A fonte referencial é definida como qualquer bibliografia ou documentos que são usados na constituição da reportagem.

Quanto ao ‘crédito’, o artigo usa a classificação de Sousa (2001), que divide as fontes da reportagem em *on the record*, *on background*, *on deep background* e *off the record*. Isso porque as reportagens investigativas contam com uma variedade de fontes maior que a classificação entre ‘identificada’ ou ‘anônima’.

On the record (atribuição directa, para publicação) – A fonte é identificada e tudo o que ela profere pode ser objeto de enunciação jornalística. É a regra comum e aquela que deve ser usada quando a fonte não pede confidencialidade. *On Background/not for attribution* (atribuição com reserva) - A fonte não é totalmente identificada, embora sejam dadas algumas pistas superficiais sobre os meios em que ela se movimenta. [...] *On deep background* (atribuição com reserva total) – Não só a fonte não é identificada como também não pode ser referido o meio em que ela se movimenta, embora as informações fornecidas pela fonte possam ser difundidas. [...] *Off the record* (confidência total) - A fonte não pode ser identificada e a informação que ela fornece não pode ser divulgada. Contudo, esta informação auxilia, frequentemente, o trabalho do jornalista. (SOUSA, 2001, p. 67-68)

Outros pontos para análise incluem verificar se o conteúdo aborda uma denúncia ou tem alguma referência a questão de políticas públicas; se a reportagem investigativa usa recursos como infográficos e imagens; se usa documentos e Lei de Acesso a Informação (LAI); se traz observação do repórter no processo de apuração; jornalismo de dados (base de dados). A análise das reportagens pretende contribuir também para identificar nos textos outras especificidades da produção investigativa, que não foram identificadas durante o levantamento bibliográfico, além de revelar aspectos de regularidade no processo produtivo. Mas, para compreender o processo de produção, é necessário não ficar restrito à análise do produto, texto jornalístico, por isso a relevância das entrevistas semiestruturadas com os repórteres investigativos.

Esse percurso metodológico foi pensado como estratégia que contempla as especificidades e características próprias do jornalismo, que não seriam contempladas por metodologias já legitimadas de outros campos científicos. Com os dados obtidos ao final dessas três etapas do processo metodológico, a pesquisa espera aferir o conhecimento específico que norteia a prática do jornalismo investigativo e como se estabelece o diálogo entre teoria e prática no exercício dessa prática jornalística.

Com todos os dados levantados, realizou-se uma interpretação das informações, buscando por um padrão na produção do jornalismo investigativo e também se há inferências das subjetividades dos jornalistas que atuam na área, ainda que haja um protocolo de apuração. Ao considerar que as informações levantadas pela análise dos textos e pelas entrevistas têm relação direta, como processo de produção e produto final, existia a possibilidade que após conversar com os profissionais, a análise fosse retomada para avaliar outros aspectos. Da mesma forma, a análise também orientou questões que compuseram a linha guia das entrevistas semiestruturadas. Com essas estratégias, a pesquisa quer mapear se existem padrões no processo de produção do jornalismo investigativo e se existem exceções, determinadas pela subjetividade dos profissionais.

Uma análise exploratória já indicou que somente a análise das reportagens não é suficiente para atender aos objetivos da pesquisa, já que nem todo o processo está claro e descrito no produto final dos jornalistas. Por isso, a necessidade de uma terceira estratégia metodológica, que complementa os resultados obtidos através da análise, a entrevista com profissionais que atuam no jornalismo investigativo. Assim como os critérios estabelecidos para análise das reportagens, as entrevistas também foram norteadas pelos conceitos e marcos do jornalismo investigativo levantados durante o estudo bibliográfico. Nesse sentido, é importante destacar que foi aprovado o pedido junto à Comissão de Ética em Pesquisa

(COEP) da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) para entrevista com os profissionais selecionados.

Numa pesquisa exploratória foi realizada uma análise parcial de quatro reportagens premiadas da Agência Pública, nos anos de 2013 e 2014, usando como critério apenas a classificação das fontes. Foi possível identificar, por exemplo, que mesmo com a proposta de aprofundar os temas pautados, as reportagens não fugiam muito das fontes oficiais, recurso bastante usado no jornalismo convencional. As reportagens são extensas, variando entre 11 mil e 55 mil caracteres. O tamanho dos textos representa um aumento proporcional no número de fontes. Nas quatro reportagens, ficaram aparentes nos textos 63 fontes. Desse total, o maior número de fontes são as classificadas como ‘oficiais’, totalizando 17. Na sequência, vêm as fontes ‘especializadas’, com 12 ocorrências nas reportagens; seguida pelas fontes ‘institucionalizadas’, com 10 aparições; ‘referencial’ e ‘popular’, com oito fontes cada uma; e três fontes classificadas como ‘empresariais’.

Também foi possível identificar que a quantidade numérica de fontes nas reportagens não representava um conteúdo plural, que contemplasse vários pontos de vista e ângulos do assunto abordado. Em resposta a uma entrevista por email, a jornalista Marina Almeida, que discutiu os problemas envolvendo a exploração do Parque das Águas, em São Lourenço (MG), pela Nestlé e publicada em abril de 2014 na Agência Pública³⁰, revelou que teve acesso ao longo do processo produtivo a um número ainda maior de fontes, mas que foram descartadas por repetir o conteúdo já declarado por fontes oficiais ou não acrescentar nenhuma informação nova à investigação.

Foram cerca de 30 entrevistas. Conversei com alguns moradores e frequentadores do parque que não acompanham a questão das águas, mas não aproveitei as entrevistas porque não acrescentaram muito – alguns concordavam que o parque já foi melhor, outros não sabiam responder, não tinham notado... Também descartei a entrevista de um segundo vereador e de um funcionário da secretaria de Turismo, porque não acrescentavam nada às outras entrevistas citadas na matéria. O critério foi esse: o que as entrevistas tinham a acrescentar à discussão (ALMEIDA, 2015).

Foi na entrevista que a jornalista informou como teve acesso ao início do processo produtivo, ou seja, o surgimento da pauta. “Eu tinha visto uma post que circulou pelo Facebook falando que a Nestlé estava acabando com as águas de São Lourenço, mas não tinha nenhuma informação concreta nem link para fonte ou mais informações” (ALMEIDA, 2015). Os primeiros passos do processo de investigação desse material jornalístico não aparecem no texto, mas apenas no relato do profissional que levantou as informações.

³⁰ <http://apublica.org/2014/04/em-guerra-contra-a-nestle/>

Comecei a pesquisar sobre o assunto e achei alguns blogs que falavam do problema, alguns sobre o caso de maior repercussão que aconteceu nos anos 2000, outros mais atuais. Notei que fora dos blogs havia poucas notícias de jornais e revistas sobre o caso e achei que ir atrás do que acontecia na cidade poderia render uma matéria interessante. Li notícias que encontrei sobre as águas de São Lourenço, uma tese sobre o movimento de 2000 que também dava um bom histórico da região e das discussões sobre a super-exploração e fiz algumas pré-entrevistas por telefone. Fui à cidade entrevistar moradores, políticos, Ministério Público, entre outros. Visitei o parque algumas vezes e tinha conseguido agendar uma visita guiada à fábrica, que foi desmarcada. Tentei por diversas vezes uma entrevista com o DNPM nacional, sem sucesso, mas levantei alguns dados por meio da Lei de Acesso à Informação e falei com um funcionário do CPRM mineiro, por telefone. Nessa fase, analisei vários documentos dos processos, ata de reuniões, teses, estudos sobre as águas da região etc. Entrevistei pesquisadores sobre hidrogeologia, formação da água mineral, etc. Para entender e traduzir melhor alguns termos técnicos utilizei alguns manuais, como o Manual de Construção de Poços Tubulares. Depois de todo esse processo, redigi a matéria. (ALMEIDA, 2015)

De acordo com Stake (2011), embora o pesquisador possua um roteiro de perguntas definidas com base no problema de pesquisa, é necessário inserir questões abertas que possibilitem ao entrevistado comentar algumas histórias, como no caso das “questões expositivas”, em que se pede ao entrevistado que analise determinada afirmação ou situação. “Damos aos entrevistados algo para analisar e conseguir uma lembrança, uma interpretação, talvez até uma opinião” (STAKE, 2011 p. 110). Com os resultados da análise e das entrevistas, é possível cruzar estas informações para alcançar os objetivos da pesquisa e responder à pergunta central: Quais procedimentos caracterizam o processo de produção da reportagem investigativa?

3.3 CORPUS DA PESQUISA – QUEM SÃO OS PROFISSIONAIS ENTREVISTADOS

Foram entrevistados os jornalistas com atuação em jornalismo investigativo Andrea Dip, Angelina Nunes, José Maschio, José Roberto de Toledo, Kátia Brembatti e Mauri Konig, todos associados à Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji). Além deles, também foi entrado em contato com outros 11 nomes da prática de jornalismo investigativo no Brasil, sendo eles: Elvira Lobato, Fernando Rodrigues, Demitri Túlio, Marina Amaral, Kátia Brasil, Natália Viana, Rodrigo Mattos, André Caramante, Rubens Valente, Graciliano Silveira e Rogério Pagnan. Optou-se por utilizar nesta pesquisa somente os jornalistas que deram retorno integral das questões elaboradas.

Andrea Dip – 34 anos, graduada em Jornalismo pela Universidade Santa Cecília. Começou no jornalismo de direitos humanos em 2001 na revista Caros Amigos, mas

foi na Agência Pública de Jornalismo Investigativo, a partir de 2013, que concretizou sua produção em jornalismo investigativo. Começou o blog Copa Pública sobre violações de direitos humanos nos preparativos para a Copa do Mundo na Agência Pública, onde continua como repórter especial cobrindo temas relacionados a infância, gênero, situação carcerária entre outros.

Angelina Nunes - 57 anos, mestre em Comunicação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e graduada em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Iniciou sua trajetória profissional em 1982, com atuação em rádio e TV. Começou a trabalhar com o jornalismo impresso a partir de 1988 e ingressou no Jornal O Globo em 1991, onde começou com a produção de reportagens investigativas a partir de 2000. Se especializou na cobertura investigativa sobre administração pública, mas também saúde e segurança pública. Integra o Conselho da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), da qual foi presidente no biênio 2008-2009. Membro do International Consortium of Investigative Journalists (ICIJ).

José Maschio – 59 anos, graduado em Comunicação Social- Jornalismo pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). É um dos sócios fundadores da ABRAJI. Foi repórter da Agência Folha (Folha de S. Paulo) durante o período de outubro de 1987 a dezembro de 2010. Como repórter, especializou-se na investigação jornalística de crimes de lavagem de dinheiro, corrupção em órgãos públicos, fronteiras e questão agrária. Atualmente, é professor na Universidade Estadual de Londrina (UEL), produz investigações independentes e atua no Sindicato dos Jornalistas do Norte do Paraná.

José Roberto de Toledo – 50 anos, graduado em Jornalismo pela Escola de Comunicações e Artes - ECA/USP. Trabalhou por 13 anos na Folha de São Paulo, onde atuou como editor da coluna Painel de 1991 a 1996, e como repórter especial de 1996 a 2000. Especializado em Reportagem com Auxílio do Computador (RAC/CAR), jornalismo de dados e pesquisas de opinião. Um dos fundadores da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo, sendo seu presidente de janeiro de 2014 a dezembro de 2015. Atualmente, é colunista de política do Estadão, e coordena do Estadão Dados, do qual foi o criador. Recentemente, integrou a equipe de jornalistas brasileiros que revelou informações do caso conhecido como *Panama Papers*.

Kátia Brembatti– 37 anos, graduada em Comunicação Social - Jornalismo - pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). É repórter do jornal Gazeta do Povo desde 2004, com foco em jornalismo investigativo. Sua principal produção no jornalismo investigativo é a premiada série Diários Secretos, que revelou uma série de abusos na

administração da Assembleia Legislativa do Paraná. Na carreira acadêmica e jornalística, o enfoque é no jornalismo investigativo e de base de dados.

Mauri König– 50 anos, graduado em Letras pela Unioeste e em Jornalismo pela União Dinâmica de Faculdades Cataratas. Foi selecionado por sua atuação no jornal Gazeta do Povo, onde trabalhava no início dessa pesquisa, mas no mês de setembro de 2015 passou a integrar a equipe de colaboradores da Folha de São Paulo. A entrevista se pautou em sua produção investigativa no veículo em que atuou por quase 13 anos, conquistando diversos prêmios com a produção de reportagens especiais. No início de 2017, conquistou o terceiro lugar no ranking ‘Mais premiados jornalistas da História’, elaborado pela revista Jornalistas & Cia. Seu foco no jornalismo investigativo é a cobertura de corrupção policial e governamental, direitos humanos, infância e adolescência.

CAPÍTULO 4 – ANÁLISE: O JORNALISMO INVESTIGATIVO NA PRÁTICA

Neste capítulo, foram analisadas reportagens investigativas selecionadas com profissionais da área, em diálogo com o resultado da entrevista com estes jornalistas, que revelam quais são os caminhos que percorrem em uma investigação e o que entendem por jornalismo investigativo e sua prática no Brasil. Esta análise em diálogo, envolvendo o produto e a produção de cada profissional, é importante para revelar justamente o que existe de subjetividade do repórter no processo de investigação, na escolha pelo uso de técnicas e estratégias que estejam em consonância com a complexidade da pauta, bem como entender o movimento pendular que envolve o processo produtivo da reportagem investigativa. Para esta análise, foram selecionadas produções de quatro jornalista: duas produções com autoria individual, duas em coautoria com mais um profissional e três séries de reportagens produzidas por equipes de jornalistas.

4.1 AS ESPECIFICIDADES DO JORNALISMO INVESTIGATIVO PELA ÓTICA DOS REPÓRTERES

Mas o que estes profissionais que atuam com reportagens investigativas entendem por jornalismo investigativo? Há um consenso nessa definição ou, ainda que profissionais dessa prática jornalística, os repórteres conceituam o jornalismo investigativo de formas diferentes? Nas respostas dos seis jornalistas entrevistados, muito vai ao encontro do que já foi exposto na teoria, como um atravessamento diferente dos fatores tempo e espaço na produção do jornalismo investigativo. Por outro lado, existem algumas divergências sobre quais são os obstáculos enfrentados nessa produção.

Para Andrea Dip, a diferença entre o jornalismo investigativo e o factual é apenas uma questão prática: o tempo para apuração. A jornalista aponta que essa questão se tornou ainda mais complexa com os portais da internet, fazendo com que as produções *hard News* enfrentem uma competição absurda, que não permite o aprofundamento dos temas.

O *hard news* tem um papel muito importante. No diário, é preciso noticiar que um prédio caiu e quantas pessoas morreram. Eu, como jornalismo investigativo, vou querer saber porque aquele prédio caiu, quem construiu, se o material era ruim... mais profundo. Os dois tem importância. Acho que é uma questão de tempo, de apuração, e de pessoal mesmo. As vezes os jornais não podem destacar um repórter para investigar um assunto. São realidades muito diferentes para a gente conseguir comparar, mas as duas são importantes (ANDREA DIP, 2016).

Angelina Nunes, que experimentou uma fase do jornalismo brasileiro sem a força da internet, concorda que este é um dos pontos que diferencia as produções, mas também reforça as discrepâncias no processo de produção, sendo o jornalismo investigativo aquele que busca mais fontes, que amplia a discussão. A definição de Nunes ainda chama atenção para o fato do uso de diversas técnicas de apuração aliadas e não apenas a entrevista com uma fonte oficial, por exemplo, recurso bastante usado no jornalismo factual.

Você tem que apurar melhor, você tem que conhecer outras técnicas, você tem que lidar bem com procurar fontes na internet, você tem que usar o computador a seu favor, descobrir bancos de dados interessantes, tem que ler uma documentação absurda, escutar especialistas. Quer dizer, é um método diferente do que você ir ali porque está inaugurando uma biblioteca agora ou tem uma exposição e você vai ali e faz só a exposição. É você não se satisfazer com a primeira informação (ANGELINA NUNES, 2016).

A fala de Angelina Nunes remete ao quadro proposto por Hunter (2013) ao demarcar as distinções entre o jornalismo convencional e o investigativo, sobretudo nas especificações da pesquisa e relação com as fontes. No investigativo, em relação à primeira o autor aponta que a reportagem solicita de documentação para apoiar ou negar as informações das fontes e complementando em relação às fontes, Hunter (2013) menciona que o repórter pode contestar os depoimentos e confrontá-los. É o que a repórter acima menciona com *não se satisfazer com a primeira informação*, como se fosse incontestável, para isso ela sinaliza um *método diferente* (grifo nosso) de apuração adotado pelo jornalista.

Para Kátia Brembatti, o jornalismo investigativo é aquele produzido em profundidade, que revela uma realidade. Por outro lado, Mauri König aponta que a premissa da investigação jornalística está em uma boa história apurada pelo próprio repórter e com base no interesse público, mas sem necessariamente trazer uma denúncia em sua origem. Assim como as colegas, ele diferencia a produção investigativa da factual pelo nível de profundidade das informações apuradas.

Qualquer cobertura jornalística pressupõe uma investigação. O que diferencia uma de outra é o grau de dedicação e profundidade com que o profissional investiga o caso. Ao cobrir um acidente de carro na esquina, o repórter parte do zero e tem de ouvir as diferentes versões para explicar o ocorrido, o que é uma investigação. É claro, porém, que não se pode compará-la em termos de profundidade com o trabalho feito por um repórter que, a partir de uma informação, passa dias, semanas ou meses investigando o caso, descobre documentos por conta própria, entrevista diversas fontes e desvenda um esquema de corrupção, por exemplo (MAURI KÖNIG, 2016).

O jornalista José Roberto Toledo acredita que a diferença entre o factual e o investigativo está centrada no processo de produção e na apuração da reportagem, sem ligação direta com a pauta ou a forma de publicação. A avaliação de Toledo é importante

devido ao seu *know how* no campo investigativo. O jornalista integrou a maior cooperação de mídia da história, que reuniu mais 100 órgãos de imprensa para as publicações do caso *Panama Papers*. A série de reportagens contou com o trabalho de mais de 370 jornalistas, de 76 países diferentes, sob a coordenação do Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos (ICIJ). As publicações conseguiram revelar uma rede global de corrupção, que usava a empresa Mossack Fonseca, do Panamá, como forma de ocultação de recursos em paraísos fiscais. Somente no Brasil, as reportagens do caso *Panama Papers* revelaram a existência de 107 *offshores*, mais tarde relacionadas com as investigações da Operação Lava Jato.

Por outro lado, José Maschio defende que as diferenças permeiam todo o processo: na pauta, no processo de apuração e na publicação do material final. “O jornalismo investigativo é um quebra-cabeças que o jornalista precisa montar. Existe uma persistência maior do jornalista”, avalia Maschio. Especializado em investigações sobre agronegócio, Maschio é da geração de jornalistas da década de 80, produzindo reportagens investigativas em veículos brasileiros em um período em que se tem pouca literatura. Ou seja, ele reforça o conceito de que o jornalista investigador é aquele que provoca a informação, não funciona como um simples receptor (LOPES E PROENÇA, 2003). “Parte da pauta, do método, da escolha do repórter, da especialização de cada um, da edição, da redação dessa reportagem e principalmente da veiculação”, destaca Nunes. As respostas revelam também a presença da subjetividade do repórter no processo de produção da reportagem, configurando o movimento dialético na construção da investigação e da concretização da reportagem investigativa em si.

König também é um defensor do papel do jornalista no jornalismo investigativo, acreditando que a produção desse jornalismo funciona muito mais em razão do empenho dos profissionais do que por uma linha editorial dos veículos de imprensa.

Em geral, essas pautas são pensadas, estruturadas e executadas tomando-se como base o interesse e o conhecimento do profissional de imprensa. Embora se dê muita importância a temas políticos e econômicos, também é possível fazer jornalismo investigativo com temas sociais, policiais e ambientais, para citar alguns. A internet é uma importante fonte de informações, mas não deve ser a única nem a principal. A verdadeira reportagem está nas ruas (MAURI KÖNIG, 2016).

O caminho do jornalismo investigativo também é permeado por algumas dificuldades, considerando sua atuação em desmascarar fraudes, expor injustiças e divulgar informações ocultadas pelos poderes públicos (LOPES E PROENÇA, 2003). Nesse sentido, König aponta dois diferentes obstáculos que podem incorrer dessa produção. A primeira

delas de ordem subjetiva, como pressões políticas ou de anunciantes para que o material não seja publicado, sendo que as reportagens investigativas podem mexer com o interesse de grupos políticos, empresariais e até criminosos. Diante dessa complexidade, o próprio jornalista responsável pela investigação pode sofrer retaliações ou agressões.

Mas os principais obstáculos para essa produção jornalística estão no cerne da própria rotina produtiva: o tempo e o investimento nesse processo. Para Kátia Brembatti, “o tempo é valor mais precioso em discussão nesse campo”. Maschio concorda, afirmando que o tempo é “o que mata o jornalismo”. König discute ainda o obstáculo do tempo, aliado ao investimento.

Um dos grandes impeditivos de uma reportagem de profundidade são os custos representados por viagens e a dedicação de um repórter ou equipe a um único caso durante dias, semanas ou meses. Além das despesas diretas, há ainda a necessidade de reordenamento na redação para suprir a ausência deste profissional, o que pode acarretar em mais trabalho para os colegas e, por consequência, mais horas-extras ou pagamento de *free lancer* (MAURI KÖNIG, 2016)

Por atuar em um veículo que foca na produção de jornalismo investigativo, a Agência Pública, Andrea Dip não enfrenta essa dificuldade na hora de produzir, seja no que se refere a tempo, espaço ou mesmo investimento. Por trazer à tona temáticas muitas vezes delicadas, a jornalista também destaca a dificuldade em ter acesso às fontes que tem necessidade para cercar a pauta, especialmente personalidades políticas e oficiais, que evitam o contato com a imprensa.

Se eu preciso entrar na cadeia, é óbvio que o governador não vai deixar, ele sabe que eu vou fazer uma denúncia. A dificuldade está quando os órgãos oficiais não me atendem, não me respondem, não me dão números. Se preciso falar com deputado, ele não fala comigo e eu tenho que ficar caçando ele pelo Congresso. Tempo e espaço não são dificuldades trabalhando na Pública. O maior obstáculo é ter que falar com pessoas que não querem falar comigo (ANDREA DIP, 2016).

Mas se por um lado esta prática é atravessada por obstáculos da rotina produtiva e também relativos às suas especificidades, por outro, o surgimento de novas ferramentas e avanços da tecnologia têm funcionado como aliados na produção da reportagem investigativa. Entre eles podemos mencionar a Lei de Acesso à Informação, as novas técnicas de raspagem de dados, base de dados públicas e a própria internet. Pertencente a uma geração mais recente, Andrea Dip comenta que não conheceu o jornalismo antes do Google, mas reconhece que hoje os jornalistas contam com uma gama maior de ferramentas, o que não significa necessariamente um jornalismo de melhor qualidade. “Posso ter as ferramentas e não saber fazer. O que transformou é que hoje temos mais ferramentas. Só da gente poder publicar uma reportagem sem papel...quem faria uma nova iniciativa de

jornalismo se não fosse a internet?”, aponta Dip. Mesmo pertencendo a outra geração de profissionais, Maschio concorda que seriam apenas ferramentas que facilitaram a prática do jornalismo investigativo, mas não chegaram a transformá-lo, lembrando que a observação e entrevistas, por exemplo, ainda desempenham um papel fundamental na investigação.

Responsável por coordenar uma equipe de repórteres na investigação ‘Bastidores do Poder’, do jornal O Globo, Angelina Nunes já avalia que estas ferramentas representam grandes transformações na prática do jornalismo investigativo. Usando a própria investigação mencionada como exemplo, ela lembra da dificuldade em acessar documentos públicos, que muitas vezes exigiam custos para obtê-los.

Porque antes, imagina, você tinha que pegar a documentação no lugar X e você tinha que ir de corpo presente, chegava lá e não era tão simples. Ficavam te passando para 20, 30 pessoas...você perdia muito tempo. Com a Lei de Acesso a Informação você faz o requerimento e ele é obrigado a informar. A internet veio mostrar também os bancos de dados, que são mais transparentes (ANGELINA NUNES, 2016).

Para quem usa a técnica de jornalismo de dados, estes avanços representam ainda mais transformações no jornalismo investigativo. José Roberto Toledo, adepto da prática em suas investigações, defende que o meio digital revolucionou o jornalismo, transformando a escassez de dados em excesso, e o trabalho de reportagem de simples coleta em colheita, limpeza e estruturação de dados para análise. “A lei de acesso amplia esse volume e diversidade de fontes”, destaca.

O fator tempo mencionado pelos entrevistados é um ponderador das especificidades do processo de produção da reportagem investigativa em comparação à produção factual. Ele possibilita desenvolver o movimento pendular de apuração e triangulação das informações, quanto menor o tempo, mais as estratégias, técnicas e procedimentos que desenham esse movimento são equacionadas. O tempo pesa nas escolhas realizadas pelos entrevistados durante o processo de produção e construção da reportagem, bem como na disciplina adotada para levantar dados e checá-los. Também não se deve desconsiderar o impacto da tecnologia. Tanto as falas dos repórteres mais velhos que habitaram e produziram reportagens investigativas sem internet, LAI e Portal de Transparência, mencionam isso, como também as falas dos mais novos que já entraram usufruindo seus impactos. Lembrando que, como os entrevistados mesmo pontuaram, não basta a existência do acesso ao mundo da internet, o profissional tem que saber buscar (o que e onde), analisar os dados e entrevistá-los, confrontar as informações obtidas. Dessa forma, as respostas

sinalizam tanto para aspectos objetivos da rotina produtiva, como técnicas e procedimentos, quanto atributos do jornalista enquanto profissional, associados à vivência de cada um, vivência essa que leva o profissional a costurar tais procedimentos com certa autoria.

Nesse sentido, as falas dos entrevistados apontam especificidades na produção da reportagem investigativa e no desempenho do repórter. Contudo, é importante considerar também o lugar de fala deles, bem como seu posicionamento ao valorizar o trabalho que desempenham. Devido a essas considerações, e concebendo a participação subjetiva do repórter nas escolhas do processo de produção e construção da reportagem investigativa, viu-se necessário analisar algumas reportagens e entrevistar seus autores para obter uma maior compreensão do processo produtivo e da atuação do repórter. O propósito para esta escolha é ponderar três perspectivas para a construção da análise: as entrevistas com repórteres investigativos; análise de reportagens; e entrevistas com os autores dos textos selecionados para complementar o estudo do processo de produção e construção da reportagem.

4.2 A REPORTAGEM INVESTIGATIVA E O PROCESSO PRODUTIVO PELA PERSPECTIVA DO REPÓRTER

4.2.1 Andrea Dip

Para esta análise, foram selecionadas duas reportagens investigativas produzidas por Andrea Dip para o site Agência Pública. A Agência Pública aposta num modelo de jornalismo sem fins lucrativos para manter a independência, com a missão de produzir “reportagens de fôlego” pautadas pelo interesse público, visando ao fortalecimento do direito à informação, à qualificação do debate democrático e à promoção dos direitos humanos (PÚBLICA). Todas as reportagens são feitas com base na “rigorosa apuração dos fatos e tendo como princípio a defesa intransigente dos direitos humanos”. Além de produzir, a Pública atua na promoção do jornalismo investigativo independente, por meio de programas de mentorias para jovens jornalistas, bolsas de reportagem e incubação de projetos inovadores de jornalismo independente. Tendo como referência outros modelos independentes desenvolvidos fora do Brasil, Natália Viana e Marina Amaral fundaram a agência em 2011, tendo como financiadores a Fundação Ford, o Instituto Betty e Jacob Lafer, a *Open Society Foundations*, a Aliança pelo Clima e Uso da Terra, a Oak Foundation e ações de *crowdfunding*.

Nesta etapa da pesquisa, foram analisadas as reportagens ‘Os pastores do Congresso’ e ‘A fogueira está armada pra nós’, de acordo com a metodologia proposta, classificando as fontes e identificando outras características do investigativo na produção.

OS PASTORES DO CONGRESSO³¹

Em 19 de outubro de 2015, entrou no site a reportagem ‘Os pastores do Congresso’ (Anexo A), de autoria individual da jornalista. A produção jornalística se propõe a responder como é que as igrejas evangélicas escolhem seus políticos e qual o segredo da força da bancada para barrar avanços sociais e garantir privilégios, como isenção fiscal e concessão de rádios e TV.

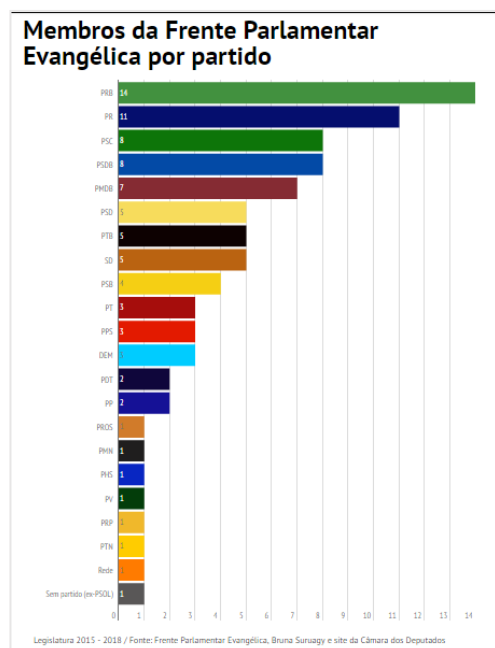
Com mais de 25 mil caracteres, a reportagem está dividida em seis intertítulos, além da abertura e um box. Na abertura do texto, a jornalista traz a descrição, em primeira pessoa, de uma celebração evangélica improvisada realizada dentro do Plenário Nereu Ramos da Câmara dos Deputados, evidenciando o quanto o evento contrasta com o que deveria ser a realidade de um país laico. A observação da repórter destaca, ainda na abertura, a profecia de trechos da bíblia nessa celebração, sendo relacionados com o andamento da carreira política dos presentes, bem como a presença de nomes como o deputado federal Eduardo Cunha, então presidente da Câmara dos Deputados.

Homens de terno e mulheres de saia com a Bíblia na mão vão enchendo o auditório. Alguém regula o som do violão e dos microfones. A música que celebra “júbilo ao Senhor” estoura nos alto-falantes, e a audiência canta junto. Em um púlpito no palco, os pastores abrem o culto com uma oração fervorosamente acompanhada pelos fiéis. Uma descrição comum de um culto evangélico não fossem os pastores, deputados, falando de um púlpito improvisado no Plenário Nereu Ramos da Câmara dos Deputados de um país laico chamado Brasil. (OS PASTORES..., 2015).

Na sequência, sob o intertítulo ‘Sem crise’, a reportagem apresenta o atual cenário da participação de pastores e outras personalidades evangélicas no Congresso, bem como os números da representação de partidos e igrejas na Frente Parlamentar Evangélica. De acordo com a reportagem, a FPE é constituída por 88 deputados, divididos entre 22 partidos e também 22 igrejas.

³¹ <http://apublica.org/2015/10/os-pastores-do-congresso/>

Figura 1. Recorte imagem reportagem Pastores do Congresso



Fonte: Agência Pública

Na parte seguinte, com o intertítulo ‘No gabinete’, a reportagem conta a trajetória política de alguns deputados evangélicos, destacando em que momento a religião e a política se encontraram e como elas dividem espaço na gestão de cada um. Em ‘O começo de tudo’, Andrea Dip recupera o histórico do início do envolvimento das igrejas evangélicas em setores políticos e quais são os segmentos evangélicos e igrejas com mais força e representação, revelando que neste cenário existe um jogo muito parecido com o da política, em que há a troca de igreja em nome do interesse, da mesma forma que acontece entre partidos.

Em seguida, a reportagem aborda qual é o interesse dos evangélicos com esse envolvimento político, sob o intertítulo “E o que querem os políticos evangélicos?”, discutindo quais projetos a bancada evangélica já se envolveu e quais outras ações planeja. A reportagem encerra com o intertítulo ‘Municipal’, discutindo também a atuação de políticos evangélicos nas Câmaras Municipais, abordando diferentes projetos de cunho religioso que já foram aprovados em diversas cidades brasileiras.

A reportagem ainda conta com um box com a trajetória do deputado Eduardo Cunha, que na época ocupava a presidência do Congresso, uma entrevista em vídeo com o vereador Carlos Fontes, gráficos sobre a atuação da Frente Parlamentar Evangélica e links para matérias relacionadas e complementares. Além das entrevistas, a reportagem investigativa também deixa transparecer como técnicas de apuração o uso da observação,

consulta a documentos, pesquisas e estudos e contato com fontes que não deram retorno. Ao todo, aparecem na reportagem 12 fontes, das quais três são não humanas, conforme a classificação:

Tabela 1. Classificação das fontes por categoria

Categoria	Fontes
Primária fulcral	3
Primária média importância	2
Secundária	7
TOTAL	12

Fonte: da autora

Tabela 2. Classificação das fontes por grupo

Grupo	Fontes
Oficial	1
Empresarial	0
Institucional	1
Popular	4
Testemunhal	0
Especializada	4
Referencial	2
TOTAL	12

Fonte: da autora

Na classificação por categoria, aparecem como fontes primárias fulcrais dois pesquisadores, o sociólogo e escritor Paul Freston, professor catedrático em religião e política da Wilfrid Lauries University, do Canadá; a doutora Bruna Suruagy, autora da tese “Religião e política: ideologia e ação da ‘Bancada Evangélica’ na Câmara Federal”; e o pastor e psicanalista Caio Fábio, fundador e ex-presidente da Associação Evangélica Brasileira (AEVB), líder e mentor da igreja Caminho da Graça. São três fontes especializadas, que dão norte para a reportagem investigativa, com as principais informações sobre a relação entre política e religião. Sem os estudos dos três pesquisadores, a

investigação não teria sido construída da mesma forma. Caio Fábio, apesar de também ser pastor, contribuiu com a reportagem como fonte especializada, a partir de seus estudos na área.

Como fontes primárias de média importância aparecem os dados do Censo IBGE 2010; e os dados da Frente Parlamentar Evangélica, que ajudam a trazer para a reportagem o cenário atual de envolvimento de políticos evangélicos diante do crescente número de fiéis, defensores, muitas vezes, de uma política bastante conservadora. As setes outras fontes utilizadas na reportagem investigativa são classificadas como secundárias, que cumprem seu papel de ajudar a contextualizar a temática, responder as questões levantadas e a exemplificar a problemática em debate. São elas as falas dos deputados federais João Campos e Clarissa Garotinho, a assessoria de imprensa da Igreja Universal, o Instituto de Estudos da Religião, a pesquisadora Larissa Preuss, a deputada estadual Liziane Bayer e o vereador Carlos Fontes. Os três deputados mencionados e o vereador são políticos que pertencem à segmentos da igreja evangélica e levam suas concepções religiosas para sua atuação no legislativo, com a apresentação de projetos de relevância e benefício exclusivo para os fiéis evangélicos. Com isso, são classificados como fontes populares por aparecerem na reportagem falando sobre sua própria atuação, e não sobre o envolvimento da religião na política como um todo. Poderiam ser classificados como testemunhais, caso falassem de situações que testemunham, ou como oficiais, se respondessem em nome do Congresso ou Assembleia.

Quadro 1. Fontes 'Os pastores do Congresso'

Fonte	Categoria	Grupo
Paul Freston (sociólogo e escritor)	Fulcral	Especializada
Bruna Suruagy (autora tese)	Fulcral	Especializada
Caio Fábio (pastor, escritor e psicanalista)	Fulcral	Especializada
Censo IBGE 2010	Primária	Referencial
Frente Parlamentar Evangélica	Primária	Oficial
João Campos (deputado federal)	Secundária	Popular
Clarissa Garotinho (deputado federal)	Secundária	Popular
Ass. Imprensa Igreja Universal	Secundária	Institucional
Instituto de Estudos da Religião	Secundária	Referencial

Larissa Preuss (autora tese)	Secundária	Especializada
Liziane Bayer (pastora e deputada estadual)	Secundária	Popular
Carlos Fontes (vereador)	Secundária	Popular

Fonte: da autora

Na classificação de crédito, todas as fontes que aparecem na reportagem investigativa são classificadas como *on the record*.

Com relação a pauta, apesar de não tratar diretamente de questões de políticas públicas, a reportagem investigativa traz um levantamento de diversos projetos de lei apresentados em diferentes cidades do Brasil que representam um retrocesso no que se refere a laicidade do país e nos direitos de minorias. Entre os citados, estão o projeto de lei que prevê o ensino do criacionismo nas escolas do Rio Grande do Sul; um PL para obrigar a leitura da Bíblia nas aulas de história das escolas públicas e particulares, em Santa Catarina; um projeto de lei para criar banheiros públicos em restaurantes, shoppings, cinemas e em casas noturnas para gays, lésbicas, bissexuais e transexuais, em São Paulo; e outras três propostas de uma mesma vereadora, em Manaus, que preveem autorizar por lei manifestações religiosas como palestras e pregações nos terminais de ônibus com o uso de caixas de som, outro que propõe a instituição de uma capela na Guarda Civil Metropolitana, o PL da Cristo fobia, que prevê multas para quem tiver “atitudes discriminatórias em face da religião cristã, palavras e práticas agressivas contra a figura de Jesus Cristo, ameaças, estereótipos pejorativos, induzir ou incitar a discriminação contra a Bíblia Sagrada”.

A reportagem usa de poucos recursos gráficos: são usadas apenas duas fotografias, de questões relacionadas, além de três gráficos que mostram a atuação da Frente Parlamentar Evangélica por igreja, partido e por estado. Outro recurso é um vídeo breve, com entrevista com um dos vereadores citados na reportagem. Como o texto é todo construído em primeira pessoa, a observação da jornalista durante a investigação também fica bastante aparente na produção. Apesar de não fazer uso de documentos oficiais ou dados obtidos via Lei de Acesso à Informação, a reportagem tem como fonte também estudos e pesquisas.

A FOGUEIRA ESTÁ ARMADA PRA NÓS³²

³²<http://apublica.org/2016/03/a-fogueira-esta-armada-pra-nos/>

A segunda reportagem investigativa analisada da jornalista Andrea Dip é ‘A fogueira está armada pra nós’ (Anexo B), publicada também na Agência Pública, em 15 de março de 2016, em coautoria com a jornalista Anna Beatriz Anjos. De acordo com Andrea Dip (2016), a proposta dessa reportagem era conseguir trazer um novo olhar para um assunto já debatido: o feminicídio. O foco da discussão é a revelação de que as mulheres negras são as principais vítimas do crime que mata mulheres por serem mulheres. A reportagem investigativa ainda problematiza a existência de legislação específica, mas que acaba tendo pouca eficácia devido a falhas em sua aplicação.

Os mais de 47 mil caracteres da produção estão divididos em sete intertítulos, além da abertura e um box. A abertura da reportagem investigativa sobre feminicídios traz o relato pessoal de uma vítima de violência sexual. O relato é publicado em primeira pessoa, evidenciando a experiência vivida pela jovem de 27 anos. O relato desta vítima é apenas um dentre várias vítimas que compõe o coletivo ‘Fala Guerreira’, apresentado na abertura da reportagem. Também é nesta abertura que o texto aborda o cenário atual sobre esta questão, trazendo os números mais recentes de homicídios contra mulheres no Brasil, realizando ainda comparativos com relação a anos anteriores. São estes números que evidenciam como a realidade é ainda mais cruel para as mulheres negras.

Sob o intertítulo ‘As leis’, a investigação destaca o que determinam as leis Maria da Penha e do Feminicídio. 13 especialistas apresentam seus pontos de vistas, sobre as fragilidades e limitações da legislação. Estas análises são corroboradas pela recuperação de três casos que foram mal resolvidos pela polícia ou justiça, que permaneciam até a publicação da reportagem sem solução por parte das autoridades. Os casos são contextualizados com dados e números sobre a aplicação das leis no país.

Na sequência, a reportagem investigativa levanta a problematização a respeito da dificuldade de aplicação efetiva da lei, já que a rede de atendimento ainda não está preparada para este serviço, com o intertítulo ‘Na quebrada a política chega diferente’. Cinco depoimentos, de vítimas e especialistas sobre o assunto, reforçam a desconfiança das mulheres de comunidades a respeito da atuação da polícia, que muitas vezes, atua de forma opressora dentro da comunidade. A reportagem tem continuidade com essa questão, com o intertítulo ‘Você aqui de novo? Não separou ainda?’, mostrando especificamente o despreparo das Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres. Além do relato de especialistas sobre o mau atendimento às vítimas, a reportagem apresenta dados sobre uma pesquisa específica sobre a atuação das DEAMs.

Figura 2. Recorte imagem reportagem A Fogueira está armada pra nós

Fonte: Agência Pública

A Lei nº 11.340, ou Maria da Penha, como é popularmente conhecida, também faz aniversário este ano: em agosto, a principal lei de proteção da mulher completa dez anos. É ela que rege as políticas públicas de punição e proteção em casos de violência doméstica – ainda a maior violência de gênero no país. Segundo o Mapa da Violência, 50,3% do total de homicídios de mulheres em 2013 – sete por dia – foram perpetrados por um familiar direto da vítima. Entre os familiares, os parceiros e ex-parceiros são responsáveis por 33,2% dos homicídios femininos por dia (1.583 vítimas) em 2013, taxa que sobe para 43% do total de homicídios se consideradas apenas as mulheres de 18 anos ou mais.

Rede de atendimento não cumpre papel de proteção

Quando decidi separar do companheiro, Luíza, de 28 anos, tinha certeza de que seria morta em breve. “Eu fiquei quatro anos com ele e, antes de completar o primeiro, já sabia que precisava sair daquele relacionamento. Na verdade, a gente começou a namorar quando fui falar para ele que não queria mais nada porque ele me fazia mal. Foi aí que ele me convenceu a namorar”, conta. “Eu estava morrendo de medo de morrer, estava muito próxima disso, tinha essa certeza para mim. Ele já tinha deixado mais do que sinais, me ameaçava, me perseguiu. Eu era uma pessoa de completa baixa autoestima, então me tornei uma isca fácil*

Especialistas discutem se a estruturação das leis está adequada à realidade dos crimes registrados no país, no intertítulo ‘Só punir resolve?’. As fontes entrevistadas discutem que tanto a Lei do Feminicídio como a Maria da Penha preveem ações depois que os crimes já ocorreram, não agindo na prevenção dos casos. Em seguida, com o intertítulo ‘O protagonismo como alternativa’, a reportagem discute a possibilidade do uso das técnicas de justiça restaurativa para casos de violência contra mulher. Ações de educação e conscientização, também previstas em lei, são discutidas no trecho ‘Mais que alternativa, prevenção’. A reportagem investigativa encerra com um último ponto da discussão, ‘É preciso tematizar a violência contra a mulher como um problema’, levantando a importância de que esse debate seja ampliado na sociedade.

A produção também traz um box com outro relato de vítima de violência. A história relatada, sem revelar a identidade da vítima, serve como exemplo para as críticas levantadas ao longo da reportagem, sobre a ineficácia da rede de atendimento.

Apesar de diversas denúncias na polícia, a vítima relata a ocorrência constante de agressões brutais por parte do companheiro. Ao todo, aparecem na reportagem investigativa 28 fontes, com destaque especial para fontes referenciais e especializadas, conforme a classificação abaixo.

Figura 3. Recorte imagem reportagem A Fogueira está armada pra nós



Tabela 3. Classificação das fontes por categoria

Categoria	Fontes
Primária fulcral	3
Primária média importância	8
Secundária	17
TOTAL	28

Fonte: da autora

Tabela 4. Classificação das fontes por grupo (continua)

Grupo	Fontes
Oficial	2
Empresarial	0
Institucional	1

Popular	4
Testemunhal	0
Especializada	13
Referencial	8
TOTAL	28

Fonte: da autora

O que chama atenção nessa reportagem investigativa é que as três fontes fulcrais, de fundamental importância para a construção do texto, são fontes referenciais. Tratam-se das duas leis relacionadas, a Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015, que altera o Código Penal e inclui o feminicídio no rol dos crimes qualificados e hediondos e a Lei nº 11.340, ou Maria da Penha, bem como os números apontados no ‘Mapa da Violência 2015 – Mapa da Violência 2015 – Homicídios de mulheres no Brasil’, realizado pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso).

Outros estudos e resoluções sobre a temática também são usadas como fontes na reportagem investigativa, totalizando oito fontes nesse grupo. As fontes que mais aparecem nessa reportagem investigativa são as especializadas. Este dado reforça o método de investigação revelado pela jornalista, que tenta, através das fontes, esgotar os assuntos abordados (DIP, 2016).

Entre as fontes especializadas, que aparecem em maior número no texto, estão pesquisadoras, advogadas, psicólogas, educadoras sociais e cientista política. Outro fato de destaque é que das 28 fontes que aparecem na reportagem, apenas uma delas é masculina, a de um professor que coordena um projeto de conscientização de homens acusados de agressão, em São Paulo. Todas as outras vozes que aparecem no texto são de mulheres. Numa reportagem investigativa que problematiza a violência contra a mulher e como ela perde o empoderamento durante o processo de denúncia, devido as falhas de aplicação das leis, dar prioridade para estas fontes é um diferencial na produção jornalística.

As quatro fontes classificadas no grupo ‘popular’ são as que trazem relatos de violência sofrida, direta ou indiretamente. São experiências de situações de agressões sofridas por parte dos companheiros, dos pais, ou até mesmo da polícia, através do descrédito. Apenas uma destas fontes pediu que não tivesse a identidade revelada, sendo a única classificada como *on deep background*, enquanto todas as outras são *on the record*. A

reportagem, inclusive, informa o leitor sobre o pedido, indicando que o nome apresentado não é verdadeiro.

Quadro 2. Fontes 'A fogueira está armada pra nós' (continua)

Fonte	Categoria	Grupo
Mapa da Violência 2015 – Homicídios de mulheres no Brasil	Fulcral	Referencial
Lei nº 13.104 (Feminicídio)	Fulcral	Referencial
Lei nº 11.340 (Maria da Penha)	Fulcral	Referencial
Dani Regina (vítima)	Primária	Popular
Ranking Homicídios de Mulheres (OMS)	Primária	Referencial
Maria Sylvia Aparecida de Oliveira (advogada e presidente do Geledés – Instituto da Mulher Negra)	Primária	Especializada
Ana Rita Souza Prata (defensora pública)	Primária	Especializada
Maria Amélia Teles (advogada)	Primária	Especializada
Luiza (vítima)	Primária	Popular
Estudo Centro de Pesquisas em Saúde Reprodutiva de Campinas	Primária	Referencial
Estudo ‘A Institucionalização das Políticas Públicas de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres no Brasil’	Primária	Referencial
Lourdes Bandeira (ex-secretária-executiva da SPM)	Secundária	Oficial
Cris Stefanny (presidente da Associação Nacional de Travestis e Transexuais - Antra)	Secundária	Institucional
Branca Paperetti (psicóloga)	Secundária	Especializada
Indira Gabriela (educadora social)	Secundária	Especializada
Michelle Rodrigues de Mesquita (agente cultural/vítima)	Secundária	Popular
Beatriz Oliveira (integrante Coletivo Fala Guerreira)	Secundária	Especializada
Fernanda Laender (psicóloga e facilitadora)	Secundária	Especializada
Norma Técnica de Padronização das Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres	Secundária	Referencial

Aparecida Gonçalves (secretária de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres)	Secundária	Oficial
Maria Lúcia Karam (juíza aposentada)	Secundária	Oficial
Resolução 2002/12 ONU	Secundária	Referencial
Leandro Feitosa (coordenador ONG Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde)	Secundária	Especializada
Paula Prates (psicóloga/diretora ONG Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde)	Secundária	Especializada
Fernanda Cunha (psicóloga)	Secundária	Especializada
Flávia Biroli (cientista política)	Secundária	Especializada
Carolina Teixeira (integrante Fala Guerreira)	Secundária	Popular
Djamila Ribeiro (mestre em Filosofia Política)	Secundária	Especializada

Fonte: da autora

A pauta da reportagem investigativa aborda de temáticas já destacadas na teoria do jornalismo investigativo: direitos humanos e políticas públicas, ainda que não traga nenhuma denúncia sobre o assunto. A reportagem sobre a violência contra mulheres, com um aprofundado levantamento de dados e consulta à uma extensa lista de fontes, traz aspectos do assunto que não poderiam ser abordados no formato notícia ou reportagem, devido a extensão dos desdobramentos. Mostra-se como reportagem investigativa pela ampliação do debate sobre o assunto, trazendo não apenas números dessa realidade, mas triangulando estas informações com os relatos pessoais de vítimas e a problematização por parte de especialistas. Os dados ou os relatos sozinhos não teriam o mesmo resultado, alcançando esse nível de debate.

A produção conta com o uso de ilustrações, desenvolvidas por uma das fontes da reportagem investigativa, bem como o recurso de três infográficos animados, com um resumo dos principais números sobre a violência contra a mulher no Brasil, que já haviam sido apresentados e referenciadas as fontes no texto. Transparece no texto o uso de oito documentos, como leis e normas técnicas, além de estudos sobre o assunto. São dados que se complementam, são triangulados para revelar que a aplicação da lei não ocorre como deveria e que, devido a isso, não resolve o problema que pretende. O uso da observação por parte da jornalista não aparece no material, já que o texto foi construído confrontando a realidade das experiências vividas por algumas mulheres com o que determina a lei e o que efetivamente é realizado país. Dessa forma, pode-se entender a reportagem não como uma

denúncia, mas como material que traz à tona um assunto até então encoberto, não discutido. Apesar de contar com um grande número de dados, eles foram obtidos por meio de pesquisas, estudos e levantamentos de outros órgãos, não sendo utilizada as técnicas de jornalismo de dados. A produção conta também com um vídeo, com cenas de encontros do coletivo ‘Fala Guerreira’, que surgiu com a missão de fortalecer mulheres da comunidade, para que elas não silenciassem diante das agressões enfrentadas. O coletivo trabalha contra a violência e injustiça, buscando construir um feminismo que funcione “na quebrada”. Para isso, realizam pesquisas, palestras, saraus e a publicação de uma revista impressa, chamada também ‘Fala Guerreira’.

Nas duas reportagens investigativas de Andrea Dip, o que chama atenção é a extensão do material e o número de fontes consultadas, apresentando contextualização dos assuntos, com dados, antecedentes e o cruzamento de todas essas informações para melhor compreensão do leitor. Em grande quantidade, as fontes usadas na construção dos textos representam pluralidade da informação, fugindo, como a própria jornalista indicou como objetivo, das “fontes óbvias”, das “fontes que todo mundo ouve”. Ou seja, ouvir outras vozes resultaria em mais pluralidade na reportagem, trazer ao leitor novas perspectivas, geralmente invisíveis na produção da notícia.

As fontes oficiais são as que menos aparecem, nos dois casos. A maior ocorrência de fontes são as referenciais: documentos, legislação, normas e outras determinações, indo ao encontro da proposta de encontrar a “fonte primária” das informações. Também há uso principalmente das fontes especializadas, aquelas que dominam o assunto, a partir de diferentes áreas, e têm condições de problematizá-lo e contextualizá-lo. Estas características permitem verificar que a produção de Andrea Dip vai ao encontro das recomendações do Manual de Verificação, que defende que o papel do jornalista não é apenas o de reproduzir o que as fontes dizem, mas sim questioná-las, triangular o que elas oferecem com outras fontes confiáveis.

Com a quantidade e os tipos de fontes identificadas nas reportagens investigativas, os textos apontam a necessidade de um maior tempo para apuração, bem como espaço para a publicação desse material. Com a complexidade das informações coletadas, pela quantidade de dados, também há necessidade do uso de recursos como infográficos links para produções relacionadas. Na reportagem sobre o feminicídio, devido a complexidade do tema e da fragilidade das fontes vítimas de agressões, revelou-se a necessidade de anonimato, que pode ser percebido com a não identificação de uma das vítimas e com o uso do recurso de ilustração, em vez de fotos, na reportagem.

As características observadas nas duas produções da jornalista Andrea Dip permitem identificar pontos do que ela revela como seu processo de produção no jornalismo investigativo e até mesmo o que se entende por essa prática. Da mesma forma que os teóricos mencionados nessa dissertação, Andrea Dip vê o jornalismo investigativo como aquele que consegue aprofundar determinado tema. Para ela, o jornalismo investigativo pode ser definido a partir de três características.

Quando falam em jornalismo investigativo, as pessoas logo pensam em detetives, que a gente vai encontrar informações supersecretas, sigilosas e perigosas. Às vezes até rola, mas nem sempre é isso. Primeiro de tudo, você ultrapassa aquela camada do jornalismo diário. Acho que quando você pega um tema e consegue **aprofundar aquele tema** mais que os veículos diários, ou mesmo revistas semanais, isso é investigativo. O jornalismo investigativo é quando você pega um assunto e consegue tirar ele do óbvio, encontrar as fontes primárias dos dados. Depois, tem também a parte mais chata: **pesquisar, mergulhar nos dados, procurar fontes que não são fontes óbvias**. E principalmente **passar algum tempo na rua**. Não existe investigação sem enfiar o pé na lama. Tem que ir e entender a realidade que você está querendo contar, ir sem pré julgamentos. O jornalista empobrece muito seu trabalho quando ele tenta provar suas teorias. (ANDREA DIP, 2016 – grifo nosso).

Dentro do processo de produção da reportagem investigativa, Andrea Dip acredita que existem alguns assuntos que permitem serem trabalhados mais a fundo, o que exige mais tempo dedicado a produção, mas que dentro da Agência Pública tem bastante liberdade para escolher suas investigações podendo investir em assuntos relacionados com a área de direitos humanos, pela qual tem interesse desde o período em que estagiava na revista Caros Amigos. Dessa forma, acredita que a pauta pode surgir de diferentes formas, seja como desdobramento de outra pauta, através de uma denúncia ou pela observação.

Às vezes é um olhar que está faltando ter sobre um assunto. Meu interesse principal é na área de direitos humanos. Essa ligação parte de um sentimento bem primário de indignação. Não vou dormir sabendo que determinada coisa acontece. Tento não deixar essa indignação morrer. Tem assuntos que quando nos deparamos, eles simplesmente precisam ser trabalhados e investigados (ANDREA DIP, 2016).

Independente da pauta em questão, Dip revela que segue o que definiu como o seu protocolo de apuração, ou seja, ela adota um método de trabalho para realizar o processo de produção e construção da reportagem investigativa. Além dos procedimentos e técnicas já discutidos na teoria, como entrevistas e observação, a jornalista destaca que tem como objetivo nas investigações encontrar o que chama de ‘fonte primária’ das informações e não tomar as informações repassadas por fontes humanas, por exemplo, como verdade absoluta (ANDREA DIP, 2016). Com isso, a jornalista não limita-se à consultar apenas fontes oficiais e seres humanos. Ela valoriza pesquisas e dados, por exemplo, isso torna-se mais

perceptível ao observar a categorização das fontes nas tabelas acima referente às reportagens analisadas. Mesmo o uso de especialistas como fonte no processo de produção são pesquisadores que oferecem dados atuando assim como "fonte primária" das informações.

Outra característica pessoal do processo de apuração da jornalista são as entrevistas-guias. Parte do processo de apuração é encontrar pessoas que entendam sobre o assunto em pauta. Com essas entrevistas, que não necessariamente aparecem na reportagem, a jornalista define os caminhos da investigação.

Para mim, tem que pesquisar muito antes de qualquer coisa, um trabalho quase acadêmico. Ler tudo que tem sobre aquilo, passar da primeira página do Google. Achar dados, achar números, achar pessoas. A primeira parte é sempre uma longa e extensa pesquisa. Depois sigo para entrevistas-guias: acho fontes, pessoas que entendo que sabem bem sobre esse assunto e vou bater um papo com elas sobre minhas impressões, que caminho quero seguir. Podem ser pessoas comuns, que vivem aquilo, ou especialistas. São entrevistas que me colocam mais no assunto e me ajudam a guiar o caminho da reportagem. Não faço uma reportagem com menos de 30 entrevistas, porque eu quero chegar o mais perto possível de esgotar um assunto. Quero quebrar a película da primeira fonte fácil. (ANDREA DIP, 2016).

Além disso, por não dominar todos os assuntos, como desdobramentos da lei ou da área da saúde, Andrea Dip construiu uma rede de apoio de especialistas em que confia e recorre sempre que encontra um entrave ou dificuldade em compreender algo ao longo da investigação. Essa estratégia usada pela jornalista foi sendo aprimorado com o tempo e sua experiência, por isso não se trata de um protocolo engessado. Ela defende que são estratégias que funcionam nas suas investigações, mas podem não ser úteis para todos.

Acho que você vai criando com o tempo, você vai vendo o que funciona melhor. Tem jornalista que não grava as entrevistas, por exemplo, eu prefiro gravar tudo. São coisas bem práticas, mas que funcionam diferente para as pessoas. Sempre entrevisto pesquisadores, procuro buscar quem está pensando nisso no meio acadêmico. Também funciona para mim. Tem muito da vivência do repórter, a gente vai vendo o que funciona e o que não funciona. Não é um método engessado, todo dia você aprende mais coisas. (ANDREA DIP, 2016).

Estas características do processo produtivo de Dip podem ser confirmadas a partir da análise das reportagens investigativas. Em ‘A fogueira está armada pra nós’, a jornalista se vale da fala de diversos especialistas, em diferentes áreas, que tem relação com a questão da violência contra mulher. Bem como em ‘Os pastores do Congresso’, em que as principais fontes são referenciais, estudos que analisaram a relação entre política e religião no Brasil. São duas pautas que não trazem denúncia, mas buscam revelar justamente o que Dip chama de “outro olhar”, diferente das publicações factuais que já haviam sido feitas sobre os temas.

A análise da produção e dos produtos de Andrea Dip mostram a necessidade de uma disciplina na reportagem investigativa, para conseguir explorar múltiplas versões, confrontas e cruzar informações. Fica evidente a construção do percurso de uma apuração mais complexa, composta por vários caminhos que instrumentalizam e cruzam os procedimentos de apuração.

4.2.2 Angelina Nunes

Para a análise das reportagens da jornalista Angelina Nunes, foram selecionadas duas produções durante o seu período como editora-assistente da editoria 'Rio', no jornal O Globo, veículo onde atuou por 23 anos. Angelina saiu do grupo no início de 2015, após um corte de mais de 160 funcionários. O Globo é um jornal diário, fundado em 1925, com sede no Rio de Janeiro, integrante do Grupo Globo, de propriedade da família Marinho, que inclui a Rádio Globo e a TV Globo. Possui circulação nacional, nas formas impressa e digital. Por se tratarem de duas séries de reportagem, esta análise iria contemplar apenas a primeira reportagem do conjunto. Entretanto, como nos dois casos a primeira reportagem era constituída principalmente por uma apresentação e resumo do material completo, optou-se por incluir na análise todas as publicações do primeiro dia da série. Foram selecionadas para esta análise as séries 'Bastidores do Poder' e 'Favela S. A.'.

BASTIDORES DO PODER

Na edição do dia 20 de junho de 2004 foi publicada a primeira reportagem da série 'Bastidores do poder' (Anexo C), sob o título "Os homens de bens da Alerj". A série foi coordenada por Angelina Nunes, mobilizando uma equipe de seis repórteres numa investigação que levou quatro meses. A reportagem revelou a desproporcional variação patrimonial de deputados estaduais do Rio de Janeiro, sendo que 27 deles aumentaram o patrimônio em mais de 100%. Naquele ano, a série ganhou o Prêmio Esso de Jornalismo e, em 2005, o Prêmio Internacional de Jornalismo Rey de España. A série é constituída por sete reportagens, mas somente as publicações do primeiro dia serão consideradas para esta análise. Na época, as reportagens investigativas foram publicadas apenas em impresso. Nos últimos anos, O Globo vem recuperando uma série de reportagens premiadas, disponibilizando os arquivos em PDF através do site Memória O Globo³³. No primeiro dia de publicação da investigação sobre os patrimônios dos deputados estaduais, numa edição de

domingo, quatro páginas trazem as principais revelações, envolvendo 70 deputados, dos 130

³³ <http://memoria.oglobo.globo.com/jornalismo/premios-jornalisticos/os-homens-de-bens-da-alerj-8876006>

que ocuparam uma cadeira na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) entre os anos de 1996 e 2001, ao menos três anos antes da publicação.

Figura 4. Recorte reportagem Bastidores do poder



Fonte: Memória O Globo

A primeira delas, com o título ‘Os homens de bens da Alerj’, faz uma apresentação da série de reportagens investigativas, com um resumo das principais informações descobertas com o levantamento da equipe. O material ocupa toda a página, dividido entre uma matéria principal, uma foto destacada da Alerj, um box esclarecendo que, devido a lei eleitoral, os políticos perderam o direito ao sigilo fiscal, e outro box secundário, com fala de historiadores comentando sobre a mudança do perfil do político no Brasil.

Na segunda página, a série tem continuidade com o título ‘Sócios do seletor Clube do Milhão’, apresentando os dados e informações levantadas junto à documentação dos candidatos no Tribunal Regional Eleitoral, revelando os deputados que tiveram aumento patrimonial ultrapassando a marca de R\$ 1 milhão. Um box é usado para dar destaque a evolução patrimonial do deputado que mais registrou aumento de bens no período analisado. A reportagem, assim como toda a série, é construída contrapondo o sucesso dos deputados, que alegam ter aumentado o patrimônio devido a outras atividades empresariais, com o cenário de crise econômica vivido no país. Números de inflação e queda de setores, como o agropecuário, são confrontados com o desempenho empresarial dos deputados. O

texto é encerrado com uma chamada para a reportagem da próxima página. A publicação divide metade da página com material publicitário.

Na sequência, a investigação traz as justificativas dos deputados, com o título ‘Um rei do gado com aumento de 278% em seu patrimônio’. O texto trata especificamente do patrimônio do presidente da Alerj, Jorge Picciani (PMDB), que teria base exclusivamente em suas ações de compra e venda de gado, além de sêmen e embriões. O material é acompanhado de um gráfico com a evolução patrimonial dos deputados que mais aumentaram os bens, no período do levantamento.

Uma matéria secundária traz a justificativa do segundo maior patrimônio na investigação, deputado Eider Dantas (PFL), que teria uma criação muito lucrativa de cavalos. Uma terceira matéria na página, com relativo destaque, informa que ‘Políticos explicam origem dos bens’. Os outros deputados que apresentaram crescimento desproporcional são ouvidos pela reportagem e suas explicações publicadas em um texto sem foto, como o recurso visual de ‘olhos’ no texto, em destaque.

A última parte desta primeira publicação das investigações da equipe vem sob o título ‘Patrimônio de novatos cresce mais de 1.000%’, revelando a evolução de três deputados novatos, que apesar de virem de famílias políticas, iniciaram a trajetória com poucos bens, mas prosperaram rapidamente durante os mandatos. Um box complementa as informações, revelando o nome de deputados que já haviam conquistado o seu primeiro R\$ 1 milhão patrimonial antes mesmo de assumirem uma cadeira na Alerj. A segunda matéria da página, ‘Setenta vagas no paraíso das mordomias’, revela quais são todos os benefícios destinados aos deputados, como auxílio moradia, combustível, entre outros. Outros dois box fecham a página: ‘Deputados negam haver irregularidades’ e ‘Análise inclui políticos de 16 partidos’. Novamente é usado o recurso de chamada para próxima reportagem da série, publicada na edição do dia seguinte.

Figura 5. Recorte reportagem Bastidores do poder



Diferente das publicações na Agência Pública, a série de reportagens investigativas coordenada por Angelina Nunes revela na própria publicação parte do esforço investigativo da equipe. O próprio jornal informa que para esta investigação, mais de 800 folhas de documentos foram analisadas e mais de 120 pessoas foram entrevistadas. A análise contou com a ajuda de especialistas econômicos, usando uma base de dados públicos fornecidos oficialmente pelo Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro.

Ao todo, aparecem nas reportagens analisadas 22 fontes, mas fica claro também o uso de outras fontes que não aparecem no texto, como nas informações de contextualização do cenário econômico do país na época. Estas informações sobre o processo de investigação para ‘Bastidores do Poder’ reforça o conceito de Fortes (2005) de jornalismo investigativo, que define como uma apuração demorada, recheada de documentos, dados, estatísticas, legislações e códigos. Muitas vezes, não é de uma fonte ou de um documento que se obtém a informação, mas do cruzamento de vários deles. Ai entre o esforço da equipe em conferir a base de dados do TRE com as declarações de renda e bens dos deputados, conferindo a veracidade das informações para publicação.

Tabela 5. Classificação das fontes por categoria

Categoria	Fontes
Primária fulcral	1
Primária média importância	13
Secundária	8
TOTAL	22

Fonte: da autora

Tabela 6. Classificação das fontes por grupo (continua)

Grupo	Fontes
Oficial	3
Empresarial	2
Institucional	0
Popular	10
Testemunhal	3
Especializada	2

Referencial	2
TOTAL	22

Fonte: da autora

Mesmo diante do grande número de informações reveladas com a investigação da equipe, das fontes que aparecem na reportagem, somente uma delas pode ser classificada como fulcral: a base de dados do TRE. Esta é a referência para todas as informações descobertas com a investigação, sendo que a fala posterior dos deputados foi apenas em resposta as informações já obtidas pelos repórteres com o Tribunal Regional Eleitoral. Apesar dos dados não terem sido obtido através das técnicas de RAC - Reportagem com Auxílio de Computador, procedimentos do jornalismo de dados foram usados para organizar as informações levantadas, como tabulações, planilhas e gráficos evolutivos.

Todos os deputados que deram retorno ao jornal são classificados como fontes primárias de média importância, já que apesar de relevantes, a série investigativa poderia ter sido publicada da mesma forma sem estas informações. Com uma base de dados oficial como as informações fornecidas pelo TRE, a reportagem não perderia sua credibilidade caso algum deles não desse retorno. Também é por conta disso o número mais alto de fontes classificadas como populares. Os deputados acabam sendo classificados como populares porque não respondem com sua atuação dentro da Assembleia, mas sim, justificam a origem de seus patrimônios por outros meios, como heranças ou atividades empresariais paralelas ao exercício político. Da mesma forma acontece com advogados e assessores que respondem em nome dos deputados. Como dão declarações enquanto representantes empresariais, foram classificados dessa forma.

A extensão das informações e dados revelados pela investigação da equipe coincidem com o que foi informado sobre o processo de produção desse material, o acesso a mais de 120 pessoas para entrevistas e 800 páginas de documentos. A própria reportagem revela a necessidade de um especialista para auxiliar na análise dos dados obtidos com o TRE. São características do jornalismo investigativo, a necessidade de uma equipe, tempo, espaço e investimento diferenciados para a cobertura de determinados assuntos.

Quadro 3. Fontes 'Bastidores do poder' (continua)

Fonte	Categoria	Grupo
Base de dados TRE	Fulcral	Referencial

Marcus Faver (presidente TRE)	Primária	Oficial
Sergio Mazillo (advogado Picciani)	Primária	Empresarial
Eider Dantas (deputado estadual)	Primária	Popular
Paulo Melo (deputado estadual)	Primária	Popular
André Luiz (deputado estadual)	Primária	Popular
Sivuca (deputado estadual)	Primária	Popular
André Ceciliano (deputado estadual)	Primária	Popular
Aparecida Gama (deputado estadual)	Primária	Popular
Alice Tamborindéguy (deputado estadual)	Primária	Popular
Marcos Figueiredo (deputado estadual)	Primária	Popular
Andreia Zito (deputada estadual)	Primária	Popular
Alessandro Calazans (deputado estadual)	Primária	Popular
Assessoria Alerj	Secundária	Oficial
Nelson Jobim (presidente TSE)	Secundária	Oficial
Marly Silva da Motta (historiadora)	Secundária	Especializada
Milton Teixeira (historiador)	Secundária	Especializada
Maria do Nazaré (irmã deputado Paulo Melo)	Secundária	Testemunhal
Fátima (irmã deputado Paulo Melo)	Secundária	Testemunhal
Assessor Picciani	Secundária	Empresarial
Carlinhos (funcionário fazenda Eider Dantas)	Secundária	Testemunhal
Agência Nacional de Petróleo	Secundária	Referencial

Fonte: da autora

Já as fontes secundárias ficam por conta de funcionários ou familiares dos deputados, que aparecem nas reportagens com informações completares, ou apenas a título de confirmação do que já havia sido levantado. Um assessor e um advogado do presidente da Alerj, Jorge Picciani, apesar de funcionário do deputado, respondem em seu nome como empresário no setor do agronegócio. Também aparecem nas reportagens fontes testemunhais, de familiares e funcionários que relatam sobre o crescimento do patrimônio dos deputados Paulo Melo e Eider Dantas.

Mais uma vez o número de fontes oficiais não é o que sobressai na produção do jornalismo investigativo, tendo nesse caso maior espaço para fontes populares, representadas pelos deputados que justificaram a origem de seus patrimônios. São estas mesmas fontes, os

deputados, que despontam ainda como fontes primárias. Apesar do que é possível identificar com as reportagens, existe ainda um grupo de quase 100 fontes que não estão identificadas. Todas as fontes que aparecem na reportagem são classificadas como *on the record*.

FAVELA S.A.³⁴

Em 24 de agosto de 2008 teve início a publicação da série de reportagens ‘Favela S.A.’ (Anexo D), também no jornal O Globo. Dessa vez, Angelina Nunes coordenou uma equipe de oito repórteres numa investigação que revela a realidade das favelas antes das ações de pacificação nas comunidades cariocas. Com uma economia própria, formal e informal, que chegou a movimentar R\$ 3 bilhões por ano no período investigado, a série de reportagens mostrou que nessa realidade se misturavam negócios mais sofisticados, como telefonia, como também uma rede de agiotagem, comerciantes autônomos e serviços controlados por quadrilhas do crime organizado. Um ano mais tarde, a série investigativa conquistou o 11º Prêmio Imprensa Embratel. A série é constituída por 13 reportagens investigativas, publicadas ao longo de cinco edições do jornal. Entretanto, para esta análise, serão consideradas apenas as reportagens da primeira publicação.

A série de reportagens conta com uma chamada na capa, mas sem foto ou destaque como manchete. A primeira reportagem da série, publicada numa edição de domingo, sob o título ‘Os brasileiros que vivem no capitalismo selvagem’, segue um modelo parecido com o da análise anterior, trazendo uma apresentação da investigação, com um resumo das principais informações levantadas sobre o assunto. Ainda que revelando menos sobre o caminho da investigação que a série anterior, o próprio texto destaca que a equipe de reportagem “seguiu o rastro do dinheiro” para tentar mensurar a economia emergente das favelas, onde o número de pobres havia diminuído, de acordo com a investigação. Os dados indicam que ao menos um em cada quatro moradores do Rio vivem um “capitalismo sem leis”, à margem do Estado.

Longe das leis do asfalto, as comunidades vivem um comércio paralelo que movimenta R\$ 3 bilhões ao ano em comércio formal, informal e ilegal. A primeira reportagem também traz dados de pesquisas que indicam o crescimento de famílias de renda média nas comunidades, um público consumidor pouco valorizado em outros espaços comerciais.

³⁴ <http://memoria.oglobo.globo.com/jornalismo/premios-jornalisticos/favela-sa-8874916>

exemplificada pelo negócio de Dona Chupetinha, que começou a vender quentinhas como bico e cresceu até conseguir abrir uma pensão e restaurante em Vigário Geral, que atrai clientes de diversos bairros do Rio.

A reportagem divide a página com um box, que informa sobre o número recorde de estabelecimentos comerciais na comunidade Jacarezinho, que reúne mais atividades econômicas que seis bairros vizinhos, juntos. Também divide espaço com uma história em quadrinhos, que ocupa metade da página e informa ter continuidade nas próximas edições, contando a história de uma moradora de comunidade que iniciou uma atividade comercial no improviso. No pé da página, convida o leitor para um conteúdo exclusivo no site, a evolução da população das favelas no Rio.

Figura 7. Recorte reportagem Favela S.A.



Fonte: Memória O Globo

A terceira parte da série de reportagens trata-se de uma entrevista com o economista Sérgio Besserman, presidente do Instituto Pereira Passos e ex-presidente do IBGE e BNDES. Besserman fala dos resultados preliminares de pesquisas desenvolvidas pelo instituto que preside, afirmando que a qualidade de vida nas favelas vem aumentando nos últimos anos, mas que acaba sendo desacelerada pela falta de ação do Estado dentro das comunidades. Ele ainda revela a procura pelo comércio das favelas por moradores de outras regiões da cidade, pelo baixo preço resultante da informalidade da grande maioria dos

estabelecimentos. Besserman ainda defende que o alto custo da formalização deveria barrar este avanço por muitos anos. A entrevista conta com uma foto do entrevistado tendo como cenário o seu bairro, Copacabana, contrastado com a comunidade Pavão-Pavãozinho ao fundo. Há uma chamada para acessar o site d'O Globo³⁵ para ouvir a entrevista com Besserman, além de uma chamada para a reportagem seguinte da série. A entrevista divide página com uma matéria secundária sobre uma série de reportagens realizada um ano antes, em que uma equipe de reportagem revelou que sob o comando das milícias, os moradores da comunidade vivem ainda em situação de ditadura. O texto recupera as principais revelações da investigação, com reprodução das páginas publicadas.

Encerrando as publicações do primeiro dia, a reportagem trata de investimentos nas favelas para melhorar a qualidade de vida dos moradores, além de imprimir maior ação do estado, com o título 'Urbanização de favelas vai gastar R\$2,412 bilhões'. Esta parte da investigação chama atenção para o fato de que os investimentos realizados são apenas para infraestrutura, sem prever ações para conter o crescimento das favelas e maior precarização das condições de vida nos locais. A reportagem faz uma grande recuperação histórica sobre os investimentos nas favelas nos últimos anos, de acordo com cada governo, com a criação de programas e outras iniciativas, mostrando o que de fato mudou na realidade das favelas. A reportagem ainda recupera as ações de remoção, realizadas na década de 1960, e que impacto isso teve, reportando as causas e consequências do fenômeno. O texto divide espaço com quatro fotos, desses diferentes momentos históricos recuperados na investigação. No pé da página, a publicação convida para acompanhar a reportagem da série que será publicação na edição do dia seguinte.

Ao todo, a reportagem investigativa mostra nos textos 21 fontes. Da mesma forma como aconteceu com 'Bastidores do poder', fica evidente que as principais informações investigadas foram obtidas através de bancos de dados ou outras fontes referenciais. Também fica aparente nas reportagens muitas informações sem a indicação da fonte, como recuperação histórica de investimentos e ações nas favelas na quarta reportagem. As principais informações levantadas, que norteiam a investigação, foram obtidas através de um levantamento com diferentes órgãos e institutos: IBGE, Secretaria do Habitat, Instituto Pereira Passos, Programa de Aceleração do Crescimento, Programa Favela Bairro, Companhia Light e Companhia de Águas e Esgoto do Rio.

³⁵ Os conteúdos extras mencionados nas reportagens não estão mais disponibilizado no site. Só é possível acessar aos PDFs das reportagens, através do Memória O Globo

Figura 8. Recorte reportagem Favela S.A.

Fonte: Memória O Globo

Na reportagem, não fica especificada a origem de cada uma das informações. Elas foram dispostas em conjunto, sendo informado como fonte todo esse conjunto de órgãos e institutos. Ainda assim, serão classificadas individualmente nessa análise, considerando o peso que estes dados e informações têm dentro da reportagem. Todas as fontes que aparecem na reportagem são classificadas como *on the record*.

Tabela 7. Classificação das fontes por categoria

Categoria	Fontes
Primária fulcral	7
Primária média importância	7
Secundária	7
TOTAL	21

Fonte: da autora

Tabela 8. Classificação das fontes por grupo (continua)

Grupo	Fontes
Oficial	3
Empresarial	4
Institucional	0
Popular	0

Testemunhal	0
Especializada	6
Referencial	8
TOTAL	21

Fonte: da autora

Novamente, chama a atenção o fato de as fontes fulcrais da reportagem investigativa serem todas referenciais. São base de dados, pesquisas, documentos e levantamentos que fornecem as informações que amparam a reportagem, dão embasamento para uma série de reportagens, permitindo ampliar a pauta para muito além de uma notícia ou reportagem. São estes dados que representam a força da investigação de 'Favela S.A.'. Ainda que não apareça sistematizado com o uso das técnicas de Jornalismo de Dados, novamente a equipe de reportagem se valeu destas estratégias para organização dos dados, com tabulações e comparações e cruzamento de dados. São recursos mais usuais no jornalismo investigativo. Os dados trazem informações, porém existe um esforço do repórter em cruzar as informações de forma que elas cheguem até o leitor de forma mais qualificada.

Também seguindo a tendência das reportagens analisadas anteriormente, há um número razoável de fontes especializadas. É o papel da contextualização, com especialistas que aprofundam, explicam e problematizam o tema em pauta. O número de fontes especializadas fica atrás apenas das fontes referenciais, fulcrais para construção dessas reportagens investigativas. Aparecem também fontes empresariais, devido a investigação sobre o comércio nas favelas. Por último, ficam as fontes oficiais, que assumem importância secundária na construção de uma reportagem investigativa.

Quadro 4. Fontes 'Favela S.A.' (continua)

Fonte	Categoria	Grupo
Censo IBGE 2000	Fulcral	Referencial
Secretaria do Habitat	Fulcral	Referencial
Instituto Pereira Passos (IPP)	Fulcral	Referencial
Dados Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)	Fulcral	Referencial
Censo Programa Favela Bairro	Fulcral	Referencial
Light (companhia energia elétrica)	Fulcral	Referencial

Companhia de Águas e Esgoto do Rio (Cedae)	Fulcral	Referencial
Sérgio Besserman (economista e presidente IPP)	Primária	Especializada
Vicente Loureiro (subsecretário estadual de obras)	Primária	Oficial
Paulo Magalhães (sociólogo)	Primária	Especializada
Marcelo Burgos (sociólogo)	Primária	Especializada
Ronaldo Fiani (professor Economia UFRJ)	Primária	Especializada
André Urani (diretor Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade)	Primária	Especializada
César Vasquez (diretor Sebrae-RJ e integrante Fórum do Rio)	Primária	Especializada
Emerson (funcionário Associação de Financiados e Mutuários do Brasil – Asfimbra)	Secundária	Empresarial
José Paulo David (Presidente regional TIM)	Secundária	Empresarial
Rachel Souza (proprietária escola de inglês)	Secundária	Empresarial
Lizietta Carmem Siqueira Rodrigues – Dona Chupetinha (proprietária pensão/restaurante)	Secundária	Empresarial
Observatório Imobiliário e de Políticas do Solo	Secundária	Referencial
Tribunal de Contas do Município	Secundária	Oficial
César Maia (prefeito RJ)	Secundária	Oficial

Fonte: da autora

As revelações da série ‘Favela S.A.’ assumem o caráter de revelar um assunto encoberto do jornalismo investigativo, ou mesmo o que Andrea Dip chama de “um outro olhar” sobre determinado assunto. O morador da favela pode ter conhecimento sobre a força e crescimento do comércio nas comunidades, porque é sua realidade cotidiana, mas dificilmente tem a dimensão do que isso representa para a cidade, que impactos traz ao desenvolvimento e qualidade de vida dentro das favelas e a força que tem estas iniciativas comerciais, o quanto movimenta por ano e o quanto está diretamente relacionado com o crescimento da renda dos moradores. A reportagem investigativa não só levanta todos estes números, como também traz estas relações e amplia o debate sobre o tema.

Isso porque, conforme aponta Hunter (2013), no jornalismo investigativo, o elemento “o que” assume o papel de um fenômeno mais complexo, com causas e consequências. É exatamente esse o esforço da equipe de reportagem ao longo da série,

mostrando não apenas o funcionamento da economia dentro das favelas, mas discutindo quais as implicações este movimento financeiro representa, dentro e também fora das comunidades. A reportagem revela as iniciativas informais que surgiram da criatividade dos moradores da favela, mas também mostra a força desse comércio e como isso impactou na qualidade de vida dos moradores, cruzando estas informações com uma pesquisa sobre a faixa de renda destas pessoas, para citar um exemplo.

As duas produções guardam características bastante semelhantes, identificadas na publicação do material, como o apoio principal em informações de fontes referenciais, por exemplo, além de destaque secundário para fontes oficiais, diferente do modelo de jornalismo diário. Apesar de não estar na produção de forma direta, é possível perceber na produção também o uso de observação dos repórteres, já que para encontrar as iniciativas dentro das comunidades, foi preciso ir até as favelas e conhecer as realidades locais. As informações coletas com essa vivência, com essa observação, a conversa informal com moradores, também foi importante para construir a reportagem revelando ao leitor toda a complexidade da pauta.

Também são identificados nas reportagens o uso de recurso comuns na publicização do jornalismo investigativo, pela complexidade e profundidade das informações obtidas. Como forma de organizar a grande quantidade de dados e informações levantadas, a série Favela S.A. se apoia no uso de fotografias e box com informações complementares, mas inova ao trazer também uma sequência em quadrinhos, publicada, da mesma forma que as reportagens, em série. O recurso funciona como uma forma mais didática de informar o leitor sobre as iniciativas informais nas favelas.

Mais do que simplesmente apresentar os dados levantados com as pesquisas e documentos, o que já revela um grande esforço investigativo, a equipe ainda alia estas informações ao que foi observado in loco nas favelas, transmitindo num espaço diferenciado, sendo quatro páginas reservadas apenas no primeiro dia de publicação, com diferentes recursos. Devido a complexidade do material, a publicação também usa o recurso de chamadas para as reportagens seguintes e dos próximos dias, bem como convida para conteúdo extra online.

As duas reportagens investigativas analisadas, que foram produzidas por uma equipe de repórteres, sob a coordenação de Angelina Nunes, se encaixam no perfil de reportagens indicado por Nunes, que se especializou em investigações sobre administração pública, nas três esferas de governo, bem como questões envolvendo Tribunais de Contas,

Eleitorais e de Justiça. Ela acredita que são pautas que exigem um caminho diferenciado do repórter para conseguir cercar os assuntos, que muitas vezes envolvem denúncias.

Quando você realiza uma reportagem investigativa, vai muito além da cobertura diária. É uma apuração mais rigorosa, com cruzamento de dados, checagem, o básico da investigação. Você tem que apurar à exaustão, cruzar dados e não ouvir apenas uma fonte, você tem que ouvir várias. Não dá para ter erro. Um erro bobo pode desacreditar e desmontar uma investigação inteira. (ANGELINA NUNES, 2016).

Assim como Dip, Nunes destaca a importância da fonte dentro da investigação, para conseguir cercar o assunto, mas que é preciso “checar à exaustão”, trazendo semelhança com os procedimentos de Dip de encontrar a “fonte primária”. A repórter afirma que, especialmente quando se trata de denúncias, mesmo as fontes mais confiáveis que colaboram com a investigação podem ter interesses particulares com a divulgação das informações. “Só te entrega uma *sujeirada* com todos os detalhes quem está dentro do esquema. A fonte tem um interesse, a fonte pode te trair. É claro que eu confio na fonte para ela me dar a informação, mas a partir daí eu trabalho essa informação” (ANGELINA NUNES, 2016).

Sobre realizar esse percurso investigativo com o amparo de uma equipe, Nunes afirma gostar de trabalhar em grupo, mesmo já tendo realizado também investigações sozinha. Ela acredita que consegue aproveitar melhor os talentos de cada profissional, investir melhor nas habilidades de cada um e garantir não só uma investigação mais aprofundada, mas, até mesmo realizar em menos tempo.

Dá para fazer investigação sozinho, só que você vai levar três vezes o tempo. E ninguém domina todas as habilidades. Você pode ser ótimo em banco de dados, mas não é tão bom assim em entrevista. Por outro lado, o colega consegue fazer uma entrevista pegando tudo e é uma fera em descobrir documentos em meio a documentos, mas não é especialista, por exemplo, em dados. Então, quando você trabalha em equipe é mais fácil você achar pessoas com habilidades e que troquem informações. Você sai daquele trabalho com um ganho de aprendizado. (NUNES, 2016).

E tempo é justamente o que Nunes identifica como o principal obstáculo no processo de produção investigativa, em consonância com Reyes (1999), sendo que a reportagem investigativa exige mais tempo que o trabalho de relatar as notícias sob a pressão do fechamento no jornalismo factual. Na reportagem investigativa, o tempo, um dos elementos principais na teoria da construção social envolvendo a rotina da produção do jornalismo, é diferenciado. Por estar atravessado por uma relação de tempo e espaço distinta da produção diária, o jornalista investigativo precisa, muitas vezes, brigar pela investigação, algo que não acontece na Agência Pública, por exemplo. Para a produção de ‘Bastidores’ do

poder’, inclusive, Nunes revela que a equipe passou três meses investigando fora do horário de trabalho, para somente depois disso, tendo descoberto diversas irregularidades, vender a pauta para a chefia.

Nenhuma chefia quer liberar o repórter por um ano, um mês, 15 dias ou uma semana apurando um material, mesmo quando você sabe que o material é bom e vai trazer credibilidade para o veículo. Nessa da Alerj, por exemplo, antes de apresentar a pauta para a chefia, a gente trabalhou três meses na ‘clandestinidade’, porque era fora do horário de trabalho. Esse tempo todo apurando, fuçando, cruzando dados. Porque uma coisa é você dizer para a chefia que quer fazer o perfil de 130 deputados, mas se chegar e disser que já tem os impostos de renda, já tabulou e viu quem ganha mais, aí sim a investigação existe. (ANGELINA NUNES, 2016).

Importante ressaltar neste momento a distinção que existe entre os dois veículos analisados: a Agência Pública e o jornal O Globo, não apenas no que se refere ao formato de publicação das reportagens. A Pública não é um impresso diário, mas também tem foco específico na reportagem investigativa. Ainda que com quase 100 anos de atuação, o Globo não conta até hoje com uma equipe exclusiva para atuação investigativa. Ou seja, o jornal impresso surgiu em um outro contexto histórico, adequado a um outro formato de jornalismo, enquanto a Pública foi criada já na sociedade digital, tendo como diferencial justamente a sua independência e o investimento que destina para as “reportagens de fôlego” (AGÊNCIA PÚBLICA).

O relato de Nunes revela ainda uma especificidade entre o jornalismo investigativo no impresso e no online. Como a Pública atua especificamente no investigativo, não é necessário o esforço do jornalista em convencer para o investimento na pauta, de tempo e dinheiro. Por outro lado, num veículo que tem a tradição na publicação diária de notícias, uma investigação desse porte teve que iniciar na “clandestinidade”, para somente ser vendida, e comprada pelo chefe, depois de semi apurada, com a hipótese já comprovada.

Diferente da Agência Pública, que tem não tem a limitação ‘espaço’, por conta do formato internet, nem da questão ‘tempo’, porque atua com foco especificamente no investigativo, outro problema que Nunes aponta, mais característico de veículos impressos e com foco no formato notícia, é a verba que as reportagens investigativas exigem. Muitas vezes, parte da investigação exige investimento da direção do jornal, como custas cartoriais, por exemplo, para verificar as informações. Alguns dados não estão em bases públicas e tudo isso é considerado na hora de optar por realizar uma investigação.

É como se fosse uma gincana. Cada hora você tem um problema para resolver. Você conseguiu tempo, ok. Você pediu três meses e conseguiu 15 dias, está ótimo. Você pediu para ficar fora de pauta três semanas e o cara só te deu um dia, está

ótimo. É o tempo que existe. Infelizmente, nem sempre a gente tem o tempo que gostaria, a equipe que gostaria, a verba que gostaria, o espaço que gostaria. Mas você tem que trabalhar com o que é possível, essa que é a questão. (ANGELINA NUNES, 2016).

Todas as informações reveladas por Nunes do seu processo de produção no jornalismo investigativo vão ao encontro das análises das reportagens. Nos dois casos, as fontes fulcrais, fundamentais para a investigação, são fontes referenciais, base de dados e outros levantamentos, não ficando dependente da fala de algum personagem, que pode mesclar sua opinião e interesses na informação repassada. Também há uso do recurso de especialistas, para contextualizar e problematizar as pautas, para além de uma mera apresentação de números. Mais do que apresentar outro olhar, as duas reportagens trazem à tona assuntos encobertos, como as denúncias sobre os deputados da Alerj e uma nova realidade comercial das favelas cariocas.

4.2.3 Kátia Brembatti

Para análise da produção investigativa da jornalista Kátia Brembatti, esta pesquisa se valerá exclusivamente de sua produção para a série ‘Diários Secretos’, publicada em 2010 no jornal Gazeta do Povo, devido a dimensão alcançada pela produção: foram dois anos de investigação, trazendo à tona revelações que causaram o afastamento dos principais diretores da Assembleia Legislativa do Paraná, além da investigação pela Justiça e prisão de outras 30 pessoas. Para esta análise, foram selecionadas as quatro primeiras publicações da série, produzida por Brembatti com outros três jornalistas. A série foi reconhecida com os prêmios de jornalismo Esso 2010, Tim Lopes 2011 e o internacional Global Shining Light Award 2011. A base para esta análise é a publicação da série no site do jornal Gazeta do Povo. O jornal tem circulação diária e foi fundado em 1919, sendo o mais antigo em circulação no estado. Ele é o maior jornal do Paraná, publicado pela Editora Gazeta do Povo S.A., do Grupo Paranaense de Comunicação (GRPCOM). A Gazeta do Povo circula nas maiores cidades do estado e também em algumas cidades em São Paulo. Sua publicação é diária e traz também notícias regionais, apesar das sucursais no interior do estado terem sido fechadas em 2014.

DIÁRIOS SECRETOS³⁶

Com a publicação das primeiras reportagens resultantes de uma extensa investigação que deu origem a série Diários Secretos (Anexo E), uma série de revelações

³⁶ <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/especiais/diarios-secretos/>

sobre os bastidores da Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) vieram à tona. Foram dois anos investigando para provar, com base em documentos e uma série de outros dados, que ocorria um esquema de corrupção na Assembleia. Os diários oficiais da Alep não eram públicos, como todo documento do tipo deve ser. Num trabalho conjunto, a equipe reuniu, digitou e organizou mais de 700 diários oficiais, a principal base para as reportagens investigativas, revelando um sistema de contratação de funcionários fantasmas e laranjas. A produção da série é extensa e a ela se somam diversas outras reportagens produzidas nos anos seguintes envolvendo a Assembleia Legislativa. Na página do Especial no site da Gazeta do Povo, a busca já revela 20 páginas de pesquisa, com mais de 20 reportagens e notícias em cada uma delas.

Uma nota curta, intitulada ‘Investigação de dois anos’, prepara o leitor para o tipo de informações que foram levantadas durante a série investigativa, com um resumo do material usado como base das reportagens e um resumo das principais descobertas. Esta matéria curta revela muito do processo de produção da reportagem investigativa, informando, por exemplo, que os arquivos oficiais mantidos em segredo pela administração da Casa foram obtidos por meio de uma fonte da Assembleia, após a direção da Casa ter negado, por várias vezes, o acesso dos jornalistas aos documentos.

Na sequência, com o título ‘Diários avulsos escondem atos da Assembleia’, a reportagem vai direto ao ponto central do problema: com a publicação de diários oficiais sem numeração ou ordem cronológica, é impossível para a sociedade fiscalizar o legislativo. A reportagem traz números a respeito da publicação de diários oficiais avulsos, que registram mais contratações, nomeações e demissões que o diário oficial numerado. Em algumas ocasiões, chegaram a ser impressos dois diários oficiais, um com numeração e outro sem, constando informações diferentes. A reportagem ainda traz o posicionamento de pesquisadores e especialistas na área do direito e política, que criticam a prática e afirmam que a Assembleia do Paraná é a única a realizar esta ação. Um box convida o leitor a assistir a reportagem em vídeo sobre o assunto produzida pela RPC³⁷, seguido por outro box com um lead e link de outra reportagem da série. Outro box resume como ocorrem as publicações de diários oficiais em outros estados. Ao fim da página, um infográfico traz exemplos de diários oficiais avulsos descobertos pela reportagem.

Em ‘Do Bolsa Família ao supersalário’, a reportagem vai até duas mulheres de condição bastante simples, mas que de acordo com os documentos da Alep, teriam recebido R\$ 1,6 milhão da Assembleia Legislativa do Paraná em cinco anos. Apesar das duas

³⁷ Filiada TV Globo no Paraná

constarem como funcionárias da Assembleia e terem salários depositados em contas em seus nomes, elas alegam nunca terem visto nenhum dinheiro. Moradoras da zona rural de Cerro Azul, cidade localizada a 100 quilômetros de Curitiba, as duas só conseguem sobreviver com ajuda de vizinhos e do que ganham do Bolsa Família. A reportagem conta novamente com o recurso de box para chamada de outras reportagens e o convite para a reportagem em vídeo. Durante o período de publicação das reportagens no jornal impresso, também foram divulgadas matérias sobre o assunto na TV do grupo.

Na reportagem seguinte analisada, a Assembleia nega serem verdadeiras as descobertas da investigação dos jornalistas, com o título ‘Assembleia nega editar diários oficiais sem numeração’. Por meio de assessoria, a Alep informou que não tem a prática de publicar os diários oficiais avulsos e que uma das mulheres identificadas como funcionárias, na reportagem anterior, estaria lotada no gabinete do deputado Jocelito Canto (PTB). O próprio deputado negou essa informação posteriormente. A reportagem também traz uma fala do presidente da Casa, Nelson Justus (DEM), afirmando que iria aumentar o rigor desse acompanhamento.

Por último nesta análise está a reportagem ‘O todo poderoso’, que traz informações sobre um dos homens que era forte na Assembleia Legislativa do Paraná: Abib Miguel, o Bibinho, diretor-geral da Casa. Apesar de agir pelos bastidores, a reportagem revela sua forte atuação na Alep, sendo, inclusive, ele o único com poder de autorizar o acesso de alguém aos diários secretos arquivados na Casa, conforma um bilhete informava logo na entrada do arquivo. Além dos recursos já usados nas reportagens anteriores, esta publicação também faz uso de fotos e chamadas.

Ao todo, nas reportagens analisadas da série investigativa, 14 fontes aparecem como base para as informações publicadas no material, divididas conforme a classificação:

Tabela 9. Classificação das fontes por categoria

Categoria	Fontes
Primária fulcral	1
Primária média importância	4
Secundária	9
TOTAL	14

Fonte: da autora

Tabela 10. Classificação das fontes por grupo

Grupo	Fontes
Oficial	3
Empresarial	0
Institucional	0
Popular	6
Testemunhal	0
Especializada	3
Referencial	2
TOTAL	14

Fonte: da autora

Da mesma forma que as reportagens anteriores, a fonte fulcral para as reportagens investigativas sobre as movimentações de bastidores da Assembleia Legislativa do Paraná também é uma fonte referencial. Nesse caso, trata-se do extenso banco de dados elaborado pela equipe de reportagem com base nos mais de 700 diários oficiais, numerados e avulsos, obtidos com o apoio de uma pessoa da Alep não identificada. A organização desses dados deixa claro o uso de técnicas de jornalismo de dados. A grande maioria das revelações, como movimentação de pessoal e salários, foram obtidas apenas com os documentos, antes secretos para a sociedade. As outras fontes, como especialistas, aparecem para reforçar que a prática estaria fora da legalidade. Também aparecem deputados e funcionárias negando ou se defendendo das revelações. A investigação conta ainda com um retorno da Assembleia Legislativa, através de sua assessoria, dando retorno a alguns pontos das revelações.

Quadro 5. Fontes 'Diários secretos' (continua)

Fonte	Categoria	Grupo
Diários Oficiais	Fulcral	Referencial
Jermina Maria Leal da Silva (aparece como funcionária da Alep)	Primária	Popular
Vanilda Leal (aparece como funcionária da Alep)	Primária	Popular
Assessoria Assembleia Legislativa	Primária	Oficial
Outros documentos obtidos pela reportagem	Primária	Referencial
José Vicente Santos de Mendonça (mestre em direito)	Secundária	Especializada
José dos Santos Carvalho Filho (especialista direito)	Secundária	Especializada

administrativo)		
Florian Madruga (diretor da gráfica do Senado)	Secundária	Especializada
Ministério Público do Trabalho	Secundária	Oficial
Deputado Jocelito Canto	Secundária	Popular
Geraldo Cartário (ex-deputado)	Secundária	Popular
Nelson Justus (presidente Alep)	Secundária	Oficial
Izidoro Vosilk (jardineiro)	Secundária	Popular
Isabel Stein Miguel (filha Abib Miguel)	Secundária	Popular

Fonte: da autora

O esforço investigativo da equipe está em levantar e organizar os mais de 700 diários oficiais obtidos com uma fonte da Assembleia, referentes ao período compreendido entre 1998 e 31 de março de 2009, ocasião em que, pela primeira vez na história, foi divulgada a lista de servidores da Casa. O processo atende ao conceito de apuração jornalística passiva (NASCIMENTO, 2010), em que o jornalista é o responsável por revelar, reunir pedaços de informações, e criar entre elas ligações que até então eram desconhecidas.

Ao utilizar a estratégia de triangular as informações destes documentos, a reportagem pode verificar quem eram as pessoas que estavam recebendo salários do Legislativo, conforme os diários oficiais, e se efetivamente constavam com servidoras da Casa. Dessa forma, uma série de funcionários fantasmas foram descobertos. Alguns deles, com ligação direta com o diretor geral da Assembleia, familiares e funcionários de seus empreendimentos pessoais. A equipe chegou a se encontrar com algumas destas pessoas e revela na reportagem ter usado o recurso de um gravador escondido. Duas fontes, nas reportagens analisadas, teriam confirmado não trabalhar na Alep, sem saberem que estavam sendo gravadas.

O uso da pesquisa extensa e profunda de dados, o contato com a fonte primária das informações e a triangulação do que foi coletado mais uma vez aparecem como características da produção da reportagem investigativa. Como aponta a teoria do jornalismo investigativo (LOPES E PROENÇA, 2003), a produção das reportagens investigativas atendem ao objetivo de conseguir chegar à essência das coisas e responder os porquês de assuntos com interesse público. A série Diários Secretos trouxe à tona uma problemática grave, que a sociedade não tinha conhecimento até então. Importante mencionar ainda a presença de uma fonte não identificada, responsável pelo acesso da equipe aos documentos

secrets, num estilo parecido com o clássico de Watergate, que contou com a ajuda do ‘Garganta Profunda’. Inclusive, esta é uma fonte que não aparece na reportagem. Na descrição do processo de produção, a reportagem revela que teve acesso aos documentos com a ajuda de alguém de dentro da Alep. Trata-se de uma fonte classificada como *on background*, enquanto todas as outras identificadas são *on the record*. Esta é a única reportagem da análise que revela o uso de gravação escondida. O ato de gravar sem o conhecimento da pessoa é discutido dentro do campo sob a perspectiva da questão ética. Kovach e Rosenstiel (2004) discutem o ato de enganar as fontes, denominando de "mascarada", quando o jornalista passa por outra pessoa para conseguir a informação jornalística, ou usa de câmera escondida enfim busca ludibriar a fonte. Os autores mostram que essa técnica não é nova e já foi usada em outros momentos da história, contudo eles defendem que esse recurso pode até ser usado, desde que os jornalistas considerassem três pontos:

1. A informação deve ser vital ao interesse público para justificar a fraude.
2. Os jornalistas não devem usar o recurso a não ser que não exista outra forma de conseguir a matéria.
3. Os jornalistas devem revelar ao seu público sempre que manipularam suas fontes para conseguir a informação, e explicar suas razões, incluindo por que a matéria justifica a fraude e por que essa foi a única forma de conseguir a informação. (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004, p. 130).

Apesar de trazer algumas semelhanças com os processos investigativos das reportagens anteriores, a produção dos ‘Diários Secretos’ também guarda suas especificidades no processo de produção, como o fato de não terem sido liberados pela empresa nesse período para se dedicarem exclusivamente à investigação na Alep. Nas outras reportagens analisadas até aqui, a partir do momento em que a equipe assumiu a produção da reportagem oficialmente (vide O Globo), tiveram a liberdade para trabalhar apenas nessa investigação. Para este momento da análise também será usada como base a entrevista da jornalista Kátia Brembatti para à Abraji³⁸, revelando detalhes do processo de produção das reportagens investigativas. Com caráter de denúncia, a série investigada pelos repórteres da Gazeta do Povo é, até aqui, a investigação mais extensa e que alcançou maiores dimensões. Publicada em 2010, a pauta surgiu a partir de outra investigação dos jornalistas, realizada em 2008.

Em decorrência do que ficou conhecido como “Escândalo dos Gafanhotos”, quando se descobriu que vários servidores da Câmara de Vereadores estariam sendo pagos numa

³⁸http://www.abraji.org.br/?id=90&id_noticia=1128 (acesso em jan/2017)

mesma conta, a equipe de reportagem buscou documentos que informassem a movimentação de funcionários na Assembleia, mas não havia nada disponível na internet, na biblioteca pública ou na própria biblioteca da Alep. Para Brembatti, esse obstáculo para acessar as informações era um sinal de que o assunto deveria ser investigado. Para ela, o jornalismo investigativo é o jornalismo em profundidade, que revela uma realidade.

O grande destaque do processo produtivo das reportagens investigativas sobre os diários oficiais da Alep é o levantamento e organização dos dados. A equipe de quatro repórteres de valeu de técnicas de Reportagem com Auxílio de Computador (RAC), realizando um criterioso trabalho jornalístico. O desafio era organizar a grande quantidade de informação obtida com os 724 diários oficiais descoberto pela equipe. Brembatti conta que optaram inicialmente por digitar qualquer dado relaciona à movimentação de funcionários e dar início a um banco de dados no Excel. Para isso, as técnicas que havia aprendido em cursos com a Abraji, como de jornalismo de dados, foi fundamental.

Quem era contratado, quem se aposentava, quem era exonerado... sempre que encontrávamos uma movimentação no meio dos diários oficiais, anotávamos. [Essas técnicas] não aprendi na faculdade. Encontrei, depois de formada, suporte na Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo. Quando eu voltei do Congresso [de Jornalismo Investigativo, 2008], me perguntaram o que era legal, o que dava para repassar para os colegas, e um curso que servia para qualquer editoria era o sobre bancos de dados. (BREMBATTI, 2010/2016)

Para organização do grande volume de informações obtidas com os documentos, José Roberto de Toledo, coordenador de cursos e projetos da Abraji, chegou a ser chamado para ministrar o curso de RAC (Reportagem com Auxílio do Computador) aos jornalistas da Gazeta do Povo. Ainda que a equipe de quatro jornalistas tenha passados dois anos investigando, inicialmente as anotações eram feitas de forma independente, mas ganharam um novo fôlego quando a própria Assembleia divulgou, pela primeira vez, uma lista com o nome dos servidores da Casa. Com isso, o jornal passou a receber denúncias sobre os funcionários fantasmas. Ainda assim, a investigação ainda não havia revelado a dimensão das movimentações. Conforme relatou à Abraji

A partir de abril de 2009, alguns dias passaram a ser separados exclusivamente para o banco de dados. Brembatti conta que, negociando com a diretoria, chegou a ficar vários meses focada no projeto. Segundo ela, o apoio da chefia veio naturalmente, conforme os jornalistas apresentavam os resultados dos trabalhos, como um diário de outubro de 2006, em que havia 53 exonerações no mesmo dia vindas do mesmo gabinete - o que mostrava que deveriam haver, ao menos, 53 pessoas trabalhando para um mesmo deputado. (ABRAJI, 2010)

O relato tem relação direta com a questão do ‘tempo’, já levantado por Angelina Nunes, e a dificuldade em se conseguir liberação para ficar exclusivamente em determinadas investigações, ainda que o assunto seja de relevância. Durante o período de dois anos, os repórteres ainda realizavam parte de suas atividades normalmente, não ficando exclusivamente com a investigação dos Diários Secretos nesse período. “O tempo é o valor mais precioso em discussão nesse campo, no momento. Vontade e investimento são necessários para fazer jornalismo investigativo. Requer tempo e dedicação”, destaca Kátia Brembatti (2016).

Por se tratar de uma investigação de denúncia, envolvendo administração pública, também fazia parte do processo produtivo da investigação manter as informações em sigilo. Mesmo tendo muitas informações já levantadas e checadas, a equipe, com o aval da direção do jornal, optou por ter todo o material apurado e checado antes de dar início as publicações, de forma a evitar que os deputados pudessem mudar as informações com novos diários oficiais sem numeração. Quando um escândalo parecido estourou no Senado, cogitou-se adiantar a publicação das reportagens, com o que já estava pronto. Mas, de acordo com relato de Brembatti à Abraji, ainda “faltava apurar os casos que tínhamos, ainda faltava ir a campo. Não dava, no momento, para colar um caso no outro, mas a repercussão do que aconteceu no Senado colaborou para mostrar a importância daquilo que estávamos fazendo”.

Além do uso mais intenso das técnicas de jornalismo de dados, a série Diários Secretos também foi a única desta análise a usar do recurso de dispositivos escondidos, obtendo declarações de fontes que não sabiam estarem sendo gravadas. Outra especificidade dessa investigação, devido ao longo período em que a equipe passou trabalhando nela, foi a necessidade de sigilo durante o período, ou mesmo ter que segurar a publicação da série completa até o momento em que todo o material estivesse apurado, organizado e checado. O caso é parecido com a investigação *Panama Papers*, que também exigiu sigilo por parte dos repórteres integrantes dessa grande investigação, que envolveu ações em diferentes países. A quebra desse sigilo teria colocado em risco a credibilidade das publicações posteriores e comprometido a produção das reportagens. Da mesma forma como no *Panama Papers*, a publicação da série ‘Diários Secretos’ obteve muito mais impacto com a divulgação de todas as denúncias em sequência, impedindo, no caso paranaense, que os deputados pudessem refutar as provas com a publicação de novos diários oficiais avulsos.

4.2.4 Mauri König

Para análise da produção investigativa do jornalista Mauri König foram selecionadas duas publicações durante seu período de atuação no jornal Gazeta do Povo, onde se especializou na produção de reportagens investigativas e séries especiais. Sua atuação no jornalismo investigativo teve início com a temática sobre direitos das infância e adolescência, mas com o passar do tempo passou a investigar também sobre outros assuntos, como violação de direitos humanos, crimes ambientais, corrupção estatal e policial, entre outros.

INFÂNCIA À DERIVA³⁹

A série de reportagens investigativas ‘Infância à deriva’ (Anexo F), com autoria individual de Mauri König, foi publicada em julho de 2011, no material impresso e também online do jornal Gazeta do Povo. Para esta análise, foram usadas como base as publicações no site do jornal. Com sete reportagens, publicadas ao longo de quatro edições, a série revela a prostituição de meninas nos litorais dos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Da mesma forma que nas análises anteriores, optou-se por analisar as publicações do primeiro dia da série.

Na primeira reportagem da investigação, ‘A exploração por trás da riqueza dos portos e da beleza das praias⁴⁰’, König já expõe a prática de um crime contra a infância, que mancha o cenário dos quatro estados que representam o trecho mais rico do litoral brasileiro. A investigação revela que por trás das riquezas e baladas resultantes do movimento de turistas nas cidades portuárias, ocorre a exploração sexual de crianças e adolescentes. A própria reportagem revela parte do processo de investigação, destacando que o repórter passou três semanas percorrendo quatro mil quilômetros pela costa sul e sudeste para revelar os locais em que ocorrem a exploração sexual infanto-juvenil. A primeira reportagem investigativa traz um panorama sobre a situação da exploração sexual nos portos dos quatro estados, além de contextualizar com a fala de especialistas e da rede de atendimento à esse público, revelando quais são os obstáculos sobre este assunto. As informações sobre a exploração das crianças são contextualizadas ainda com o movimento e fluxo de turistas, caminhoneiros e navios nestas cidades, o que acaba sendo uma das causas da exploração ser intensa e mascarada. Esta reportagem não traz grande quantidade de números sobre a exploração nos portos, mas revela a realidade cruel de meninas e meninos que são muitas

³⁹ <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/especiais/infancia-a-deriva/>

⁴⁰ <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/especiais/infancia-a-deriva/a-exploracao-por-tras-da-riqueza-dos-portos-e-da-beleza-das-praias-bi069c3z00ga2unb5wtaf0f2m>

vezes enganados por aliciadores e acabam dependentes de programas de R\$ 10 para sobreviver.

A segunda publicação complementa as informações da reportagem anterior, com a descrição de uma conversa entre o jornalista e uma jovem de 18 anos, em ‘Uma menina na noite⁴¹’. O relato é bastante descritivo, trazendo muito da observação do jornalista sobre as reações e condições da jovem diante os questionamentos. Também revela muito dessa realidade quando os dois são abordados por duas figuras que assumem o papel de ‘cafetão’.

A menina fala de como a vida pode ser ingrata quando se nasce mal, filha de pai errado e de mãe desatenta. As recordações preenchem o vazio dos olhos, inchados de lágrimas e do ódio que vaza do castanho escuro. Ela tem uma maneira despreziosa de falar do futuro, como se ele não existisse. É um bocado sofrida, apesar da idade. Tem 18 anos, morena clara, magra, desnutrida. Começou a vida sexual aos 10, estuprada pelo pai. Aguentou três anos, fugiu. Morou nas ruas e vive num cortiço com duas prostitutas. Faz de dois a três programas por dia, a 10 reais. Tem cliente que pechincha. “É melhor cinco que nada” Muitos preferem o carro, para economizar os 10 reais do hotel. A maioria é coroa, que paga direitinho porque gosta de menina nova. Foi com um desses o ingresso oficial na prostituição. (UMA MENINA..., 2011).

O relato desta conversa, que não identifica a jovem pelo nome, local encontrado ou mesmo características físicas, também ajuda a revelar de que forma muitas jovens acabam chegando a esta situação, tendo como problema não só a exploração sexual, mas também, muitas vezes, o consumo de drogas.

Tabela 11. Classificação das fontes por categoria

Categoria	Fontes
Primária fulcral	1
Primária média importância	6
Secundária	2
TOTAL	9

Fonte: Da autora

Tabela 12. Classificação das fontes por grupo (continua)

Grupo	Fontes
Oficial	1
Empresarial	0

⁴¹ <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/especiais/infancia-a-deriva/uma-menina-na-noite-bi07wlsxzyofzvrzdmueq7dqm>

Institucional	0
Popular	1
Testemunhal	0
Especializada	7
Referencial	0
TOTAL	9

Fonte: Da autora

Aparecem na reportagem um total de 9 fontes, principalmente especialistas e trabalhadores da rede de atendimento. Entretanto, as principais informações que compõe a reportagem têm base da própria observação do repórter, que percorreu as cidades portuárias e acompanhou de perto a realidade dessas crianças e adolescentes. Somente o relato forte da jovem entrevistada aparece como fulcral na reportagem, porque agrega mais informações que as avaliações dos especialistas. Nesta reportagem de Mauri König percebe a caracterização de Sodré e Ferrari (1986) sobre a predominância de uma forma narrativa costurando humanização, natureza impressionista e objetividade. Devido a especificidade da pauta e o caráter de denúncia, a principal ‘fonte’ de informações para a prática desse crime contra as crianças é a vivência do jornalista nessa realidade durante o período de investigação. A principal ‘fonte’ de informações para a prática desse crime contra as crianças é a vivência do jornalista nessa realidade durante o período de investigação.

Durante três semanas, a reportagem da Gazeta do Povo percorreu 4 mil quilômetros pela costa Sul e Sudeste para revelar os locais de exploração sexual infanto juvenil. Em Rio Grande (RS), um barracão em ruínas foi improvisado como motel; em Paranaguá (PR), um trecho da rodovia que leva ao porto ficou conhecida como Rua 24 Horas devido ao incessante comércio de sexo barato; em Balneário Camboriú (SC), meninas de cidades vizinhas são induzidas à prostituição para alcançar o sonho de consumo nos shoppings de luxo; em Santos, corpos seminus estão à venda, expostos à luz do dia nas ruas do Centro Velho. (A EXPLORAÇÃO..., 2011).

Algumas informações são apresentadas sem referência à fonte, como, por exemplo os dados sobre movimento de caminhoneiros e turistas em cada cidade portuária. Além disso, também é feita uma contextualização a respeito da exploração sexual em Santos, onde o crime é cometido historicamente como um legado da prostituição e violência doméstica. De todas as fontes, apenas a adolescente com quem o repórter conversa é classificada como *on background*, todas as outras são *on the record*.

Quadro 6. Fontes 'Infância à deriva'

Fonte	Categoria	Grupo
Adolescente	Fulcral	Popular
Maurício Carlos Rebouças (assistente social)	Primária	Especializada
Verônica Teresi (advogada/Comissão de Enfrentamento da Violência Infanto Juvenil)	Primária	Especializada
Edmilson da Silva Costa (conselheiro tutelar)	Primária	Especializada
Adilson Santos Costa (conselheiro tutelar)	Primária	Especializada
Reginaldo Rodrigues (conselheiro tutelar)	Primária	Especializada
Maria da Graça da Cruz Piegas (assistente social)	Primária	Especializada
Manoel Mafra (diretor Núcleo de Prevenção às Drogas e à Pedofilia de Camboriú)	Secundária	Especializada
Rosana Caruso (coordenadora Proteção Social de Média Complexidade da Secretaria Municipal de Assistência Social)	Secundária	Oficial

As reportagens de König a respeito da exploração sexual de crianças e adolescentes nas cidades portuárias do Brasil apresenta este diferencial com relação às reportagens analisadas anteriormente, tendo sua observação própria como principal referência na investigação, característica que contribui para reforçar a importância do papel do repórter na prática do jornalismo investigativo. O texto de König apresenta um número menor de fontes expostas em comparação às reportagens analisadas acima, o repórter explora a observação como técnica de apuração para levantar os dados referentes ao fato.

IMPÉRIO DAS CINZAS⁴²

A série de reportagens investigativas ‘Império das cinzas’ (Anexo G), com autoria de Mauri König com o jornalista Diego Antonelli, foi publicada em março de 2014, no material impresso e também online do jornal Gazeta do Povo. Para esta análise, foram usadas como base as publicações no site do jornal. Com oito reportagens, publicadas ao longo de cinco edições, a série revela o contrabando de cigarro no Paraguai tendo o presidente Horacio Cartes como o maior beneficiado. A empresa do presidente responde por 30% dos 67 bilhões de cigarros produzidos por ano no país, sendo que os paraguaios fumam

⁴² <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/especiais/imperio-das-cinzas/>

apenas 2% desse total. A reportagem revela que através de nove rotas, aéreas, marítimas e terrestres, o tabaco paraguaio se espalha por toda a América Latina. Mais uma vez, a própria reportagem indica parte do processo de produção, informando que foram três meses de investigação, além de ter sido elaborada de forma colaborativa, “com apoio do Instituto Prensa y Sociedad, do Peru, com a colaboração dos jornalistas Martha Soto, do jornal El Tiempo, da Colômbia, e Ronny Rojas, do jornal La Nación, da Costa Rica”.

Na primeira reportagem, ‘O patrão do tabaco’⁴³, König faz uma contextualização histórica sobre a produção de tabaco no Paraguai e o que ela representa para o país, desde o período da ditadura de Alfredo Stroessner, que perdeu o posto de entidade suprema do Paraguai em 1989, depois de 35 anos no poder. A reportagem revela ainda sobre o crescimento do atual presidente, Horacio Cartes, como empresário do tabaco até conseguir assumir a presidência do país. Na reportagem não é indicado detalhadamente a fonte dessas informações, bem como das descrições de como funcionam as rotas de contrabando de cigarro paraguaio.

As indústrias paraguaias tentam dar uma aparência legal às exportações, mas na maioria das operações a pretensa legalidade se perde pelo caminho. Seis dessas nove rotas usam três países da América Central para escoar o cigarro mundo afora. As cargas se movem entre as zonas francas desses países, de forma a despistar o contrabando. Do Panamá, as exportações são desviadas e as cargas chegam de forma clandestina a países como Guatemala, México, Colômbia, Equador (O PATRÃO..., 2014).

O funcionamento do contrabando de cigarros paraguaios é explicado com base em dados da Receita Federal brasileira, principalmente, responsável pela apreensão do produto assim que ele cruza a fronteira. Outra fonte importante que aparece na reportagem é o Código Aduaneiro do Paraguai, lei federal n.º 2.422. O jornalista usa o documento para confrontá-lo com a realidade, verificar o que funciona na prática e quais são os entraves, na legislação e na realidade, que permitem a ocorrência tão intensa do contrabando. Um dos problemas levantados pela reportagem é que o contrabando também tem o aspecto social e também é encarado pelas autoridades como forma de subsistência de muitas famílias.

O texto também informa o leitor que durante o período da investigação, três meses, foi tentado contato com a assessoria direta do presidente paraguaio, Horacio Cortes, em oito ocasiões. “No início, a resposta era de que uma entrevista seria agendada. Depois, a assessoria nem sequer respondeu aos e-mails e telefonemas”.

⁴³ <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/especiais/imperio-das-cinzas/o-patrao-do-tabaco-20c56zz6kbdqqr7boh6hdv9la>

A primeira reportagem é complementada com um box opinativo, com a opinião de König sobre o problema do contrabando, uma galeria de imagens registrando a ação dos contrabandistas e um infográfico interativo, que permite ver no mapa as nove rotas de distribuição de cigarro pirata na América Latina.

Com o título ‘Um negócio de estado⁴⁴’, a segunda reportagem da série investigativa traz mais detalhes sobre como o Paraguai, além de não agir para conter o avanço do contrabando, ainda acaba atuando como incentivador. Isso porque conta com uma fiscalização precária e uma carga tributária quase que simbólica. Enquanto no Brasil a tributação é de 70%, no Paraguai ela não passa de 10%. O país ainda concede cinco anos de isenção de imposto de importação sobre o maquinário para produção de tabaco.

A reportagem também traz outras comparações entre a produção de tabaco do Brasil e do Paraguai, revelando dessa forma a força dessa indústria no colega latino-americano. “Daí surge o paradoxo: o Brasil tem 200 milhões de habitantes e 11 indústrias de cigarro; o Paraguai tem 6,5 milhões de habitantes e três vezes mais fábricas. Isso explica porque o Paraguai tem 2,6 mil marcas registradas e 70 delas entram no Brasil pela porta dos fundos” (UM NEGÓCIO...,2014).

Nesta sequência da série investigativa, os repórteres apresentam outros números sobre o contrabando de cigarro paraguaio, com base no Estudo Econômico Saguier do Paraguai, revelando como ocorre o acesso as fronteiras dos países vizinhos e o quanto esse comércio ilegal fatura, mesmo diante das apreensões. De acordo com a investigação, as autoridades brasileiras reconhecem as limitações de controlar o contrabando na fronteira. Além disso, números repassados por fontes oficiais são confrontados na reportagem:

As fraudes começam na origem. A indústria declara ao Ministério da Fazenda paraguaio uma produção estimada de 45 bilhões de unidades por ano. Mas o Estudo Econômico Saguier do Paraguai aponta que o país produziu 67 bilhões de cigarros em 2012, ou 3,3 bilhões de maços. Desse total, 39% foram contrabandeados para o Brasil e 51% para outros países. As exportações legais somaram 8,2% e o consumo interno alcançou apenas 1,8% do total produzido. (UM NEGÓCIO...,2014).

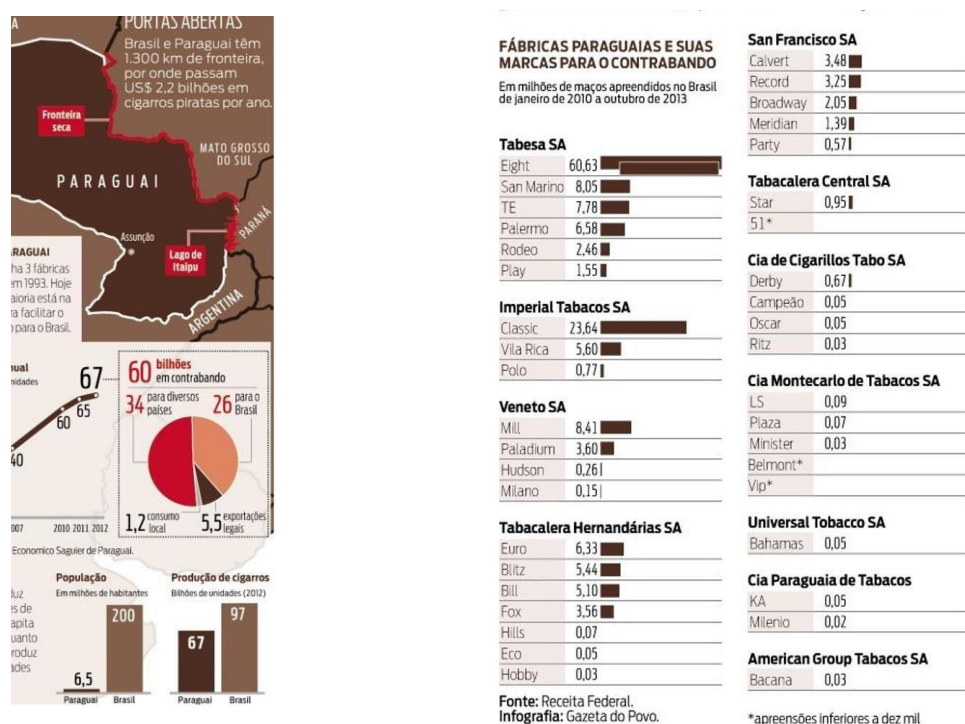
A reportagem ainda problematiza outras duas questões relacionadas ao contrabando de cigarros, como a concorrência chinesa e a suspeita do uso da produção de tabaco como estratégia para lavagem de dinheiro, especialmente envolvendo o presidente Cartes. Com base em um documento diplomático da embaixada americana em Buenos Aires, de 2010,

⁴⁴ <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/especiais/imperio-das-cinzas/um-negocio-de-estado-20cid6604t06njeozlshocle6>

vazado pelo Wikileaks, a reportagem revela alguns detalhes sobre uma ação de investigação dos Estados Unidos, a Operação Coração de Pedra. A operação investigava Horacio Cartes como traficante de narcóticos e líder de um esquema de lavagem de dinheiro na tríplice fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai.

Também há destaque para um box, espaço em que a reportagem investigava trata sobre o impacto do contrabando paraguaio para a Colômbia, com o título ‘Cigarro de Cartes financia organizações como as Farc’. O material discute como o cigarro fabricado por Horacio Cartes financia duas das organizações mais violentas da América Latina: As Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) e o grupo paramilitar Los Urabeños, que controla as rotas de contrabando e cobra “impostos” no estado de La Guajira, no mar do Caribe. O texto informa parte da ação investigativa de agentes holandeses da Special Policial Taskforce (RST), mas não deixa claro a fonte dessas informações. Um infográfico traz resumidamente as principais informações da reportagem, além de agregar com uma informação que não constava anteriormente: as fábricas paraguaias e suas marcas para o contrabando, com base no Estudo Econômico Saguier do Paraguai e das apreensões da Receita Federal.

Figura 9. Recorte reportagem Império das Cinzas



Fonte: Gazeta do Povo

Nas duas reportagens analisadas de Mauri König, nem todas as informações apresentadas tem a fonte de referência citada. Ao todo, aparecem 10 fontes nos dois textos, classificadas da seguinte forma:

Tabela 13. Classificação das fontes por categoria

Categoria	Fontes
Primária fulcral	2
Primária média importância	3
Secundária	5
TOTAL	10

Fonte: Da autora

Tabela 14. Classificação das fontes por grupo

Grupo	Fontes
Oficial	5
Empresarial	0
Institucional	1
Popular	0
Testemunhal	0
Especializada	0
Referencial	4
TOTAL	10

Fonte: Da autora

Da mesma forma como nas reportagens de König analisadas no tópico anterior, percebe-se a ocorrência de muitas informações e dados no texto em que as fontes não estão indicadas. No caso de o ‘Império das Cinzas’, após a referência ao Estudo Econômico Saguier do Paraguai em um infográfico, para esta análise optou-se por acessar o estudo mencionado e verificou-se que o documento foi a principal referência das informações e números apresentados na reportagem, sendo classificado então como fonte fulcral, fundamental para a construção da investigação. Como mencionado na discussão teórica a documentação é uma das técnicas muito utilizadas durante o processo de produção da

reportagem investigativa e semelhante ao que despontou em algumas das análises das reportagens anteriores, a documentação também aparece como fonte fulcral.

Diferente das outras análises, esta reportagem é a única que apresenta uma fonte oficial como fulcral para a investigação. Trata-se da Receita Federal, responsável por fornecer dados importantes para interpretar qual o impacto que o contrabando de cigarros piratas produzidos no Paraguai acaba produzindo no Brasil, além de informar um pouco do que é feito pelas autoridades brasileiras para tentar minimizar as ações. Como a reportagem é construída em diversos momentos realizando comparações entre a produção das fábricas de cigarro no Paraguai e no Brasil, revelando que uma pequena parte dessa produção permanece no Paraguai, os dados da Receita Federal sobre apreensões são indispensáveis para esta interpretação.

Outras fontes importantes para a construção da investigação são o Código Aduaneiro do Paraguai e o Código Penal Paraguaio, que informam sobre o que caracteriza crime e quais as penalidades no que se refere a contrabando e ações ilegais na fronteira, sendo classificadas como fontes primárias e referenciais. Também como fonte primária para a Unión de Tabacaleras del Paraguay, com os dados oficiais das fábricas de cigarro no Paraguai. Ainda que uma pequena parte das fábricas estejam filiadas à Unión, os dados da instituição não deixam de representar parte da realidade.

As cinco fontes identificadas como secundárias nesta reportagem são na maioria fontes oficiais. Entre elas estão a Polícia Fiscal Aduaneira, com dados sobre apreensões, a Administração Federal de Ingressos Públicos, que controla as fronteiras da Argentina, uma fala do presidente Horacio Cartes (não especificamente para esta reportagem), e a Direção Nacional de Aduanas, também responsável pelo controle de fronteiras. A única fonte secundária referencial é um documento diplomático da embaixada americana em Buenos Aires, vazada pelos Wikileaks. No documento constam detalhes de uma investigação comandada pelos Estados Unidos, Operação Coração de Pedra, com o propósito de verificar se Cartes não estaria colaborando para lavagem de dinheiro e tráfico. O resultado da operação não foi divulgado. Todas as fontes que aparecem na reportagem são classificadas como *on the record*.

Quadro 7. Fontes 'Império das Cinzas' (continua)

Fonte	Categoria	Grupo
Estudo Econômico Saguier do Paraguai	Fulcral	Referencial

Receita Federal	Fulcral	Oficial
Código Aduaneiro do Paraguai	Primária	Referencial
Código Penal Paraguai	Primária	Referencial
Unión de Tabacaleras del Paraguay	Primária	Institucional
Polícia Fiscal Aduaneira	Secundária	Oficial
Administração Federal de Ingressos Públicos (apreensões Argentina)	Secundária	Oficial
Horacio Cartes (presidente Paraguai)	Secundária	Oficial
Direção Nacional de Aduanas	Secundária	Oficial
Documento Operação Coração de Pedra	Secundária	Referencial

Fonte: Da autora

As reportagens de Mauri König também são as que mais transparecem a observação e a importância do papel do repórter no processo de produção da reportagem investigativa. As duas reportagens analisadas também apontam para uma consonância no número de fontes visíveis no texto, a primeira com nove a segunda com 10, contudo há uma alternância quanto à classificação por grupo e fonte, revelando que a escolha das fontes depende também das especificidades da pauta. Por outro lado, devido a característica do jornalista, que constrói as reportagens investigativas sem referenciar cada uma das fontes detalhadamente junto à informação, as reportagens analisadas de König apresentam um número menor de fontes classificadas, em comparação com os outros materiais desta análise.

Além das diferenças identificadas na análise dos produtos, o processo de produção investigativa de König também revela algumas especificidades. O jornalista revela realizar documentação de todo o processo investigativo, incluindo mesmo o material que não será publicado, como forma de preservar “a qualidade da informação obtida de diferentes fontes e os dados que se publicará”, aponta ele.

Além de também trabalhar todo início de investigação com uma vasta pesquisa sobre o tema, como também relatado anteriormente por outros profissionais, a observação que também pode ser identificada na análise das reportagens de König não é por acaso. É resultado de um esforço do jornalista, tendo a observação da realidade como parte da apuração e investigação, gerando informações que também podem ser confrontadas com fontes ou documentos oficiais.

Leio o máximo que posso ou encontro sobre o que já foi publicado sobre o assunto que irei investigar. Também acompanho nas instâncias oficiais (polícias, Justiça, Ministério Público) eventuais investigações sobre o tema. Treino sempre a minha observação. É necessário desenvolver a capacidade de recolher a maior quantidade de dados sobre pessoas e o seu entorno sem precisar fazer perguntas diretas às pessoas ou anotar suas impressões no momento (MAURI KÖNIG, 2016).

Outro procedimento de Mauri König que se assemelha com o descrito anteriormente pelos outros profissionais é o confrontamento dos dados, obtidos através de diferentes, o que Hunter (2013) caracteriza como a estratégia de triangular as informações obtidas. Apesar de reconhecer como fundamental o papel das fontes dentro de uma investigação, sem problematizar o interesse que elas podem ter na publicação, o profissional defende que este confronto garante que o leitor tenha as informações mais precisar possível. Também, para além de trazer uma denúncia ou revelar um assunto até então encoberto na sociedade, König também revela uma preocupação em sempre publicar um material que tenha credibilidade. Para isso, busca o maior número de provas documentais que conseguir, além de buscar por materiais que possam agregar à publicação da reportagem, como imagens ou fac-símiles.

Comprovo e comparo dados de diferentes fontes e instituições. É importante para dar um panorama mais amplo do que se está tratando em uma reportagem. Também procuro ir além da crítica e da denúncia, escutando especialistas e apontando alternativas ao problema apresentado na reportagem. Reúno as provas documentais da denúncia, o material que se pode publicar como fac-símile ou registro de imagens que, em virtude dos conteúdos, são documentos. Isso também assegura a credibilidade do material (MAURI KÖNIG, 2016)

São características identificadas nas reportagens analisadas. As duas séries investigativas contavam com informações em forma de imagens, além de outros recursos visuais, além do relato da observação e a fala de especialistas para contextualizar as denúncias reveladas. Ainda que muitas fontes e documentos não apareçam na reportagem, Mauri König deixa claro que levantar todas as essas referências faz parte da investigação, como forma de garantir um material confiável e também se garantir no caso de algum processo.

Os caminhos da investigação de König são definidos por um método particular do jornalista, que organiza suas pautas com base modelo de projeto sugerido pela ANDI – Comunicação e Direitos em seu concurso para jornalistas. Então, para se organizar, ele já elabora a pauta definindo os passos conforme: objetivos (geral e específicos), principais fontes a ouvir, cronograma de execução, plano orçamentário, espaço estimado para publicação e outras informações relevantes. Além disso, o jornalista também faz algumas problematizações antes de dar início a investigação, aproximando-se aqui do modelo

proposto por Hunter (2013) de partir de uma hipótese, possíveis fontes para confirmar ou não a pauta e prosseguir com o processo de produção da reportagem investigativa.

Nesse projeto, escrevo algumas perguntas que me ajudarão a refletir sobre o que pretendo com a investigação. Eis alguns exemplos: Quem vai ganhar com o que publicarei? Quantas pessoas serão afetadas? Em que medida serão afetadas? As pessoas serão afetadas de maneira positiva? É possível replicar as causas em outros âmbitos? Acaso essas pessoas são vítimas? É possível evitar seu sofrimento? Há pessoas que devem ser castigadas ou ao menos denunciadas? Acaso é importante contar o que aconteceu, para evitar sua repetição? (MAURI KÖNIG, 2016).

Os caminhos percorridos por König apresentam diversas similaridades com os dos outros profissionais que participaram da pesquisa, como o uso de uma extensa e profunda pesquisa inicial, a triangulação das informações e o confronto de informações obtidas através de diferentes fontes. Por outro lado, existem algumas especificidades, como a organização da pauta em forma de projeto. Quando iniciou a graduação em jornalismo, König já atuava como repórter há nove anos. Esse percurso profissional contribuiu para que fosse desenvolvendo uma metodologia de investigação ao longo desse período. “O aprendizado foi na maior parte do tempo por intuição, tentativa e erro mesmo. Só bem mais tarde, já experiente, é que fui ter contato com outros colegas para compartilhar conhecimentos em fóruns específicos”, (MAURI KÖNIG, 2016).

As análises apontaram para uma cultura profissional partilhada pelos repórteres entrevistados, tanto no saber de narração, quanto de reconhecimento e procedimento, descritos por Traquina (2005) ao discutir a notícia, mas transpondo aqui para a reportagem, no caso investigativa.

Nesse sentido, o saber de narração corresponde à forma que eles constroem o texto investigativo, utilizando estratégias para encontrar e consultar fontes, técnicas de observação, de pesquisa, de análise de documentos e de checagem perpassando por todo o processo de produção e construção do texto, como buscou apontar nas descrições das reportagens publicadas, com utilização de linguagem, box, infográficos e ilustrações. Com relação ao saber de reconhecimento, diz respeito às escolhas dos profissionais na seleção da pauta e seu direcionamento como produção investigativa, seria a capacidade de escolhas sobre quais acontecimentos possuem valor jornalístico. E o saber de procedimento seria as especificidades do processo de produção da reportagem investigativa a partir de uma disciplina no uso de técnicas, estratégias adotadas por parte do profissional considerando suas escolhas guiadas pela subjetividade e objetividade imersas na rotina produtiva e no

movimento dialético da construção da reportagem. Assim como pontua Alsina (1993) é uma tarefa organizada, respeitando as próprias regras de produção da instituição jornalística, mas também associada à competência e conhecimento do profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na abertura desta pesquisa, quando foram indicados os objetivos deste estudo, o principal deles previa verificar as especificidades existentes no processo produtivo da reportagem investigativa e responder à questão “Quais procedimentos caracterizam o processo de produção da reportagem investigativa?”. Para isso, a principal tarefa no Capítulo 1 foi realizar um levantamento bibliográfico sobre o objeto de estudo, para compreender a conceituação de jornalismo investigativo e suas transformações ao longo da história. A teoria sobre o jornalismo investigativo apresenta algumas limitações, imputando a essa produção jornalística apenas o caráter de profundidade e produção em maior período de tempo.

Para conseguir apreender toda a complexidade da produção da reportagem jornalística investigativa, no Capítulo 2 realizou-se a discussão sobre o processo de produção no jornalismo, o fenômeno e a construção social. Ainda que a teoria do *newsmaking* e do construtivismo tratem da produção da notícia, a discussão dessa pesquisa tentou aproximá-las e relacioná-las com a produção da reportagem investigativa. Isso porque essa produção também apresenta uma rotina, perpassando por constrangimentos organizacionais e condições de orçamento. Da mesma forma que a notícia, a reportagem investigativa também é resultado de diversos fatores envolvidos no processo, ainda que estes fatores não sejam exatamente os mesmos.

Como método para responder aos objetivos dessa pesquisa, optou-se por triangular as informações obtidas através de três procedimentos: a entrevista com profissionais sobre sua concepção do jornalismo investigativo, a análise de reportagens investigativas, identificando as especificidades que aparecem no produto, e a entrevista com os autores das reportagens, para compreender os caminhos escolhidos para a investigação. Esta pesquisa também buscou por outras entrevistas dos jornalistas descrevendo o processo de produção das reportagens, e também na consulta à fonte original dos dados que aparecem no produto. Fazer o diálogo entre as informações reveladas pelas investigações e o que é indicado pelo jornalista foi fundamental para encontrar as especificidades desse processo produtivo. Esse é o debate do Capítulo 3, a discussão de um método para estudar o jornalismo.

No Capítulo 4, a pesquisa tenta atender aos objetivos e a pergunta proposta realizando a análise das reportagens selecionadas, em diálogo com o que os profissionais revelaram sobre o seu processo de produção, deixando transparecer as semelhanças entres os

métodos de trabalho, mas também algumas subjetividades, relacionadas a cultura profissional do veículo em que estão e também da experiência do próprio profissional.

Com a análise, foi possível perceber que, para além de ser um jornalismo mais profundo, o jornalismo investigativo é aquele que percebe o acontecimento não como uma ocorrência factual isolada, mas como um fenômeno, havendo a necessidade de abordar suas causas e consequências. Pode-se perceber isso em todas as reportagens analisadas. Para citar um exemplo, a reportagem investigativa ‘Pastores do Congresso’, de Andrea Dip, faz mais do que apenas trazer números sobre quantos pastores ocupam hoje cargos no Congresso. Ela faz uma contextualização histórica sobre o envolvimento entre política e religião nos últimos anos, revelando como se deu o início dessa relação. Também identifica quais são os segmentos da igreja evangélica de maior influência neste cenário e em que tipo de políticas isso implica para a população.

A pesquisa intensa é uma das especificidades do jornalismo investigativo. Os jornalistas relataram, cada um à sua maneira, realizar uma extensa pesquisa sobre o assunto pautado, muitas vezes, antes mesmo de levar a pauta até a chefia para aprovação. Percebe-se essa especificidade claramente no relato de Angelina Nunes, que revela ter investigado “clandestinamente” (fora do horário de expediente) para a produção da série de reportagens ‘Bastidores do Poder’. Dentro de um veículo diário, ela conta que para convencer os chefes sobre a produção da reportagem, só teria alguma chance se chegasse já com parte do material apurado. A pauta sobre os elevados patrimônios dos deputados estaduais da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro só foi aceita quando a equipe já havia tabelado todas as declarações de rendas dos políticos e identificado quais apresentavam patrimônio inconsistente com a atividade política.

Aqui também entra em jogo a questão do investimento de tempo e dinheiro no jornalismo investigativo. Mais do que uma limitação logística para a produção da reportagem, o tempo no jornalismo investigativo também é um obstáculo a ser vencido dentro das culturas organizacionais, especialmente nos veículos que possuem foco na produção diária, como os jornais cujas reportagens foram analisadas nesta pesquisa. É preciso um esforço ainda maior do repórter para convencer sobre a vantagens de se apostar tempo e dinheiro em determinada pauta, liberando uma equipe para se dedicar exclusivamente a investigação por certo período. A própria investigação pode exigir investimento, bem como a organização pode ter a necessidade de repor pessoal na cobertura diária durante este período.

O tempo é o que define também o processo de investigação. Os procedimentos adotados pelos profissionais têm relação com o tempo disponível para realizar a investigação. Em ‘Infância à deriva’, com apenas 15 dias para mapear a exploração sexual de crianças e adolescentes, Mauri König apoia-se muito mais em sua própria observação do que na fala de qualquer outra fonte. O tempo para a produção da investigação direciona o processo produtivo, qual será a disciplina adotada pelo profissional e suas escolhas nesta empreitada.

Outra especificidade também se revela na análise das reportagens. A classificação das fontes contribuiu para entender parte desse processo de investigação. Nas reportagens analisadas, percebe-se o uso muito mais recorrente de fontes especializadas e referenciais, que as tradicionais fontes oficiais. Ou seja, o jornalismo investigativo é aquele que não toma a fala oficial como a verdade absoluta. As fontes oficiais são consultadas, mas em geral, confrontadas com o que chamam de “fonte das fontes”, “fonte original dos dados” ou “fonte primária⁴⁵”. O jornalismo investigativo é aquele que tem em sua essência a dúvida na fala das fontes. Acredita-se e publica-se aquilo que foi confirmado através de dados ou outras documentações. Isso tem relação direta com a pauta. No caso de uma denúncia, a fonte oficial pode negar, por isso a necessidade de checagem e levantamento de informações por outros meios, para comprovar a denúncia não confirmada pelos envolvidos. Pode-se perceber isso tanto na classificação das fontes, com números sempre superiores de fontes referenciais e especializadas, como também no caso da reportagem da Revista Rolling Stones, que pecou ao dar credibilidade total a fala de uma fonte, uma possível vítima, e deixar de checar o relato com outras fontes que poderiam ter apontado de início as inconsistências nessa versão. Para conseguir apreender as causas e consequências dos fenômenos pautados, o jornalismo investigativo se vale de diversas perspectivas, por isso a pluralidade de fontes que aparecem nas reportagens, diferente do confronto tradicional das “duas versões” na cobertura diária.

Na produção do jornalismo investigativo, os avanços tecnológicos, o acesso a banco de dados e Lei de Acesso à Informação (LAI), por exemplo, são questões que agregaram à prática, conforme apontam os próprios profissionais. Entretanto, os jornalistas também questionam até que ponto estas questões realmente transformaram o jornalismo investigativo, sendo que são ferramentas que precisam de um conhecimento específico para seu domínio. A LAI e os bancos de dados pouco colaboram para aqueles que não dominam o seu uso, não conhecem técnicas de raspagem de dados ou como solicitar as informações da

⁴⁵ No sentido de primeira, não da classificação usada nas análises.

melhor forma. Além disso, os próprios profissionais entendem estas inovações como ferramentas, já que o uso dos procedimentos tradicionais, como a observação, a entrevista e levantamento de documentos continuam sendo largamente usados.

Também foi identificado nas análises que as séries de reportagens, publicadas em mais de uma edição dos respectivos jornais, foram produzidas por uma equipe com diversos jornalistas, diferente das publicações de apenas uma sequência de investigações. A pesquisa não conseguiu comprovar se esta também é uma característica da produção investigativa. Da mesma forma, chamou atenção o fato de as publicações investigativas nos jornais com foco em cobertura diária trazerem detalhes, na própria publicação, sobre o processo de investigação, como tempo despendido, documentos analisados e fontes consultadas. A pesquisa também não pode confirmar se esta é uma característica da publicação investigativa nos impressos, mas revela a importância e destaque dado para os esforços da equipe em obter estas informações, como forma de aumentar a credibilidade das revelações realizadas com a investigação.

Dessa forma, a pesquisa conclui que os procedimentos que caracterizam o processo de produção da reportagem investigativa podem ser os mesmos que da produção factual, em sua essência. Os procedimentos são a consulta à documentos, entrevistas, acesso a estudos e pesquisas e observação. Entretanto, a diferença está na forma como o repórter se apropria desses procedimentos e uso que faz deles para esgotar o assunto, para alcançar as causas e consequências do referido fenômeno. Para isso, mais do que usar este ou aquele procedimento, o repórter investigativo faz uso da triangulação dos dados e informações obtidas. Mais do que apenas revelar ao público sobre a ocorrência de diários oficiais secretos na Assembleia Legislativa do Paraná (Alep), a reportagem revela que informações os documentos traziam e o que isso implicava para a Alep e a sociedade; mais do que revelar números de agressões contra mulheres no Brasil, a reportagem contextualiza os números com a fala de especialistas, que problematizam as definições das leis e também as falhas de sua aplicação no Brasil; mais do que apenas informar sobre a quantidade de cigarros contrabandeados do Paraguai para o Brasil, a reportagem discute que tipo de crime essa prática também vem alimentando na América Latina, confrontando as informações com outras fontes de dados no próprio texto. O jornalista não é um mero receptor da informação.

Na produção da reportagem investigativa, a pauta pede que o repórter se aproprie de forma diferente dos procedimentos, que são os mesmos, mas usados com uma disciplina para investigação. É o que cada procedimento revela no caminho da investigação que determina o movimento pendular, de avançar ou retornar para o procedimento anterior. Essa

disciplina de investigação é necessária tanto para fazer estas escolhas durante o processo produtivo da reportagem investigativa, como também para organizar o grande nível de informações coletadas.

Nesse processo, revela-se a importância do papel do repórter no jornalismo investigativo. Muito de sua própria observação aparece como fonte nas reportagens, mas também revela-se na subjetividade das escolhas. Se por um lado todos usam os mesmos procedimentos, as subjetividades também ficam claras, dependendo do veículo, dependendo da experiência profissional de cada um. Enquanto Mauri vale-se com frequência da observação e nem sempre deixa explícito no texto quais são suas fontes, Andrea Dip sempre busca referências no meio acadêmico para suas investigações, usando dissertações e teses como fonte nas reportagens. Angelina Nunes prefere o trabalho em equipe, de forma que possa explorar melhor as qualidades de cada profissional, garantindo tempo e credibilidade no material produzido. A análise das reportagens produzidas por Kátia Brembatti e equipe revelam a preocupação em entender os dados, interpretá-los, algo que não é inato do jornalismo, mas aparece quase como uma qualificação profissional. Houve um esforço da equipe em buscar por qualificação através da Abraji, para que a reportagem tivesse continuidade.

Ao materializar o movimento de produção do jornalismo investigativo, ver as marcas desse processo e as subjetividades dos profissionais, esta pesquisa não teve a pretensão de esgotar o assunto, mas gerar futuras investigações, com um número ainda maior de jornalistas, jornais e reportagens investigativas. A pesquisa veio com o propósito de ouvir os próprios profissionais, porque muito se fala na teoria sobre o jornalismo investigativo, mas pouco se fala sobre o como fazer essa investigação, triangulando a teoria com a prática. Olhou-se para as teorias, do jornalismo investigativo e do processo de produção, adaptando o *newsmaking* para o viés da reportagem investigativa, através da perspectiva da construção social. O processo dialético é inerente a essa teoria, pois no processo não se separa as interações objetivas das subjetivas, ainda que seja guiado por um norte para reportar o acontecimento.

Da mesma forma que o *newsmaking* discute a produção da notícia, esse debate foi alinhado à perspectiva da reportagem investigativa, que também apresenta uma rotina, perpassado por constrangimentos organizacionais e condições de orçamento, envolvendo interações com as fontes, relação com o tempo e espaço e adequação à rotina produtiva do veículo a que pertence. Pretendeu-se olhar para a teoria do jornalismo investigativo e

colocar essa teoria em prática para compreender a realidade, usando para isso o diálogo entre a história do jornalismo investigativo, pesquisas exploratórias, análise de reportagens e entrevistas com quem produz o jornalismo investigativo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAJI. **O que é**. Disponível em: <<http://www.abraji.org.br/?id=78>>. Acesso em: 12 dez 2016.

ALSINA, M. R. **La construcción de la noticia**. Espanha: 1989.

ANJOS, Manoel Moabis Pereira dos. **Agendamento e interagendamento temático no processo de produção jornalística no telejornalismo regional**. Dissertação (mestrado em Jornalismo) – Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2015.

ARBEX, Daniela. Métodos de Pesquisa e Investigação in CHRISTOFOLETTI, Rogério; LIMA, Samuel. **Reportagem, pesquisa e Investigação**. Florianópolis: Insular, 2012.

ARIJ. **Site message**. Disponível em: <<http://en.arij.net/site-message/>>. Acesso em: 12 dez 2016.

ARRUETA, César, **¿Qué realidad construyen los diarios?** Una mirada desde el periodismo en contexto de periferia., La Crujía Ediciones, Buenos Aires, 2010

BAUER, Martin W; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002

BERGER, Peter L.; LUKHMANN, Thomas. **A Construção Social da Realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. [1966] 10ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1985

_____. **Modernidade, pluralismo e crise de sentido**: a orientação do homem moderno.[1995] Petrópolis: Vozes, 2004

BURGH, Hugo de. **Investigative Journalism**. New York, Routledge, 2008.

CHALABY, Jean. **O jornalismo como invenção anglo-americana**. Comparação entre o desenvolvimento do jornalismo francês e anglo-americano (1830-1920). 2003. Disponível em: <www.cimj.org/docs/n3-03-Jean-Chalaby.pdf>. Acesso em: 4 out 2015.

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Pragmática do jornalismo** – Buscas pragmáticas para uma teoria da ação jornalística. São Paulo: Summus, 1994.

CIN. **About CIN**. Disponível em: <<https://www.cin.ba/en/about/>>. Acesso em: 12 dez 2016.

CIR. **Our history**. Disponível em: <<https://www.revealnews.org/our-history/>>. Acesso em: 12 dez 2016.

COSTA, Natália. **Lugar de mulher é na redação**. O Jornalismo Performático e o destaque alcançado por repórteres mulheres. In. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013.

DINES, Alberto. **O papel do jornal**. São Paulo: Summus, 1986

FORTES, Leandro. **Jornalismo investigativo**. São Paulo: Contexto, 2005.

GENRO FILHO, A. **O segredo da pirâmide** - para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre:Ed. Tchê, 1987

GIJN. **About us**. Disponível em: <<http://gijn.org/about/about-us/>>. Acesso em: 12 dez 2016.

GROTH, Otto. A Tarefa da Pesquisa Científica sobre a Cultura. In: **O Poder Cultural Desconhecido: Fundamentos da Ciência dos Jornais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

HUNTER, Mark Lee et al. **A investigação a partir de histórias** – Um manual para jornalistas investigativos. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002264/226456POR.pdf>>. Acesso em: 17 abr 2015.

IRE. **About IRE**. Disponível em: <<https://www.ire.org/about/>>. Acesso em: 12 dez 2016.

JORNALISMO, Mestrado em. **Linhas de pesquisa**. Disponível: <<http://pitangui.uepg.br/propesp/ppgjor/linhas.php>>. Acesso em: 12 dez 2016.

KOVACK, Bill e ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo**; o que os jornalistas devem saber e o público exigir. São Paulo: Geração Editorial, 2003.

KROEGER, Brooke. **Nellie Bly: daredevil, reporter, feminist**. New York: Times Books, 1994

LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Record, 2001

LAPERRIÈRE, Anne. Os critérios de cientificidade dos métodos qualitativos. In: POUPANT, Jean. Et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

LIPPMANN, Walter. **Opinião pública**. Petrópolis: Vozes, 2009.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas ampliadas: o livro reportagem como extensão do jornalismo e da literatura**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1995.

LOPES, Dirceu Fernandes; PROENÇA, José Luiz. **Jornalismo Investigativo**. São Paulo, Publisher Brasil, 2003

MACHADO, Elias; SANTANA, Jéssica. **Limitações metodológicas na pesquisa em Jornalismo**. Um estudo dos trabalhos apresentados no GT de Jornalismo da COMPÓS (2000- 2010). Revista Pauta Geral. Vol. 1, nº1, 2014

MANUAL de verificação. Disponível em: <<http://verificationhandbook.com/downloads/manual.de.verificacao.pdf>>. Acesso em: 15 jul 2015.

MEDITSCH, Eduardo. Jornalismo e construção social do acontecimento. In. BENETTI, Marcia.; FONSECA, Virginia (orgs.) **Jornalismo e Acontecimento: mapeamentos críticos**. Florianópolis: Insular/Capes, 2010

MENDRAS, Henri. **Princípios de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975

MEYER, Philip. **Precision Journalism: a reporter's introduction to social science methods.** Bloomington: Indiana University Press, 1973

_____. **The new precision journalism.** Bloomington: Indiana University Press, 1991

_____. **Periodismo de precision.** Tradução José Luis Dader. Barcelona, Bosch, 1993.

NASCIMENTO, S. **Jornalismo sobre investigações:** Relações entre o Ministério Público e a imprensa. 2007, 228 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade de Brasília. Brasília, 2007.

_____. **Os novos escribas.** O fenômeno do jornalismo sobre investigações no Brasil. Porto Alegre, Arquipélago Editorial, 2010.

NOGUEIRA, N. **Vexame editorial da Revista Rolling Stone dos EUA se transforma em excelente aula magna de jornalismo e comunicação.** Disponível em: <<http://nemercionogueira.blogspot.com.br/2015/04/vexame-editorial-da-revista-rolling.html>>. Acesso em: 12 abr 2015

OLIVEIRA JR, Constantino R (org). **Pesquisa em Ciências Sociais.** Interfaces, Debates e Metodologias. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2012, p; 49-77.

PEREIRA JUNIOR. Luiz Costa. **A apuração da notícia.** Métodos de investigação na imprensa. Petrópolis, Ed. Vozes, 2006.

PONTES, Felipe S; SILVA, Gislene. Mídia Noticiosa como Material de Pesquisa: recursos para o estudo de produtos jornalísticos. In: BOURGUIGNON, Jussara A;

PRESTON, Peter. **They say the age of investigative journalism has passed. It hasn't.** Disponível em: <<https://www.theguardian.com/media/2016/jan/17/investigative-journalism-spotlight-attacking-the-devil>>. Acesso em: 09 nov. 2016

PÚBLICA, Agência. **O mapa do jornalismo independente.** Disponível em: <http://apublica.org/mapa-do-jornalismo/index.html#_>. Acesso em: 6 set 2016

RBS, Grupo. **RBS lança Grupo de Investigação.** Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/gdi/noticia/2016/12/rbs-lanca-grupo-de-investigacao-8573996.html>>. Acesso em: 2 dez 2016.

REESE, Jenny. **The early muckrakers:** Nellie Bly, Lincoln Steffens, Upton Sinclair, Ray Stannard Baker, et al. Webster's Digital. New Delhi: 2010.

REYES, Geraldo. **Periodismo de Investigación.** México: Trillas, 1999.

ROCHA, P.M. **Os impactos da tecnologia na produção jornalística e a formação do profissional.** Artigo apresentado no XIV Congresso Internacional IBERCOM 2015, realizado em São Paulo no período de 29 de março a 2 de abril de 2015.

ROCHA, P. M; SILVA, G. B. da. **A necessidade do conhecimento em investigação jornalística de precisão na formação do profissional para fortalecer as deontologias do**

jornalismo e seu exercício na sociedade contemporânea. In. Estudos em Comunicação, N.16, 2014.

RUBBO, Tácila. **Mais de 500 profissionais da imprensa foram demitidos em 2016.** Disponível em: <<http://portal.comunique-se.com.br/mais-de-500-profissionais-da-imprensa-foram-demitidos-em-2016/>>. Acesso em 12 dez 2016.

_____. **Balanco de 2016:** ao menos 11 veículos de comunicação foram encerrados no Brasil. Disponível em: <<http://portal.comunique-se.com.br/balanco-de-2016-ao-menos-11-veiculos-de-comunicacao-foram-encerrados-no-brasil/>>. Acesso em: 12 dez 2016.

SCHMITZ, Aldo Antonio. **Fontes de notícias** – ações e estratégias das fontes no jornalismo. Florianópolis: Combook, 2011.

SCHUDSON, Michael. **Descobrimos a Notícia.** Uma história social dos jornais nos Estados Unidos. Petrópolis: Vozes, 2010.

SEQUEIRA, Cleofe Monteiro de. **Jornalismo Investigativo:** O fato por trás da notícia. São Paulo: Ed. Summus. 2005.

SILVEIRINHA, M. J. Revisitar o passado na América: a "questão de ser mulher" no jornalismo. In: **Estudos do Século XX**, nº 7. p. 115-132: Imprensa da Universidade Coimbra, 2007.

SODRÉ, Muniz e FERRARI, Maria Helena. **Técnica de reportagem:** notas sobre a narrativa jornalística. São Paulo; Summus, 1986.

SOLIANI, André. **Siga o dinheiro:** orçamento e a cobertura das políticas sociais. In. Guilherme Canela (org). Políticas Públicas Sociais e os desafios para o Jornalismo. ANDI, Editora Cortez, São Paulo, 2008.

SOUSA, Jorge Pedro. **As notícias e os seus efeitos.** As “teorias” do jornalismo e dos efeitos sociais dos media jornalísticos. Universidade Fernando Pessoa, 1999. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/_esp/autor.php?codautor=13>. Acesso em: 24 setembro de 2015

_____. **Uma história breve do jornalismo no ocidente.** Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-uma-historia-breve-do-jornalismo-no-ocidente.pdf>>. Acesso em: 17 jun 2016.

STAKE, Robert E. **Pesquisa qualitativa:** estudando como as coisas funcionam. Porto Alegre: Penso, 2011

TRÄSEL, Marcelo Ruschel. **Entrevistando Planilhas:** Estudo das crenças e do ethos de um grupo de profissionais de jornalismo guiado por dados no Brasil. 2014, 315 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014.

TRAQUINA, Nelson. As notícias. In: **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”.** Lisboa: Vega, 1999b

_____. **O estudo do Jornalismo no século XX.** São Leopoldo: Ed Unisinos, 2001.

TUCHMAN, Gaye. **La producción de la noticia**: estudio sobre la construcción de la realidad. Barcelona: Gili, 1983

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. 3. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1994.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionário entrevista com jornalistas investigativos

- a) Formação acadêmica (instituição e ano); profissionalização (cursos, especializações);
- b) Percorso profissional: empresas e cargos;
- c) O que você entende por jornalismo investigativo?
- d) Quando você começou a produzir reportagens investigativas, como foi?
- e) Você atua em algum tema específico na cobertura investigativa?
- f) Como você define a apuração jornalística investigativa? Teria algum protocolo?
- g) Qual método (técnicas) você utiliza para apurar e produzir a reportagem investigativa?
- h) Como você aprendeu? Foi na faculdade, na empresa, com colega de trabalho ou você desenvolveu?
- i) Por que você utiliza esses procedimentos? Foram aprimorados?
- j) Como repórter, acredita que há diferença entre a cobertura de atualidade/factual e investigativa? Qual seria?
- k) Quais as dificuldades que você encontra na produção investigativa?
- l) Você trabalha sozinho ou em equipe?
- m) É possível afirmar que há prática de jornalismo investigativo no Brasil?
- n) Na sua opinião, o que direciona os processos de apuração de uma pauta jornalística investigativa?
- o) É possível produzir reportagem investigativa sobre qualquer tema?
- p) Qual é o papel das fontes na reportagem investigativa?
- q) A internet, a Lei de Acesso a Informação, base de dados, etc. Trouxeram alguma transformação no jornalismo investigativo?
- r) Como trabalhar eticamente com os dados obtidos na apuração da reportagem investigativa?

APÊNDICE B – Perfil jornalistas entrevistados

JORNALISTA	IDADE	FORMAÇÃO	TRAJETÓRIA
Andrea Dip	34 anos	Jornalismo – Universidade Santa Cecília (SP)	Começou em 2001 na revista Caros Amigos e desde então já escreveu para veículos como Revista do Brasil, Retrato do Brasil, Marie Claire, GQ, Nota de Rodapé, Trip, Fórum entre outros. Criou o blog Copa Pública sobre violações de direitos humanos nos preparativos para a Copa do Mundo, na Agência Pública de Jornalismo Investigativo, onde continua como repórter especial cobrindo temas relacionados a infância, gênero, situação carcerária entre outros. Participou do livro Brasil Direitos Humanos produzido pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Tem cinco prêmios de jornalismo em direitos humanos.
Angelina Nunes	57 anos	Mestre em Comunicação Social – Universidade Estadual do Rio de Janeiro (RJ)	Experiência como repórter, coordenadora de equipes especializadas em jornalismo investigativo e editora assistente. Ministrou cursos práticos de jornalismo e palestras em universidades e congressos da área. Atuou como professora durante dois anos em universidade no Rio. Participou de bancas julgadoras de prêmios jornalístico nacionais (9ºGP Ayrton Senna e Vladimir Herzog 2012) e internacional (The Global Shining Light Award 2011). Recebeu prêmios de jornalismo internacionais como Rey de España, IPYS, SIP e nacionais como Esso, Embratel, Vladimir Herzog e CNH. Integra o Conselho da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), da qual foi presidente no biênio 2008-2009. Membro do International Consortium of Investigative Journalists (ICIJ).

Kátia Brembatti	37 anos	Jornalismo – Universidade Estadual de Ponta Grossa (PR)	Repórter do jornal Gazeta do Povo desde 2004, com foco em jornalismo investigativo. Vencedora de prêmios de jornalismo com a série de reportagens Diários Secretos. Na carreira acadêmica e jornalística, o enfoque é no jornalismo investigativo e de base de dados.
José Maschio	59 anos	Jornalismo – Universidade Estadual de Londrina (PR)	Sócio fundador da ABRAJ (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo) em 2002. Repórter da Agência Folha (Folha de S. Paulo) de outubro de 1987 a dezembro de 2010. Como repórter, especializou-se na investigação jornalística de crimes de lavagem de dinheiro, corrupção em órgãos públicos, fronteiras e questão agrária.
José Roberto Toledo	50 anos	Jornalismo – Escola de Comunicações e Artes USP (SP)	Trabalhou por 13 anos na Folha de S.Paulo, onde atuou como editor da coluna Painel e repórter especial. Especializado em Reportagem com Auxílio do Computador (RAC/CAR), jornalismo de dados e pesquisas de opinião. Atualmente, é colunista de política do Estadão, e coordena o Estadão Dados. Escreveu para Folha de S.Paulo, Carta Capital e revista Piauí. Criou o Jornal do Terra, o Estadão Dados, e os blogs Vox Publica, Blog do Estadão Dados e Toledol. Um dos fundadores da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), foi seu presidente de janeiro de 2014 a dezembro de 2015. Treinou mais de mil jornalistas de 10 países em técnicas de RAC, em cursos
Mauri König	50 anos	Letras - Universidade Estadual do Oeste do Paraná / Jornalismo - União Dinâmica de Faculdades Cataratas (PR)	Começou em 1991, quando cursava Letras em Foz do Iguaçu, no semanário Jornal de Foz. Obteve o registro de jornalista provisionado e passou a atuar como repórter no Jornal de Foz. Mais tarde, entrou na primeira turma do curso de

			Jornalismo da cidade, em 2000. Na ocasião, já havia passado pela sucursal da Folha de Londrina e se tornado correspondente de O Estado de S. Paulo. Ainda em Foz, trabalhou como repórter nos jornais O Estado do Paraná e Gazeta Mercantil. Foi ali que ingressou na Gazeta do Povo, em novembro de 2002. Oito meses depois foi transferido para a sede da empresa, em Curitiba, onde permaneceu como repórter especial até agosto de 2015. Atualmente é colaborador da Folha de S. Paulo e professor de Jornalismo no Centro Universitário UNINTER.
--	--	--	--

ANEXOS

ANEXO A – Reportagem Pastores do Congresso



Homens de terno e mulheres de saia com a Bíblia na mão vão enchendo o auditório. Alguém regula o som do violão e dos microfones. A música que celebra “júbilo ao Senhor” estoura nos alto-falantes, e a audiência canta junto. Em um púlpito no palco, os pastores abrem o culto com uma oração fervorosamente acompanhada pelos fiéis.

Uma descrição comum de um culto evangélico não fossem os pastores, deputados, falando de um o púlpito improvisado no Plenário Nereu Ramos da Câmara dos Deputados de um país laico chamado Brasil. E se o (até então) presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB), anunciado do púlpito ao entrar no recinto pelos pastores João Campos (PSDB/GO) e Sóstenes Cavalcante (PSD/RJ), não tivesse deixado de lado a agenda oficial para participar da celebração e tirar *selfies* com pessoas que se amontoavam ao seu redor.

Certamente seria bem menos estranho se logo atrás de mim, no fundo do auditório, assessores de parlamentares não estivessem fazendo piadas de cunho homofóbico e rindo alto durante boa parte do evento, que se tornou show com a chegada da aclamada cantora gospel Aline Barros, vencedora do Grammy Latino 2014 e um dos cachês mais altos do mundo gospel brasileiro. Ela tinha viajado do Rio a Brasília com o marido, o ex-jogador de futebol e hoje pastor e empresário gospel Gilmar Santos, especialmente para cantar e orar naquela manhã de quarta-feira no Congresso. Ao final do culto/evento, todos receberiam um CD promocional de Aline.

Sobre Isso, Leia Também

Aline Barros entoou alguns de seus sucessos com o auxílio de um playback, antes da pregação do marido. O tema é a luta do profeta Elias contra Jezebel, a princesa fenícia que se casou com o rei de Israel e, uma vez rainha, perseguiu e matou profetas israelitas. A imagem da mulher poderosa de alma cruel é usada por dezenas de sites religiosos, que comparam Jezebel à presidente Dilma Rousseff, ameaçando-a de acabar como a rainha, comida por cães.

“Em **Tiago capítulo 5, versículo 17**, está escrito que Elias era um homem como nós. Ele orou e durante três anos e meio não choveu. Depois ele orou de novo e Deus manda vir a chuva”, diz o pastor Gilmar, dirigindo-se aos parlamentares. “Muitas vezes a gente tem orado ‘Deus sacode esse país, traz um avivamento, faz algo novo’. Deus está fazendo. Mas a forma que Deus está fazendo nem sempre é do jeito que a gente quer, da nossa maneira. Muitas vezes a gente queria que Deus fizesse chover dinheiro

do céu, que fizesse anjo carregar a gente no colo pra levar a gente pra todos os lados e queria pedir pra Deus pra sentar numa rede, pra ele trazer um suco de laranja e operar, trabalhar. ‘Manda fogo, destrói aquele endemoniado, aquele idólatra.’ Mas Deus não faz dessa forma.” Por que Deus escondeu Elias? Por que Deus tem escondido muitos de vocês e ainda não estão nos jornais como sonharam ou não tiveram reconhecimento como sempre sonharam? [...] Deus está te escondendo, querido. No momento certo tudo vai acontecer, você vai ser exaltado. Deus sabe como honrar. [...] Pode ser o momento mais difícil do seu mandato, mas continua confiando. Muitas pessoas podem estar vivendo uma seca nesse país. Nosso país pode estar vivendo o momento mais seco da história. Vidas secas. Mas o céu nunca vai estar em crise. Nunca tem crise, nunca tem crise.”

Sem crise

O número de evangélicos no Parlamento cresceu, acompanhando o aumento de fiéis. Segundo os últimos dados do IBGE, que são de 2010, o número de evangélicos aumentou 61% na década passada (2000-2010). Por sua vez, a Frente Parlamentar Evangélica (FPE), encabeçada pelo deputado e pastor João Campos, agrega mais de 90 parlamentares, segundo dados atualizados da própria Frente – os números podem variar por causa dos suplentes – o que representa um crescimento de 30% na última legislatura.

A mistura de política e religião é a marca da atuação dos pastores deputados. Campos, por exemplo, é presidente da Frente Parlamentar Evangélica, autor do projeto de lei apelidado de “cura gay” e defensor destacado da redução da maioridade penal, como a maioria da chamada “bancada da bala” – em 2014 ele recebeu R\$ 400 mil de uma empresa de segurança para sua campanha. Cavalcante ex-diretor de eventos do pastor Silas Malafaia, seu padrinho na fé e na política, é presidente na Comissão Especial que trata do Estatuto da Família.

Encorajada por Eduardo Cunha, que assumiu a presidência da Câmara dizendo que “Aborto e regulação da mídia só serão votados passando por cima do meu cadáver”, a bancada evangélica tem conseguido levar adiante projetos extremamente conservadores, como o Estatuto da Família (PL 6.583/2013), que reconhece a família apenas como a entidade “formada a partir da união entre um homem e uma mulher, por meio de casamento ou de união estável, e a comunidade formada por qualquer dos pais e seus filhos”, que deve seguir para o Senado nos próximos dias. A PEC 171/1993, que usa passagens bíblicas para justificar a **redução da maioridade penal**, também foi aprovada na Câmara e aguarda análise do Senado, sem previsão de votação. O próprio Eduardo Cunha é autor do PL 5.069/2013, que cria uma série de empecilhos para o direito constitucional das mulheres vítimas de violência sexual realizarem aborto na rede pública de saúde. Esse está na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara. Também foi nesta legislatura que a bancada conseguiu barrar o trecho que trata do debate sobre identidade de gênero nas escolas no Plano Nacional de Educação.

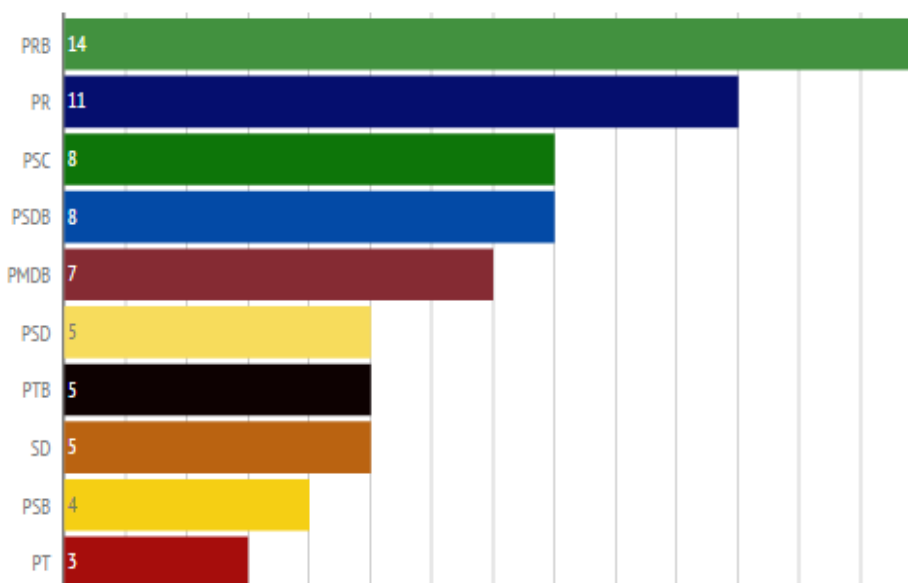


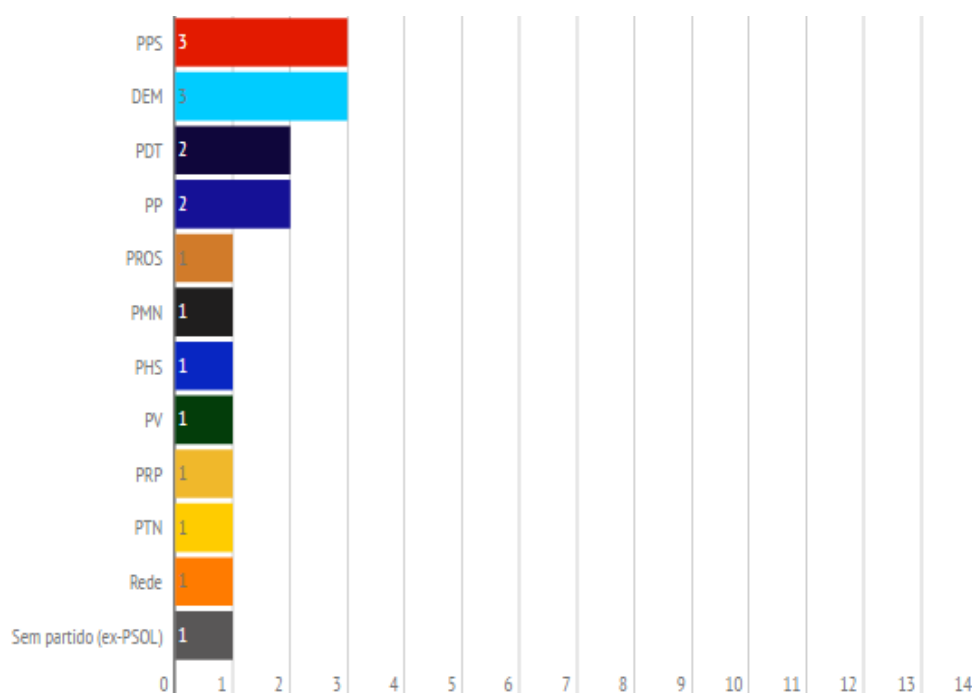
Manifestação contra a redução da maioridade penal em julho, no Rio de Janeiro / Foto: Mídia Ninja

Ainda segundo os dados fornecidos pela FPE, a maioria dos parlamentares pertence a igrejas pentecostais: a Assembleia de Deus é a que mais congrega esses fiéis, seguida pela Igreja Universal do Reino de Deus, que tem como figura de destaque o senador Marcelo Crivella (PRB-RJ). Também tem representantes no Congresso as igrejas Sara Nossa Terra e a Igreja Quadrangular.

Como acontece com os partidos na política, os membros também trocam de denominação. Eduardo Cunha recentemente trocou a Sara Nossa Terra pela Assembleia de Deus, onde já estavam os colegas João Campos e Marco Feliciano. Entre os membros das protestantes históricas estão Jair Bolsonaro (batista) e Clarissa Garotinho (presbiteriana).

Membros da Frente Parlamentar Evangélica por partido





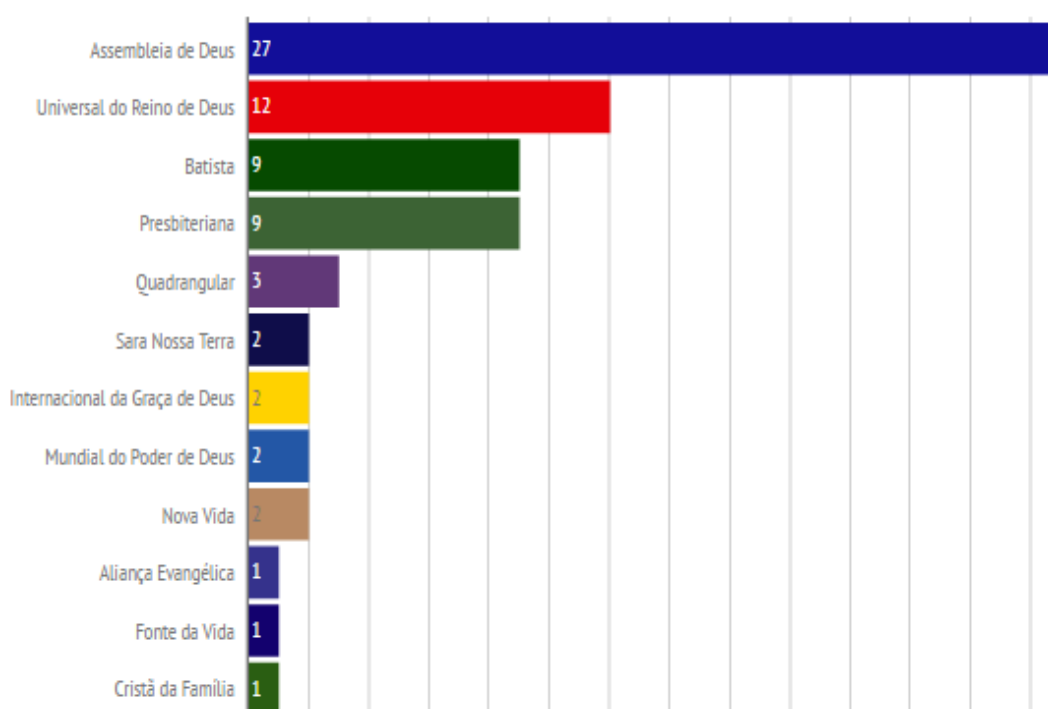
Legislatura 2015 - 2018 / Fonte: Frente Parlamentar Evangélica, Bruna Suruagy e site da Câmara dos Deputados

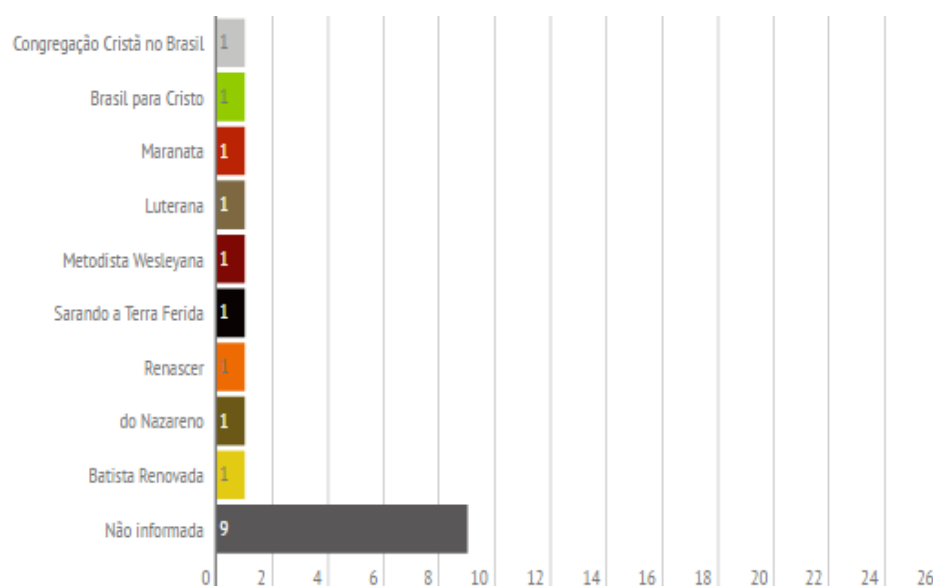
Share

infogr.am

Membros da Frente Parlamentar Evangélica por partido | Create bar charts

Membros da Frente Parlamentar Evangélica por igreja





Legislatura 2015 - 2018 / Fonte: Frente Parlamentar Evangélica, Bruna Suruagy e site da Câmara dos Deputados

Share

infogr.am

Membros da Frente Parlamentar Evangélica por Igreja | Create bar charts

O sociólogo e escritor Paul Freston, professor catedrático em religião e política da Wilfrid Lauries University, do Canadá, explica que as igrejas pentecostais se diferenciam das protestantes históricas principalmente pela ênfase da crença nos dons do Espírito Santo, como “falar em línguas” e agir em curas e exorcismos. “Por ser uma forma mais entusiasmada de religiosidade, depende menos de um discurso racional, elaborado. Você pode não saber ler ou escrever, pode ser alguém que não ousaria fazer um discurso racional em público, mas sob influência do Espírito você fala. Por isso pode-se dizer que a igreja pentecostal também tem esse poder de inverter as hierarquias sociais”, explica o professor. E destaca: “Por ser mais próxima da cultura do espetáculo e menos litúrgica, também são as igrejas pentecostais que se dão melhor com as mídias”.

Nos gabinetes

“A Frente Parlamentar Evangélica [FPE] tem exercido um papel muito importante em contribuir com o processo legislativo porque ela priorizou algumas bandeiras que são relevantes para a sociedade brasileira como, por exemplo, a defesa da família tradicional”, diz João Campos, que recebeu a **Pública** em seu gabinete de número 315 no anexo IV da Câmara, após muitos dias de negociação com seu assessor. “Outra bandeira nossa é a defesa da vida desde a concepção, os direitos do nascituro, a proibição do aborto, do infanticídio, os direitos da mulher também, mas principalmente os direitos do ente humano que está sendo gerado”, continua o deputado.

O segredo do sucesso? “A gente atua a partir desses temas, e isso faz com que a Frente seja ouvida no Parlamento. A Frente nem é a que congrega o maior número de parlamentares, mas é uma das mais ouvidas. Porque não é a quantidade, é a atuação dela”, diz com orgulho. Pergunto sobre sua trajetória política e religiosa, em que momento as duas se misturam. Ele me conta que aos 16 anos já era líder de jovens em sua igreja (Assembleia de Deus) e há quase 20 foi ordenado pastor. Também fez carreira na Polícia Civil de Goiânia. Começou como escrivão de polícia, se tornou delegado, participou de greves – “sempre fui muito ativo”, diz. Passou a atuar na classe, foi presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil, até que “naturalmente” se candidatou a deputado federal. “Eu sempre exerci liderança na igreja e na segurança pública. E essas duas vertentes apoiaram minha candidatura e me elegeram”, resume Campos, 53 anos, atualmente no quarto mandato como deputado federal. Quando pergunto se a igreja tem sido um ambiente fértil para a formação de líderes políticos, ele desconfia: “A igreja tem ocupado um espaço e se colocado mais na política tendo ela própria como referência”.

Sua colega de bancada evangélica, Clarissa Garotinho (PR), é uma jovem deputada federal que tem política e religião no pedigree. A filha dos ex-governadores Anthony e Rosinha Garotinho é da Igreja Presbiteriana, como todos de sua família. E, como o fez a mãe, todas as vezes que seu pai, Anthony Garotinho, mudou de partido, ela o acompanhou “mesmo a contragosto”, confessa. E não foram poucas vezes: o radialista de sucesso começou a carreira política no PT, depois foi para o PDT, para o PSB, PMDB e PR.

Clarissa fala do jogo da política com a naturalidade de quem viveu isso em casa desde pequena, mas faz questão de dizer que nunca foi pedir voto em igreja. “Visitei algumas igrejas quando me convidaram, mas não foi o foco da minha campanha.” Descreve o início de sua carreira política como a de líder estudantil que se tornou diretora da UNE e foi eleita vereadora – a contragosto do pai, sublinha. “Nessa época, eu tinha me formado em jornalismo e fiz estágio com a Xuxa no programa dela a convite da Marlene Matos. A Marlene me convidou para ir para um programa na rádio Globo, eu já era gerente comercial da empresa dos meus pais, e ele não queria que eu entrasse na política. Dizia que a vida dos políticos ficava muito exposta, que dava muita dor de cabeça. Comecei a campanha sozinha, eu e a juventude do partido. Pensava: ‘Meu pai foi governador, minha mãe foi governadora, eu não posso perder uma eleição de vereadora porque, se eu perder, eu vou estar comprometendo o nome deles’, conta.

De vereadora Clarissa passou a deputada estadual e em 2014 foi eleita deputada federal com a maior votação obtida entre as mulheres. Sobre sua atuação na bancada evangélica, ela diz que só participa das atividades quando acha necessário. “Quando houve algumas manifestações na parada gay que satirizaram a imagem de Cristo. Nesse ponto, a banca da reuniu inclusive católicos. Quando tem alguma causa que a gente entende que precisa se unir, eu participo das reuniões.”

Pergunto sua opinião sobre o aborto, e sua expressão se fecha: “Tem temas que para nós não são negociáveis. Eu sou contra o aborto”. Sem que eu pergunte, emenda: “Mas você quer saber do Cunha? Eu não apoiei o Eduardo Cunha para presidente da Câmara só porque ele era evangélico. Não basta ser evangélico e eu presbiteriana para eu votar se acho que a postura dele como político não é boa pra representar a Câmara e não é boa para o Brasil. Fui uma das poucas deputadas evangélicas que não votou nele. Fizeram reuniões com os membros da bancada pra apoiar, mas eu não participei. Não gosto do estilo dele de fazer política. Ele usa chantagem pra conseguir vantagens, é o chantageador geral da República. O Eduardo é considerado um deputado muito temido aqui. Dizem que ele é vingativo, que tem um temperamento difícil. E ele ainda tem muito apoio aqui apesar dos escândalos”.

Eduardo Cunha

Quando estive no Congresso, cada vez que Eduardo Cunha entrava em uma sala da Câmara dos Deputados era cercado por um séquito e não raramente aplaudido de pé. Isso apesar dos escândalos, e não apenas os mais recentes. Cunha começou sua carreira como tesoureiro do comitê eleitoral de Collor e chegou à presidência da Telerj, de onde saiu em 1993 quando foi descoberto que ele havia assinado um aditivo de US\$ 92 milhões a um contrato da Telerj com a fornecedora de equipamentos telefônicos NEC do Brasil (então controlada pelo empresário Roberto Marinho). Foi quando se aproximou do então deputado mais votado do Rio de Janeiro e dono da rádio evangélica Melodia, Francisco Silva. Por indicação de Silva, tornou-se presidente da Companhia Estadual de Habitação na gestão de Anthony Garotinho, da qual também foi afastado em meio a denúncias de irregularidades em contratos sem licitação e favorecimento a empresas fantasmas. A passagem pelo rádio, onde tinha boletins diários que acabavam com o bordão “O povo merece respeito”, tornou sua voz conhecida e ele se candidatou a uma cadeira na Câmara dos Deputados nas eleições gerais de 2002. Foi eleito com o apoio de Garotinho e 101.495 votos nas urnas. Em 2003, entrou no PMDB e hoje cumpre seu quarto mandato consecutivo como deputado federal. Em 2014 foi o terceiro candidato mais votado do Rio de Janeiro, com 232.708 votos.

O sociólogo Paul Freston, que estuda as relações entre política e religião, pesquisou a biografia de Cunha e de seu mentor, Francisco Silva. “Ele começa politicamente pela mão do Francisco Silva, que já era uma pessoa estranha porque tinha uma identidade evangélica pessoal muito tênue. O que ele tinha era uma rádio evangélica. E basicamente usou a força da mídia para se lançar politicamente. Ele se dizia membro da Congregação Cristã, o que não fazia muito sentido porque é a igreja mais arredia, que não se envolve com política, com mídia, não paga pastor. E a própria Congregação fez uma declaração na época dizendo que desconhecia esse cidadão.”

O polêmico pastor, escritor e psicanalista Caio Fábio – fundador e ex-presidente da Associação Evangélica Brasileira (AEVB), líder e mentor da igreja Caminho da Graça – acrescenta outras informações ao perfil de Cunha: “Eu o conheço há 20 anos, desde que o pessoal o chamava de ‘Eduardinho’. Desde quando ele trabalhava para o deputado Francisco Silva. Esse indivíduo de crente não tinha nada. Francisco comprou a rádio Melodia, criou uma igreja radiofônica chamada Cristo em Casa que não congregava ninguém, não reunia ninguém, não tinha relacionamento com ninguém. Era tudo no rádio e você dava o dízimo para esse ente abstrato. O Eduardo era o assessor dessa figura. Ele teve função importante na loteria esportiva do Rio de Janeiro, em autarquias diversas até chegar ao governo Garotinho. Ele dá nó em pingô d’água. O mais inteligente deles é burro perto do Eduardo Cunha. Ele é um dos caras mais ardilosos, mais jogadores, mais sutis que eu já conheci”.

Recentemente, Cunha trocou a igreja Sara Nossa Terra, para qual foi levado por Silva, pela Assembleia de Deus. A primeira tinha pouco mais de 1 milhão de fiéis, enquanto sua igreja atual tem mais de 13 milhões de seguidores, segundo o IBGE. A ramificação da igreja escolhida por Cunha foi a Madureira, cujo presidente é o bispo Manoel Ferreira, acusado de coronelismo por membros de sua igreja por ter tornado seu cargo vitalício, e também denunciado por um pastor de sua igreja **em uma matéria da revista IstoÉ** por usar laranjas para abrir a Faculdade Evangélica de Brasília, dar golpe nos sócios e sonegar milhões em impostos (ele nega as acusações). Em agosto deste ano, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, acusou Eduardo Cunha de indicar a igreja do filho de Manoel, Samuel Ferreira, para receber parte da propina de ao menos US\$ 5 milhões destinada a ele referente aos contratos para viabilizar a construção de dois navios-sonda usados pela Petrobras.

“Eu estou dizendo há 25 anos que Manoel Ferreira já se envolveu com tudo. É um gângster religioso. E curiosamente é para onde o Cunha foi”, acusa o pastor Caio Fábio.

O começo de tudo

A igreja pentecostal começou a se envolver na política brasileira na década de 1960 através da Brasil para Cristo, que elegeu um deputado federal em 1961 e um estadual em 1966. Depois disso, porém, a igreja só voltaria a eleger candidatos na década de 1980, como explica Paul Freston: “A maior participação vem em 1986, no fim do regime militar, com a Assembleia Constituinte. A Assembleia de Deus é o motor disso inicialmente, e se organiza desde a cúpula para ter um candidato oficial em cada estado, um deputado. Eles se organizam e tentam apresentar esse candidato nas igrejas, falar pras pessoas votarem nele. É o que dá origem à bancada evangélica, é a primeira vez que se fala nisso. E a grande novidade é que a maioria é pentecostal”.

Os pentecostais deslancharam na política com a Igreja Universal do Reino de Deus, que criou um plano político mais estruturado dentro da instituição, segundo a autora da tese “Religião e política: ideologia e ação da ‘Bancada Evangélica’ na Câmara Federal”, Bruna Suruagy ([leia a entrevista completa aqui](#)). “No início da década de 1990, a Igreja Universal começou a atuar com um plano político estruturado”, explica. Em sua pesquisa, Bruna chegou ao seguinte desenho do plano político da Universal: “A cúpula da igreja, formada por um conselho de bispos da confiança de Edir Macedo, indica candidatos em um procedimento absolutamente verticalizado, sem a participação da comunidade. Os critérios para a escolha desses candidatos geralmente têm base em um certo recenseamento que se faz do número de eleitores em cada igreja ou em cada distrito. E cada templo, cada região, tem apenas dois candidatos que seriam o candidato federal e o estadual. Ela desenvolve uma racionalidade eleitoral a partir de uma distribuição geográfica dos candidatos e a partir de uma distribuição partidária dos candidatos. Isso mudou um pouco agora porque existe um partido que é da Universal, o PRB, que fica cada vez mais forte no Congresso”, explica, destacando também a importância da mídia religiosa como interface entre a igreja e a política.

A **Pública** fez contato com a assessoria de imprensa da Igreja Universal e obteve como resposta a que a instituição não se pronunciaria a respeito “porque não se envolve com política”. Ao insistir para obter a entrevista, a assessoria pediu que as perguntas ao bispo Edir Macedo fossem feitas por e-mail e não respondeu mais. Mesmo o site do PRB, que tem grande parte dos filiados ligados à Universal, incluindo o presidente do partido, Marcos Pereira, não deixa clara essa conexão entre o partido e a igreja. Mas, entrevistado pelo deputado federal Celso Russomanno ao vivo durante a festa de dez anos do PRB, no dia 25 de agosto, diante da plateia do auditório Nereu Ramos, Pereira revelou que sua carreira e o PRB caminharam de braços dados com Edir Macedo. Ele contou que é bispo da igreja desde 1999, foi vice-presidente da Rede Record de Televisão em 2003, ano em que também se tornou sócio da LM Consultoria Empresarial – holding que controla todos os negócios da Igreja Universal do Reino de Deus – e então se tornou presidente do PRB em 2011.

Freston, por sua vez, não vê influência do modelo americano, como os chamados cinturões bíblicos, na política brasileira. Para ele, o crescimento da bancada evangélica tem mais a ver com nosso modelo político. “Quando a imprensa e os acadêmicos começaram a notar a presença dos pentecostais na política, houve algumas interpretações sobre ser cópia dos Estados Unidos, que já tinha a direita cristã, e a ideia de que isso estava surgindo no Brasil, incentivado por esse modelo. Mas eu sempre achei que correspondia muito mais às peculiaridades do sistema eleitoral brasileiro. Porque você tem o crescimento pentecostal em muitos países do mundo, na América Latina toda, em muitos lugares na África, em alguns lugares da Ásia. Mas só no Brasil você tem esses fenômenos de bancadas nos Congressos. Essa aproximação com a direita é mais recente e tem a ver com essa nova direita, que não tem medo de se chamar de direita”, diz o sociólogo.

Outra característica de nosso sistema eleitoral, a de representação proporcional com listas abertas, favorece os candidatos carismáticos, os “puxadores de voto”, que passam a ser cobiçados pelos partidos. “Eles dizem ‘vamos por o pastor candidato que ele traz mais 2 ou 3 mil votos para a gente’. Mas esse cara traz 60 mil votos e se elege sozinho! Esse sistema favorece a eleição desses pentecostais. E muitos países que tem crescimento pentecostal não têm isso. No Chile, por exemplo, onde o pentecostalismo também cresceu muito, você quase não teve políticos evangélicos porque é outro sistema eleitoral. Aqui os líderes pentecostais souberam maximizar suas possibilidades dentro desse sistema.”

E o que querem os políticos evangélicos?

Mais do que os temas morais como aborto, violência, drogas e sexualidade, são os interesses institucionais que unem a bancada evangélica segundo os pesquisadores. “A conquista de dividendos para as igrejas como a manutenção de isenção fiscal, a manutenção das leis de radiodifusão, a obtenção de espaços para a construção de templos e a transformação de eventos evangélicos em culturais para obtenção de verbas públicas estão nesse páreo”, explica Bruna Suruagy. Paul Freston dá um exemplo: “Na época da Constituinte, teve a questão do mandato do Sarney, do quinto ano. Para conseguir esse quinto ano, ele comprou muita gente no Congresso. A moeda de troca para muitos pentecostais era uma rádio, coisas ligadas à mídia”.

Um estudo realizado pelo Instituto de Estudos da Religião (Iser) em 2009 mostrou que de 20 redes de televisão que transmitiam conteúdo religioso, 11 eram evangélicas e 9 católicas. Apenas a Igreja Universal controla mais de 20 emissoras de televisão, 40 de rádio, além de gravadoras, editoras e a



O pastor Silas Malafaia / Foto: Reprodução

Larissa Preuss, autora da tese de doutorado “As telerreligiões no telespaço público: o programa Vitória em Cristo e a estratégia de mesclar evangelização e preparação política”, destaca a enxurrada de pastores eletrônicos na televisão brasileira nas décadas de 1980 e 1990. “O RR Soares é o mais antigo, está no ar desde o fim dos anos 70, e o Silas Malafaia entra em 1982. Ele é quem fala mais explicitamente sobre política na televisão, apesar da maior articulação política ser da Universal”, lembra.

A pesquisadora conta que estudou os programas de Malafaia de 2014 para entender a relação de seus discursos com as eleições. “Ele assume que existe uma briga política e deixa claro que quer influenciar e por isso não se candidata. Ele fala diretamente ao público, mas também fala muito aos líderes religiosos, tanto que Malafaia dá cursos de formação de pastores em locais como a Escola de Líderes da Associação Vitória em Cristo (Eslavec) e está construindo um império, hierarquizando igrejas dentro da Assembleia de Deus, que não tem essa cultura. O Malafaia se coloca no lugar do profeta, que é aquela autoridade que unge o rei e denuncia o sacerdote, e isso é muito forte. Ele incentiva os líderes a influenciar seus fiéis para que Deus possa agir na política.”

A hipótese de Larissa é que os pastores midiáticos migram para a política justamente para garantir as concessões de radiodifusão. “Porque as outorgas são ratificadas ou podem ser abolidas pelo Congresso. Então é uma retroalimentação: eles estão na televisão, influenciam a eleição de certos candidatos que vão garantir sua permanência na televisão. A informação hoje é poder. A imagem é uma moeda valiosa. E os evangélicos estão na política como nunca. Basta dizer que o tema da última Marcha para Jesus foi ‘faxina ética’”.

Municipal

E não é só em âmbito federal que a bancada evangélica tem se fortalecido. O número de projetos de leis temáticos também tem crescido entre os vereadores e deputados estaduais evangélicos, que recentemente também barraram a discussão de gênero em planos municipais de educação em várias cidades, incluindo a capital paulista. E não é só isso. A pastora e deputada estadual Liziane Bayer, do PSB do Rio Grande do Sul, protocolou em abril o PL 124/2015, que prevê o ensino do criacionismo nas escolas públicas e privadas do estado. Liziane, cujo slogan de campanha foi “compromisso com a fé, a família e a vida”, conta que começou a se interessar por política e a conversar sobre o assunto no grupo de mulheres de sua igreja. Ela diz que sabe que o projeto é polêmico, mas defende o ensino do criacionismo para dar uma opção aos alunos. “Eu acho o comunismo ruim, mas ele é ensinado nas escolas. O criacionismo pode ser visto da mesma forma, mas, até pra que tu digas que não é correto, tem que saber”, opina.

Em Cuiabá, o vereador Marcrean dos Santos (PRTB) criou um projeto que virou lei instituindo um feriado evangélico na cidade (Lei nº 5.940/15); em Itapema (SC), o vereador Mouzatt Barreto (DEM) também criou um PL para obrigar a leitura da Bíblia nas aulas de história das escolas públicas e particulares; em São Paulo, o vereador Carlos Apolinário, que em 2011 conseguiu que a Câmara aprovasse o “Dia do Orgulho Heterossexual”, vetado pelo então prefeito Gilberto Kassab, apresentou um projeto de lei para criar banheiros públicos em restaurantes, shoppings, cinemas e em casas noturnas para gays, lésbicas, bissexuais e transexuais. Chegou a declarar: “não é possível minha mãe entrar em um banheiro e encontrar um homem vestido de mulher”.

Em Manaus, a vereadora Pastora Luciana (PP), que prefere ser chamada de pastora – “vereadora é só uma promessa, pastora é pra eternidade” –, é autora de três projetos temáticos: o PL 125/15, que visa autorizar por lei manifestações religiosas como palestras e pregações nos terminais de ônibus da capital com o uso de caixas de som; o 075/15, que propõe a instituição de uma capelania na Guarda Civil Metropolitana, e o PL da Cristofobia, que prevê multas para quem tiver “atitudes discriminatórias em face da religião cristã, palavras e práticas agressivas contra a figura de Jesus Cristo, ameaças, estereótipos pejorativos, induzir ou incitar a discriminação contra a Bíblia Sagrada”. Mas o projeto de lei mais bizarro é do vereador de Santa Bárbara do Oeste Carlos Fontes (PSD). O PL 29/2015 proíbe a implantação de microchips em seres humanos, comparando-os à marca da besta prevista no livro de Apocalipse (veja a entrevista em vídeo que gravamos com o vereador).



A MARCA DA BESTA from Agência Pública on Vimeo.

“Se a presença de um evangélico na política melhorasse a política, humanizasse a política, as igrejas seriam édens, oásis, paraísos de bondade humana, altruísmo, inclusão, tolerância, misericórdia, de amor de verdade, equidade, solidariedade. Mas, enquanto o diabo continuar a existir pra eles da forma como existe, eles podem continuar roubando porque o diabo pagará a conta das acusações. Em nome de Deus, a canalhice é santificada”, conclui Caio Fábio.

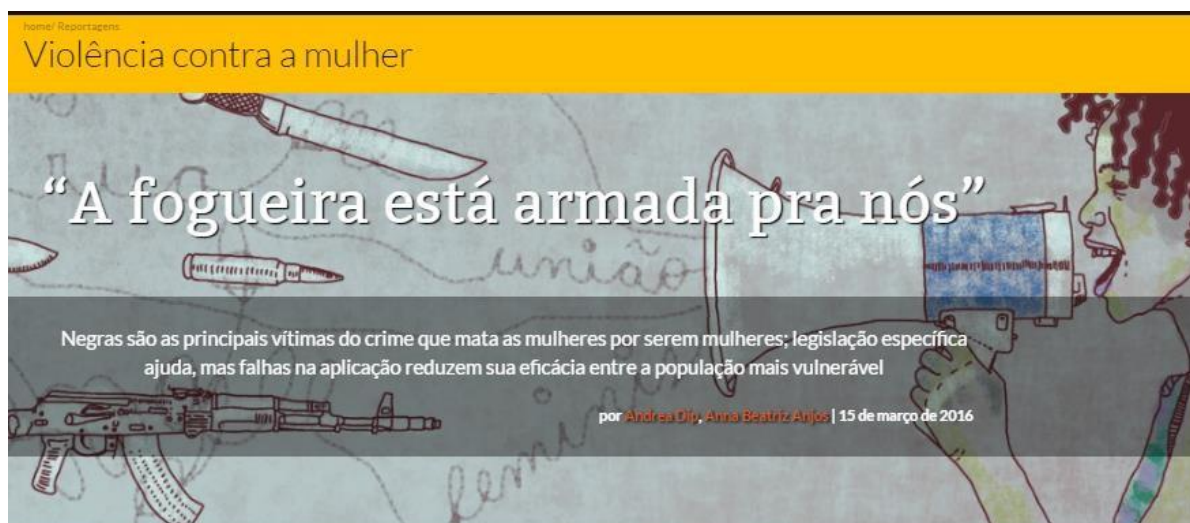
Colaborou Guilherme Peters

Leia também: O dia em que caí do berço evangélico

Afinal, o que os evangélicos querem da política?

Tags: bancada evangélica, Câmara dos Deputados, Congresso Nacional, evangélicos, vídeo

ANEXO B – A fogueira está armada pra nós



“Eu sofri estupro em um terreno baldio ao lado da minha casa. O cara me abordou com uma arma e disse que era ex-policia. Depois de três meses, o vi no mesmo lugar abordando outra menina. Estava descendo a rua de carro com meu pai e falei: ‘Pai, é ele’. Meu pai quis jogar o carro para cima dele, mas não deixei, fomos procurar a polícia. Encontramos um GCM [guarda civil metropolitano] na padaria lá de baixo. Eu estava em choque, totalmente ‘absurdada’ com a situação, e ainda tentando acalmar meu pai, para que ele não fosse preso. O policial entrou timidamente no terreno, parecia que não sabia muito bem o que fazer. O cara fugiu de novo. O que me deixou aliviada foi ver a menina sair do mato, mas ela não quis fazer boletim de ocorrência, disse que só queria ir embora. Quando isso aconteceu, mudei de casa e fui morar no centro. Para mim, isso foi um exílio político, porque não podia andar na minha quebrada em paz. Qualquer cara que estava do meu lado no ônibus, eu já pensava: ‘Será que é ele? Será que é ele?’. Para o cara estar no mesmo lugar, três meses depois, fazendo a mesma coisa, é porque sabia que não ia ser pego. Para a polícia, é tudo bem, ‘foi só sexo’. Eles não têm a dimensão do que isso significa na nossa vida. Mas, se rouba um banco ou se é algum crime contra propriedade, vai ter um monte de gente presa. Guerra ao tráfico... A polícia faz várias operações, mas nunca vi fazer uma ‘operação estupro’ na quebrada. E outra: a gente nem quer que isso vire caso de polícia, porque a polícia também agride as mulheres. A sociedade é racista e machista, e um cara vai para a cadeia, mas o que vai mudar nele? Você vira um ser cruel horripilante na cadeia. Nem tive raiva do meu agressor, na real, porque podia ser qualquer um ali. Poderia ser qualquer homem. Ele vai preso e logo entra outro nessa lógica. A gente vive a cultura do estupro.”

A fala corajosa de Dani Regina, 27 anos, mestranda em Sociologia, é apoiada por suas companheiras de “Fala Guerreira” durante a gravação do vídeo (veja abaixo) na sede do Bloco do Beco, Jardim Ibirapuera, zona sul de São Paulo. Foi a partir de histórias doídas como a de Dani que surgiu o coletivo, com a missão de fortalecer outras mulheres da comunidade, para que juntas não mais silenciassem diante das agressões sofridas dentro e fora de casa. Contra a injustiça e a violência, elas buscam construir um “feminismo que funcione na quebrada”, como explicam – o que têm conseguido com atividades, pesquisas, palestras, saraus e principalmente com a publicação de uma revista impressa que leva o nome “Fala Guerreira”.



Entrevista Fala Guerreira from Agência Pública on Vimeo.

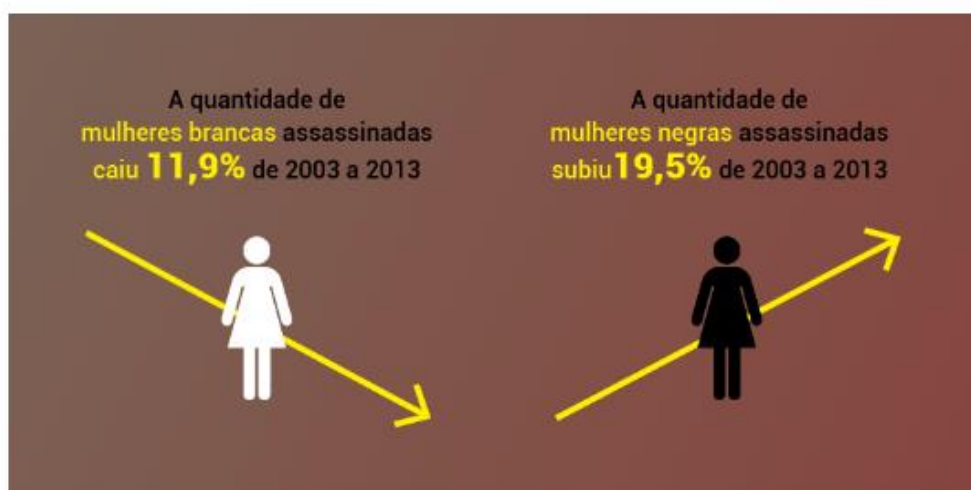
O depoimento de Dani aponta também para uma das faces mais cruéis da violência de gênero no Brasil, que se confirma pelos números do *Mapa da Violência 2015 – Homicídios de mulheres no Brasil*, realizado pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso) com base em dados de 2013, divulgados pelo Ministério da Saúde. Apesar dos avanços, as leis e as políticas de proteção não têm chegado da mesma forma para todas nem impedido a violência de gênero e a morte de mulheres – por serem mulheres (nascidas ou tornadas) – principalmente negras e moradoras de periferia.

Entre 1980 e 2013, o país contabilizou 106.093 assassinatos de mulheres, segundo o estudo. O número corresponde à quantidade de meninas e mulheres de cidades inteiras, como Americana, em São Paulo, Macaé, no Rio de Janeiro, ou Itabuna, na Bahia. Nós ocupamos hoje o quinto lugar no ranking de homicídios de mulheres, tristemente liderado por El Salvador, Colômbia, Guatemala e a Federação Russa, conforme dados da Organização Mundial da Saúde (OMS).

As estatísticas são ainda mais cruéis em relação às negras: enquanto as taxas de homicídio de brancas caíram, entre 2003 e 2013, de 3,6 para 3,2 por 100 mil habitantes – queda de 11,9% –, as taxas entre as mulheres e meninas negras cresceram de 4,5 para 5,4 por 100 mil, aumento de 19,5%. Em 2013 morreram assassinadas, proporcionalmente ao tamanho das respectivas populações, 66,7% mais meninas e mulheres negras do que brancas. Entre 2003 e 2013, houve um aumento de 190,9% na vitimização de negras (cálculo baseado na relação entre as taxas de mortalidade de brancas e negras). Alguns estados, como Amapá, Paraíba, Pernambuco e Distrito Federal, atingem níveis ainda mais absurdos, com crescimento superior a 300% nas taxas de assassinato de mulheres negras.

“Os dados evidenciam que as políticas públicas de combate à violência contra a mulher não estão atingindo as mulheres negras, ou seja, não se está pensando na realidade dessas mulheres, que são maioria no Brasil, na hora de criar [essas políticas]. Isso aponta para o que as feministas negras vêm dizendo há décadas: não se pode universalizar a categoria mulher, mulheres são diversas, e as mulheres negras, por conta do machismo e racismo, acabam ficando num lugar maior de vulnerabilidade social”, aponta a mestre em Filosofia Política e feminista Djamila Ribeiro ([leia a entrevista na íntegra aqui](#)).

Maria Sylvia Aparecida de Oliveira, advogada e presidente do Geledés – Instituto da Mulher Negra, acrescenta: “A mulher negra é tida, como a Suely Carneiro costuma dizer, como uma ‘não pessoa’, por conta de todo o resquício da escravidão. Essa mulher ainda está na base da pirâmide, nas relações mais subalternas, são a maioria nos bairros mais pobres. Fui fazer uma roda de conversa com mulheres da periferia da zona norte de São Paulo e uma menina me contou que o companheiro é usuário de drogas e que, depois de sofrer muita violência por parte dele, ela foi abrir um boletim de ocorrência. No momento da nossa conversa, já estava no sétimo boletim de ocorrência. Chega uma hora que essa mulher fala ‘não vou procurar mais porque não adianta!’ E ela estava a um passo de ser assassinada, porque a proteção falha com essas mulheres. E se ela for assassinada é mais um feminicídio para a estatística”, conclui.



As leis

Maria Sylvia se refere à **Lei nº 13.104**, de 9 de março de 2015, que altera o Código Penal e inclui o feminicídio no rol dos crimes qualificados e hediondos. Na prática, isso significa que casos de assassinatos de mulheres em decorrência de violência doméstica ou menosprezo ou discriminação da condição de mulher terão penas que podem variar de 12 anos a 30 anos de prisão, com aumento de um terço se o crime acontecer durante a gestação ou nos três meses posteriores ao parto, se for contra adolescente menor de 14 anos, adulta acima de 60 anos ou ainda pessoa com deficiência, e se o assassinato for cometido na presença de descendente ou ascendente da vítima.

Lourdes Bandeira, secretária executiva da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) de 2012 a 2015 e professora da Universidade de Brasília (UnB), explica que os feminicídios geralmente “têm um componente de barbárie e crueldade com a condição de gênero”. Como aconteceu recentemente no caso da sindicalista Francisca das Chagas Silva, que foi encontrada morta na lama na cidade de Miranda do Norte, no Maranhão. Francisca era quilombola, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Miranda do Norte e provavelmente morreu por causa de sua luta, mas a forma como foi torturada – o corpo encontrado nu, com sinais de estupro, estrangulamento e perfurações – pode ser enquadrada

como um crime de feminicídio. Assim como o caso da skatista Giselle Alves, encontrada sem vida em dezembro de 2015 em uma rua de Paraty, no Rio de Janeiro, com uma lesão na cabeça – causada por um instrumento cortante – e sinais de abuso sexual (o crime ainda não foi solucionado), ou ainda o de Gisele Santos, de 22 anos, moradora de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, que em agosto do ano passado teve as mãos, um pé e parte do outro decepados pelo companheiro depois de ter pedido que ele fosse embora de casa – uma tentativa evidente de feminicídio.

Como a lei está em vigor há apenas um ano, ainda não existem dados que comprovem sua eficácia, ou mesmo sua aplicação nos tribunais, responderam à **Pública** o Ministério da Justiça, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a SPM – desde o ano passado, parte do Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e dos Direitos Humanos.

Mas, embora tida como uma grande conquista, a nova legislação já é alvo de críticas de quem trabalha diretamente com a violência de gênero: “Na minha percepção, a Lei do Feminicídio trouxe muito pouco resultado. Não acredito que os homens tenham deixado de matar mulheres por causa dessa lei, por medo de uma pena mais grave. Nós já temos hoje homens com penas de 30 anos, e os números da violência só aumentam. Se o objetivo da lei era aplicar penas mais duras aos agressores, acho que conseguiu. Mas, pensando em uma política criminal, em um sistema protetivo das mulheres e também de prevenção e extinção da violência, não acredito que tenha trazido resultado”, diz a defensora pública de São Paulo Ana Rita Souza Prata, coordenadora do Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher (Nudem).

Ana Rita chama atenção, também, para o fato de que o texto original, elaborado em conjunto com profissionais e movimento de mulheres, continha a palavra “gênero”, englobando também as transexuais, mas na hora da aprovação da lei o termo foi trocado: “O texto final fala em sexo feminino. Essa foi uma exigência dos parlamentares evangélicos para aprovar o texto. Segundo a lei aprovada, feminicídio então é o homicídio contra a pessoa do sexo feminino. Mas são crimes de ódio e se enquadrariam perfeitamente no caso das travestis e transexuais. Nós lamentamos muito essa perda”, diz a defensora.

Sobre isso, a presidente da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) Cris Stefanny se posiciona: “Acredito que as leis devam ser criadas para proteger e por limite nas barbáries, e, se as pessoas travestis e transexuais sofrem violências e discriminações em decorrência do gênero com que se identificam, a lei que protege a mulher que nasceu com órgão sexual feminino também deve proteger aquelas cuja ‘natureza lhes pregou um peça’, fazendo com que nascessem com órgão sexual masculino. Não deveríamos reafirmar o pensamento deles [conservadores] que é machista, jurássico e opressor”.

A advogada Maria Amélia Teles, a Amelinha, uma das precursoras do feminismo no Brasil e criadora do projeto “Promotoras Legais Populares” em São Paulo, acrescenta: “Eu defendo a Lei do Feminicídio assim como defendo a Lei Maria da Penha. Agora, não posso dizer que uma ou outra resolverá os problemas. As duas apontam diretrizes diferentes. A Lei do Feminicídio está no Código Penal, e o Código Penal é para punir. No meu modo de ver, ela foi mal formulada. Quando nós, feministas, propusemos a lei, não era para aumentar a pena, ela já é suficiente e não vai alterar em nada a matança contra as mulheres. A gente queria é que o feminicídio, entrando na lei – ou seja, o Estado reconhecendo que há mortes desiguais entre homens e mulheres –, houvesse uma reparação social mesmo à família da mulher, que precisa de apoio. E a outra questão é a reparação moral e ética dessa mulher, que tem a memória violada: ‘Ela foi assassinada, vai ver que tinha outro, que estava saindo na noite...’ – coisas que ouvimos o tempo todo”.

A **Lei nº 11.340**, ou Maria da Penha, como é popularmente conhecida, também faz aniversário este ano: em agosto, a principal lei de proteção da mulher completa dez anos. É ela que rege as políticas públicas de punição e proteção em casos de violência doméstica – ainda a maior violência de gênero no país. Segundo o Mapa da Violência, 50,3% do total de homicídios de mulheres em 2013 – sete por dia – foram perpetrados por um familiar direto da vítima. Entre os familiares, os parceiros e ex-parceiros são responsáveis por 33,2% dos homicídios femininos por dia (1.583 vítimas) em 2013, taxa que sobe para 43% do total de homicídios se consideradas apenas as mulheres de 18 anos ou mais.

Rede de atendimento não cumpre papel de proteção

Quando decidiu se separar do companheiro, Luíza, de 28 anos, tinha certeza de que seria morta em breve. “Eu fiquei quatro anos com ele e, antes de completar o primeiro, já sabia que precisava sair daquele relacionamento. Na verdade, a gente começou a namorar quando fui falar para ele que não queria mais nada porque ele me fazia mal. Foi aí que ele me convenceu a namorar”, conta. “Eu estava morrendo de medo de morrer, estava muito próxima disso, tinha essa certeza para mim. Ele já tinha deixado mais do que sinais, me ameaçava, me perseguia. Eu era uma pessoa de completa baixa autoestima, então me tornei uma isca fácil para ele. Já tive bulimia, sofri dois estupros na adolescência.” Luíza lembra que, quando contou essas fragilidades, o ex-companheiro as usava para abusar dela psicologicamente: “Ele dizia que eu não servia para nada, que uma mulher com quem já aconteceu isso não vale. Ele foi me consumindo a partir dali. Já sabia que eu tinha fragilidade com as questões do estupro e do peso, aí sentou em mim. Se eu conversava com algum cara, eu era uma puta, não sabia me cuidar, era burra. Depois, ele dizia que não tinha tesão em mim porque eu era gorda, horrível. Me prendia no carro, às vezes eu chegava a ficar duas, três horas parada espancou foi em uma noite em que saímos e ele estava brigando com todo mundo. Estava puto porque estava falando que iria para a minha casa e, antes de sair do carro, me deu uma cotovelada no peito de fazer barulho e eu perder o ar. Fiquei apavorada e, enquanto ele abria a porta da garagem, tentei ligar para uma amiga pedindo socorro. Quando voltou, me deu muitos murros no braço – de mão fechada, espancando mesmo. Aí comecei a gritar por socorro. Ele me deu mais alguns tapas e me mandou calar a boca. A polícia até veio – algum vizinho chamou –, mas aí eu já estava dentro da casa e ele foi atender os PMs na maior cara de pau, sorrindo, bem ‘canalhão’ – ele tem a maior lábia. Depois de toda a atuação, voltou iradíssimo e continuou me batendo. Cai no chão e ele continuou me chutando. A essa altura, já estava com o braço enorme de tanto roxo e sangrando. Ele destruiu meu carro também, deu vários chutes no meu porta-malas”. Ela conta que depois das surras ele pedia desculpas, queria passar pomada nos meus hematomas. Meu histórico era: meu pai batia na minha mãe e eu via tudo quando pequena, porque era muito curiosa e ficava olhando pela fechadura. Eu sempre levava papel para a minha mãe limpar o choro. Comecei a entrar numa pira de que, na verdade, todos os relacionamentos eram como o meu e as pessoas é que não tinham*

coragem de dizer. Comprei essa verdade. Comprei todas as verdades que ele me colocou: que eu merecia estar com ele porque uma pessoa chata, burra, gorda, feia, escrota e estuprada duas vezes não conseguiria nada melhor – era ficar com ele ou estaria sozinha, e na verdade até que tinha bons momentos, então era melhor ficar ali. E se meu pai batia na minha mãe e continuava sendo meu pai, é isso: vai ver que os homens batem mesmo nas mulheres e elas escondem”. Luíza narra que o fim se deu quando levou um soco no rosto tão forte que a jogou contra a parede e depois no chão. “Em determinado momento ele pisou na minha cabeça e começou a abrir minha boca com as duas mãos. Pensei que morreria ali. Ele só parou porque consegui rastejar e pegar um facão que deixava no armário com medo de bandido.” Quando expulsou o agressor de casa, vieram as ameaças. E, ao ir à delegacia, só conseguiu quando foi com um advogado particular. “Todas as vezes que precisei de polícia, nunca consegui ajuda. Você é uma cidadã, precisa de ajuda, está se sentindo ameaçada, tem um boletim de ocorrência onde está praticamente escrito ‘vou morrer’, vai até a polícia, mas aí o policial nunca pode te ajudar e não sabe quem pode te acompanhar. Se eu não tivesse com um bom advogado, a verdade é que não teria conseguido nada.” Seu agressor respondeu a processo e foi enquadrado pela Lei Maria da Penha. E na última audiência, segundo Luíza, ele apareceu de namorada nova.

Quanto à proteção às mulheres em situação de violência, a Lei Maria da Penha prevê a criação de uma política de prevenção e assistência que articule esforços da União, estados e municípios, além de “ações não governamentais”. Para tanto, foi instalada uma rede de atendimento que, segundo o governo federal, inclui centros de referência, postos de saúde e hospitais, Instituto Médico-Legal, casas-abrigo, serviços de assistência jurídica e psicológica, defensoria pública, Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM), Poder Judiciário, serviços de assistência social – como os que compõem o Sistema Único de Assistência Social (Cras e Creas) –, entre outros.

“A Lei Maria da Penha extrapola o Código Penal. É que não se aplica o que manda”, responde Amelinha. “Ela determina prevenção na educação, na capacitação de profissionais. Pensávamos que, a partir dela, toda mulher que desse uma queixa de que está vivendo uma situação de violência não seria morta, porque o Estado teria como impedir. Mas está sendo morta e revitimizada, já que a lei, apesar de boa, não muda a mentalidade das pessoas. Ela cria possibilidades de uma convivência democrática desde que trabalhemos seu conteúdo e o divulguemos.”

Com ela concorda a psicóloga Branca Paperetti, que por alguns anos coordenou o Centro de Referência para Mulheres Vítimas de Violência Eliane de Grammont, em São Paulo. “A Lei Maria da Penha é muito ampla. Ela pensa no aspecto da proteção, dá a possibilidade da mulher continuar a vida dela com respaldo do aparato do Estado, fala em conscientização do agressor, mas na prática, infelizmente, o único viés da lei observado é o punitivista, e ainda assim isso muda muito de estado para estado.”

Sobre a possibilidade de mesmo uma lei tão completa como a Maria da Penha não estar chegando a todas as mulheres da mesma forma, Amelinha diz: “Não tenho dúvida de que a lei é aplicada conforme a classe social, raça e etnia, a cor da pele, o dinheiro no banco”.

“Na quebrada a política chega diferente”



A desconfiança em relação à rede de proteção à mulher vítima de violência é uma fala recorrente das mulheres e meninas da periferia, especialmente quando envolve a polícia. Na sede da Unas (União de Núcleos, Associações dos Moradores de Heliópolis e Região), em Heliópolis, na zona sul de São Paulo, onde cerca de 50 mulheres se encontram uma vez por mês para falar de violência, leis, proteção e direitos, algumas garotas se reúnem para nos receber. Em uma ponta da mesa está a educadora social Indira Gabriela, de 21 anos, que faz um trabalho de conscientização com mães de meninos internos da Fundação Casa. “É muito difícil falar sobre direitos com essas mulheres. E mais difícil ainda é dizer para elas denunciarem seus agressores para a polícia. A polícia, para elas, é aquela que maltrata seus filhos. É quem faz ela passar por humilhação em dia de visita. Como peço pra essa mulher ir até uma delegacia denunciar o marido?”, questiona. “Eu mesma não sei para quem eu peço ajuda. Quando você mora em uma comunidade onde o movimento do crime é forte, ele defende a comunidade. E, quando você precisa chamar a polícia, entra em conflito com o movimento, porque atrapalha o trabalho deles. Mas também tem muito cara do movimento que bate nas parceiras. Então pedimos ajuda para quem? Abaixar a cabeça, segurar o terço na mão e rezar é o que você pode fazer pra não morrer. Ou se junta a outras mulheres e peita isso, que é o que a gente faz aqui”, diz.

Michelle Rodrigues de Mesquita, de 23 anos, agente cultural e integrante do “Fala Guerreira”, adiciona: “Eu tive três experiências que me provaram que a polícia é totalmente fascista, machista e não foi feita para agir a favor do povo, e sim para manter o Estado. A primeira aconteceu quando eu tinha 5, 6 anos de idade e meu pai tentou matar minha mãe com uma faca no pescoço. Só estávamos eu, minha mãe e meu pai. Aí meu pai me prendeu no quarto, eu pulei a janela e liguei para a polícia, porque não tinha ninguém da minha família perto. Quando chegou, a polícia perguntou ao meu pai o que havia acontecido e ele desmentiu toda a história, mas eu e minha mãe estávamos em prantos, eu dizendo que meu pai havia batido nela, que estava com uma faca – fui lá e peguei a faca, inclusive. Mas o policial viu a mim e a minha mãe como loucas, disse que era mentira e pediu que apaziguássemos a situação, porque precisávamos manter a ordem familiar. Quando eu tinha 13 anos, minha irmã mais velha já era casada e me contou que sofria agressão psicológica do esposo. A gente foi procurar ajuda e encarou a mesma situação: que prova você tem que ele está te agredindo psicologicamente? Então, começamos a gravar, porque as agressões aconteciam à noite. Uma vez, fui dormir na casa dela e deixamos dois gravadores, e à noite ele começou a falar para ela que só bateria em sua cabeça, porque aí não teria como

provar em nenhum exame a agressão física. Aí, começou a bater na cabeça dela, a insultá-la, e foi quando eu percebi, no meio da madrugada. Eu e minha irmã fomos pra cima dele e foram os vizinhos que chamaram a polícia. De novo, ele foi com cara de cão sem dono dizer aos policiais que tinha tido um problema com a esposa e que nós o havíamos agredido, que ele era a vítima. A gente não conseguiu provar as agressões por meio de exames porque, apesar das feridas que ficaram na cabeça dela, ele alegou que era por conta de outra coisa e mais uma vez ficou impune. Com 16, fui eu que sofri uma agressão física. Não quis ter relações sexuais com meu primeiro namorado numa virada de ano, e ele me deu um tapa na cara. Mais uma vez, a situação não foi resolvida por policiais, mas por mim, minha mãe e minha irmã, que demos um coro nele. Por isso, durante toda a minha vida, só vi que a polícia não funciona, não só para a mulher, mas em outras questões de políticas públicas da nossa quebrada”.

A estudante universitária Beatriz Oliveira, de 20 anos, também participante do coletivo, segue a mesma linha de raciocínio: “A mulher da periferia não vai confiar na polícia porque é a polícia que mata o filho dela. E não tem que confiar mesmo. Como você vai dizer para a mulher: ‘Você ter que vir com a GCM [Guarda Civil Metropolitana] porque está previsto na política pública’? Já começa daí, não existe um laço de confiança. Se a mulher está sofrendo agressão, o mínimo que ela precisa é de alguém que vá acolhê-la, e que acolhimento a GCM vai fazer?”, contesta.

Fernanda Laender, psicóloga e facilitadora de processos restaurativos que já trabalhou por alguns anos no Centro de Direitos Humanos e Educação Popular de Campo Limpo (CDHEP), na periferia sul de São Paulo, explica que é mais fácil para as mulheres moradoras de periferia decidir registrar um boletim de ocorrência quando já são atendidas pela rede de proteção: “Quando essa mulher tem algum amparo da assistência, parece que acaba fazendo o boletim de ocorrência e seguindo os trâmites normais”.

Por outro lado, a presidente do Geledés enfatiza que é preciso que as mulheres, conscientes de seus direitos, procurem, sim, a rede de atendimento e as Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres (DEAMs) para relatar situações de violência de gênero. E, se forem maltratadas e vítimas de outros tipos de violência com recorte de classe e raça, que denunciem à Ouvidoria da Polícia: “Essa mulher não tem confiança por conta de tudo que vê acontecer na periferia. Mas se ela não procurar a polícia, com quem vai contar? Se estiver sofrendo uma violência grave, tem que recorrer à segurança pública. O fortalecimento da Lei Maria da Penha tem que partir de nós mesmas também. Vai acontecer a partir da nossa atuação. Não podemos desistir. Se não formos bem atendidas na delegacia, vamos até a Corregedoria da Polícia, até a Ouvidoria. Porque senão a gente não vai mudar isso”.

Leia também: Por que o machismo mata mais as negras

Leia também: O agressor dorme no homem comum

“Você aqui de novo? Não separou ainda?”

Mas são muitas as reclamações sobre o atendimento oferecido pelas DEAMs: “As Delegacias da Mulher são um lugar onde você é totalmente hostilizada. A própria delegada te hostiliza: ‘Você aqui de novo? Não separou ainda? Você sabe o que tem que fazer’. É um duplo julgamento”, pontua Beatriz Oliveira.

O funcionamento inadequado das DEAMs foi confirmado por **estudo** produzido entre 2010 e 2011 e publicado em 2013 pelos pesquisadores Maria José Duarte Osis, Karla Simônia de Pádua e Aníbal Faúndes, do Centro de Pesquisas em Saúde Reprodutiva de Campinas (Cemicamp). O artigo aborda, basicamente, as condições em que operam as delegacias – o que inclui infraestrutura e pessoal – e sua articulação com outras instituições da rede de atendimento a mulheres em situação de violência. Para tanto, foram entrevistados por telefone 419 delegados e delegadas ou pessoas que, naquele momento, respondiam pelas DEAMs.

“Em resumo, elas não estão cumprindo plenamente o papel que se lhes atribui em defesa dos direitos e da segurança das mulheres, apesar da boa disposição do pessoal que as integra. Só poderão cumprir cabalmente esse papel mediante um importante investimento em treinamento e motivação desse pessoal e verificando se há necessidades de complementação ou adaptação dos locais onde funcionam”, constata a pesquisa. O cenário alarmante ocorre apesar da **Norma Técnica de Padronização das Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres**, emitida em 2010 pelo Ministério da Justiça, que, segundo uma das especialistas do Cemicamp, Maria José Duarte Osis, “é satisfatória”. “O problema está em sua operacionalização”, contrapõe.

De acordo com o levantamento, os delegados e delegadas destacam três fatores como principais barreiras para a promoção de um atendimento eficaz: a falta, capacitação, reciclagem ou treinamento de pessoal foi indicada por 68,9% do entrevistados; a falta de equipamentos, estrutura física e veículos, por 49,8%; e a falta de integração entre os órgãos, de local para onde encaminhar a mulher ou de casa-abrigo, por 31,8%.

“Existe uma dificuldade em fazer aquilo que a política pública determina: um atendimento integrado, que é o que a Secretaria de Políticas para as Mulheres e o Ministério da Saúde preconizam. Quando perguntamos se as delegacias estão articuladas a outras instituições, menciona-se muito mais o Instituto Médico-Legal e o Conselho Tutelar – órgãos mais afins do trabalho policial – e, no restante, a coisa fica meio informal”, diz Maria José, que também é professora e doutora em Saúde Pública. Para ela, a cultura policial é um dos principais gargalos na atividade das Delegacias da Mulher. “A polícia muito dificilmente entende que tem a função de atenção integral, de se articular com outras instituições e prover um atendimento que vai além do punitivo, que é prender alguém e pronto. Na verdade, quando o policial está atendendo uma vítima, algumas vezes a gente percebe que a vítima é tratada como se fosse o bandido, ainda mais no caso da violência contra a mulher, pois há todo um panorama cultural machista.”



Sobre isso, chama atenção a porcentagem dos delegados ouvidos pela pesquisa que afirmaram que seu pessoal não havia sido treinado, por exemplo, para atender mulheres vítimas de violência sexual: 80,4%.

“Na formação do policial, a violência contra a mulher deveria ser trabalhada como uma questão fundamental, e não só como um treinamento dado depois que ele vira delegado. Isso dá a impressão de que a violência contra a mulher é algo menor. Isso acontece também com os profissionais de saúde. Ou seja, precisamos trabalhar a questão no nível das instituições, não só no nível da educação de forma geral”, explica Maria José.

Os problemas com infraestrutura também são decisivos para que as DEAMs operem de maneira desajustada. “Uma vítima de violência sexual, por exemplo, deve ser encaminhada a um serviço que faça o atendimento de urgência. Acontece que as delegacias, muitas vezes, não têm como fazer isso, pois não dispõem de veículos ou pessoal suficientes. Os policiais então pedem às próprias mulheres para irem até o hospital, e muitas delas acabam desistindo após passarem por tanto estresse na delegacia”, coloca. E aponta que menos de 40% dos policiais civis entrevistados confirmaram dispor de sala privada para realizar o atendimento à vítima, o que é garantido pela Norma Técnica. “Uma situação muito frequente é que, no caso de o agressor ter sido preso, ele e a vítima ficam juntos [no mesmo ambiente]. Vira, como diz a linguagem popular, um barraco, e a mulher é constrangida muitas vezes diante dessa situação – como é que ela vai falar do fulano sendo que ele está presente ali?” Vale ressaltar que a Norma Técnica prevê que a área de recepção seja “composta por duas salas: uma para a espera das vítimas e outra para a espera dos agressores”.

Segundo a pesquisadora, as limitações não são exclusividade das DEAMs, mas ocorrem em outros serviços que compõem a rede de proteção à mulher em situação de violência. “Não é à toa que a Política de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres enfatiza muito essa questão do acolhimento, da escuta e de se criar as condições para que a mulher continue sendo atendida, ou seja, que qualquer uma das instituições que fazem parte da rede dê prosseguimento a esse atendimento, pois ele não é pontual. Quando vários elementos na rede não conseguem estabelecer esse padrão de continuidade, é claro que a mulher sentirá a ineficácia dos serviços”, explica. Essa situação, assegura a professora, dificulta a vida das vítimas que buscam ajuda. “Se o atendimento é prestado de forma inadequada, a tendência é que essa mulher retroceda na denúncia, em querer continuar sendo atendida, porque, na realidade, ela precisa vencer muitas barreiras.”

A incipiência da rede de atendimento é comprovada por outro estudo – *A Institucionalização das Políticas Públicas de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres no Brasil* –, elaborado pelo Ipea e publicado em março de 2015. O documento mostra que, até julho de 2013, em apenas 10% dos municípios brasileiros havia sido instalados Organismos de Políticas para as Mulheres, que servem de “ferramentas de formulação, monitoramento e coordenação das políticas que promovem a defesa dos direitos das mulheres”. Além disso, existiam somente 14 Centros Especializados da Mulher em 191 cidades; 77 Casas de Abrigo em 70 municípios – o que equivale a 1,3% do total; 92 Serviços Especializados de Saúde às Mulheres em Situação de Violência em 37 municípios (0,37%); 381 Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher em 362 cidades (6,5%) e 125 núcleos de atendimento em delegacias comuns em 94 municípios (1,7%); 53 Juizados de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher em 32 municípios (0,6%) e 45 Varas Adaptadas de Violência Doméstica e Familiar em 33 municípios (0,6%).

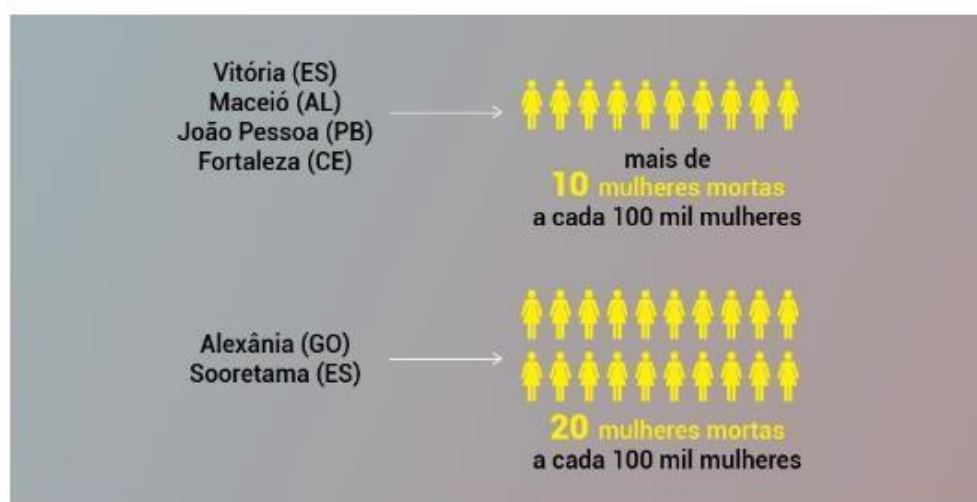
À época do lançamento da pesquisa, a secretária de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, Aparecida Gonçalves, disse à **Agência Brasil** que frequentemente “a vontade política é menor do que a necessidade”. “O conceito machista e patriarcal impregnado em todo o nosso país faz com que isso [rede de atendimento] ainda não seja uma prioridade em muitos municípios brasileiros. Na maioria das vezes, os prefeitos não acham que é uma questão importante.”

Para Lourdes Bandeira, ex-secretária-executiva da SPM, o combate à violência contra a mulher não é prioridade quando o assunto é destinação de recursos. “Eu fui secretária durante anos na SPM e posso falar porque conheço. Nós tínhamos um ministério que se propõe a fazer uma política extremamente complexa, para 52% da população brasileira, mas não tem reconhecimento na esfera federal, do ponto de vista da importância das políticas públicas. Portanto, os recursos são menores”, diagnostica. “Esse descaso vem de uma cultura sexista e misógina, porque há uma predominância masculina nos postos de comando e de tomada de decisão. A secretaria tem propostas excelentes, mas não consegue executar porque não tem recursos.”

Só punir resolve?

Mas, afinal, por que as mulheres continuam sendo agredidas e mortas no Brasil, embora, nos últimos anos, a legislação de combate à violência de gênero tenha avançado e até endurecido as penas aos agressores – como é o caso da Lei do Feminicídio? Para Ana Rita de Souza Prata, do Nudem, o nó central é que o Estado operacionaliza a legislação pelo viés da punição, sem priorizar os demais aspectos que poderiam de fato contribuir para suprimir a violência contra a mulher. “Não acho que política criminal sirva para tapar buraco de políticas de prevenção. Estamos indo por um caminho errado. Essa é uma reflexão que tem sido feita em todo o movimento feminista, que ajudou na criação da lei e lutou muito para conseguir a Maria da Penha. Hoje o movimento discute que a única parte da lei que se aplica de fato é a da punição; discute o quanto o Estado acabou usando o movimento de alguma forma para aplicar uma política punitivista característica do próprio Estado”, afirma.

Uma característica que não se restringe à legislação de proteção à mulher, como explica Maria Lúcia Karam, juíza aposentada do Rio de Janeiro, para quem as leis penais falham sistematicamente na prevenção dos crimes que pretendem coibir. “O sistema penal chega atrasado. A ideia é impor uma pena a quem já cometeu um crime – ele chega depois. Impõe mais sofrimento, soma novos danos àqueles já causados pelas condutas criminosas. Essa opção pela punição é inútil e danosa”, defende. “Ninguém deixa de praticar uma conduta negativa por ameaça de consequência. As pessoas sempre esperam não ser descobertas. E como ‘prevenção especial’, que é agir sobre a pessoa que cometeu o crime, centrar na prisão demonstradamente não funciona, porque as pessoas que vão para a prisão saem ainda mais desadaptadas do convívio social. É uma ideia absurda pensar que vai educar alguém para viver em sociedade retirando da sociedade. Essas teorias se mostraram totalmente inviáveis”, questiona.



Além disso, aponta Maria Lúcia, muitas vezes o protagonismo da mulher é tolhido durante a denúncia e o processo contra o homem autor de violência. Exemplo disso é a decisão tomada pelo Supremo Tribunal Federal em fevereiro de 2012, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4.424, segundo a qual o Estado deve atuar nos casos enquadrados na Lei Maria da Penha ainda que a vítima não denuncie seu agressor formalmente ou retire a queixa. “É um absurdo que a aplicação da pena se faça contra a vontade da mulher agredida e a interpretação que se deu à Lei Maria da Penha, de que a ação penal pode correr sem a vontade da mulher. Muitas vezes há uma conciliação e o processo continua correndo. O que é uma loucura é a reafirmação de uma suposta inferioridade da mulher, porque em casos de agressão leve [não enquadrados na Maria da Penha], por exemplo, os agredidos têm a opção de interromper o andamento do processo”, considera Maria Lúcia.

Já Amelinha Teles faz ressalvas em relação aos movimentos abolicionistas que criticam a militância feminista pela defesa das leis. “[Violência de gênero] É um crime, uma violação dos direitos humanos das mulheres, e tem de ser punido. Chega de considerar que esse é um crime menor; é tão grande quanto os outros. O que temos na nossa Justiça é que a propriedade e o patrimônio têm valor, e o ser humano, não. Toda a punição precisa ser do tamanho que a sociedade dá àquele crime. Quando é violência contra a mulher, aí se banaliza”, observa.

O protagonismo como alternativa

“Toda vez que trabalhamos com essa questão da violência, o que mais nos fica claro é: quando a mulher é acolhida pela rede de proteção, torna-se um sujeito a ser tutelado”, explica a psicóloga Fernanda Laender, também presidente do Instituto Pilar, em São Paulo. “Essa mulher é reduzida a uma condição de que não é capaz de fazer escolhas. Então temos que dizer o que é melhor para ela. Isso é um processo de desempoderamento completo.”

O Instituto Pilar promove o Núcleo Comunitário Desabotoar de Justiça Restaurativa. “No núcleo, pensamos práticas que rompam com a punição como a única resposta naturalizada a situações de violência – se você me bate, está dado que vou te bater de volta, não importa qual seja a situação.”

“A Justiça Restaurativa está pautada em processos que possibilitam um reconhecimento do ato de violência, a responsabilização, e não a culpabilização – isso faz uma diferença enorme porque a culpa é algo que vem de fora para dentro, e a possibilidade de alguém se responsabilizar pelo que fez é algo que vem de dentro para fora, não é escudada. E a reparação de danos, que pode ser material, mas que é sobretudo simbólica do quanto os laços e as relações afetivas foram desgastados e esgarçados a partir da violência. Há uma reparação importante ligada à possibilidade da transformação dos vínculos”, descreve Fernanda. “Na prática, tentamos fazer com que as pessoas troquem um pouco de cadeiras, algo que vai diretamente na contramão do sentimento de vingança.”

Em 2002, o Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas (ONU) emitiu a [Resolução 2002/12](#), que estabelece “os princípios básicos para a utilização de programas de Justiça Restaurativa em matéria criminal”, bem como encoraja seus Estados membros a implementá-los. Segundo o documento, “processo restaurativo significa qualquer processo no qual a vítima e o ofensor, e, quando apropriado, quaisquer outros indivíduos ou membros da comunidade afetados por um crime, participam ativamente na resolução das questões oriundas do crime, geralmente com a ajuda de um facilitador”.

No Brasil, a prática da Justiça Restaurativa é incentivada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que firmou com a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), em 2014, o **Protocolo de Cooperação para a Difusão da Justiça Restaurativa**. Segundo o CNJ, a iniciativa cumpre as determinações da **Resolução CNJ nº 125**, de 2010, “que estimula a busca por soluções extrajudiciais para os conflitos”. O protocolo defende a adoção de práticas restaurativas, sobretudo, em casos que incluem crianças e adolescentes.

Basicamente, tais práticas consistem em colocar no mesmo ambiente a vítima, o ofensor e, quando necessário, outras pessoas ou integrantes da comunidade afetados pelo crime. A mediação fica por conta dos chamados facilitadores, que não necessariamente possuem formação jurídica. Os círculos são promovidos somente após as partes envolvidas no conflito concordarem em participar.

Segundo Fernanda Laender, por causa do protocolo firmado entre o CNJ e a AMB, alguns juízes já recomendam as práticas restaurativas em conflitos cujos autores são crianças ou adolescentes. Mas, em crimes praticados por adultos, como ocorre em relação à violência de gênero, isso não ocorre. A realização dos círculos restaurativos nessas situações depende de atores não ligados ao Poder Judiciário. “No Núcleo, uma das coisas que desenvolvemos são formações, por exemplo, para pessoas que atuam na rede de proteção, seja atendendo homens ou mulheres. Essas pessoas vão se aproximando da história, e aí surge uma possibilidade de trabalhar aquele conflito via práticas restaurativas.”

Uma das principais funções da Justiça Restaurativa é fazer com que as partes envolvidas se apoderem novamente de suas histórias, das quais são afastadas no decorrer dos trâmites intrínsecos ao sistema judiciário. “Um homem autor de violência não vai responder para a mulher que agrediu, mas para o Estado. Nessa lógica, não há possibilidade de um homem punido se responsabilizar pelo que fez, porque ele não lida com a vítima, só com o Estado. E o Estado é uma instituição sem face”, assinala. “Ele vai preso sem entender o que fez, continua reproduzindo a violência e, se passa pelo sistema penal, é muito mais difícil, porque lá dentro precisa sobreviver, não tem tempo para pensar no que cometeu.”

A responsabilização, acrescenta a psicóloga, é outro aspecto fundamental do processo. “O que a gente tenta fazer é encontrar um lugar para essas mulheres onde possam, primeiro, ser reconhecidas como vítimas – e, sendo vítimas, poderem reconhecer o que faz parte de sua história, que tipo de relação construíram ao longo dos anos com seu agressor, que marcas tem essa violência e, de alguma maneira, qual a sua responsabilidade nesse cenário. Claro que a violência não pode ser relativizada, mas há uma responsabilidade pela relação, aquilo que foi sendo construído, a forma com a qual ela olha para esse homem e com que esse homem olha para ela.”

Mais que alternativa, prevenção

Além de determinar a construção de uma rede de proteção à vítima, a Lei Maria da Penha estabelece, em seu artigo 35, a criação de “centros de educação e de reabilitação” para os homens autores de violência.

Um desses serviços, o único da cidade de São Paulo, funciona na ONG **Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde**, na zona oeste da capital. Lá, atualmente, estão em andamento duas turmas de homens. Os encontros são quinzenais, ocorrem nas noites de segunda-feira, sempre por duas horas, e são coordenados por uma equipe de três psicólogos. A entrada de mulheres é proibida.

Os homens que chegam ao grupo reflexivo vêm por determinação judicial e precisam frequentar ao menos 16 reuniões. A maioria deles fez ameaças ou cometeu lesões leves em mulheres com quem mantêm ou mantinham laços afetivos. Alguns chegam a ficar presos provisoriamente antes de desembarcar na sala lotada de cadeiras nos fundos da sede da ONG, **como relata o repórter [Ciro Barros](#), que acompanhou o curso em três ocasiões diferentes (leia aqui)**.

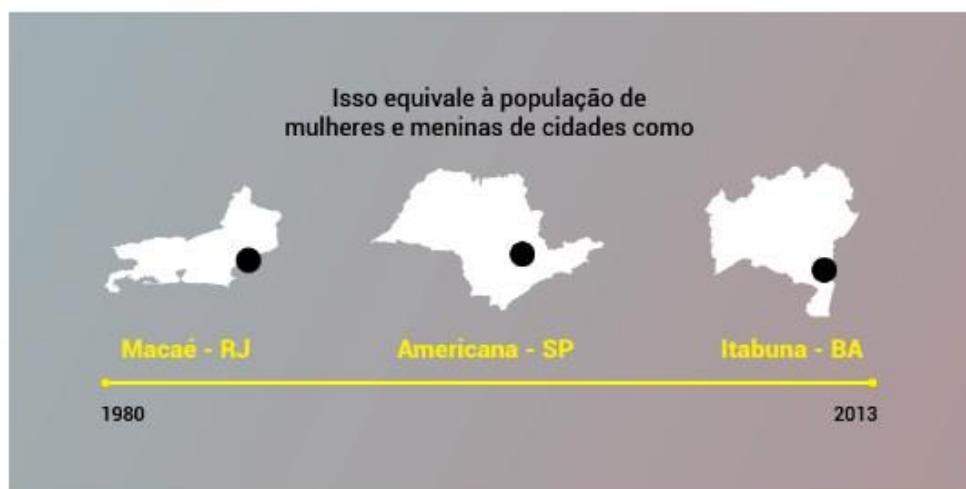
Um dos coordenadores, Leandro Feitosa, professor da PUC-SP e da FMU, conta que ele e seus colegas trabalham ali por “militância”, já que o projeto não conta com financiamento público. Em seus sete anos de existência – começou a operar no Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde em 2009 –, nunca foi contemplado sequer em um edital, embora desempenhe atividade prevista por lei.

No país todo, aliás, são poucas as iniciativas como essa: conforme as contas de Feitosa, há apenas três grupos nesses moldes que conseguiram se manter ao longo dos anos, sem interromper sua operação. Além da ONG paulistana, ele cita os institutos Albam, em Belo Horizonte, e Noos, no Rio de Janeiro – este último, entretanto, não está realizando o curso neste semestre. A **Pública** questionou a SPM sobre a informação, mas não obteve resposta até o fechamento desta reportagem.

Segundo Feitosa, há três estágios diferentes no processo de trabalho com homens autuados pela Lei Maria da Penha. “O primeiro é de negação: eles chegam falando que foram injustiçados, que não fizeram nada, que não sabem por que estão aqui e que não são culpados de nada. Em um segundo momento, quando começam a participar do grupo, conviver com outros homens e ouvir suas versões, o que acontece é que assumem a responsabilidade, dizem ‘sei o que fiz, a culpa é minha, entendo meu papel’ – aí está a questão de responsabilização, mas em um plano ainda meio individualizado, que não é o melhor estágio para nós”, explica. “O terceiro momento, o mais desejado, que às vezes se atinge e outras não, é quando eles entendem que são responsáveis por tudo o que aconteceu, mas que aprenderam desse jeito, que são parte de um coletivo de homens dentro de uma cultura, uma sociedade que funciona numa lógica patriarcal machista – ou seja, foram socializados, aprenderam a ser homens desse jeito.”

O psicólogo sistematizou sua experiência com os grupos reflexivos em um artigo, publicado no livro *Feminismos e masculinidades – Novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher*. “Da mesma forma que as mulheres precisaram (e ainda precisam) conhecer e se empoderar das determinações sócio-históricas que as levaram à desigualdade e à subordinação de gênero, os homens também precisam reconhecer e se empoderar das mesmas determinações sócio-históricas. Mas, ao contrário das mulheres, os homens precisam se desobrigar: da reprodução do sistema patriarcal/machista, marcado pela imposição da força física, psicológica e econômica; da adesão ideológica a pressupostos essencialistas e naturalizantes que reforçam e reproduzem a lógica da desigualdade; da subordinação como condição nas relações sociais e afetivas. Assim, os homens reconhecerão as contradições nas promessas do sistema patriarcal/machista, fadado, para a maioria dos homens, ao fracasso”, escreve.

Para o professor, a discussão dos padrões de masculinidade e o empoderamento feminino são dois lados da mesma moeda no combate à violência de gênero e na luta por uma sociedade menos desigual. Sem esse debate, a punição a homens autores de agressão é comparável ao ato de “enxugar gelo”. “Nenhum dos modelos punitivistas que estão aí resolveu o problema. Não defendo que se abra mão da punição, pois não é possível dar alternativas, por exemplo, a um homem que cometeu feminicídio. Ele tem que ser preso, mas deixá-lo lá achando que, após dez anos de pena, sairá melhor é ilusório”, pontua. “Quando sai, esse homem não vai hesitar em fazer a mesma coisa novamente, porque não tem nenhuma elaboração sobre o crime que cometeu. Em nenhum momento, ele se sentiu culpado por aquilo.”



A também psicóloga Paula Prates, uma das diretoras da ONG, escolheu os grupos reflexivos como objeto de estudo de sua **tese de doutorado** na Faculdade de Saúde Pública da USP. Entre setembro de 2009 e maio de 2010, ela analisou uma turma composta por sete homens de perfis bastante heterogêneos.

“Uma de minhas principais conclusões é que [com o curso] ficou mais complexa a análise que faziam das coisas, o reconhecimento da mulher como sujeito de direito, o machismo, pelo menos no plano das ideias”, relembra.

Como não podia participar fisicamente dos encontros, Paula os acompanhou por meio de gravações. Ao fim do curso, entrevistou individualmente cada um dos participantes. “O que eles me disseram é que, imediatamente após o término, o diálogo com as pessoas melhorou, que eles abriram um pouco seu repertório em questão de cidadania, que em seu próprio ambiente de trabalho, começaram a conversar com outros homens de outro jeito. A socialização masculina prega essa coisa individualista, e às vezes o homem vê algo e não reage, não faz nada, mas depois do grupo ele passa a interferir, dialogar”, constata.

No Rio Grande do Sul, é desenvolvida ideia semelhante à dos grupos reflexivos, com a diferença de que o alvo são homens já presos pela Lei Maria da Penha. A iniciativa integra o programa “Metendo a Colher”, do governo do estado, e ocorre, por enquanto, em uma única penitenciária – o Presídio Central de Porto Alegre (PCPA).

Neste momento, há cerca de 65 homens na galeria específica para a Lei Maria da Penha no PCPA. A psicóloga Fernanda Cunha, que trabalha no programa, relata que todos são presos preventivos, a maioria por descumprimento de medida preventiva.

O curso se estende por um mês, pois, segundo Fernanda, um levantamento realizado em 2014 indicou que o tempo de permanência médio dos homens naquela prisão é de duas a quatro semanas – “Uns ficam mais, outros, menos”, complementa. Ainda assim, alguns deles, ao serem condenados, já cumpriram a pena por causa da demora no processo. Quando sai a sentença, podem ser libertados. Os encontros acontecem uma vez por semana e também duram duas horas cada um.

“É um grupo de educação e responsabilização. Nós trabalhamos com enfoque na Lei Maria da Penha, em buscar que esses homens se responsabilizem pelos delitos que os levaram até ali”, diz Fernanda.

“Também discutimos as diferentes formas de violência, pois existe uma banalização da violência em nossa sociedade, e eles frequentemente não se dão conta de que a cometeram – em suas cabeças, violência é apenas física. É preciso que se deem conta de que existe a violência psicológica, moral e patrimonial.”

“O grupo é curto, mas conseguimos despertar neles um processo reflexivo. No final, notamos a reflexão quanto às questões de gênero, o papel da mulher e seus direitos dentro da própria relação. Eles chegam com o pensamento muito machista, de que o homem tem que sustentar a casa e a mulher não tem que trabalhar. Com o passar do tempo, vão revendo suas posições”, destaca.

A exemplo do que defende Leandro Feitosa, a profissional acredita que o programa é essencial para evitar que se passe “alguma tragédia” quando esses indivíduos deixam o cárcere. “Se o homem é preso, precisa passar por um acompanhamento, porque o aprisionamento só não funciona. O homem retornará às ruas, e, se não provocarmos nele alguma reflexão, o ciclo da violência será transferido a uma próxima companheira. A nossa ideia é a prevenção”, conclui. De fato, o programa parece trazer resultados: Fernanda assegura que, desde seu início, em 2013, nenhum dos homens atendidos reincidiu no mesmo crime.

É preciso tematizar a violência contra a mulher como um problema

“A violência contra as mulheres é uma questão muito ampla que não será resolvida com uma ou duas leis. Existe uma ideologia patriarcal que perpassa todas as instituições. A violência contra a mulher é fruto de uma estrutura social que vai sempre privilegiar o homem em detrimento dos direitos e da cidadania das mulheres. Portanto, para enfrentar esse problema, precisamos abrir um leque de possibilidades, e uma que eu diria ser fundamental é discutir gênero na educação.”

A fala de Amelinha Teles alude a um dispositivo em vigor há quase dez anos na Lei Maria da Penha: “o destaque, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, para os conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero e de raça ou etnia e ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher”. Embora há uma década essa seja uma diretriz da política pública de combate à violência de gênero, as poucas tentativas de implementá-la enfrentaram enorme resistência dos setores religiosos da sociedade.

Mais recentemente, a discussão voltou a ganhar força no primeiro semestre de 2014, quando a Câmara dos Deputados, por meio de uma comissão especial, iniciou a análise do Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelece metas para o campo a serem cumpridas em um período de dez anos.

Na ocasião, deputados da bancada religiosa se colocaram contra a inclusão da questão na matéria. De acordo com eles, o trecho que destacava a “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual” como diretriz do Plano estimulava a “ditadura gay”, e por isso acabou sendo eliminado do texto-base.

As disputas em torno do tema se intensificaram ainda mais desde que, em junho de 2014, foi instituído prazo de um ano para que municípios e estados aprovassem os próprios planos de educação. Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais têm sediado embates acirrados entre os grupos que rejeitam discutir igualdade de gênero e respeito à diversidade sexual no ambiente escolar e os que lutam para que isso aconteça.

A cientista política Flávia Biroli, professora da UnB e coordenadora da área temática de gênero da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), acredita que inserir o tema nos currículos escolares é um fator dos mais decisivos para que desde cedo seja possível desenvolver olhar crítico sobre os papéis sociais que cada indivíduo adota ao longo de sua vida. “Se nós enxergarmos a escola não como um lugar em que as pessoas passam anos para adquirir habilidades técnicas, mas sim onde se transformam em cidadãs e passam a entender melhor como funciona a sociedade, por que não falar dos papéis sociais que assumimos e de que modo estão relacionados a uma ou outra maneira de organizar as relações – inclusive, de maneira violenta?”, questiona.

“Colaborar para que as pessoas possam refletir sobre esses papéis é contribuir para desnaturalizar comportamentos que são a base da agressão, da violência, e é preciso tematizar a violência contra as mulheres – não só a sexual, mas simbólica e física, que fazem parte do cotidiano. Se a gente não tematizar, a gente não constrói como problema”, acrescenta.

Além disso, para a especialista, a ausência de debate, nas escolas, sobre as funções e comportamentos socialmente preestabelecidos e as relações de poder construídas entre eles restringe a perspectiva de transformação social dos estudantes. “Você retira da escola a possibilidade de haver, no processo de socialização das crianças, um conteúdo que as ajude a entender que são sujeitos no processo de construção social e que podem colaborar com a formação de uma sociedade em que a violência, a humilhação e as injustiças relacionadas aos papéis desempenhados por mulheres e homens sejam reduzidas.”

Só assim é possível mudar a realidade descrita pela artista plástica e integrante do “Fala Guerreira” Carolina Teixeira. “A fogueira está armada pra nós há muito tempo, as bruxas que já diziam”.

**O nome foi trocado a pedido da entrevistada*

Ilustrações por Carol Teixeira, infográficos por Bruno Fonseca e vídeo por José Cícero da Silva

Tags: [Lei do Feminicídio](#), [Lei Maria da Penha](#), [mulher](#), [mulheres negras](#), [violência contra mulher](#)

[Sobre Isso, Leia Também](#)

ANEXO C – Reportagem Bastidores do Poder

CURSO DE SEGURANÇA ENSINA PORTEIRO A PREVENIR ASSALTO • MORAR BEM

O GLOBO

IRINEU MARINHO (1876-1925)

RIO DE JANEIRO, DOMINGO, 20 DE JUNHO DE 2004 • ANO LXXIX • Nº 25.885 • www.oglobo.com.br

ROBERTO MARINHO (1904-2003)



Marco Antonio Cavalcanti

A CASA DO DEPUTADO Paulo Mello, um dos que registraram bom aumento de patrimônio em 6 anos

O espetáculo do crescimento

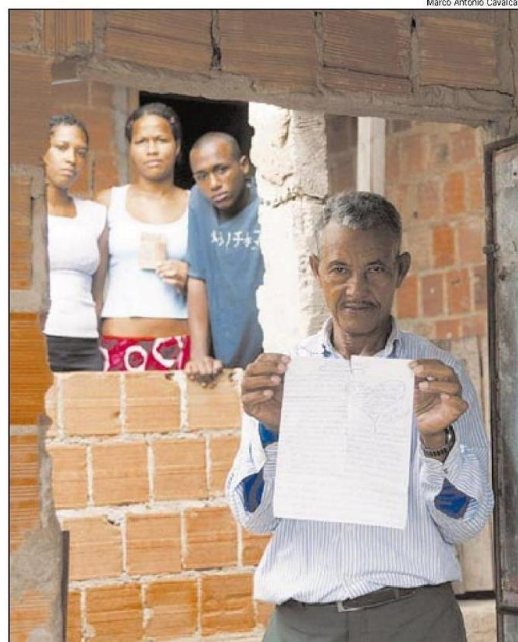
Patrimônio de deputados estaduais varia até 1.500% em 6 anos

• O espetáculo do crescimento já pode ser visto na contabilidade dos bens de deputados no Rio. Um levantamento inédito feito pelo GLOBO revela que 27 parlamentares da Assembleia Legislativa (Alerj) conseguiram aumentar em mais de 100% seu patrimônio, de 1996 a 2001, informam os repórteres ANGELINA NUNES, ALAN GRIPP, CARLA ROCHA, DIMMI AMORA, FLÁVIO PESSOA, LUIZ ERNESTO MAGALHÃES E MAÍÁ MENEZES. O GLOBO inicia hoje uma série de reportagens mostrando que a crise econômica passa longe dos representantes da Alerj. Com base em declara-

ções de renda apresentadas ao Tribunal Regional Eleitoral, a análise revela que 80% dos parlamentares tiveram crescimento nos bens. Um deles teve variação patrimonial de 1.500%. Dezesete deputados conseguiram uma proeza empresarial: superar todos os outros investimentos do mercado. O patrimônio que teve o maior crescimento nominal foi o do presidente da Alerj, Jorge Picciani (PMDB): R\$ 1,4 milhão — o equivalente a 278% acumulado no período. Os deputados justificaram a riqueza com atividades desvinculadas da política. **Páginas 22 a 25**

Mortos de Benfica foram presos por pequenos delitos

Maioria dos 20 identificados não tinha elo com o tráfico



Marco Antonio Cavalcanti

JOÃO PEREIRA exibe uma carta recebida do filho morto em Benfica, preso por estar armado num ônibus

SEGUNDO CADERNO

Estratégias para que o documentário faça sucesso

JORNAL DA FAMÍLIA

Como nora e sogra podem viver bem

REVISTA DA TV

O destino dos vilões

Mercado de trabalho põe mitos em xeque

Estudo mostra que mulheres e negros têm mais vagas e que o serviço público criou empregos

• A participação das mulheres, dos negros e dos agricultores no total de postos com carteira assinada cresceu e o setor público abriu um milhão de vagas entre 1992 e 2002. Os dados são parte de uma radiografia do emprego no Brasil, elaborada pe-

lo economista André Urani, do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (Iets), e questionam alguns mitos sobre o mercado nacional. O estudo, obtido por REGINA ALVAREZ, mostra ainda aumento do número de empresários no país. **Páginas 37 e 38**

ANCELMO GOIS

• Numa entrevista exclusiva à coluna, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fala do sessentão Chico Buarque. Diz que gosta de dançar "A banda" coladinho com dona Marisa e que no futebol "é mais clássico" que Chico.

• Na maior chacina ocorrida num presídio do estado, a da Casa de Custódia de Benfica, a grande maioria dos 20 mortos oficialmente identificados — de um total de 30 vítimas — estava presa acusada apenas de pequenos delitos, sem ligação com facções do tráfico, revela reportagem de ANTÔNIO WERNECK e GUSTAVO GOULART. Apenas dois eram acusados de homicídio, um deles sem qualquer prova. Levantamento feito pelo GLOBO com base nos registros da polícia, em processos judiciais e em depoimentos de parentes dos presos assassinados

mostra que 66% das 30 vítimas estavam no lugar errado e na hora errada. Durante duas semanas, os repórteres reconstituíram as histórias que levaram aqueles homens a serem confinados no barril de pólvora que explodiu na rebelião de 62 horas, mês passado. Entre os mortos, havia acusados de pequenos furtos como um par de tênis e uma placa de obra pública. O acesso às fichas criminais dos presos revela também que a polícia passou a classificar a facção criminosa deles de acordo com o local de moradia. **Páginas 31 e 32**

RIO

• **INVESTIMENTOS NO** mercado imobiliário e criação de gado estão entre as apostas de alguns deputados estaduais para multiplicar suas economias. Longe das crises econômicas, há casos de valorização de até 1000% do patrimônio. De 1996 a 2001, a renda média do trabalhador brasileiro sofreu uma queda de 8,7%.

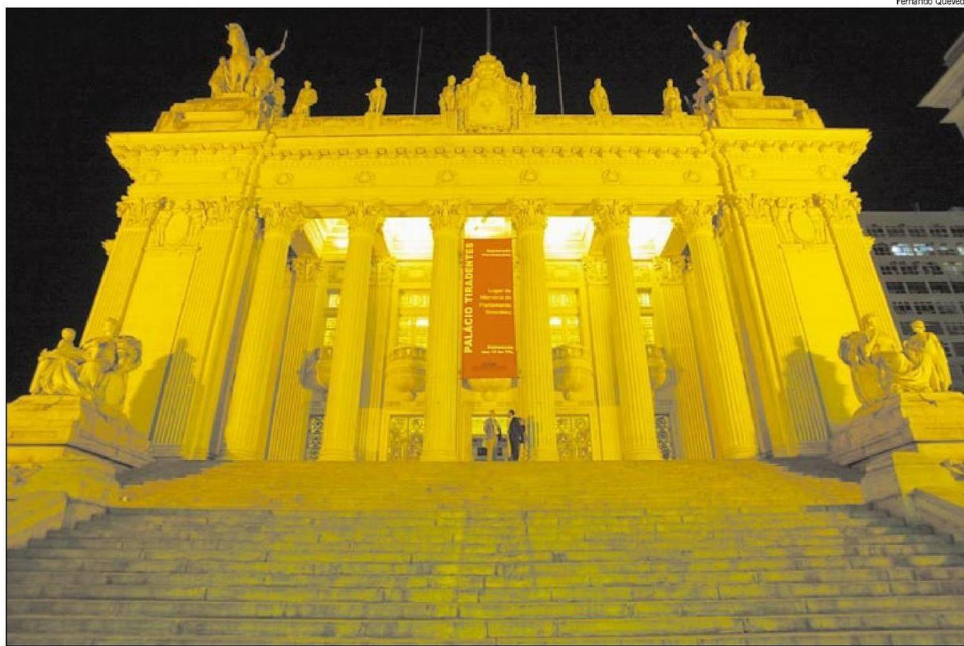


Ricardo Leoni/17-09-2003

BASTIDORES DO PODER

"Não podemos ter nada a esconder. Todos aqueles que ingressam na vida pública, ou pretendem ingressar, devem ter isso em mente"

MARCUS FAVER • PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL



Fernando Quevedo

O PALÁCIO Tiradentes, sede da Alerj: investindo em negócios como compra e venda de imóveis, comércio de gado e criação de cavalos de raça, deputados multiplicaram os seus bens

Os homens de bens da Alerj

Apesar da crise, 27 deputados tiveram aumento de mais de 100% no patrimônio em 6 anos

Um levantamento inédito revela que 27 deputados do Rio aumentaram em mais de 100% seu patrimônio, de 1996 a 2001. A análise mostra que quase 80% dos parlamentares, que forneceram ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE) pelo menos duas declarações de renda no período, tiveram algum crescimento nos bens, provando que, além de bons de voto, muitos são empresários bem-sucedidos. Dezesete deputados — declarando ou não atividades empresariais — conseguiram a façanha de superar todos os outros investimentos do mercado no mesmo período. O levantamento faz parte de uma série de reportagens, iniciada hoje no GLOBO, que revela que a crise econômica dos últimos anos passou longe do principal endereço político do Rio: o Palácio Tiradentes, sede da Assembleia Legislativa.

A pesquisa partiu de uma base de dados públicos fornecidos oficialmente pelo TRE, que recebeu dos próprios deputados documentos oficiais da Receita Federal ou declarações por escrito de seus bens. A análise compreendeu 70 dos 113 deputados que ocuparam uma cadeira no Legislativo no período. Dezenove (candidatos apenas uma vez) só tinham uma declaração arquivada, nove afirmam não ter patrimônio e outros quatro não atribuíram valores aos bens declarados.

No período analisado com a ajuda de especialistas econômicos, um seleto grupo de oito deputados atingiu a casa do milhão de reais. E mais: três tiveram um aumento percentual no patrimônio superior a 1.000%. Líder do PMDB e um dos homens mais influentes do parlamento fluminense, o deputado Paulo Melo diz que o ingresso na política pesou a seu favor: — O fato de ser notório lhe dá credibilidade. O cara tem confiança em você. Ser deputado virou uma profissão. É como se fosse título nobre, dá prestígio. Tenho consciência de

que sou um bom deputado. Mas eu sou um empresário bem-sucedido. Os deputados apostaram em atividades empresariais que deram certo: desde compra e venda de imóveis em Saquarema até comércio de gado melhorado geneticamente, passando pela criação de cavalos de raça.

Da venda de imóveis a sêmen de boi

• O presidente da Alerj, Jorge Picciani (PMDB), por exemplo, faturou num único dia, no ano passado, R\$ 938 mil com a venda de embriões e sêmen bovino no leilão Ópera & Bilara, no Copacabana Palace.

— As rendas principais do deputado Picciani não guardam relação com sua atividade política. Ele é um empresário de sucesso na área de agropecuária — disse o advogado Sérgio

Mazzilo que, na sexta-feira passada, apresentou documentos sobre o crescimento patrimonial de seu cliente.

Entre 1996 e 2001, período compreendido pelo levantamento, o Brasil atravessou crises financeiras. Segundo o IBGE, a renda média do trabalhador caiu 8,7%. Os 5% mais ricos tiveram queda ainda maior: 9,9%. O Produto Interno Bruto (PIB) teve um crescimento ínfimo, pouco mais de 10%, devido ao fraco desempenho do setor produtivo, área onde os deputados alegam ter ganhado dinheiro.

O setor da economia que conseguiu os maiores rendimentos foi a área financeira. Quem investiu nos CDBs, que são remunerados com base nos juros do governo, teve ganhos de 175%. O valor das ações da Petrobras, consideradas um dos melhores negócios do período, cresceu 218%. Dezesete parlamentares, de acordo com o levantamento, conseguiram rentabilidade supe-

rior a todos esses investimentos.

Marco Gazel, consultor de uma empresa de São Paulo, afirma que um investimento é considerado bom quando consegue render de 10% a 12% acima da inflação. Segundo ele, a partir desse patamar, os negócios são de grande risco, como no mercado de ações, ou provavelmente ilegais.

— Acontece de uma ação crescer 500% num curto período, por exemplo. Geralmente, ninguém coloca tudo numa ação só, porque o risco de perder tudo também é muito grande. Normalmente, ganho real de 15% já é um excelente negócio — disse Gazel.

A série de reportagens mostrará, ao longo desta semana, que há casos de deputados que afirmam não ter bens, mas desfrutam de alto padrão de vida. Também mostrará que há políticos que usam o poder financeiro em práticas clientelistas e que criaram máquinas de campanha com centros sociais e frotas de veículos. ■

Um tempo em que político andava de bonde

• Nos tempos do Império, os políticos já eram ricos quando chegavam ao poder e não recebiam salários. A legislação do século 19 exigia que deputados e senadores tivessem rendas mínimas de 400 mil réis e 800 mil réis anuais, respectivamente. Também os eleitores deviam ter uma renda anual de 200 mil réis — apenas 1% da população.

— O que eles queriam era ter acesso ao poder — conta a historiadora Marly Silva da Motta, do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas. A Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, abriu o caminho para a adoção de novos critérios para a seleção dos deputados. Ainda não votavam mulheres, analfabetos, mendigos e soldados alistados. Na época, os parlamentares começaram a receber salários: — Mas não havia tantas mordomias como hoje. Os políticos seguíam para o trabalho de bonde — acrescenta o historiador Milton Teixeira.

A origem da Alerj é a Assembleia Legislativa da Guanabara, criada em 1960 com a transferência da capital para Brasília. Nos primeiros anos, tinha apenas 21 deputados. Além do Palácio Tiradentes, já funcionou no Palácio Pedro Ernesto, atual sede da Câmara de Vereadores do Rio.

Lei garante acesso a declarações de renda

No momento em que se candidatam, políticos perdem direito ao sigilo

• Obrigados pela lei eleitoral a entregar à Justiça as declarações de renda e bens no ato do registro das candidaturas, os políticos perdem o direito ao sigilo fiscal garantido aos demais contribuintes. A afirmação é do presidente do Tribunal Regional Eleitoral, Marcus Faver. Segundo ele, a documentação torna-se pública e pode ser consultada por qualquer eleitor, principalmente a que contém os ganhos na vida privada.

— Todos os anos, entrego uma cópia da minha declaração de renda no tribunal. Não podemos ter nada a esconder. Todos aqueles que ingressam na vida pública devem ter isso em mente — diz Faver.

Segundo ele, o candidato deve estar consciente de que sua vida vai estar exposta e de que a declaração deve ser fiel à realidade. Além das declarações de bens, os políticos são obrigados a fornecer a prestação de contas da campanha.

Sérgio Mazzilo, advogado do presidente da Alerj,

deputado Jorge Picciani (PMDB), afirma que é contra a divulgação das declarações:

— Nós consideramos uma violação da privacidade dele (de Picciani), da imagem e do nome dele. Nós vamos reagir como de costume (processo judicial). O presidente do TSE, ministro Nelson Jobim, em declaração publicada pelo site "Controle Público", defende a divulgação das declarações: "No momento em que o cidadão, via seu respectivo partido, resolve disputar um cargo público, não há mais privacidade sobre seus bens. O sentido da lei ao exigir a apresentação da declaração de bens do candidato é dar transparência e visibilidade a essa informação".

Um dos deputados incluídos no levantamento do GLOBO, Eider Dantas (PFL) defende a divulgação:

— Desde 1982, exerceo cargos públicos e sempre fiz questão de manter abertas as informações sobre a variação do meu patrimônio.

• **AS IRMÃS DO** deputado Paulo Melo (PMDB), Fátima (à esquerda) e Maria de Nazaré, no terreno onde moravam na infância: — Minha mãe só ganhou casa após ele (Paulo Melo) se tornar deputado. Fomos expulsos da primeira casa e saímos da segunda para morar em uma meia-água. Dormíamos no chão. Quando chovia, a casa enchia — conta Maria do Nazaré, de 50 anos.



Marco Antônio Cavalcanti

BASTIDORES DO PODER

"Nunca escondi minha casa. As pessoas em Saquarema acompanham a minha vida e sabem como construí meu patrimônio"

PAULO MELO • DEPUTADO ESTADUAL

Sócios do seleteo clube do milhão

Relação de bens mostra o aumento do patrimônio

• Em 1996, o então deputado estadual André Luiz Lopes da Silva (PMDB) tinha um patrimônio declarado de R\$ 146 mil. Seis anos depois, sua declaração de renda registrava R\$ 1,2 milhão, um aumento de 735%. André está no grupo dos parlamentares que atingiram a casa de R\$ 1 milhão, durante o período analisado. Ainda fazem parte dessa lista o presidente da Alerj, Jorge Picciani (PMDB), Paulo Melo (PMDB), Eider Dantas (PFL), Aparecida Gama (PMDB), Alice Tamborindeguy (PSDB), José Godinho Sivuca (PP), atualmente sem mandato, e André Ceciliano (PT), atual prefeito de Paracambi.

O sucesso de André Luiz se traduz no número de imóveis que ele adquiriu nesses anos com a mulher Eliana Ribeiro, ex-vereadora e atual deputada da bancada peemedebista. Segundo sua declaração de 2001, ele comprou um imóvel em Bangu por R\$ 350 mil e três

apartamentos em Guarapari, no Espírito Santo, sendo um deles uma cobertura de R\$ 150 mil na Praia do Morro.

Exponente político da Baixada Fluminense, André Ceciliano não fez tantos investimentos em imóveis, mas diversificou sua atuação no mercado financeiro, garantindo sua vaga de milionário do Legislativo.

Nas declarações analisadas, dois deputados peemedebistas do clube do milhão, Jorge Picciani e Paulo Melo — que em 2001 chegaram respectivamente a patrimônios de R\$ 2 milhões e R\$ 1,2 milhão — negociam entre si. Em 2001, Jorge Picciani vendeu um ônibus por R\$ 2.375 para Paulo Melo. O líder do PMDB não registrou em sua declaração a compra e, procurado pelo jornal, informou que o ônibus foi doado ao seu centro social. O deputado já foi investigado pela Receita Federal há dois anos e recebeu multa de R\$ 39.200 porque foi encontrada uma diferença de lan-

çamento após a venda de um imóvel. Ele parcelou a dívida.

De uma família rica, a deputada Alice Tamborindeguy continua a prosperar. Em 1996, ela tinha R\$ 448 mil. Em 2001, bateu R\$ 1,3 milhão. Na sua mais recente relação de bens, a deputada incorporou mais dois apartamentos, em ruas valorizadas de Ipanema.

A compra de um apartamento em São Conrado, declarado por R\$ 600 mil, também fez crescer o patrimônio de Aparecida Gama. De 1996, quando ela tinha R\$ 206 mil, seus bens cresceram para pouco mais de R\$ 1 milhão em 2001.

O ex-deputado José Godinho Sivuca alavancou suas finanças para o patamar de R\$ 1 milhão (em 1996, ele tinha R\$ 173,8 mil), o que pode ser constatado através de depósitos e investimentos bancários. ■

• **PRESIDENTE DA ALEJ** VEVE AUMENTO DE 278% NO PATRIMÔNIO na página 24



Marco Antônio Cavalcanti

O CENTRO social mantido pelo deputado Paulo Melo em Saquarema. Ele pretende doá-lo à prefeitura

Da casinha de sapê à mansão

Ex-vendedor de cocadas já tinha R\$ 1,2 milhão em 2001

• Um patrimônio declarado em 2001 de R\$ 1.275.527,54 separa o deputado Paulo Melo (PMDB) do vendedor de cocadas que, aos 16 anos, deixou a família, em Saquarema, a bordo de uma Kombi da prefeitura para se aventurar em um até então desconhecido Rio de Janeiro. A lembrança continua estampada na memória do parlamentar: foi para o bairro em que nasceu, agora chamado de Porto Novo, que ele voltou, depois de fazer dinheiro na capital. Os lotes que comprou em janeiro de 1999 por R\$ 8 mil se transformaram em uma suntuosa mansão, no coração de um bairro humilde do município.

Nesse mesmo lugar, há 40 anos havia apenas uma casinha de sapê, que abrigou os dez irmãos, os pais e o próprio deputado.

Eram tempos difíceis e relembrados com tristeza por Maria do Nazaré e Fátima, irmãs de Paulo Melo. Elas contam que o irmão sobreviveu os primeiros anos no Rio como engraxate e chegou a morar na rua.

O presente é diferente. Segundo a última declaração de bens entregue ao TRE eram 23 imóveis — sete a mais do que os listados no documento apresentado em 1997.

Na Alerj, Melo começou a se projetar ao assumir o cargo de líder do governo Marcello Alencar (1995-1998). Hoje, além de ser um dos recordistas na apresentação de projetos, é fiel aliado da governadora Rosinha Mathus. Participa de todas as CPs que apuram denúncias contra o estado. E tem assento em 27 das 29 comissões — um recorde.



REDE RENAULT

Toda a linha Renault com itens grátis. Aproveite!

Taxa **0%** Ent. + 12x para a linha Renault.



Clio Sedan

O Boticário

• Direção hidráulica • Ar-condicionado • Vidros elétricos • Maior porta-malas da categoria • Travas elétricas • Air bag duplo • Espelho no pára-cho do motorista • Bancos em tecido especial • Volante regulável em altura

Motor 1.0 16V 04/05 **33.470*** Motor 1.6 16V 110 cv 04/05 **35.790***
* Preço com frete e impostos. Pintura metálica inclusa e IPVA grátis.

Clio AUTHENTIQUE
1.0 8V 2P 04/04

• Ar quente • Desembaçador do vidro traseiro • Barras de proteção lateral • Vidros verdes • Faróis com duplo refletor óptico • Pára-choques na cor do carroceria

21.490*
* Preço com frete e impostos. Frete incluso.

Grátis: travas e vidros elétricos.

Scenic AUTHENTIQUE
1.6 16V 04/04

• Air bag duplo • Ar-condicionado • Direção hidráulica • Travas e vidros elétricos • Sistema CAR — travamento automático das portas aos 8 km/h

44.800*
* Preço com frete e impostos.

Grátis: CD player com comando satélite.



fabricados no Brasil.



As Concessionárias Renault estão de portas abertas com vantagens, ofertas e prêmios. É ganhar ou ganhar.

3 Renault Clio Sedan O Boticário® por sorteio! Todos podem participar!

Para concorrer ao novo Clio Sedan O Boticário, você só precisa ir a uma Concessionária Renault e preencher um cupom. Você não precisa adquirir nenhum produto para participar (mas vai ser difícil resistir a tantas ofertas e vantagens).

Veja no site www.renaultganhou.com.br outras ofertas dessa superpromoção.



Rede Renault. Mais de 160 Concessionárias no Brasil.

• **A MODESTA CASA** em Mariópolis, subúrbio do Rio, faz parte do passado do presidente da Alerj, Jorge Picciani (PMDB). Em sua quarta legislatura, ele tem atualmente como principal fonte de renda a atividade rural, com quatro fazendas nos estados do Rio e Mato Grosso. Ele atua no mercado de venda de sêmen e embriões de animais.



Zeca Fonseca/30.04.1999



A CASA DO deputado Jorge Picciani, no Condomínio das Mansões, na Barra: ele pagou R\$ 185.500 de imposto de renda no ano passado

Um rei do gado com aumento de 278% em seu patrimônio

Jorge Picciani tem 4 fazendas nos estados do Rio e de Mato Grosso do Sul

• O patrimônio que teve o maior crescimento nominal entre 1996 e 2001 foi o do presidente da Assembleia Legislativa, Jorge Picciani (PMDB): R\$ 1,4 milhão — o equivalente a 278% acumulado no período. Menino pobre, nascido e criado num subúrbio do Rio, Picciani, de acordo com a última declaração de renda arquivada no TRE, era dono em 2001 de quatro fazendas no Rio e em Mato Grosso do Sul, na Região Centro-Oeste, que tiveram naquele ano uma receita bruta de R\$ 627.900.

A principal fonte de renda de Picciani já é a atividade rural, que ele afirma exercer há 20 anos, antes de ter início a sua carreira no Legislativo. Além da venda de gado e do salário de deputado, Picciani informa ter rendimentos do Tribunal de Contas do Estado (TCE), onde trabalha sua mulher, com quem faz declaração conjunta. Em 2001, o TCE pagou um total de R\$ 67.400.

Mais de R\$ 5 milhões em vendas em 2003

Os negócios crescem imunes a crises. Embora não tenha permitido a divulgação dos dados completos da declaração de renda referente ao ano base de 2003, Picciani autorizou que fosse exibida a folha em que aparecem rendimentos de R\$ 866.600 e também o pagamento de R\$ 185.500 de imposto de renda no ano passado.

De alguns anos para cá, Picciani começou a explorar um filão de mercado de venda de

sêmen e embriões de animais, que cresce estimulado por novas tecnologias de melhoramento genético do gado. O presidente da Alerj já desfruta como uma personalidade no ramo. Só em 2003, Picciani registra a participação em mais de 50 leilões de bovinos em todo o país, que movimentaram em vendas (muitas parceladas) R\$ 5,3 milhões. Só este ano já foram quase 30 leilões que totalizaram vendas de R\$ 2,9 milhões.

— Só com a raspagem do

útero de uma vaca de alto padrão ele ganhou R\$ 500 mil — afirma um de seus assessores.

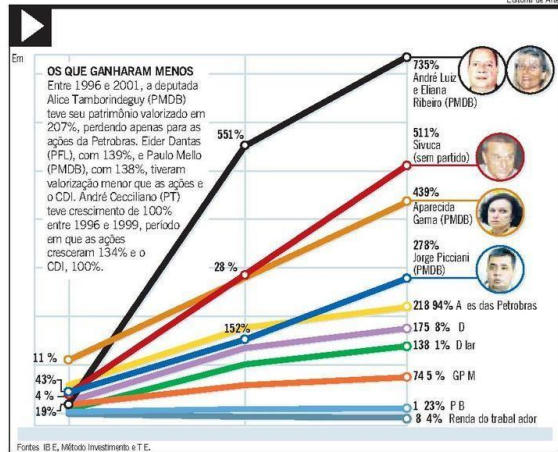
Formado em ciências contábeis, Picciani está na quarta legislatura. A realidade hoje é bem diferente da infância pobre quando a mãe do deputado ajudava a sustentar a família vendendo doces na porta de escolas no subúrbio de Mariópolis. Hoje, ele mora no Condomínio das Mansões, na Barra.

Na última edição da revista especializada "Nelore", Picciani aparece no ranking como o

maior produtor de gado Nelore padrão no Estado do Rio.

Embora conte com ajuda dos filhos, o presidente da Alerj não deixa de comparecer aos eventos principais e de visitar suas muitas fazendas, conciliando esta rotina com a atividade legislativa. Em outra edição da mesma revista, por exemplo, Picciani aparece, ao lado da mulher, num leilão que aconteceu no luxuoso condomínio Portobello, em Angra dos Reis, quando leilou a noite como o maior vendedor faturando R\$ 382.200. ■

Edição de Arte



Lucros com a criação de cavalos

Eider Dantas declara os ganhos auferidos com os seus mangas-largas

• Como sugere o nome de sua fazenda em Itaguaí, o deputado Eider Dantas (PFL) bebeu numa fonte (muito) boa quando decidiu investir em cavalos de raça. Os 320 hectares de terra da Fazenda Igatu — água boa na língua tupi — têm dimensão majestosa ao domínio que se especializou na criação de cavalos mangas-largas marchador. De carro, são dois quilômetros da porteira à sede da fazenda. Na entrada, ficam as baías com cavalos que valem no mínimo R\$ 5 mil. Pelo caminho, gado de raça. São cerca de 30 cavalos na

Fazenda Igatu, que já teve um número maior de animais e é muito conhecida entre os moradores do local, embora seu acesso seja relativamente difícil através de uma estrada de terra. A sede, que só pode ser vista ao se chegar ao interior da propriedade, tem piscina e fica numa área gramada muito bonita, cercada por montanhas verdes. Mas, desde que adquiriu terras em Baependi, em Minas Gerais, o deputado já transferiu para lá mais de 80 mangas-largas, segundo o tradutor dos animais, Carlinhos. — Os mais bonitos já foram

para lá. Mas aqui ainda temos alguns como esta potrinha e o Magneto Tabatinga, que é um ganhão muito famoso — disse o funcionário.

Embora o filho de Eider seja diretor da Associação dos Criadores de Cavalos Mangas-largas Marchador do Estado do Rio de Janeiro, o deputado é quem costuma apresentar os animais do Haras Igatu em exposições que acontecem em todo o país. Em junho do ano passado, por exemplo, durante exposição em Rio Bonito, Eider saiu vitorioso com menção honrosa para sua potranca

Realiza Igatu. Outra potranca, Cruzília Igatu, também saiu premiada.

Em sua prestação de contas com o leão em 2002, referente ao ano de 2001, Eider dá um quadro de seus investimentos no mercado de animais de raça: declara 60 bois girolanda, 330 vacas e bezerras, 18 cavalos e 153 éguas da raça manga-larga. Um patrimônio, que em 1996 era de R\$ 729.900 sobe no decorrer desses seis anos, chegando a R\$ 1,7 milhão em 2001. O crescimento percentual no período analisado é de 139%. ■

BASTIDORES DO PODER

"Não tinha despesa, vivia na casa do meu filho. Agora não tenho mais nenhum tostão, perdi tudo na separação"

SÍVICA • ATUALMENTE SEM PARTIDO

Políticos explicam origem dos bens

Crescimento é justificado com recebimento de heranças, rendas e negócios lucrativos

• Negócios lucrativos, rendas bem administradas e heranças familiares. Os deputados que superaram, em 2001, a casa do R\$ 1 milhão justificaram os seus bens com atividades e fatos ocorridos fora da vida política. Dono do maior patrimônio entre os parlamentares, o presidente da Alerj, Jorge Picciani (PMDB), diz que sua principal fonte de renda há 20 anos é a atividade rural, criando gado e, recentemente, vendendo

embriões e sêmen geneticamente melhorados.

— As rendas principais do deputado Picciani não guardam relação com sua atividade política. Ele é um empresário na área de agropecuária, de sucesso, auferindo legitimamente e regularmente seus rendimentos lá — afirma o advogado do deputado, Sérgio Mazzillo.

Líder do PMDB, Paulo Melo diz que, antes de iniciar sua carreira política, já era um empresário bem-sucedido. — Eu tenho orgulho de ser deputado. Não há conflito de interesse em ser político e empresário. E não me sinto incomodado com nenhuma pergunta. As pessoas em Siqueira acompanham a minha vida e sabem como eu construí meu patrimônio.

O peemedebista, que já foi engraxate no Rio, hoje investe no ramo imobiliário. Apesar de ter 23 imóveis declarados em 2001, ele mora de aluguel no Rio, usufruindo do auxílio-moradia da Alerj e garante que ainda completa a despesa com R\$ 900.

Atualmente deputado federal, André Luiz (PMDB) diz ter 500 cabeças de gado em uma fazenda no Noroeste de Minas Gerais e a atua em outro ramo empresarial: a promoção de eventos. Ligado à diretoria da escola de samba Mocidade Independente de Padre Miguel, André Luiz é sócio da Eliana Ribeiro Promoções Ltda, que leva o nome de sua mulher, atualmente deputada estadual. A firma promove micaretas e shows, principalmente, na Zona Oeste.

— Hoje, tenho seis trios elétricos e oito carros de som. Minha estrutura é imbatível, não tem para ninguém. Hoje posso botar 20 mil, 30 mil pessoas nas ruas — garante ele.

Já a deputada Aparecida Gama atribuiu os bens que conquistou à boa administração financeira de sua renda. Ela é dona de uma creche em Bonassuco e, além do salário de deputada, ganha os vencimentos de funcionária pública aposentada.

— Sempre trabalhei muito, quem me conhece sabe disso. Não sou pessoa de gastar, de ir a festas, de ficar tomando chopinho. É o meu jeito de viver. Minha declaração está toda di-reitinha, nunca tive problemas com o Imposto de Renda.

O deputado Eider Dantas (PFL), ex-secretário municipal de Obras, diz que investe há cerca de 20 anos na criação de cavalos manga-larga marchador. Dono de uma fazenda em Itaguaí, ele se diz um dos maiores criadores do estado.

"Tenho seis trios elétricos e oito carros de som. Minha estrutura é imbatível, não tem para ninguém"

ANDRÉ LUIZ (PMDB)

"Sempre trabalhei muito. Não sou pessoa de gastar, de ir a festas, de ficar tomando chopinho"

APARECIDA GAMA (PMDB)

"No meu caso, tem muita coisa que foi passada para mim por usufruto"

ALICE TAMBORINDEGUY (PSDB)

• OS DEPUTADOS recebem 15 salários de R\$ 9.540, carro e podem nomear 20 assessores com salários de R\$ 1.900 a R\$ 3.900. Há outros benefícios mensais indiretos como cota de três mil selos; auxílio-moradia (R\$ 2.250), se residirem a mais de 100 km da capital; e ticket-combustível no valor de R\$ 2.085, suficiente para rodar até 12.499 Km por mês.



Marizilda Cruppe/06-05-2002

BASTIDORES DO PODER

"Minha esposa é microempresária e ajudou a pagar a fazenda"

MARCO FIGUEIREDO • SECRETÁRIO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO DA BAIXADA FLUMINENSE E REGIÃO METROPOLITANA

Patrimônio de novatos cresce mais de 1.000%

Filhos de políticos tradicionais da Baixada, três parlamentares conseguem prosperar durante a primeira legislatura

• Eles são jovens, nasceram numa das regiões mais pobres do estado, a Baixada Fluminense, e se elegeram deputados estaduais em 1998. Em comum, Marco Figueiredo (PSC), Alessandro Calazans (PV) e Andreia Zito (PSDB) também têm o crescimento de seu patrimônio durante a primeira legislatura estadual. Os três conseguiram fazer com que seus bens aumentassem mais de 1.000% em cinco anos (no caso deles, as declarações arquivadas no TRE se referem ao ano de 1997).

Filhos de políticos tradicionais da região, eles iniciaram seu primeiro mandato na Assembleia Legislativa com um patrimônio muito pequeno. De importante, tinham apenas um carro, segundo as declarações apresentadas ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE). Figueiredo tinha um Corsa avaliado em R\$ 15.300; Calazans, um Gol 1.8 que havia sido roubado; e Andreia Zito, um Santana e poucas economias.

Valor de prestações superou o dos salários na Alerj

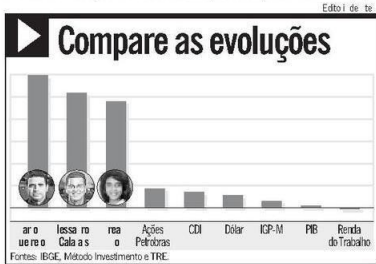
Apresentaram a declaração de bens para a eleição de 2002, na qual conseguiram novo mandato, os três já haviam prosperado. Figueiredo, que está licenciado para exercer o cargo de secretário estadual de Desenvolvimento da Baixada e da Região Metropolitana, conseguiu comprar uma fazenda de 1,4 milhão de metros quadrados em Silva Jardim, no valor de R\$ 245 mil. Em relação ao seu primeiro patrimônio declarado, o crescimento foi de 1.503%.

A fazenda Estiva foi comprada em 2000 e paga em 14 prestações. Na declaração ao TRE, Figueiredo informa ter apenas uma renda, a da Alerj: R\$ 70 mil líquidos ao ano. Num só ano, em 2001, ele pagou R\$ 80 mil de prestações pela Estiva.

Calazans, que mora em Nilópolis, passou do carro roubado e de dois telefones em 1997 para dois automóveis,



A FAZENDA de 1,4 milhão de metros quadrados, em Silva Jardim, que até 2003 foi do deputado licenciado Marco Figueiredo, hoje secretário



um Golf e uma Traffic, além de R\$ 100 mil em contas bancárias ao final de 2001. Comparando os dois anos, o crescimento é de cerca de 1.300%. Calazans é advogado e corretor de imóveis, mas não declara ter outro rendimento além do salário da Alerj. Já Andreia Zito passou de um patrimônio de R\$ 10.100

em 1997 para R\$ 132 mil em 2001, numa evolução de 1.208%. Além de um carro mais novo, um Vectra, ela comprou um apartamento em Duque de Caxias, onde mora, e conseguiu juntar economias em dinheiro. Andreia, que é estudante de direito, também só declara como rendimento o salário da Assembleia. ■

Milionários antes de entrar na Alerj

Primeiro milhão veio antes do cargo

• Os deputados que ganharam o primeiro milhão durante seu mandato na Assembleia Legislativa juntaram-se a outro grupo de milionários. O deputado estadual José Távora (PMDB), o prefeito de Nilópolis, Farid Abrão David (PP) (que foi deputado entre 1999 e 2000), e os ex-deputados Ernani Boldrim, Laprovita Vieira e José Cláudio já declaravam ter seu primeiro milhão quando se candidataram em 1998.

Távora e Boldrim são empresários de famílias tradicionais de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense. Farid, que é ligado a uma família de "banqueiros" de bicho, também informa ser empresário em Nilópolis, onde em 2000 elegeu-se prefeito. Laprovita Vieira e José Cláudio integravam a bancada evangélica. Laprovita foi o deputado mais rico a passar pela Assembleia desde 1999. Sua fortuna declarada em 1997 chegava a R\$ 4,4 milhões. Na Alerj, ele ficou menos rico. Em 2002 ele declarou que a soma de seus bens havia caído para R\$ 3,2 milhões.

Setenta vagas no paraíso das mordomias

Além de 15 salários por ano, deputados têm carro, combustível, 20 assessores e auxílio-moradia

• A briga por uma das 70 cadeiras na Assembleia Legislativa do Rio costuma ser acirrada. Em 2002, 1.239 candidatos (ou 17,7 postulantes por vaga) disputaram a preferência do eleitor fluminense, segundo dados do Tribunal Regional Eleitoral. A vitória nas urnas abre caminho para que o parlamentar usufrua de uma série de vantagens pelos quatro anos seguintes, que não se restringem a receber 15 salários por ano (valor bruto mensal de R\$ 9.540, equivalente a 75% dos vencimentos de deputados federais); carro Santana com placa oficial do Legislativo; e a liberdade para nomear 20 assessores com salários de R\$ 1.900 a R\$ 3.900.

Em benefícios indiretos, um deputado pode elevar os vencimentos mensais em mais R\$ 6.135 (64,3%). A lista inclui cotas de até 3 mil selos (com valor mínimo de R\$ 1.800); ticket-combustível (até o limite de R\$ 2.085); e ressarcimento com despesas com moradia para os que residem a mais de cem quilômetros da capital (até o teto de R\$ 2.250, mediante a apresentação dos recibos).

Segundo a assessoria da

Alerj, dez deputados recebem a ajuda: Aurélio Marques (PL), Edson Albertassi (PSC), Ely Patrício (PPL), Glaucio Lopes (PSDB), Inês Pandelo (PT), Márcio Corrêa (PSB), Noel de Carvalho (PMDB), Doutor Ogando (PSC), Paulo Melo (PMDB) e Waldeth Brasiel (PL).

Auxílio combustível dá para quase mil litros de gasolina

No caso do combustível, a cota pode ser considerada no mínimo generosa. Os R\$ 2.085 em tickets podem ser trocados por 992 litros de gasolina (tomando-se um preço médio de R\$ 2,10 o litro).

Segundo a Volkswagen, o modelo usado pelos deputados fluminenses faz em média 12,6 quilômetros por litro. Isto significa que eles podem rodar em 30 dias até 12.499 quilômetros. Essa quilometragem equivale a 21 viagens entre Parati e Varre-Sai (588 Kms) localizadas nos extremos sul e norte do estado. Com a cota da Alerj, seria possível também percorrer os 7.400 quilômetros do litoral brasileiro de ponta a ponta. O cálculo é até conservador



pois adota a gasolina como referência. Ocorre que a frota usada pelos deputados está sendo convertida para gás natural. Os cilindros disponíveis no mercado têm capacidade para armazenar até 27 metros cúbicos de gás — o suficiente para rodar até 300 quilômetros. Segundo a pesquisa mensal da Agência Nacional de Petróleo (ANP), o preço médio do metro cúbico do gás na Região Sudeste é de R\$ 1,046 — 49,8% inferior ao da gasolina.

Há ainda um outro benefício, restrito a alguns dos atuais parlamentares. Até 1998, os deputados estaduais que completassem oito anos de mandato tinham direito a receber uma aposentadoria especial, proporcional ao número de anos de trabalhos prestados no Legislativo, tendo como referência o salário bruto do parlamentar.

A concessão de novas aposentadorias foi extinta naquele ano, mas o deputado

que completasse o período exigido até 2002 teria direito ao pecúlio.

Em setembro de 2003, 12 deputados da ativa recebiam aposentadorias pela Alerj. Até agosto eram 13, mas o presidente Jorge Piciani (PMDB) — que também recebia pensão, no valor de R\$ 1.800 — decidiu abrir mão do benefício.

Durante duas semanas, O GLOBO pediu à Assessoria de Comunicação Social da Assembleia Legislativa uma relação atualizada dos deputados que recebem a aposentadoria.

A Alerj informou que caberia ao Rio Previdência — o fundo de previdência do estado — divulgar a informação. O Rio Previdência, por sua vez, disse que não dispunha de uma relação nominal. Um repórter do GLOBO voltou a consultar a Alerj, que não liberou o dado. ■

BASTIDORES DO PODER

• AMANHÃ: Presidente do TRE quer mais rigor na apresentação das declarações de bens dos candidatos.

Análise inclui políticos de 16 partidos

• A análise das declarações de renda e bens incluiu todos os 113 deputados que ocuparam uma cadeira nas duas últimas legislaturas. Eles pertencem a 16 partidos políticos diferentes. Na divisão por siglas, foram adotados os dois critérios. No caso dos atuais deputados, O GLOBO considerou as legendas a que eles pertencem atualmente. Para os políticos que deixaram a Alerj, porque não se reelegeram ou porque ocuparam outros cargos, optou-se pelo último partido. Foram excluídos do levantamento Cory Pilar e Valdeci de Paiva, que já morreram.

O GLOBO solicitou ao TRE as declarações em março. Ao todo, a apuração da reportagem consumiu quase quatro meses. Nesse período, foram analisadas cerca de 800 folhas de documentos (do TRE e de cartórios) e mais de 120 pessoas.

ANEXO D – Reportagem Favela S.A.

www.oglobo.com.br

O GLOBO

IRINEU MARINHO (1876-1925) RIO DE JANEIRO, DOMINGO, 24 DE AGOSTO DE 2008 • ANO LXXXVI • Nº 27.411 ROBERTO MARINHO (1994-2003)

Comércio nas favelas fatura R\$ 3 bi por ano

Criminosos disputam mercado informal, onde a população tem renda de até R\$ 10 bilhões

Longe da imagem romântica do barracão de zinco perto do céu, as favelas do Rio alimentam hoje um mercado paralelo, cujos serviços e comércio faturam por ano R\$ 3 bilhões. Até os criminosos disputam esses

consumidores — entre 1,3 milhão e 2 milhões — com renda de até R\$ 10 bilhões por ano. O GLOBO publica, a partir de hoje, uma série de reportagens que vai revelar quem lucra com esses negócios. Páginas 18 a 24

Datafolha: Paes sobe para 17%; Crivella tem 20%

Pesquisa Datafolha mostra disputa embolada no Rio: Marcelo Crivella caiu para 20%, Eduardo Paes subiu para 17% e Jandira Feghali tem 15%. Em Belo Horizonte, Márcio Lacerda subiu de 6% para 21%; Jô Moraes tem 17%. Página 12

Supersimples formaliza 500 mil empresas

Em um ano de Supersimples — que unifica tributos federais, estaduais e municipais —, 500 mil empresas se formalizaram: 1.520 por dia útil. Desde julho de 2007, a arrecadação de micro e pequenas empresas teve alta de 44%. Páginas 35 e 36

Obama descarta Hillary e indica expert em política externa a vice

Páginas 41 a 44

Histórias de quem ganha a vida como sócia de gente famosa, de Marilyn a Ronaldo



tv Jogo da verdade no 'Saia justa': o que uma acha da outra

BOA CHANCE

Abin cria 190 vagas. Salários chegam a R\$ 9.713

Edição Metropolitana
Preço desta edição no Estado do Rio de Janeiro
R\$ 3,50

Circula com esta edição: Classificados, Segundo Caderno, Revista de 70, Revista O Globo, Morar Bem, Boa Chance 150 páginas

Prepaga 2008 GLOBO

Bradesco

Golden Cross

oi

PONTO FIDEL

VW

OLIMPIADAS 2008 Cada medalha custou R\$ 53 milhões à União

Gastos chegaram a R\$ 692 milhões; deputado quer CPI



Quando as Olimpíadas de Pequim terminarem, hoje, às 9h (de Brasília), o Brasil vai bater um novo recorde. Nunca o governo federal gastou tanto com uma preparação para os Jogos. De forma direta, através da Lei

Piva, que determina repasse de 2% das loterias federais, ou indireta, pelas estatais, o Comitê Olímpico Brasileiro e as confederações esportivas receberam no ciclo olímpico, de quatro anos, R\$ 692 milhões, o que

dá cerca de R\$ 53 milhões por cada uma das 13 medalhas do país — excluídas as duas do futebol, que não recebe dinheiro público. O deputado federal Miro Teixeira (PDT-RJ) pedirá abertura de CPI.

Mulheres continuam a sua festa

Seleção feminina de vôlei conquista ouro. Natália é bronze no taekwondo



A LEVANTADORA Fátima é jogada para o alto pelas companheiras na comemoração pelo ouro olímpico. O Brasil venceu os EUA por três sets a um

Pelo segundo dia consecutivo, as mulheres deram ao Brasil um ouro olímpico, seguindo o exemplo de Maurer Maggi. A seleção brasileira feminina de vôlei derrotou os EUA por 3 a 1 (25/15, 18/25, 25/13 e 25/21)

e chegou, pela primeira vez, ao lugar mais alto do pódio. Antes, Natália Falavigna obtivera o bronze no taekwondo. As brasileiras tiveram um desempenho espetacular em Pequim, com seis medalhas. Em toda a

história de sua participação em Olimpíadas, elas tinham conseguido dez até então. O técnico José Roberto Guimarães é o primeiro campeão no comando das seleções masculina (Barcelona-92) e feminina.

Brasil coadjuvante na festa argentina

A seleção brasileira, que recebeu ontem o bronze no futebol, assistiu à vitória da Argentina sobre a Nigéria, por 1 a 0, ontem, em Pequim, valendo o ouro olímpico. Após a cerimônia da entrega de medalhas e da festa argentina, Ronaldinho Gaúcho recebeu um carinhoso abraço de Maradona.



Por que somos uma 'impotência olímpica'

CHICO

FALA, MARTA!

— Meu Deus! Se eu estou me sentindo assim, imagina o Ronaldinho Gaúcho!

Ásia é a nova potência olímpica

A China garantiu ontem o primeiro lugar no quadro de medalhas, mas outros países asiáticos estão se destacando em Pequim. Japão e Coreia do Sul melhoraram o seu desempenho e estão entre os dez primeiros, mostrando que o século XXI pode marcar o domínio da Ásia nos esportes.

Vasco x Botafogo, duelo de estilos

RIO

FAVELA



era a projeção, no censo 2000, para o número de moradores nas favelas em 2008 sem considerar loteamentos irregulares



Carla Rocha e Dimmi Amora

Pelo menos um em cada quatro moradores do Rio vive num capitalismo sem leis, selvagem, à margem do Estado. Esse mercado paralelo, que serve em favelas da cidade, gerou negócios que aumentaram tanto sua cotação nos últimos anos que, numa bolsa de valores imaginária, suas ações disputariam hoje os gritos mais ensurdecedores de um pregão. Longe das leis vigentes no asfalto, pulsa um mercado rico, dinâmico e, em alguns aspectos, caótico, que fatura mais de R\$ 3 bilhões por ano. Brilhando por um naco dessa fortuna pouco conhecida, estão atividades formais, informais e ilegais, num ambiente heterogêneo que agrega de bioscas a bancos, das "firmas" do tráfico a milícias. Os moradores formam uma massa de potenciais consumidores estimada entre 1,3 milhão e dois milhões de pessoas, com renda anual que pode chegar a algo entre R\$ 5 bilhões e R\$ 10 bilhões. Números que, a despeito de divergências estatísticas, fazem tinar cifrões nos olhos de qualquer empresário. Seja no varejo ou no atacado, no oficial ou no paralelo, a holding Favela S/A enriquece poucos, explora milhares e dá calote no Estado.

O GLOBO seguiu o rastro do dinheiro para tentar mensurar essa economia emergente, apesar dos poucos dados disponíveis, e publica, a partir de hoje, uma série de reportagens que vai revelar quem lucra com esses negócios. A massa de salário das pessoas foi obtida atualizando os dados do Censo do IBGE que apontavam uma renda familiar de R\$ 634,50 nessas áreas, segundo dados do Instituto Pereira Passos, da prefeitura. O faturamento do comércio foi calculado a partir de estimativas de empresários de vários setores e agentes públicos, além de um censo realizado em 2000 em 44 favelas do Favela-Bairro, que apontava uma média de 91 empresas por favela, com receita média anual em torno de R\$ 15 mil. São R\$ 3 bilhões, sem contar o faturamento do tráfico.

A radiografia mostra que, ao contrário do Estado, que ainda não se fez presente de forma efetiva, o mercado se apropriou da dinâmica das favelas e as transformou numa potente máquina de gerar riquezas. Um fenômeno que deixou para trás alguns conceitos antigos e uma imagem romântica das favelas. A desigualdade social e a falta de projetos de habitação popular já não são suficientes para explicar. Hoje, as favelas concentram de um quarto a um terço da população da capital e, contrariando suposições que acabaram virando verdades, elas não são mais reduto de miseráveis.

Número de pobres caiu

● O Instituto Pereira Passos calcula que de 5% a 8% dos moradores de favelas são da chamada classe média, com renda entre R\$ 1.064 e R\$ 4.051. O cálculo foi feito com dados do Censo 2000 do IBGE, a última grande pesquisa com dados sobre favelas. Em 2000, apenas um terço da população pobre do Rio vivia em favelas. O restante estava na parte formal da cidade. Com o crescimento da renda entre as classes mais baixas nos últimos três anos, economistas acreditam que é muito maior agora a participação de pessoas das classes média e alta nas favelas e menor o número de pobres e miseráveis.

Sem liberdade para se manifestar politicamente e sob constante ameaça, como mostrou em 2007 a série do GLOBO "Os brasileiros que ainda vivem na ditadura", moradores dessas áreas também não têm liberdade plena para usufruir do crescimento da economia local e de suas rendas. É comum criminosos se apropriarem de negócios, exigirem pedágios e agito. Por outro lado, com a informalidade, a maior parte dos empresários e moradores não tem gastos que teria na cidade formal com impostos e taxas de serviços, como água e luz.

São áreas em que há muito empreendedorismo, mas o tráfico e a milícia atuam como agentes econômicos predadores. Esses grupos criminosos se apropriam dos lucros de praticamente todos os negócios das favelas — diz o sociólogo Paulo Magalhães, representante da Caixa Econômica que faz o acompanhamento das obras do PAC. — É uma espécie de capitalismo selvagem que potencializa tudo de ruim na economia brasileira nos últimos anos.

O desejo da casa própria não responde por toda a ocupação de barracos em favelas. Em 2000, 12,2% dos imóveis dessas áreas eram alugados. E a tendência é que esses números estejam aumentando. Estudos revelam que, em média, quase 30% das transações imobiliárias nas favelas dizem respeito a alugueis,

OS BRASILEIROS QUE VIVEM NO CAPITALISMO SELVAGEM

Comerciantes e criminosos disputam um mercado de R\$ 3 bilhões



FONTE: Secretaria do Habitat, em informação ao Ministério das Cidades em 2007; Instituto Pereira Passos (IPP); IBGE; Dados Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); Censo de favelas do Favela Bairro, Light, Cedae

um percentual que vem aumentando.

No Pavão-Pavãozinho, em Copacabana, o sonho de ter um teto está cada vez mais distante: em um ano, três quartos de todas as transações imobiliárias são de locação. Esse mercado informal criou "tubarões" imobiliários, antigos moradores que hoje moram em condomínios de luxo. Na favela, deixaram prédios construídos toscamente e ainda continuam a despejar centenas de quinetes para serem alugados.

As favelas são muito diferentes entre si. Enquanto algumas poucas ainda são, como no passado, minidormitórios, a Rocinha já tem três agências bancárias — entre elas, uma do Bradesco e uma do Itaú, os maiores bancos privados do país —, restaurantes, academias, lojas, lojas, lan houses, botecoquins, bioscas, mini e supermercados. Em Rio das Pedras (Jacarepaguá), uma empresa de factoring troca créditos futuros por dinheiro, como qualquer outra do mercado financeiro. Mas com uma vantagem competitiva: o pagamento é garantido pelo braço forte da milícia, em que a inádimplência representa risco de morte. No Complexo do Alemão, lojas de grandes empresas estão a poucos metros da boca-de-fumo.

A remoção de favelas não faz mais parte das políticas públicas. Mais fortemente a partir do Favela-Bairro, o governo tem priorizado obras de infraestrutura para integrar favelas aos bairros formais. Essas obras, porém, ainda não dearam conta de integrar as favelas à cidade nos aspectos político, social e econômico. Sinal disso é que o Estado vem sendo substituído pela atuação de políticos assistencialistas, que também lucram com a Favela S/A. O comércio de votos é outro mercado lucrativo e promove, em alguns casos, a associação entre políticos e o crime organizado. O sociólogo Marcelo Burgos,

professor da PUC-RJ, não tem dúvida de que o fortalecimento econômico dos moradores dessas áreas vai gerar mudanças também sociais.

— O antigo sistema, que sempre vigorou nas favelas, que têm "donos", está em agonia. Não tenho dúvidas de que haverá uma radicalização da democracia nesses espaços a partir do desenvolvimento econômico.

Entrave aos negócios

● Professor do Instituto de Economia da UFRJ, Ronaldo Fiani lembra que a economia moderna se caracteriza por relações anônimas entre os negociantes, garantidas por leis claras, o que não acontece nas favelas. Segundo ele, as negociações nessas áreas sempre precisam ter o aval dos "donos" — o que representa custos maiores e prejudica os negócios.

André Urani, diretor do Instituto de Estudos do Trabalho e da Sociedade (Iets), fez um estudo com base em dados de 2006 da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD) do IBGE — que abrangiam parcialmente o universo das favelas na Região Metropolitana do Rio — e descobriu que a qualidade de vida melhorou mais nas áreas formais da cidade que nas informais. Para ele, a informalidade e a criminalidade podem estar por trás do resultado.

O ritmo mais lento na melhoria da qualidade de vida também é percebido na prática por quem está nas favelas. Integrante do Fórum do Rio, que tem como objetivo reduzir a informalidade na cidade e estimular o desenvolvimento, o diretor do Sebrae-RJ Cezar Vasquez constatou, em entrevistas, que comerciantes e líderes de favelas consideravam a informalidade um entrave para suas atividades:

— Historicamente, foi como se a nossa sociedade, que passou por um processo de encolhimento nas últimas três décadas, dissesse a essas pessoas: "se virem da forma que quiserem". Agora, precisamos desenvolver um modelo adequado para levar formalidade a essas áreas. Mas nada poderá ser feito sem que se resolva, antes, o problema da violência.

A milícia de Campo Grande sugou economicamente tudo que podia das favelas do bairro. Investigações mostraram que os milicianos controlavam a venda de gás, a distribuição de sinal de TV a cabo pirata e influíam no transporte público, agindo ora como empresários, ora como agentes públicos — cobrando tarifa ou decidindo quem pode ou não explorar determinado serviço. A apropriação tornou possível a eles elegerem um vereador e um deputado. Assim como as ações de combate a máfias, a polícia entendeu que só poderia vencê-los quebrando seus negócios, o que foi feito.

Mas como explicar um mercado pulsante em áreas violentas, com infraestrutura precária e esquecidas pelo Estado? A pista pode ser a frase dita pelo marqueteiro James Carville, em 1992, tentando convencer o então candidato à presidência dos Estados Unidos Bill Clinton sobre o que o faria ganhar a eleição: — É a economia, seu estúpido! ■

COLABORARAM: Fernanda Pontes e Selma Schmidt

O GLOBO NA INTERNET
globo.com.br Você já contraiu empresa ou trabalhador de alguma favela?
www.oglobo.com.br/rio

● FORMAL, INFORMAL E ILEGAL, página 20

FAVELA \$\$.A.

TEM DE TUDO: FORMAL, INFORMAL E ILEGAL

No mercado de favelas, há desde negócios mais sofisticados, como telefonia, à *factoring* que encobre agiotagem

Carla Rocha, Dimmi Amora e Selma Schmidt

A economia nas favelas vai hoje muito além de salões de beleza e biroskas. São lan houses (que viraram uma febre), cursos de inglês alternativos (que custam pelo menos um terço dos convencionais) e até lojas instaladas por operadoras de celulares e empresa de *factoring*. Há coisas boas, legais ou informais, que são festejadas pelos moradores; outras ilegais, em geral, ligadas às atividades do tráfico e da milícia.

Hoje, onde antes estava a Areal Cred, funciona a Associação de Financiados e Mutuários do Brasil (Asfinbra). Os moradores dizem que os empréstimos ainda são feitos por Jorge Alberto Moreth, o Beto Bomba, que administrava a Areal. Por telefone, Emerson, funcionário da Asfinbra, diz que a firma, na favela há um mês, nada tem a ver com a anterior.

— Só damos assessoria jurídica e contábil — assegurou. Em junho, Adélio Cunha, que não teria pago um empréstimo de mil reais, foi assassinado. Os juros cobrados eram tão extorsivos que a dívida já chegava a R\$ 30 mil.

No Complexo do Alemão, a loja da Tim contrasta com a torresna arquitetura do lugar, for-



DONA CHUPETINHA: pensão em Vigário Geral

mado por 12 favelas. A operadora se instalou na Grota, em setembro de 2007. Na primeira semana de funcionamento, vendeu 80 celulares, um recorde.

Por uma estratégia de mercado, a Tim prefere não revelar o faturamento, mas diz que o telefone fixo a R\$ 9,90 por mês, com tecnologia wireless, vende como água por causa dos problemas de interrupção do serviço no local. Ano passado, os moradores ficaram com os telefones mudos por três meses, já que a concessionária não entrava na favela para fazer os serviços de reparo, alegando falta de segurança.

— A loja é um sucesso. Na primeira semana, vendemos pelo menos 20% mais do que em qualquer outra loja do subúrbio da região — diz José Paulo David, presidente regional da Tim no Rio e no Espírito Santo.

Inglês para garçom

• Abrir um negócio numa favela é um risco pelo desconhecimento desse mercado. A jornalista Rachel Sousa, de 24 anos, decidiu tentar a sorte em 2006. Ela trabalhava em hotelaria e, durante as preparações para os Jogos Pan-Americanos, apostou na abertura de um curso de inglês profissionalizante para garçons e taxistas em Rio das Pe-

dras. Por causa da insistência ideológica, a jovem de classe média, moradora de Jacarepaguá, foi desacreditada.

— Achavam que eu estava louca — ela diz, rindo. — Mas deu certo. Há uma demanda grande dessas pessoas por qualificação. Tínhamos alunos que teriam vergonha de falar inglês num curso convencional, por causa do sotaque nordestino.

Poucos meses depois, o curso de Rachel tinha 80 alunos. E mais: ela teve que substituir o módulo profissionalizante por um de longa duração, de três anos, a pedidos.

A tradição, em especial quando cai nas graças do circuito alternativo, ainda rende bons lucros. Em 1999, Lizzieta Carmen Siqueira Rodrigues, a Dona Chupetinha, que ganhou o apelido porque continuou a usar chupeta depois de grande, trabalhava como mensageira da Casa da Paz. Como ganhava pouco, levava quentinha para o almoço. Amigas começaram a lhe pedir que levasse para elas também. Tempos depois, o Prieto Pr-Saneer chegou à favela e Chupetinha recebeu a encomenda de fazer 75 quentinhas por dia. Para dar conta, ela abriu uma pensão, que passou a ser cultuada por moderninhos, que vão até Vigário Geral conferir os quitutes.

— Estava desempregada, com dois filhos e uma meta para criar. Tinha que me virar.

A realidade, às vezes, pesa sua mão sobre o negócio. Nas últimas semanas, uma guerra entre traficantes derrubou o movimento na pensão de Chupetinha — que desde o ano passado é chefe de cozinha formada pelo Senac. Num dia, apenas cinco almoços servidos.

— Eu queria fazer disso aqui um lindo restaurante mais acolhedor. Mas não dá. Tem hora que eu vendo 70 refeições; em outras, cinco. ■

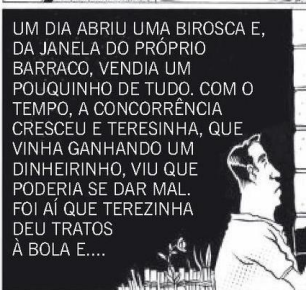
TEREZINHA MORA NUMA FAVELA COM OS DOIS FILHOS: JESSICA, DE 9 ANOS, E WANDERLEY, DE 17. TODOS OS DIAS DE MANHÃ, ELES DESCEM JUNTOS PARA A CIDADE



NORDESTINA, ELA CHEGOU NA FAVELA COM OS PAIS, NA DÉCADA DE 70. NA ÉPOCA, NÃO HAVIA TANTOS BARRACOS COMO HOJE



ABANDONADA PELO MARIDO DEPOIS QUE ENGRAVIDOU, TEREZINHA FOI DOMÉSTICA, AMBULANTE E VENDEDORA DE COSMÉTICOS, MAS NUNCA TEVE CARTEIRA ASSINADA



UM DIA ABRIU UMA BIROSCA E, DA JANELA DO PRÓPRIO BARRACO, VENDIA UM POUQUINHO DE TUDO. COM O TEMPO, A CONCORRÊNCIA CRESCERAM E TERESINHA, QUE VINHA GANHANDO UM DINHEIRINHO, VIU QUE PODERIA SE DAR MAL. FOI AI QUE TEREZINHA DEU TRATOS À BOLA E...



...ACHOU UMA SAÍDA

MINHA MÃE SEMPRE DIZIA QUE PEIXE MORRE É PELA BOCA. OS CONCORRENTES ESTÃO FRITOS. A PARTIR DE HOJE, VOU SERVIR AQUI MESMO PEIXE FRESCO, FEITO NA HORA

Os empresários do Jacarezinho

Favela tem mais estabelecimentos do que 6 bairros

Selma Schmidt

• O Jacarezinho tem uma atividade econômica muito mais dinâmica do que os seis bairros vizinhos. Pesquisa feita pelo Observatório Imobiliário e de Políticas do Solo do Ippur, da UFRJ, e pelo Instituto Pereira Passos, da prefeitura, registrou nada menos do que 934 estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços na favela. Enquanto isso, Benfica, Cachambi, Higienópolis, Jacaré, Maria da Graça e Mangueiras, juntos, têm cerca de 800.

Numa favela com 58 mil habitantes (censo 2000), distribuídos por 350 mil metros quadrados, há estabelecimentos dos mais diferentes tipos e portes, incluindo supermercados, bares, oficinas de automóveis, dentistas, advogados, imobiliárias, academias, fábricas de móveis e até um pequeno shopping. Durante a pesquisa, feita em 2004, 192 estavam fechados. Entre os que estão em atividade, 58,3% mantinham o negócio, no máximo, há cinco anos. Só 2,2% funcionavam há mais de 40.

O trabalho revela ainda o grande percentual de empresários do Jacarezinho que opta por abrir as portas todos os sete dias da semana: 72,4%. Apenas 7% funcionam de segun-

da a sexta. É alto também o índice de informalidade na favela. Mais de 80% dos estabelecimentos não têm licença estadual ou municipal, e o custo da legalização (31,46%) é a principal razão. O contrato de locação é coisa para minoria: 48,58% dos empreendedores pagam aluguel, mesmo sem documento, contra 23,57% que assinaram um papel. Os outros 27,86% trabalham em imóveis próprios.

A pesquisa mostra que 73,23% dos empresários da favela não pensaram em transferir o negócio para outra localidade. O empreendedor, em sua maioria (69,07%), controla sozinho as contas de seu negócio. A renda desses moradores é menor do que no resto da municipalidade. Em 2000, a renda mensal dos responsáveis pelos domicílios na cidade era de US\$ 781, enquanto no Jacarezinho era de US\$ 178 e, na Rocinha, de US\$ 213.

O GLOBO NA INTERNET
Veja como foi a evolução da população das favelas no Rio
www.oglobo.com.br/rio



A BIROSCA DA DONA TERÉ VIROU POINT E ATÉ MORADORES DO ASFALTO SUBIAM ATÉ LÁ. TEREZINHA, BEM QUE GOSTARIA, MAS NÃO PÔDE LEGALIZAR O NEGÓCIO. ERA MUITO CARO, E COMPLICADO. MAS A VIDA ESTAVA BEM MELHOR. ELA COMPROU TV, DVD E TROCOU A GELADEIRA VELHA POR UMA NOVA

CONTINUA AMANHÃ...

FAVELA

\$.A.

Apenas um terço dos pobres mora em favelas

Para economista, melhoria de renda se reflete na mudança de condição de vida

ENTREVISTA

Sérgio Besserman

Após 50 anos, o economista Sérgio Besserman virou referência na área ambiental pelos seus estudos de mudança climática. Ex-presidente do IBGE e do BNDES, ele está debruçado

nos últimos anos também sobre outro problema que pode afetar o futuro do Rio: as favelas. Os estudos que coordena no Instituto Pereira Passos (IPP), onde ocupa a presidência, apontam para uma melhoria na qualidade de vida nessas regiões. Mas que, segundo ele,

está sendo freada pelo fato de o Estado ter perdido o que ele chama de "monopólio da força" nessas áreas. — Sem que o Estado tenha o controle, não há como outras coisas andarem — diz o economista nesta entrevista ao GLOBO.

Dimmi Amora

O GLOBO: O Censo 2000 mostrou que a maioria dos pobres e miseráveis da cidade não vivia nas favelas. A que o senhor atribui este resultado?

SÉRGIO BESSERMAN: De acordo com o IDH, usado pela ONU, que considera pobre quem tem renda domiciliar per capita inferior a meio salário-mínimo, tínhamos um terço das pessoas nesta situação nas favelas e dois terços fora. O que não é favela oficialmente são áreas formais em diferentes estágios de qualidade urbanística. De qualquer maneira, o número de pobres em favelas era três vezes maior que a média da cidade, uma concentração alta. Temos fatores históricos que explicam isso. Esta melhoria vem sendo conquistada desde os anos 70.

• É possível presumir que esta situação tenha ficado melhor oito anos depois?

BESSERMAN: Quem trabalha com pesquisa não costuma apostar antes do resultado. Mas eu apostaria tudo que tenho que sim. Não tem erro porque favela é igual a tudo. Como houve melhoria da renda das pessoas, principalmente nas classes mais baixas, não tenho dúvida que haverá também nas favelas. A curiosidade é saber a extensão disso com o Censo de 2010.

• Podemos não ter mais miseráveis nessas áreas?

BESSERMAN: Além da melhoria da renda, temos os programas assistenciais do governo que aqui na cidade são feitos pela Secretaria de Assistência Social sem intromissão política, de forma elogiável. Isso faz com que essa miséria esteja localizada e minimizada.

• De que forma o dinamismo econômico e social destas regiões pode impactar na cidade como um todo?

BESSERMAN: Acho que, além da dinâmica macroeconômica que ajudou no desenvolvimento dessas áreas, a integração

entre favela e cidade colaborou. A violência atua nessa relação como um vetor muito desfavorável. Mas há outros vetores que são favoráveis, como o mercado de trabalho mais qualificado nessas áreas. Temos também novos atores culturais que ajudam. E, em alguns casos, a integração tem motivo econômico. Está cheio de gente da classe média da Barra comprando em Rio das Pedras porque o preço é menor.

“Está cheio de gente da classe média da Barra comprando em Rio das Pedras porque o preço é menor”

• Por que ainda resiste na imaginação de boa parte dos moradores do Rio um modelo de favela miserável que necessita de um assistencialismo estatal?

BESSERMAN: O modelo antigo das favelas era de pequenas cidades-dormitórios. Podemos dizer que eram quase senzalas emancipadas, onde a sociedade deixava parte de sua mão-de-obra dormir. Isso ainda existe hoje, em pequena escala, mas não é mais o importante.

• Esse desenvolvimento econômico pode levar a um crescimento da favelização e dificultar um processo de formalização nessas áreas?

BESSERMAN: Os números mostram que as favelas estão crescendo na área onde a cidade está crescendo, a Zona Oeste. O que está acontecendo nas favelas é que a melhoria da renda está se refletindo numa melhoria da condição de vida das pessoas, que podem construir mais um cômodo para um filho ou uma casa para alugar. Outro fato é que há um comércio de imóveis grande, sem regulação,

que cria os conjugados. Na Rocinha, a última pesquisa confiável, que é o Censo, mostra que o número de habitantes por domicílio diminuiu. Parte disso é explicada pela construção desses conjugadinhos.

• Quais são os obstáculos para que a formalização chegue a essas áreas?

BESSERMAN: Os custos de formalização têm diminuído. O Supersimples (nova forma simplificada de cobrança de imposto) diminuirá ainda mais e seria um instrumento perfeito para isso. Mas em nenhuma área vai se conseguir formalização sem que o estado retome o monopólio da força nessas regiões. Sem que o estado tenha o controle dessas áreas, não é possível que outras coisas andem.

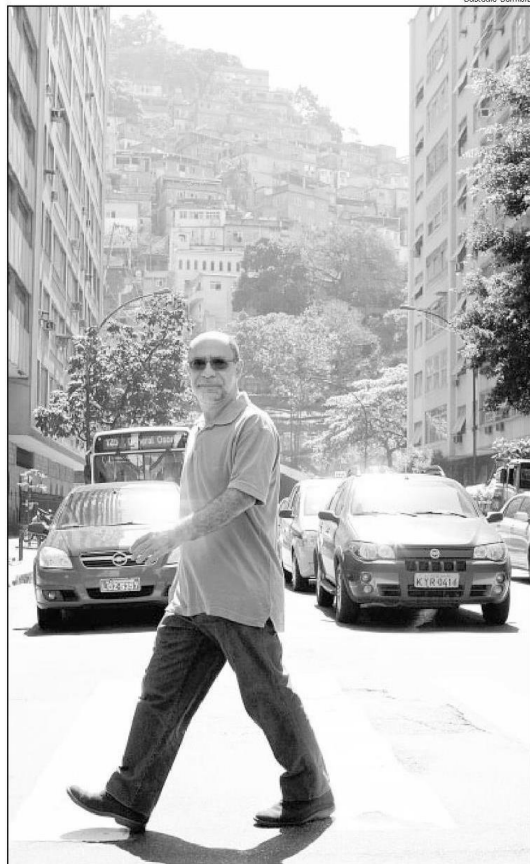
• É possível fazer isso com os instrumentos que temos?

BESSERMAN: Não acredito que, com o modelo institucional de polícia que temos, possamos conseguir. Se fala muito na experiência da Colômbia. Pois bem, lá a polícia é “celetista”. Se o policial pisca errado, pode ser mandado embora na hora. Devemos pensar num modelo institucional novo. Tecnologia para ocupar essas áreas já temos. É preciso agora que criemos um modelo onde o Estado, e não grupos, domine essas áreas.

• Como você vê o capitalismo que é praticado nas favelas?

BESSERMAN: Sem dúvida, é um capitalismo selvagem. Talvez por isto ele seja mais capitalista que o capitalismo que praticamos na cidade. Um exemplo: os custos burocráticos para se comprar um imóvel na cidade formal são absurdos. Nas favelas, isso se resolve com uma assinatura. Mas esse capitalismo tem um teto que impede seu desenvolvimento pleno.

O GLOBO NA INTERNET
Áudio Sérgio Besserman: Favelas são mais parecidas com resto da cidade? www.globo.com.br/rio



O ECONOMISTA SÉRGIO Besserman em Copacabana, onde mora, com o Pavão-Pavãozinho ao fundo

Série de reportagens mostrou falta de direitos elementares nas favelas do Rio

• O processo de exclusão dos moradores de favelas do Rio, que não desfrutam dos mesmos direitos garantidos pela Constituição a todos os brasileiros, foi retratado na série de reportagens “Os brasileiros que ainda vivem na ditadura”, publicada pelo GLOBO em agosto do ano passado. Entre as vítimas também está a população — que não aparece nos censos sobre comunidades carentes — que vive em conjuntos habitacionais e no entorno de favelas, áreas que vêm sofrendo igualmente com a repressão exercida pelo tráfico, pelos grupos de milícia e pela polícia despreparada ou arbitrária.

A reportagem mostrou casos de execuções, desaparecimentos, tortura, exílio, cerceamento do direito de ir e vir, de livre expressão, entre outros. Tanto moradores de

favelas quanto de seus arredores, ou mesmo de conjuntos habitacionais, como o da Cidade de Deus, um dos mais conhecidos do Rio, têm que se adaptar às regras impostas por facções criminosas ou milicianos. Como, por exemplo, o toque de recolher, quando o morro está em guerra, que prejudica a frequência nas escolas das imediações. A lei do silêncio impõe sobre crimes ocorridos na comunidade.

Uma das histórias da série foi a de Jorge da Silva Neto, presidente da Associação de Moradores da Kelson's, expulso da favela por uma milícia formada por PMs. Impedido

de exercer suas atividades, Jorge denunciou cinco PMs. No dia 7 de setembro do ano passado, ele desapareceu após ter sido seqüestrado em Rocha Miranda.

Na reportagem do dia 26 de agosto daquele ano, sobre a falta de liberdade de associação, ele aparece sob o codinome André. A 40ª DP (Honório Gurgel), que investigava o caso, encaminhou em junho deste ano o inquérito ao Ministério Público, que poderá denunciar ou não os suspeitos do crime.

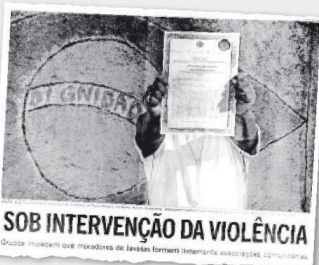
A série revelou ainda que, em 14 anos, traficantes, milicianos e policiais corruptos foram responsáveis pelo desaparecimento de 7.324 pessoas, 54 vezes mais do que o número de desaparecidos nos “anos de chumbo”, segundo o Grupo Tortura Nunca Mais. Em outra reportagem, estudos mostraram que



a taxa de jovens assassinados em favelas é sete vezes maior do que o índice fora das comunidades. O jornal mostrou que, na favela, prevalece a política do “pé na porta”, de invasão de domicílios sem respaldo legal.

A cassação do direito de ir e vir e a censura também foram denunciadas. Na Praia de Ramos, milicianos construíram um muro de três metros com portões de ferro que são fechados diariamente às 22h, transformando a favela numa cidade.

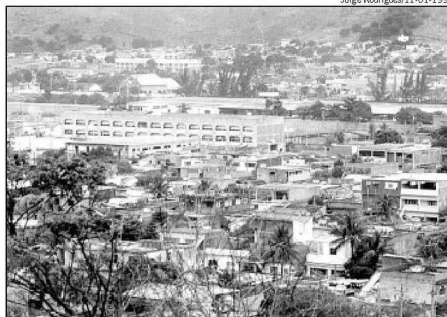
• URBANIZAÇÃO DE FAVELAS VAI CUSTAR R\$ 2,412 BILHÕES, na página 24



O CONJUNTO residencial da Vila Kennedy há 27 anos: favelização por falta de políticas públicas adequadas



Epaminondas Lima/02-03-1971



Jorge Rodrigues/11-01-1991

OUTRA FASE

da história da Vila Kennedy, há 17 anos, com a instalação de um Ciep e aumento das construções

FAVELA \$. A.

URBANIZAÇÃO DE FAVELAS VAI GASTAR R\$ 2,412 BILHÕES

Investimentos em obras, até agora, se concentram em infra-estrutura, sem ações para conter o crescimento

Luiz Ernesto Magalhães

Em um período de 16 anos (1994-2010), as obras para urbanizar as favelas e ocupações irregulares do Rio terão custado aos cofres públicos R\$ 2,412 bilhões apenas nos projetos de maior porte. O cálculo feito pelo GLOBO toma como base informações divulgadas por União, Governo do Estado e prefeitura sobre os gastos com recursos próprios e financiamentos em projetos como o Favela-Bairro, Bairro Novo e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), sem correção monetária.

Mas os investimentos ainda estão longe de resolver todos os problemas das comunidades. Eles vêm se concentrando em infra-estrutura e geração de renda, mas até agora não conseguiram evitar que as favelas continuem a se expandir. Uma das principais críticas é que os investimentos foram feitos sem que fossem desenvolvidos programas de crédito à casa própria para os mais pobres. Além disso, as iniciativas não foram suficientes para integrar os moradores à cidade, do ponto de vista social, político e econômico.

As obras do PAC

• Apenas no PAC, a previsão é que sejam gastos R\$ 1,139 bilhão em recursos da União, do estado e do município na urbanização dos complexos do Alemão e de Mangunhins e na Favela da Rocinha, até meados de 2010. O urbanista Vicente Loureiro, subsecretário estadual de Obras que trabalha na coordenação do PAC das Favelas, diz que seu maior desafio está sendo fazer com que o projeto não seja apenas de obras físicas nessas favelas. Para ele, é preciso que essas obras venham acompanhadas de serviços públicos de qualidade que garantam também uma integração social e democrática das comunidades.

— Mas confesso que estamos tendo dificuldades para isso, já que não há cultura no funcionalismo público para realizar esta integração.

O cálculo de R\$ 2,4 bilhões não inclui o projeto Favela-Bairro 3, que prevê gastos de mais



Leticia Pontual/25-02-2006

A CICLOVIA construída dentro da favela Parque Royal está desabando



Antonio Nery/30-01-1971

A FAVELA

Macedo Sobrinho, no Humaitá: os moradores foram removidos durante o governo de Negrão de Lima



Manoel Soares/25-11-1975

A RETIRADA de moradores da favela do Morro Azul: outra remoção

300 milhões de dólares (R\$ 480 milhões). O projeto para urbanizar mais 82 comunidades (67 favelas e 15 loteamentos) ainda depende da liberação de recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Também não inclui gastos de con-

cessionárias como a Light, que investiu R\$ 244 milhões em obras no mesmo período, e a Cede, que não divulga os dados.

Além do PAC, a prefeitura investiu em recursos próprios e financiamentos mais R\$ 1,1 bilhão. Os gastos incluem dois

programas Favela-Bairro (143 comunidades), Bairro Novo (44), urbanização de grandes favelas (Jacarezinho, Rio das Pedras, Rollas e Fazenda Coqueiros) e o Morar Legal (122 loteamentos irregulares).

Até a década de 90, a principal estratégia para lidar com as favelas era a remoção. A política foi alterada a partir do primeiro governo de Leonel Brizola (1993-1996), que passou a investir em programas de urbanização. Em 1992, a Lei Orgânica do Município incluiu um dispositivo que impede as remoções sem indenizações ou reassentamento em locais próximos, exceto em áreas *non aedificandi* (onde é proibido construir), que possam colocar a vida do morador em risco, como encostas, e em faixas marginais de proteção de rios e lagoas.

Brizola, em seu primeiro governo, lançou o programa Cada Família Um Lote. O objetivo era entregar títulos para um milhão de famílias de baixa renda resolvendo a falta de habitação popular. Uma das ideias era regularizar a propriedade em favelas ou loteamentos. E implantar 200 mil novos lotes na Região Metropolitana do Rio.

Mas, das 298 comunidades cadastradas, apenas 22 foram atendidas. E mesmo assim só 937 proprietários de imóveis da Cruzada São Sebastião, no Leblon, haviam conseguido registrar em cartório da propriedade dos imóveis até 1990. O projeto terminou na Justiça devido à compra irregular de fazendas para assentar famílias.

Dois fazendas compradas na época pela Companhia Estadual de Habitação não puderam ser

empregadas. Os terrenos, adquiridos da Gleba Modesto Leal, em Nova Iguaçu, apesar de pareceres contrários das áreas técnicas da Cehab, não foram aproveitados por estarem em áreas de preservação ambiental. O caso se transformou no maior escândalo do projeto, que até hoje está na Justiça.

As remoções

• Na década de 60 a opção do poder público era pelas remoções. Elas foram intensas no governo Carlos Lacerda (1965/1967), quando 27 comunidades foram removidas, principalmente para conjuntos habitacionais em Vila Kennedy e Vila Aliança, na Zona Oeste. A estratégia, anos depois, mostrou falhas, já que esses conjuntos também foram favelizados devido à inexistência de políticas públicas adequadas. São desse período as erradicações das favelas do Pasmado e do Esqueleto, que chegou a ter aproximadamente três mil barracos.

As ações se intensificaram no governo de Negrão de Lima (1966/1971) que transferiu mais de 70 mil pessoas para a Cidade de Deus, Cidade Alta e Água Branca. Para a Cidade de Deus, foram famílias da Praia do Pinto (Leblon), Catacumba (Lagoa) e Macedo Sobrinho (Botafogo).

Premiado internacionalmente como um modelo para integrar comunidades com a cidade formal, o programa Favela-Bairro também apresenta problemas. Uma investigação do Tribunal de Contas do Município constatou que, por falta de conservação e revisão dos investimentos

para se adequar ao orçamento disponível, muitos projetos ficaram incompletos ou se degradaram com o tempo. As obras também não conseguiram impedir que as comunidades continuassem a crescer. O BID estabeleceu como uma das pré-condições para a assinatura da terceira fase do contrato a solução desses problemas. O pacto ainda não foi fechado por depender de autorização da União para o empréstimo.

Entre as comunidades atendidas pelo Favela-Bairro estão Jacarezinho, Vidigal, Borel, Parque Royal e Ladeira dos Funcionários (Caju). Em parte das favelas foram instalados Postos de Orientação Urbanística (Pousos) da prefeitura, mas não foram suficientes para impedir que as comunidades continuassem a crescer. Isso ocorreu com a omissão do poder público. Em 2007, a Gerência de Operações Especiais da Secretaria Municipal de Urbanismo, que coordenava operações de controle urbano para evitar a expansão das favelas, foi extinta.

Há dois anos, ao comentar a expansão vertical da Favela da Rocinha, onde já existia um prédio de onze andares sem elevador, conhecido como Empire State, o prefeito Cesar Maia disse ser preferível que isso acontecesse a ver mais prédios sendo erguidos na orla marítima, pois projetariam sombras. ■

COLABOROU: Dimmi Amora

FAVELA S.A.

• Amanhã: O "boom" imobiliário nas comunidades

GAZETA DO POVO | VIDA PÚBLICA

JOGO DE ESCONDE

Investigação de dois anos

[15/03/2010] [21h01]

A Gazeta do Povo publica, a partir de hoje, uma série de reportagens especiais sobre o que aconteceu na Assembleia Legislativa do Paraná nos últimos dez anos.

A série de reportagens, que também será divulgada nos telejornais da RPCTV, é fruto de um trabalho conjunto entre os dois veículos que durou quase dois anos. Para fazer o levantamento, a reportagem consultou mais de 700 diários oficiais publicados entre 1998 e 31 de março de 2009 – data em que o Legislativo divulgou a lista dos seus servidores. Os arquivos foram obtidos por meio de uma fonte da Assembleia, após a direção da Casa ter negado, por várias vezes, o acesso dos jornalistas aos documentos – que até hoje permanecem escondidos em pequenas salas, distantes dos olhos da sociedade. Este sigilo desrespeita leis federais e estaduais que dão aos cidadãos o direito de saber como a Assembleia administra o orçamento – R\$ 319 milhões em 2009.

O acesso aos diários oficiais – tanto os numerados quanto alguns avulsos – permitiu descobrir um pouco dos bastidores da Assembleia: suspeitas de irregularidades e de má-fé no uso do dinheiro público, além de um verdadeiro quadro da desorganização da Casa. Um retrato das sombras que encobriram, durante décadas, os atos da administração da Assembleia.

| veja também |

↳ “A ditadura foi mais transparente”

Diários avulsos escondem atos da Assembleia

Sem numeração ou ordem cronológica, esse tipo de documento não permite que o Legislativo seja fiscalizado pela sociedade

Karlos Kohlbach, Katia Brembatti, James Alberti e Gabriel Tabatcheik [15/03/2010] [21h06]

Confira reportagem da RPCTV com a descoberta dos diários avulsos da Assembleia Legislativa

RPCTV

"Máquina do tempo" antevê contratações

Além dos documentos avulsos, outra situação encontrada com frequência nos diários oficiais da Assembleia também chama a atenção: os dirigentes da Casa fazem contratações e demissões retroativas em meses e até em anos – numa espécie de “máquina do tempo” de oficialização de atos. Essa “máquina do tempo” também antevê contratações, como se o responsável pela publicação adivinhasse quando um empregado seria contratado ou demitido.

[Leia a matéria completa](#)

Embora seja um instrumento essencial para dar transparência ao poder público, a Assembleia Legislativa do Paraná trata os seus diários oficiais de forma obscura. Além de guardá-los a sete chaves (não há exemplares para consulta na biblioteca da Casa), a Assembleia criou uma nova modalidade de publicação para oficializar os seus atos: os diários avulsos.

Tais documentos não seguem numeração ou ordem cronológica; são desprovidos de uma sequência que permita qualquer tipo de fiscalização – o que abre a possibilidade de que irregularidades possam ser “legalizadas”. Esses impressos trazem somente a data em que foram publicados. Porém, é bastante comum que essas datas coincidam com as de outros diários oficiais numerados. Ou seja: num mesmo dia, dois diários são emitidos – um com numeração e outro sem.

[Veja no infográfico, no final da matéria, alguns exemplos de diários avulsos e outros publicados com até 7 anos de atraso](#)

Mais da metade (56,7%) de todos os atos oficiais da Assembleia entre 2006 e 2009 – o que incluem nomeações, exonerações e decisões gerenciais – está em edições avulsas. Ou, então, simplesmente não foram publicados.

A existência e a impressão corriqueira desses diários avulsos foi descoberta pela reportagem da Gazeta do Povo e da RPCTV, que consultou mais de 700 diários oficiais publicados pelo Legislativo paranaense entre 1998 e 31 de março de 2009 – data em que foi divulgada pela primeira vez na história da Assembleia a lista dos seus servidores.

A movimentação de servidores é, justamente, o ato encontrado com maior frequência nas publicações avulsas. Desde 2006, mais de 3 mil movimentações foram divulgadas, sendo mil delas – entre contratações ou demissões – em diários avulsos. Ou seja, pelo menos uma em cada três movimentações de pessoal da Casa foi publicada em edições não numeradas. Enquanto os diários oficiais numerados trazem dez contratações cada, em média, nos diários avulsos a média por edição sobe para 65.

A existência de uma documentação paralela na Assembleia do Paraná surpreendeu especialistas em Direito Constitucional e Administrativo consultados pela reportagem. Para eles, trata-se de uma clara evidência de violação dos princípios de pessoalidade e publicidade da gestão pública.

José Vicente Santos de Mendonça, mestre em Direito e professor da Fundação Getúlio Vargas, diz que a publicação sistemática de edições avulsas é um "absurdo". Ele argumenta que é necessário haver justificativa clara para a impressão de uma edição extraordinária. "É preciso gerir a coisa pública em público", afirma Mendonça. O jurista destaca que a publicidade é requisito básico de eficácia do ato oficial e que a não divulgação compromete a validade dos documentos.

José dos Santos Carvalho Filho, autor do consagrado Manual de Direito Administrativo, salienta que a lei exige que haja publicidade em todos os atos do Estado. "Mesmo que ninguém leia nada, tem de estar disponível para que, se alguém queira saber, consiga encontrar", reforça. Carvalho Filho afirma que a impressão de diários avulsos só pode acontecer em caráter emergencial. "Não pode ser assim por um motivo simples: porque não permite o controle social. Não é um modelo aceitável de diário oficial".

Exclusividade

A publicação de diários avulsos é uma exclusividade da Assembleia do Paraná. Pelo menos dentre algumas dos mais importantes legislativos do país.

Mesmo no Senado, que teve o diário oficial no centro de uma polêmica envolvendo atos secretos no ano passado, não há a publicação de diários avulsos. O diretor da gráfica do Senado, Florian Madruga, ironiza a possibilidade de existência de diários oficiais avulsos. "Toda publicação precisa ser numerada. Ou é assim ou não tem efeito de arquivo e controle."

"Bicho do Paraná"

Dentre as Assembleias do Sul e Sudeste, só a do Paraná publica edições não numeradas de diários oficiais.

Rio Grande do Sul

Todas edições, mesmo as extraordinárias, são numeradas.

Santa Catarina

O diário sai em edições numeradas. Não há diário avulso.

São Paulo

Não há edições avulsas.

Rio de Janeiro

As publicações respeitam a mesma numeração do Diário Oficial do Estado.

Do Bolsa Família ao supersalário

Beneficiárias do programa de baixa renda do governo federal, mãe e filha “receberam” R\$ 1,6 milhão da Assembleia Legislativa do Paraná em cinco anos. Mas garantem nunca ter visto a cor do dinheiro

Karlos Kohlbach, Katia Brembatti, James Alberti e Gabriel Tabatcheik [15/03/2010] [21h04]



Jermina (esq.) e Vanilda Leal, agricultoras de Cerro Azul, moram em casebres de madeira e chão de terra batida, mas aparecem como beneficiárias de altos salários “pagos” pela Assembleia. Situação levou o MP a investigá-las. As duas ainda correm o risco de perder o Bolsa Família que as sustenta

Confira reportagem da RPCTV com a descoberta dos diários avulsos da Assembleia Legislativa

RPCTV

Deputado desmente informação da Assembleia

O deputado estadual Jocelito Canto (PTB) desmentiu a informação prestada ontem pela Assembleia Legislativa do Paraná de que a agricultora Vanilda Leal trabalhava no gabinete dele. Jocelito disse que nunca teve uma funcionária chamada Vanilda. “É um absurdo isso. Não conheço. Não sei quem é. Eu conheço todos os meus funcionários. A Assembleia deve ter se confundido”, disse. O

Jermina Maria Leal da Silva e a filha dela, Vanilda Leal, aparecem na lista de funcionários da Assembleia Legislativa do Paraná, publicada no ano passado. Os salários são efetivamente depositados em contas bancárias nos seus nomes, mas a cor do dinheiro elas dizem nunca ter visto. E não foi pouco o que saiu do Legislativo para as duas agricultoras semianalfabetas que afirmam nunca terem trabalhado lá: R\$ 1,6 milhão, em cinco anos. Moradoras da zona rural de Cerro Azul, cidade a 100 quilômetros de Curitiba, no Vale do Ribeira, elas sobrevivem com ajuda de vizinhos e do que ganham do Bolsa Família.

Vanilda diz que não sabe onde fica “essa tal de Assembleia”. E afirma nem ter conta bancária. Morando num casebre de madeira e chão batido no pé de um barranco onde o carro não consegue descer, ela dá mostras de que não sabe o que significa ter R\$ 1,2 milhão – valor que teria sido depositado em sua conta. Ela só teria tanto dinheiro se vivesse por 634 anos e nada gastasse dos R\$ 164 que ganha por mês do Bolsa Família. Foram 60 pagamentos na conta dela desde 2004. Na média, cada depósito foi de R\$ 20 mil, mas houve meses, em 2006, em que o salário dela foi de até R\$ 35 mil.

deputado informou que ontem mesmo ligou para o presidente da Casa, deputado Nelson Justus (DEM), falando sobre o suposto equívoco. “Ele [Justus] me disse que ia ver isso amanhã [hoje]”, completou.

[Leia a matéria completa](#)

| veja também |

- ↳ Diários avulsos escondem atos da Assembleia
- ↳ “A ditadura foi mais transparente”

O nome de Vanilda, de 33 anos, aparece apenas duas vezes nos diários oficiais da Assembleia de 2006 para cá. Uma nomeação em 2008 no gabinete da administração, comandado por José Ary Nassif, e na relação de servidores divulgada no ano passado. Ontem, a Assembleia confirmou que ela realmente é funcionária, mas lotada no gabinete do deputado estadual Jocelito Canto (PTB) – veja a explicação dele e da Assembleia na reportagem ao lado.

Vanilda mora a 50 metros da mãe, Jermina, de 60 anos. Em meio a galinhas e porcos, Jermina divide a casa de apenas um cômodo e chão batido com o marido Izaltino Floriano, de 62 anos, e um dos netos. Ela teve doze filhos. Quatro nasceram mortos.

Além de plantar para a própria subsistência e de receber dinheiro do Bolsa Família, Jermina complementa os ganhos com tapetes artesanais que

produz em casa. No fim do mês, a renda não chega nem a R\$ 1 mil.

Essa renda é incompatível com o que indicam as movimentações bancárias dela. Os depósitos para Jermina somam R\$ 380 mil entre 2004 e 2009. Foram ao menos 21 pagamentos. Na média, os salários eram de R\$ 18 mil, mas ela chegou a receber R\$ 26 mil em alguns meses de 2006.

Semianalfabeta, Vanilda estudou só até a 2.ª série do ensino fundamental. A necessidade de sobrevivência superou o sonho da educação. Jermina, que fez a alfabetização depois de adulta, no programa Paraná Alfabetizado do governo do estado, tentou fazer de Vanilda uma moça estudada. Mas as necessidades convergiram para o trabalho e os livros ficaram em segundo plano. Tanto é que, na hora de escrever, Vanilda não vai muito além do nome. Em 2008, uma fiscalização do Ministério Público do Trabalho encontrou Jermina numa atividade análoga à escravidão.

Toda essa situação reforça os indícios de que foi outro o destino dos altos salários que caíram nas contas de mãe e filha – em um caso que pode ser parecido com o esquema gafanhoto da Assembleia. Descoberto em julho de 2008, o caso envolvia o depósito de salários de vários servidores da Casa numa única conta bancária. Alguns desses funcionários, pobres como Vanilda e Jermina, tampouco sabiam serem servidores da Assembleia.

Desgosto

Ao ser informada do suposto salário, Jermina não esconde o desgosto: “Isso é uma vergonha. Nunca tive esse dinheiro. Deus está vendo isso”, diz.

A agricultora Jermina inclusive está sendo investigada pelo Ministério Público do Paraná sob a suspeita de receber sem ter trabalhado na Assembleia. As pessoas que supostamente ficam com o dinheiro depositado para Jermina também lhe tiraram o direito de se aposentar. “Minha mãe tentou a aposentadoria, mas não consegue. Lá dizem que ela recebe altos salários na Assembleia”, explica um dos filhos de Jermina. E até o benefício do Bolsa Família, agora, mãe e filha podem perder.

Assembleia nega editar diários oficiais sem numeração

[15/03/2010] [21h03]

A Assembleia informou ontem, por meio da assessoria de imprensa, que não edita diários sem numeração e que a agricultora Vanilda Leal trabalha no gabinete do deputado estadual Jocelito Canto (PTB). Jocelito desmentiu a informação. Disse que nunca teve uma funcionária chamada Vanilda. “É um absurdo isso. Não conheço. Não sei quem é. Eu conheço todos os meus funcionários. A Assembleia deve ter se confundido”, disse. O deputado informou que ontem mesmo ligou para o presidente da Casa, deputado Nelson Justus (DEM), falando sobre o suposto equívoco.

Sobre a servidora Jermina Maria Leal da Silva, a Assembleia informou que ela trabalhou no gabinete do ex-deputado Geraldo Cartário e que foi exonerada quando o parlamentar perdeu o mandato, em 2009. Cartário teve os direitos políticos cassados por três anos, após denúncia de abuso de poder econômico e uso indevido dos meios de comunicação. Cartário pediu licença de 180 dias em fevereiro do ano passado – quando o deputado estadual Ademir Bier (PMDB) assumiu a cadeira na Assembleia interinamente. Na manhã de 11 de maio de 2009, Bier foi oficialmente empossado.

Procurado pela reportagem, Cartário disse que a contratação e a exoneração de funcionários eram atribuições do chefe de gabinete, João Batista Lopes. O ex-deputado disse que Jermina trabalhou com ele, mas não soube explicar que serviço prestava. “Na época, eu era 1.º secretário, então não lembro se ela trabalhou no gabinete da secretaria ou no meu gabinete. Mas acho que é ela mesmo”, disse Cartário.

Recadastramento

Na quinta-feira passada, Nelson Justus anunciou que faria um recadastramento e reenquadramento dos funcionários da Assembleia. O anúncio foi feito poucas horas depois que a reportagem da Gazeta do Povo e da RPCTV procurou Justus para que ele comentasse a dificuldade de ter acesso aos diários oficiais da Casa.

| veja também |

↳ Do Bolsa Família ao supersalário

ANEXO F – Reportagem Infância À Deriva

SEXO PROIBIDO

A exploração por trás da riqueza dos portos e da beleza das praias

Meninas prostituídas no litoral de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul expõem chaga dos estados mais ricos do país

Mauri König [09/07/2011] [21h04]



Oferta de sexo à luz do dia na Avenida Senador Feijó, em Santos

Uma menina na noite

A luz vacilante não revela por inteiro o corpo miúdo afogado na escuridão da soleira da loja de colchões. Noite alta, a iluminação da rua mal alcança a menina que encobre o clarão do crack. O intruso causa surpresa, e suspeitas. Você faz programa? “Sim”, diz em resmungo. Quanto é? “Dez reais, mais 10 do hotel.” Aqui tem 10, posso sentar para conversar? A mão pega a nota, o olhar desconfiado, de soslaio, não diz nem que sim nem que não. Estou fazendo uma pesquisa. Ela suspende a cabeça, o olhar parece dizer “que saco, outra vez”. É uma reportagem. Ela dá a indiferença como resposta. Só uma conversa, tudo bem?

[Leia a matéria completa](#)

Um crime repetido dia após dia mancha a reputação do trecho mais rico do litoral brasileiro. Quatro dos 27 estados do Brasil produzem metade da riqueza nacional, e seus portos escoam 40% de tudo o que se negocia com outros países. São Paulo possui o maior porto da América Latina, Rio Grande do Sul tem o segundo do país, Paraná tem o principal em exportação de grãos e Santa Catarina, o maior em contêineres. Os 1.870 quilômetros de costa desses estados reservam ainda praias badaladas e cultuados paraísos ecológicos. Orgulhoso de seus predicados, o Brasil parece ignorar que por trás de tanta beleza e furtura acontece um crime contra a infância.

Cidades portuárias vivem um paradoxo. O porto traz dinheiro, movimenta a economia e gera empregos. Ao revés, o fluxo de uma massiva população flutuante fomenta o comércio ilegal de sexo e drogas. Para lá convergem caminhoneiros de muitas estradas e marinheiros de todos os portos. As sombras dessas tradicionais zonas de meretrício, num meio predominantemente masculino, se dá a exploração sexual de crianças e adolescentes. Longe da dureza da

A exploração por trás da riqueza dos portos e da beleza das praias

O ITINERÁRIO

Reportagem percorreu 4 mil km para revelar locais de exploração sexual infanto juvenil na costa Sul e Sudeste. Veja o roteiro:



Confira o roteiro que a reportagem percorreu

estiva, a mansidão das praias que atraem turistas aos milhares guarda igualmente segredos inconfessáveis. O turismo sexual com menores de idade grassa também por essas areias.

Durante três semanas, a reportagem da Gazeta do Povo percorreu 4 mil quilômetros pela costa Sul e Sudeste para revelar os locais de exploração sexual infanto juvenil. Em Rio Grande (RS), um barracão em ruínas foi improvisado como motel; em Paranaguá (PR), um trecho da rodovia que leva ao porto ficou conhecida como Rua 24 Horas devido ao incessante comércio de sexo barato; em Balneário Camboriú (SC), meninas de cidades vizinhas são induzidas à prostituição para alcançar o sonho de consumo nos shoppings de luxo; em Santos, corpos seminus estão à venda, expostos à luz do dia nas ruas do Centro Velho.

Prostituição histórica

Cada uma dessas localidades soma suas particularidades às causas gerais da exploração sexual infantil. Em comum, elas têm grande fluxo de turistas ou caminhoneiros. O porto de Santos, em

particular, tem uma relação intrínseca e histórica com a prostituição. Seus 7,7 milhões de metros quadrados e 14 quilômetros de extensão recebem 10 navios e 13 mil caminhões por dia. Descontando domingos e feriados, são 3 mil embarcações e uma população flutuante de 3,5 milhões de caminhoneiros por ano, oito vezes mais do que os habitantes da cidade.

O mercado do sexo proibido desponta em Santos como um legado da prostituição e da violência doméstica. O assistente social Maurício Carlos Rebouças classifica a transmissão geracional da prostituição de adolescentes, exercida pelas mães, como processo natural e inevitável. Um quadro desalentador, ainda que circunscrito a famílias residentes na área portuária. Maurício baseou sua pesquisa de mestrado no Espaço Meninas, unidade que a prefeitura mantinha para atender essas vítimas. Quando aliado à violência dentro e fora da família, o fenômeno pode determinar a entrada na exploração sexual comercial.

Santos possui, ainda, outras particularidades que favorecem a prostituição de menores de idade. A população de 500 mil habitantes é acrescida em até duas vezes na alta temporada, período que vai de dezembro a março, no carnaval e nas férias de julho. Fica visível o aumento de meninas, mulheres e travestis nas ruas, observa a coordenadora da Comissão Municipal de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto juvenil (CEVIS), a advogada Verônica Teresi. As características geográficas da Baixada Santista exigem um trabalho conjunto dos municípios, o que nem sempre é possível, reconhece Verônica. Falta diálogo.

Rede em movimento

As cidades da Baixada Santista têm vias de acesso em comum e a proximidade dificulta identificar onde termina uma e começa outra, favorecendo as redes de exploração que estabelecem pontos transitórios conforme a repressão policial, o movimento turístico, o tráfico de drogas, o fluxo de trabalhadores no porto. Essa flutuação proporciona mais lucros, menos riscos de repressão policial e de responsabilização judicial, pontua Maurício Rebouças, que foi coordenador do Programa Sentinela em Santos. A cidade enfrenta ainda um novo fenômeno, que oculta o problema. Os negócios do sexo estão saindo das ruas e deixando de ser tão públicos.

“Por ser uma cidade portuária e turística, há outro mercado da exploração sexual que a gente sabe que existe, mas não consegue acessar. A cidade tem muitas universidades, recebe muitos eventos”, diz a coordenadora de Proteção Social de Média Complexidade da Secretaria Municipal de Assistência Social, Rosana Caruso. Ela conta que, para atender a essas demandas, a rede de exploração tem se sofisticado e se tornou mais rápida do que a rede de proteção. Celulares e internet permitem aos exploradores tocar os negócios sem os riscos da exposição. Também por isso – mas não só isso – os números já não retratam a realidade das ruas.

Santos, por exemplo, atendia 150 casos simultâneos de meninas e meninos prostituídos há 15 anos; hoje são 22. A redução se explica menos pela eficiência e mais pelas mudanças nos serviços públicos. O trabalho sobre violência sexual feito pelo extinto Programa Sentinela acabou se perdendo nas generalizações daquele que o incorporou, o Centro de Referência Especializado da Assistência Social (Creas). “Antes se fazia um trabalho de busca ativa onde havia exploração. Os números diminuíram quando isso acabou”, diz a presidente da Comissão Municipal de Enfrentamento da Violência Sexual Infância (Cevsi), Verônica Teresi.

Sexo 24 horas

Em Paranaguá, o porto emprega 7,5% dos 150 mil habitantes. Na rota, a Rua Atilio Fontana notabilizou-se como Rua 24 Horas no trecho entre dois postos de combustíveis, devido à ininterrupta oferta de sexo barato. Há quatro anos o Conselho Tutelar faz blitzes com apoio de 30 agentes de proteção da Vara da Infância. “Conseguimos resgatar muitas adolescentes”, diz o conselheiro Edmilson da Silva Costa. Mas falta abrigo para as meninas resgatadas das drogas e da prostituição. Nos últimos três anos, o Conselho enviou 12 adolescentes para clínicas de desintoxicação. “Por falta de estrutura, elas acabam voltando para a antiga vida”, lamenta o conselheiro Adilson Santos Costa.

Em Itajaí, meninas entre 14 e 17 anos, prostituídas em bares da zona portuária são induzidas a portar documentos falsos para simular maioridade. O mais grave no litoral catarinense, porém, não é tanto o vaivém de caminhões no porto, e sim a concentração de turistas. Balneário Camboriú, de 110 mil habitantes, tem uma das maiores densidades de prédios do país e comporta um milhão de visitantes no verão. Nessa época, meninas da vizinha Camboriú, de 60 mil habitantes, cruzam a BR-101 em busca do sonho de consumo nos shoppings de luxo. “O grande fluxo de turistas abre uma perspectiva de ganho e elas se tornam presas fáceis das redes de prostituição”, relata o diretor do Núcleo de Prevenção às Drogas e à Pedofilia de Camboriú, Manoel Mafra.

Ao identificar o trânsito de crianças e adolescentes, Manoel iniciou trabalhos integrados com os conselhos tutelares das duas cidades. E tem resgatado meninos também. As 23 horas de 18 de maio deste ano, os conselheiros resgataram um travesti de 16 anos agenciado por outro de 23 na 3.^a Avenida, em Balneário Camboriú. O adolescente foi levado de Curitiba uma semana antes por uma rede de exploração. Travestis menores de idade também são encontrados nas ruas do Centro Velho de Santos e na Rua Dr. Reinaldo Schmithausen, em Itajaí.

Na cidade portuária de Rio Grande, as ruínas de um barracão, antes uma fábrica de sapatos, viraram esconderijo para uso de drogas e programas sexuais às margens da movimentada Estrada Roberto Socoowski. “São raros os casos de exploração sexual de criança ou adolescente”, aponta o conselheiro tutelar Reginaldo Rodrigues. Ele atribui a redução da incidência às blitzes frequentes do Conselho Tutelar para “queimar” os pontos. Já a coordenadora do Creas local, a assistente social Maria da Graça da Cruz Piegas, tem outra explicação para os baixos registros.

Maria da Graça tem recebido no Creas muitas denúncias de abuso sexual intra e extra familiar, mas quase nenhuma de exploração sexual infanto juvenil. Foram 10 desses casos desde 2001, média de um por ano. Ela atribui a escassez de registros à falta de entendimento das pessoas sobre o que é exploração, o que é abuso sexual e o que é prostituição. “Quando se vê uma adolescente sendo explorada sexualmente, a ideia é de que está se prostituindo, e está ali porque quer.” Sem diferenciar uma coisa da outra, as denúncias não chegam, mascarando a realidade.

Uma menina na noite

Mauri König [09/07/2011] [21h05]



Jovens prostituídos e drogados varam as madrugadas como zumbis numa das cidades portuárias do Brasil

A luz vacilante não revela por inteiro o corpo miúdo afogado na escuridão da soleira da loja de colchões. Noite alta, a iluminação da rua mal alcança a menina que encobre o clarão do crack. O intruso causa surpresa, e suspeitas. Você faz programa? “Sim”, diz em resmungo. Quanto é? “Dez reais, mais 10 do hotel.” Aqui tem 10, posso sentar para conversar? A mão pega a nota, o olhar desconfiado, de soslaio, não diz nem que sim nem que não. Estou fazendo uma pesquisa. Ela suspende a cabeça, o olhar parece dizer “que saco, outra vez”. É uma reportagem. Ela dá a indiferença como resposta. Só uma conversa, tudo bem?

Que tipo de homem paga para ouvir histórias? “Como é que tu vai escrever isso?”, diz, olho no papel. Sem nomes. “Ele vai ler?”, pergunta desconfiada. Não se preocupe, ele não vai ler. Um tipo como esse não tem tempo para leituras. “Mas se tu dizer onde eu tô, eles vêm atrás de mim”, adverte acostumada à prudência necessária para quem vive nas ruas. Embora indefinidos nas orações, dá para supor quem sejam os sujeitos “ele” e “eles”. Ela tem seus motivos para preferir o isolamento.

“Aí, maninha, o que é que tá pegando?” A inquisição parte de três molambentos que se aproximam. “O J* tá na área”, adianta-se um deles. “Ele já pagou”, ela informa com olhar vago e impreciso. “Nóis tá ali”, indica o primeiro. O clima pesado vai junto com os mal-encarados. Há quanto tempo na rua e como aconteceu, o jornalista pergunta, olho nos três instalados no outro lado da avenida. Ela vai até o passado não muito distante buscar alguma coisa a que se pudesse apegar. Permanece em silêncio, a convocar lembranças. Os olhos, agora duros e frios, fitam alguém que lhe surge à mente.

Nesse ponto a conversa sai das formalidades, entra no campo árido da realidade, sem o enfeite dos eufemismos. É o momento do contato com a crueza da existência, da vida sem disfarce, de todas as possibilidades perdidas, das palavras simples que alcançam a alma porque dizem a verdade. A menina fala de como a vida pode ser ingrata quando se nasce mal, filha de pai errado e de mãe desatenta. As recordações preenchem o vazio dos olhos, inchados de lágrimas e do ódio que vaza do castanho escuro.

Ela tem uma maneira despretensiosa de falar do futuro, como se ele não existisse. É um bocado sofrida, apesar da idade. Tem 18 anos, morena clara, magra, desnutrida. Começou a vida sexual aos 10, estuprada pelo pai. Aguentou três anos, fugiu. Morou nas ruas e vive num cortiço com duas prostitutas. Faz de dois a três programas por dia, a 10 reais. Tem cliente que pechincha. “É melhor cinco que nada.” Muitos preferem o carro, para economizar os 10 reais do hotel. A maioria é coroa, que paga direitinho porque gosta de menina nova. Foi com um desses o ingresso oficial na prostituição.

As palavras despem a vida do manto de fantasias. Como é possível sonhar com uma realidade dessas? A prostituição serve mais para o crack do que para a comida. O estômago reivindica algo e o chocolate que o entrevistador leva à mão é tentação por demais grande. Come-o de um só golpe. Vez ou outra parece embriagada de sono, entra numa espécie de torpor em que, confundindo-se as sensações recentes com as recordações passadas, tem a impressão de viver uma dupla personalidade: aquela que queria ter sido, professora, e aquela em que se tornou, prostituta juvenil. Professora, ela? Nem concluiu o primário.

Pausa para outra pedra; já são 20 minutos de uma conversa entrecortada por sonolência e alucinações. A rapidez é necessária. J*, o “namorado”, está por chegar e pode não compreender uma conversa na rua em vez de um programa no hotel. A figura do cafetão ainda existe, mesmo que com outro nome, e foi ele quem a tirou de algumas enrascadas. Por isso a dívida de gratidão. Seria violento? Há feridas nas pernas e braços. “Ai, que saco. Chega de pergunta”. A mente atormentada não consegue administrar tantas reflexões e juízos. De repente, parece que tudo se tinha evaporado.

Tenta recolher fragmentos de emoções, mas elas escapam tão logo aparecem ou então se manifestam em torvelinho e ela não sabe como capturá-las, nem por onde começar. Se estivesse lúcida, teria talvez desejado confiar a alguém suas reflexões, como é comum às adolescentes, mas não foi o caso nas vezes em que ofereceram ajuda “especializada” e nem seria a um estranho qualquer que chega alto da noite com uma nota de 10. Sua história, sua vida, enfim, por mais perdida que pareça, vale mais do que 10 reais ou uns cursinhos meia-boca em alguma ONG que leva algum do governo.

De repente, um grande cansaço a invade, um desânimo avassalador diante do fracasso da tentativa de ajustar as ideias. O olhar se perde, preenchido pelo vazio. Teria saudades de alguém? Vontade de chorar, de desaparecer, de se matar? Já tentara isso uma vez. E se ela se matasse, alguém se importaria?

A conversa acaba. Eis os 10 do hotel. Mão estendida, ela esboça um sorriso, uma alegria fictícia de condenada. O nome não importa, não faz diferença. De longe, na escuridão, iluminada pelo clarão do crack, ela suscita umas quantas dúvidas. O que será dela? Ficarà ainda muito tempo nas ruas? Conseguirá ser professora? Casará um dia? Terá filhos? Até quando viverá? Tantas dúvidas reforçam a hipótese de que só algo extraordinário será capaz de mudar-lhe o destino certo.

| veja também |

↳ A exploração por trás da riqueza dos portos e da beleza das praias

ANEXO G – Reportagem Império Das Cinzas

CRIME DO TABACO

Um negócio de Estado

Paraguai tem 32 fábricas de tabaco e 2,6 mil marcas, 70 delas contrabandeadas para o Brasil. Na Colômbia, cigarro do presidente paraguaio financia as Farc

Mauri König e Diego Antonelli [22/03/2014] [21h13] Atualizado em 22/03/2014 às 21h13



Apreensões da Receita Federal revelam que Cartes é quem mais ganha com o contrabando

Colômbia

Cigarro de Cartes financia organizações como as Farc

O cigarro fabricado pelo presidente do Paraguai, Horacio Cartes, financia duas das organizações criminosas mais violentas das Américas. As Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) e o grupo paramilitar Los Urabeños controlam as rotas de contrabando e cobram “impostos” no estado de

O tabaco se tornou um negócio de Estado no Paraguai muito antes de Horacio Cartes chegar ao poder. O governo é o maior incentivador. A fiscalização é precária e a carga tributária sobre o cigarro é de 10%, contra 70% no Brasil. O Paraguai concede ainda cinco anos de isenção do imposto de importação sobre as máquinas. Daí surge o paradoxo: o Brasil tem 200 milhões de habitantes e 11 indústrias de cigarro; o Paraguai tem 6,5 milhões de habitantes e três vezes mais fábricas. Isso explica porque o Paraguai tem 2,6 mil marcas registradas e 70 delas entram no Brasil pela porta dos fundos.

La Guajira, no mar do Caribe. Os “impostos” do cigarro pirata são usados para lavar o dinheiro de extorsões, sequestros e tráfico de drogas. Essas operações estão sendo monitoradas pelo governo colombiano e por agentes holandeses da Special Policial Taskforce (RST).

Em fevereiro, a RST se reuniu com autoridades colombianas para tratar do multimilionário contrabando de cigarros paraguaios que entra ilegalmente por Aruba e Curaçao, mas que terminam nas mãos das organizações criminosas e já se apoderaram de 20% do mercado no país. A RST recolheu dezenas de faturas de exportações falsas ou alteradas de cigarros das marcas Ibiza e Mariner, que saem da zona especial aduaneira de Maicao, em La Guajira. Essas marcas são fabricadas pela Tabacalera del Este SA (Tabesa), cujo sócio majoritário é o presidente Horácio Cartes.

A RST tem documentada uma reunião, em fins de 2012, entre representantes das empresas investigadas e um membro da campanha presidencial de Cartes que hoje ocupa um cargo ministerial. Essas três empresas estão ligadas à família Manzur, um velho clã já processado nos Estados Unidos por lavagem de dinheiro. Em julho de 2013, o governo colombiano enviou a Cartes um comunicado expondo as dimensões a que chegou o contrabando de cigarros da tabacalera da família do presidente. Cartes ainda não respondeu.

O cigarro de Cartes é usado para lavar as fortunas de narcotraficantes, da guerrilha das Farc e do grupo Los Urabeños. Interceptações telefônicas revelam a ligação entre as Farc e a máfia do cigarro pirata. Em apenas seis meses, três empresas investigadas

[SLIDESHOW: Veja fotos do contrabando de tabaco](#)

[INFOGRÁFICO: Veja quais são as marcas contrabandeadas](#)

A versão da indústria é tão suspeita quanto os desvios do cigarro para cruzar a fronteira. A Unión de Tabacaleras del Paraguay diz que o setor fatura US\$ 350 milhões por ano e gera 4,5 mil empregos. São dados subestimados. A entidade reúne só oito das 32 fábricas paraguaias. Muitas ocupam quarteirões inteiros em cidades como Salto del Guairá, Ciudad del Este, Minga Guazú e Hernandárias, estrategicamente posicionadas nos costados da fronteira para facilitar o escoamento ilegal. E os números do lado de cá ajudam a desmentir os números do lado de lá.

O volume apreendido representa uma décima parte do que entra no Brasil. Cientes das limitações no controle da fronteira, as autoridades admitem que nove entre dez maços vencem as barreiras fiscais. Assim, a média anual apreendida no último quadriênio mostra que o que entra chega fácil a US\$ 2,2 bilhões por ano. Há uma lógica capitalista por trás disso: se o lucro com o que consegue cruzar a fronteira não fosse suficiente para cobrir as perdas em apreensões, o contrabando não persistiria. Mas ele persiste. Persiste porque dá lucro.

A dimensão do contrabando pode ser medida ainda pelo quanto se perde do outro lado da fronteira. Um entre quatro cigarros consumidos no Brasil é contrabandeado. Os US\$ 2,2 bilhões movimentados por ano pelo mercado ilegal gera perda de US\$ 1,5 bilhão em arrecadação de impostos e rouba 30 mil postos formais de trabalho no país. Outra vantagem do cigarro sobre a maconha e a cocaína é que seu comércio clandestino não é visto por grande parte dos brasileiros como um crime. Essa relativização sobre o que é crime e o que é atividade de subsistência ajuda a incrementar os negócios.

As fraudes começam na origem. A indústria declara ao Ministério da Fazenda paraguaio uma produção estimada de 45 bilhões de unidades por ano. Mas o Estudo Econômico Saguier do Paraguai aponta que o país produziu 67 bilhões de cigarros em 2012, ou 3,3 bilhões de maços. Desse total, 39% foram

pela RST movimentaram US\$ 6 milhões em importações de Curaçao e Aruba. Os nomes não foram revelados pela Polícia Fiscal Aduaneira.

Contudo, já está claro que essas empresas são usadas para lavar dinheiro pelo chefe das frentes 59 e 19 das Farc, Luis Alejandro Cuadras Solórzano, o “León Guerra”, por Oscar Alberto Guerrero Celedón, assim como o capo Marcos Figueroa, o “Marquitos”, e o grupo Los Urabeños. As Farc começaram a cobrar “imposto” dos caminhões que passam com mercadorias ilegais pelas três grandes rotas de contrabando (Uribeia, Majayura e a Ponte de Paraguachón). Usa o negócio para lavar o dinheiro de extorsões e de tráfico de cocaína e do contrabando de gasolina venezuelana.

Vídeo

Assista [documentário](#) sobre o contrabando de cigarro na América Latina

contrabandeados para o Brasil e 51% para outros países. As exportações legais somaram 8,2% e o consumo interno alcançou apenas 1,8% do total produzido.

Concorrência chinesa

O cigarro paraguaio enfrenta a concorrência chinesa no mercado clandestino latino-americano. Uma fábrica chamada Overseas United começou a produzir no Panamá em 2011, operando com a licença da empresa China Hunan Tobacco. Essa empresa trabalha em um regime especial no Panamá e produz três marcas: Silver Elephant, Modern e Marshall.

Praticamente todo o produto dessa empresa é vendido de forma ilegal a outros países: Marshall na Colômbia e México, Silver na Costa Rica e Modern na Guatemala. A autorização à empresa foi dada pelo atual vice-presidente do Panamá, Juan Carlos Varela.

Força-tarefa dos EUA investiga presidente

A projeção mundial de Horacio Cartes no mercado de tabaco desencadeou um controverso caso de espionagem do governo norte-americano. Os Estados Unidos montaram em 2009 uma força-tarefa com sete de suas agências para investigá-lo como traficante de narcóticos e líder de um esquema de lavagem de dinheiro na tríplice fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai. Os detalhes da operação Coração de Pedra

foram vazados pelo WikiLeaks.

Para coordenar um plano de ataque a Cartes, as sete agências se reuniram de 6 a 9 de dezembro de 2009 na Cidade do Panamá com as empresas líderes do mercado americano de tabaco, além de membros da agência antidrogas americana (DEA) em Assunção, Lima e Buenos Aires. Pela British American Tobacco participaram Ewan Duncan,

Um negócio de Estado



| veja também |

↳ O patrão do tabaco

Terry Hobbs e Richard Pandohie, pela Reynolds American compareceu Russell; a Imperial Tobacco foi representada por Derek Ogden, e a Phillips Morris USA enviou Dave Zimmerman e Mike Grogan para o encontro.

↳ A polícia na mira

↳ As rotas da pirataria

↳ O cigarro mata

↳ Ameaça ao narcotráfico

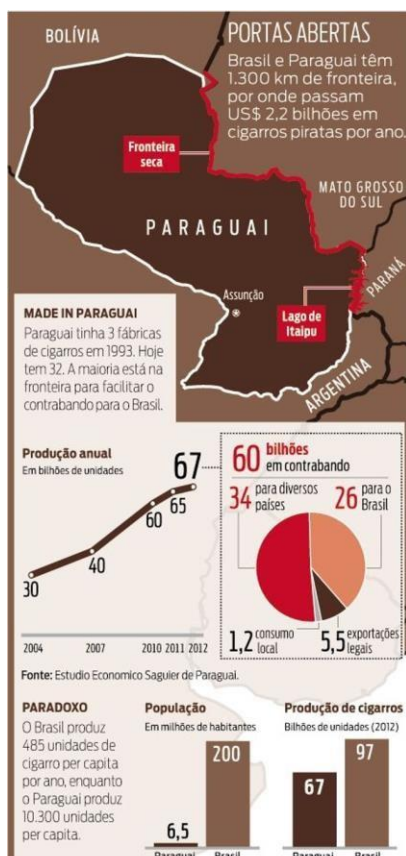
↳ O berço dos patrões

↳ Imprensa paraguaia repercute série Império das Cinzas

O WikiLeaks vazou os detalhes da operação num documento diplomático da embaixada americana em Buenos Aires, de 2010. O documento chama Cartes de “chefe da organização de lavagem de dinheiro” e cita pessoas a serem investigadas, como a Tabacos USA, INC, cujos sócios de Cartes são sua irmã Sarah Cartes e William Cloherty. São listados ainda os sócios Osvaldo Gane Salum e Juan Carlos Lopez Moreira.

A DEA infiltrou agentes nos negócios de Cartes. A operação pretendia “interromper e dismantlar a organização de tráfico de drogas de Cartes”. O vértice da lavagem de dinheiro seria o banco Amambay, do presidente.

O governo americano não revelou o desfecho da operação Coração de Pedra. Cartes sempre negou envolvimento com narcotráfico e lavagem de dinheiro.



FÁBRICAS PARAGUAIAS E SUAS MARCAS PARA O CONTRABANDO

Em milhões de maços apreendidos no Brasil de janeiro de 2010 a outubro de 2013

Tabasa SA

Eight	60,63
San Marino	8,05
TE	7,78
Palermo	6,58
Rodeo	2,46
Play	1,55

Imperial Tabacos SA

Classic	23,64
Vila Rica	5,60
Polo	0,77

Veneto SA

Mill	8,41
Paladium	3,60
Hudson	0,26
Milano	0,15

Tabacalera Hernandías SA

Euro	6,33
Blitz	5,44
Bill	5,10
Fox	3,56
Hills	0,07
Eco	0,05
Hobby	0,03

Fonte: Receita Federal.
Infografia: Gazeta do Povo.

San Francisco SA

Calvert	3,48
Record	3,25
Broadway	2,05
Meridian	1,39
Party	0,57

Tabacalera Central SA

Star	0,95
51*	

Cia de Cigarillos Tabo SA

Derby	0,67
Campeão	0,05
Oscar	0,05
Ritz	0,03

Cia Montecarlo de Tabacos SA

LS	0,09
Plaza	0,07
Minister	0,03
Belmont*	
Vip*	

Universal Tobacco SA

Bahamas	0,05
---------	------

Cia Paraguaia de Tabacos

KA	0,05
Milenio	0,02

American Group Tabacos SA

Bacana	0,03
--------	------

*apreensões inferiores a dez mil

CRIME DO TABACO

O patrão do tabaco

O cigarro substituiu o narcotráfico como catalisador do poder político no Paraguai. Ocupante do cargo que já foi de Stroessner, o presidente Horacio Cartes é o maior beneficiado pelo contrabando para toda a América Latina

Mauri König e Diego Antonelli [22/03/2014] [21h12] Atualizado em 24/03/2014 às 12h51



Opinião

Um problema diplomático

O presidente do Paraguai, Horacio Cartes, zomba dos demais chefes de Estado latino-americanos ao fugir à responsabilidade sobre seus cigarros que entram de contrabando em quase todos os países do subcontinente. Não cabe a escaramuça da ignorância sobre o fato quando se sabe ser o maior beneficiado com a fraude.

O general Alfredo Stroessner perdeu o posto de entidade suprema do Paraguai em 1989, após 35 anos de corrupção, repressão, contrabando e tráfico de drogas. Comandante do exército, o general Andrés Rodríguez controlava o motor financeiro da ditadura: o narcotráfico nutrido pelos cartéis colombianos. Num golpe, Rodríguez depôs Stroessner e se apossou do país até 1993, ano em que um insólito empresário iniciava um negócio que viria a substituir o narcotráfico como catalisador do poder político. Não por acaso, 20 anos depois ele tomaria o lugar dos generais.

Tem-se aqui um problema diplomático. Há uma abismal diferença entre delinquir como empresário e delinquir como chefe de Estado. Nesse caso, uma delinquência que afeta a economia e a saúde pública de outras nações. Resta saber o que farão os demais países para proteger suas receitas e sua gente. A começar pelo Brasil, maior prejudicado.

O Paraguai virou uma metáfora de si mesmo. Líder latino-americano na produção de maconha, tornou-se também líder na produção de cigarros piratas. A licenciosidade no manejo do poder tem sido campo fértil para o novo negócio que prospera a olhos vistos.

O cigarro pirata alimenta não só o vício do fumante, antes o vício da corrupção. É um elemento a mais num país recorrente no topo da lista dos países mais corruptos, segundo a Transparência Internacional.

Cartes tinha um objetivo de poder ao mudar o estatuto do Partido Colorado, reduzindo de 10 para cinco anos o tempo exigido de filiação para concorrer à Presidência. Conseguiu. O que se espera dele? Que faça o melhor para o seu país. Até agora ele tem ignorado o código aduaneiro paraguaio, que considera contrabando não só o que entra, mas também o que sai do país à revelia do fisco. Sobre isso, nada se falou até agora.

Cartes mantém um governo sustentado a puro discurso. É um a mais num jogo de dissimulação. Sua austeridade vai até onde convém a seus negócios. Cabe aos demais países, então, também defender seus negócios.

Mauri König, repórter da Gazeta do Povo

[SLIDESHOW: Veja fotos do contrabando de tabaco](#)
[VIDEO: Veja um documentário sobre o tabaco contrabandeado](#)
[INFOGRÁFICO: Conheça as nove rotas clandestinas do contrabando](#)

Maior expoente da vertiginosa indústria do cigarro destinado ao contrabando, Horacio Manuel Cartes Jara tomou posse na presidência do Paraguai em 15 de agosto de 2013. Era um modesto distribuidor de cigarros até abrir a Tabacalera del Este (Tabesa). O contrabando se revelou um bom negócio e as fábricas paraguaias saltaram de três, em 1993, para as atuais 32. Cartes impulsionou o setor e cresceu junto. Fez fortuna, ganhou a presidência. Mas ele não é só o presidente do Paraguai. É também o maior beneficiado pelo contrabando de cigarro.

A empresa de Cartes responde por 30% dos 67 bilhões de cigarros produzidos por ano no Paraguai, ou 3,3 bilhões de maços. Os paraguaios fumam só 2%. O resto assegura ao país o papel de provedor global de cigarro pirata. As cinzas do tabaco paraguaio se espalham por toda a América Latina. Nove rotas aéreas, marítimas e terrestres escoam o produto pelas vias do contrabando. Nas Américas, quase não há país livre do cigarro paraguaio, presente ainda na China e na Índia.

Os maus caminhos

As indústrias paraguaias tentam dar uma aparência legal às exportações, mas na maioria das operações a pretensa legalidade se perde pelo caminho. Seis dessas nove rotas usam três países da América Central para escoar o cigarro mundo afora. As cargas se movem entre as zonas francas desses países, de forma a despistar o contrabando. Do Panamá, as exportações são desviadas e as cargas chegam de forma clandestina a países como Guatemala, México, Colômbia, Equador.

Praticamente todo o cigarro pirata enviado para Aruba destina-se à Colômbia, levado em lanchas pelo mar do Caribe até La Guarija. Mas, de Aruba, parte das cargas vai também para o Suriname e a Venezuela. De Curaçao, segue para Colômbia e Panamá, de onde entra no resto da América Central. Já a Guatemala é

O patrão do tabaco



um centro logístico importante para a distribuição ao México.

Outras três rotas não têm escalas. Numa delas, a rodovia Transchaco escoas as cargas para a Bolívia. Mas é para o Brasil e a Argentina que flui o maior volume de cigarro pirata. Setenta marcas paraguaias são contrabandeadas para o Brasil, segundo a Receita Federal. Cinco marcas fabricadas pelo presidente do

| veja também |

- ↳ A polícia na mira
- ↳ O cigarro mata
- ↳ As rotas da pirataria
- ↳ O berço dos patrões
- ↳ Ameaça ao narcotráfico
- ↳ Um negócio de Estado

Paraguai respondem por 49% das apreensões no país. Na Argentina, 45% dos cigarros piratas vêm da fábrica de Cartes. A marca Rodeo, da Tabesa, domina o mercado ilegal argentino, conforme as apreensões da Administração Federal de Ingressos Públicos.

A Receita Federal brasileira valora em US\$ 1,50 o maço de cigarro paraguaio, para efeito contábil e indiciamento dos contrabandistas. Assim, as apreensões dos últimos quatro anos no país somam US\$ 958 milhões, ou R\$ 2,2 bilhões. Não existem exportações legais desse produto para o Brasil, embora um de cada quatro cigarros consumidos no país seja paraguaio.

A versão e a lei

"Não fazemos contrabando, produzimos e vendemos no Paraguai. O contrabando é um problema

aduaneiro", Cartes costuma dizer. Assim, se exime de culpa sobre como o cigarro entra em outros países. Porém, o Código Aduaneiro do Paraguai, lei federal n.º 2.422 de 30 de julho de 2004, lança suspeita sobre as evasivas de Cartes, uma vez que grande parte do que ele produz sai do país por meios ilegais. O artigo 336 tipifica como contrabando as ações ou omissões, operações ou manipulações, que introduzem ou tiram do país mercadorias ou bens de qualquer natureza em violação às leis que regulamentam ou proíbem sua importação ou exportação.

O Código Aduaneiro considera ilegal tanto o que entra quanto o que sai do país sem controle fiscal. "O contrabando constitui, além de uma infração aduaneira, um delito de ação penal pública. Aos efeitos penais e sem prejuízo do processo administrativo, os registros serão encaminhados à Justiça penal. O delito de contrabando será punido com uma pena de privação de liberdade de até cinco anos ou multa". A lei estabelece a reciprocidade internacional em matéria de controle, mas o Paraguai não tem cumprido.

Responsáveis pelas fronteiras, a Direção Nacional de Aduanas, a Polícia Nacional e as Forças Armadas não consideram o contrabando um delito. A aprovação da atividade foi documentada em 2008 num despacho antológico da Aduanas. "Não existe prejuízo fiscal aduaneiro", atestou ao mandar devolver aos donos 805 caixas de cigarro e duas fotocopiadoras industriais apreendidas pelo Ministério Público num porto clandestino do Rio Paraná, no momento em que seriam despachadas ilegalmente para o Brasil. Desde então, a atividade prossegue com endosso oficial.

A desculpa é sempre a mesma: o contrabando é uma questão social, muita gente vive dele e a atividade não afeta o fisco paraguaio. O problema, em suma, é do Brasil – e de qualquer outro país aonde o cigarro pirata chegar. Ainda que para as autoridades paraguaias a saída ilegal de mercadorias do país não constitua um delito – o presidente Cartes entre elas –, o Código Penal estabelece a figura de "tentativa de contrabando", com a mesma pena do contrabando consumado: cinco anos de prisão ou multa.

O artigo 338 do Código Aduaneiro estende a responsabilidade a quem produz e vende produto destinado a contrabando. "As sociedades comerciais e não comerciais serão civilmente responsáveis pelo contrabando e pelas sanções administrativas autorizadas pelo Código Aduaneiro, quando forem beneficiárias ou financiadoras do contrabando, ou quando um ou mais diretores, gerentes, subgerentes são fatores responsáveis da sociedade e tiverem participado das ações ou omissões, manejos e operações realizadas para cometer o contrabando ou encobri-lo."

Durante três meses a reportagem fez oito contatos com a assessoria direta do presidente Horacio Cartes. No início, a resposta era de que uma entrevista seria agendada. Depois, a assessoria nem sequer respondeu aos e-mails e telefonemas.

Esta reportagem foi produzida com apoio do Instituto Prensa y Sociedad, do Peru, com a colaboração dos jornalistas Martha Soto, do jornal El Tiempo, da Colômbia, e Ronny Rojas, do jornal La Nación, da Costa Rica.

Terra, Ar e Água

Nove rotas distribuem de forma clandestina para toda a América Latina o produto produzido no Paraguai. A maioria delas faz triangulação com outros países para dissimular o contrabando.

Rota 1

Panamá

Paraguai-Uruguai-Panamá

Marítimo: Uso do Rio Paraná e portos paraguaios no Uruguai. Uso do Panamá como país de trânsito assim como de destino.

Fonte: Redação.
Infografia: Gazeta do Povo e La Nación/Costa Rica.

